

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.10, n.19, jul/dez 2022

nleP  marx

 Universidade
Federal
Fluminense

Editores

Andrea Santos, UFABC | Brasil

Filipe Leite, UFF | Brasil

Pedro Cassiano, CPH | Brasil

Tatiana Poggi, UFF | Brasil

Conselho Editorial

Alfredo Saad Filho, University of London | Reino Unido

Álvaro Bianchi, UNICAMP | Brasil

André Guimarães, UFF | Brasil

André Martins, UFJF | Brasil

Aparecida Tiradentes, Fiocruz | Brasil

Demian Bezerra de Melo, UFF | UFRJ | Brasil

Dermeval Saviani, UNICAMP | Brasil

Diego Guerrero, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Edison Riuitiro Oyama, UFRR | Brasil

Eduardo Cardoso Daflon, UFF | Brasil

Eurelino Coelho, UEFS | Brasil

Fábio Frizzo, UFTM | Brasil

Felipe Demier, UERJ | Brasil

Franklin Trein, UFRJ | Brasil

Gabriel da Silva Melo, UFF | Brasil

Hugo Figueira Corrêa, UFF | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Rodrigues, UFF | Brasil

Kênia Miranda, UFF | Brasil

Lúcia Neves, UFPE | Brasil

Luciana Requião, UFF | Brasil

Maracajaro Mansor, UFF | Brasil

Marcelo Badaró Mattos, UFF | Brasil

Marcelo Carcanholo, UFF | Brasil

Mario Jorge da Motta Bastos, UFF | Brasil

Miguel Vedda, Universidade de Buenos Aires | Argentina

Paulo Gajanigo, UFF | Brasil

Raquel Varela, Universidade Nova de Lisboa | Portugal

Ricardo Gaspar Muller, UFSC | Brasil

Sara Granemann, UFRJ | Brasil

Valdemar Sguissardi, UFSCAR | Brasil

Virgínia Fontes, UFF | Brasil

Xabier Montoro, Universidad Complutense de Madrid | Espanha

Comitê Científico

Alexis Saludjian, UFRJ | Brasil

Bianca Imbiriba Bonente, UFF | Brasil

Carla Luciana Silva, UNIOESTE | Brasil

Eduardo Sá Barreto, UFF | Brasil

Eleuterio F S Prado, USP | Brasil

Ellen Tristão, UFVJM | Brasil

Ester Vaisman, UFMG | Brasil

Eunice Trein, UFF | Brasil

Flávio Ferreira de Miranda, UFRJ | Brasil

Gelsom Rozentino de Almeida, UERJ | Brasil

Gilberto Calil, UNIOESTE | Brasil

João dos Reis da Silva Jr., UFSCAR | Brasil

João Leonardo Medeiros, UFF | Brasil

José Ernesto Moura Knust, IFF | Brasil

Márcio Lupatini, UFVJM | Brasil

Marcos Del Roio, UNESP | Brasil

Mauricio Vieira Martins, UFF | Brasil

Paula Nabuco in memoriam, UFF | Brasil

Paulo Alentejano, UERJ | Brasil

Paulo Pachá, UFRJ | Brasil

Ricardo Antunes, Unicamp | Brasil

Roberto Leher, UFRJ | Brasil

Rodrigo Delpupo Monfardini, UFF | Brasil

Rômulo Lima, NIEP-Marx | Brasil

Sonia Maria Rummert, UFF | Brasil

Vania Cardoso da Motta, UFRJ FE

COLEMARX | Brasil

Revisão de texto

Álvaro Martins Siqueira

Andrea Santos Bacca

Bianca Imbiriba Bonente

Eduardo Sá Barreto

Fabrizio Zanghelini

Hugo F. Corrêa

João Leonardo Medeiros

Marcelo Badaró Mattos

Tatiana Poggi

Projeto Gráfico

Carolina Noury

Diagramação

João Leonardo Medeiros

ISSN: 2318-9657

MARX e o MARXISMO

revista semestral, v.10, n.19, jul/dez 2022

Marx e o Marxismo. Publicação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx) – v.10, n.19, jul/dez 2022. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2022.
183 p.; il.

ISSN 2318-9657

Semestral
Inclui bibliografia
Resumo em inglês e português

1. Marx, Karl. 2. Marxismo. 3. Materialismo histórico. 4. Teoria social crítica. 5. Periódicos. I. Universidade Federal Fluminense (UFF).

Política editorial

Marx e o Marxismo – Revista do NIEP-Marx é uma publicação marxista, aberta para todos os campos do conhecimento social e para a reflexão teórica. Somos um grupo interdisciplinar e defendemos que o rigor necessário, teórico e analítico, envolve o debate franco entre pesquisadores. Entendemos que a tradição materialista crítica do marxismo, com seu teor ontologicamente subversivo e revolucionário, sempre esteve aberta à polêmica e ao debate, ao mesmo tempo em que exige seriedade teórica, coerência na análise empírica e pertinência no enfrentamento ao capitalismo.

De maneira intransigente assumimos a riqueza da herança de Marx e Engels. Nossa Revista, expressando a proposta constitutiva do NIEP-Marx, defende uma *concepção materialista da história*, para a qual “o ser social determina a consciência social”: os homens fazem sua própria história, mas de acordo com condições que não são determinadas apenas por suas vontades, mas por situações objetivas, que envolvem dimensões materiais e sociais nas quais as ideias encontram seu pleno sentido.

Partilhamos uma concepção humanista em seu sentido mais pleno, aquele formulado por Marx em sua crítica ao humanismo burguês. Com efeito, desde 1845, em suas *Teses sobre Feuerbach*, Marx afirmava que “a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na realidade ela é o conjunto das relações sociais”. Somente poderemos ser plenamente singulares se imersos na fantástica riqueza de uma sociedade emancipada, que não se mede apenas em bens e índices econômicos, mas na plena socialização do conjunto da existência.

Temos estreito compromisso com a *historicidade* e sua compreensão como um *processo contraditório* não-linear, e sim conflitivo e complexo. Dentre as contradições que movem a transformação histórica, a principal é a oposição de interesses entre os grandes grupos de homens – as classes sociais – originada quando grupos minoritários se apropriam do excedente do trabalho produzido pela maioria, algo que ocorre pelo menos desde o surgimento da propriedade privada e do Estado. Por isso, nessa concepção, “toda a história da humanidade tem sido a *história da luta de classes*”, como afirmam Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista*.


Nossa Revista está aberta para os que pretendem aprofundar o conhecimento teórico no âmbito do marxismo e, simultaneamente, enfrentar o duplo desafio da compreensão e da transformação do mundo contemporâneo.

Sumário

9 Editorial

Artigos

- 15 **Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada**
Charles Post
- 40 **Apresentação do artigo “Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista”. Roy Edgley, filósofo da razão**
Álvaro Martins Siqueira
- 44 **Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista**
Roy Edgley
- 59 **La contemporaneidad de lo mítico y la mirada extrañada. Sobre las lecturas de Proust de Theodor W. Adorno y Siegfried Kracauer**
Miguel Vedda
- 86 **Demasiadamente humano: o trabalho musical enquanto estro recalcitrante da vida material**
Breno Ampáro
Luciana Requião
- 98 **Sobre a experiência e sobre a prática**
Alan Fernandes

- 
- 110 O marxismo como programa de pesquisa
Sébastien Antoine
- 128 O governo Bolsonaro e a agenda de garimpeiros e mineradoras (2019-2022)
Ana Carolina Reginatto
- 148 Os trabalhadores e a cidade: desigualdade socioespacial e a luta por moradia em Florianópolis
Carmen Susana Tornquist

Notas críticas

- 169 A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro
César Bolaño
Fabício Zanghelini

Luta e memória

- 180 Lukács, um Galileu no século XX
Ricardo Antunes
- 

Editorial

O ano de 2022 começou quente! A guerra, iniciada com a invasão russa aos territórios ucranianos em fevereiro, avançou pelo ano sem previsão de encerramento, contrariando os prognósticos de comentaristas políticos que, de início, achavam tratar-se de um conflito de curta duração. Desde o início, a guerra vem descortinando um xadrez geopolítico delicado, envolvendo interesses imperialistas conflitantes entre potências nucleares rivais, a Rússia e os EUA/Europa encabeçando a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Para além das desastrosas consequências ao território e à população civil ucraniana, a guerra vem gerando uma grave crise energética na Europa, particularmente na Alemanha, país bastante dependente da importação de gás natural vindo da Rússia. O aumento no custo da energia vem impactando o consumo individual e industrial, levando ao aumento do índice de inflação, gerando um cenário de recessão preocupante, além de produzir ansiedade e tensão social crescente conforme o inverno se aproxima.

O último ano do governo Bolsonaro vem levando adiante a agenda de Guedes de redução dos gastos públicos com políticas sociais e com a estrutura econômica. Em junho foi oficialmente anunciada a privatização da Eletrobras, primeira grande estatal brasileira. Sob o argumento falacioso de redução das contas de luz, as ações da empresa são negociadas e vendidas na bolsa, perdendo a União o controle definitivo não apenas sobre a empresa, mas sobre a produção e distribuição energética no país.

As contas não diminuíram, evidentemente. E como atenuante de possíveis descontentamentos e tensões, o Senado Federal aprovou no mês seguinte a “PEC dos benefícios”, propondo a substituição do programa Bolsa Família pelo Auxílio Brasil e o vale-gás, bem como um conjunto de subsídios para caminhoneiros e motoristas privados de transporte público. Diversas controvérsias foram levantadas contra a PEC, especialmente o Auxílio Brasil, tido como um programa de assistência livre de contrapartidas por parte dos beneficiários com exigência de ter filhos matriculados em escolas, manter a carteira de vacinação em dia e participação em palestras na comunidade local. Além disso, o fato do Auxílio Brasil ter sido incluído no orçamento de 2023 com valor abaixo do valor pago até dezembro de 2022 - de 600 reais para 405 reais - gerou suspeitas de estratégia de “compra de votos” por parte do presidente que lutava pela sua reeleição.

Acaloradas também foram as eleições brasileiras. A campanha começou em agosto em uma disputa acirrada, com destaque para o embate Lula *versus* Bolsonaro que se estendeu de forma tenaz e violenta até o segundo turno. O primeiro turno ainda revelou um Ciro Gomes profundamente amargo e ressentido, fazendo mais uma cam-

panha anti-Lula que pró-PDT (Partido Democrático Trabalhista), e a ascensão de Simone Tebet, candidata pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que não teve sucesso em alavancar a “terceira via”, mas conseguiu se destacar como figura política. A violência política, todavia, talvez tenha sido a maior marca dessas eleições. O assassinato à sangue frio de Marcelo Arruda durante sua festa de aniversário por um apoiador de Bolsonaro deu o tom de fogo aberto da campanha, agravando o quadro de truculência explícita por parte da extrema-direita vem se aprofundando no país desde as eleições de 2018. Do Ceará ao Rio Grande do Sul, passando por Mato Grosso e Goiás foi registrada uma escalada de violência e tensão política, com facadas, tiroteios e inúmeras agressões seguidas de morte. Um estudo realizado pelo DATAFOLHA em agosto deste ano revelou que sete em cada 10 brasileiros têm medo de serem agredidos por escolhas políticas.

A escalada de notícias falsas também marcou as eleições de 2022, piorando o cenário de desinformação e alienação política e desconfiança com relação aos resultados eleitorais. Denúncias e acusações muitas vezes infundadas inundaram a mídia e as redes sociais, aprofundando o clima de tensão, desmorteamento e insegurança política no país.

Diante disso, das constantes ameaças de golpe e da não aceitação do resultado, caso Lula saísse vencedor na disputa, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) elaborou em agosto a “Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito”. O documento apresentado em leitura pública no dia 11 de agosto no Largo de São Francisco, em frente à faculdade de direito da USP foi assinado por acadêmicos, artistas, políticos e organizações civis, e buscou reforçar o compromisso com a democracia, a eficácia das urnas e a lisura do processo eleitoral brasileiro.

Para se resguardar frente a possíveis questionamentos sobre os resultados e a lisura do processo eleitoral, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) buscou o apoio das Missões de Observação Eleitoral, convidando diversas autoridades e entidades internacionais para observar as eleições.

Foi uma eleição tensa e violenta, cheia de polêmicas envolvendo não apenas candidatos e eleitores, mas o próprio Supremo Tribunal Federal (STF), alvo de constantes ameaças desde o início do governo Bolsonaro. O próprio dia da eleição foi deveras conturbado, tendo a Polícia Rodoviária Federal (PRF) feito diversas operações em estradas e vias do país, especialmente no Nordeste, dificultando a chegada do eleitor em seus lugares de votação. A divulgação desenfreada de notícias falsas ganhou tamanha proporção que foi aberto pelo STF o inquérito das *fake news*, que visa investigar a suspeita de articulação de uma rede de produção de notícias falsas coordenadas por Bolsonaro, seus filhos e apoiadores. O STF autorizou ainda a abertura de um outro inquérito para investigar as alegações falsas de Bolsonaro, associando as vacinas contra Covid-19 ao desenvolvimento de Aids. Isso sem falar nas últimas discussões no STF sobre a constitucionalidade da execução das emendas de relator, popularmente conhecidas como “orçamento secreto”, tema que incendiou a campanha, causando enorme confusão e indignação entre os eleitores.

Ao final, Lula sagrou-se vencedor, sendo eleito no segundo turno com uma diferença de, aproximadamente, dois milhões de votos do presidente Bolsonaro. O resultado não foi facilmente aceito pelo candidato derrotado e seus apoiadores. Houve bloqueio de mais de 150 estradas e diversos protestos pelo país, que acarretaram transtornos de mobilidade urbana, abastecimento e impactos na saúde pública. Muitos apoiadores de Bolsonaro acamparam em frente aos quartéis, esperando em vão, um golpe que nunca veio, mas que resistem devido ao apoio de empresários de diversos setores e contam com a negligência deliberada pelas autoridades de segurança pública e das próprias Forças Armadas, pois por muito menos manifestações de professores em diversas cidades são dispersas com extrema truculência pelas forças policiais. Veio o silêncio sepulcral por parte de um presidente birrento e derrotado. Veio a Copa e o filho do presidente, Eduardo Bolsonaro, curtindo a vida adoidado, torcendo nos estádios enquanto sua base aguerrida compartilha banheiros químicos podres e fétidos, no melhor estilo unissex, na beira de estradas e quartéis.

Entre mortos e feridos lamentavelmente nem todos se salvaram. Nem mesmo a rainha Elizabeth II, mais longeva monarca governante do Reino Unido, contabilizando 70 anos de reinado, resistiu a 2022. O Brasil foi eliminado da Copa nas quartas de final por uma seleção de pouca expressão, a Croácia, porém com mais pé no chão e humildade que o arrogante Brasil e seu atacante sonegador de impostos. Houve tempos em que os atacantes da seleção eram vistos quase como heróis nacionais. A seleção de 2022 nos deu Neymar Jr, um anti-herói, um contra-herói, uma figura que nos deixa encabulados de torcer. Bolsonaro nos tirou até isso! Mas Rebecca Andrade, primeira brasileira campeã mundial do individual geral de ginástica, menina negra, periférica, filha de uma corajosa mãe solo de sete filhos, fez o baile ferver e saltou ao pódio, nos trazendo não apenas o ouro, mas esperança de ano e um Brasil melhor. Que 2023 venha com ares de resgate, precisamos de muitos.

A edição deste número da Revista foi feita no sufoco de um ano conturbado tal como descrito em nossa retrospectiva e contou com a colaboração de inúmeros professores, pesquisadores e membros do NIEP-Marx num esforço coletivo de revisão e diagramação da revista. É importante lembrar aqui que não tem como manter nossa revista sem o apoio e esforço coletivo e militante. Por isso, deixamos aqui nossos sinceros agradecimentos a todos. Neste número contamos com brilhantes artigos, traduções inéditas e textos elaborados por palestrantes que participaram da edição do Marx e o Marxismo, cuja temática foi “Arte e política 1922-2022”. O evento foi híbrido e marcou a história do NIEP-Marx pelo retorno das atividades presenciais depois de dois anos de eventos virtuais. O reencontro emocionado dos colegas do núcleo, dos participantes, as reflexões das mesas, minicursos e as conversas nos corredores sem dúvida tiveram um significado especial e vai ficar na memória de todos.

Abrimos a seção de artigos com duas traduções de textos inéditos em português. Começamos com o artigo de Charles Post intitulado “*Marxismo e opressão racial: por uma teoria unificada*”, traduzido por João Leonardo Medeiros. O professor Post nos

brinda com uma poderosa contribuição ao debate de opressões, procurando superar o entendimento de opressão racial e da exploração de classe como dinâmicas distintas, apostando numa teoria unificada do capitalismo e da opressão racial. A relação entre capitalismo e racismo não passaria então por uma relação historicamente contingente, mas por um desenvolvimento estruturalmente necessário e, portanto, indissociável.

O segundo artigo é de autoria de Roy Edgley, com tradução de João Leonardo Medeiros e Álvaro Martins Siqueira, que assina o texto de apresentação de Edgley. Siqueira apresenta Roy Edgley e contextualiza seu pioneirismo no debate da filosofia da ciência por uma perspectiva marxista. O artigo de Edgley, “*Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista*”, aborda a crise social e intelectual que se descortina com o processo de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, a partir da realocação sistêmica das bases industriais produtivas do centro para a periferia do capitalismo. Procura ainda abordar como o marxismo se relaciona contraditoriamente com esse paradigma de ciência ocidental, racional e empirista, criticando seu objetivismo supostamente neutro, em favor de uma ciência engajada com aberta discussão e posicionamento político, sendo, todavia, um produto também europeu, herdeiro dessa mesma tradição científica iluminista europeia.

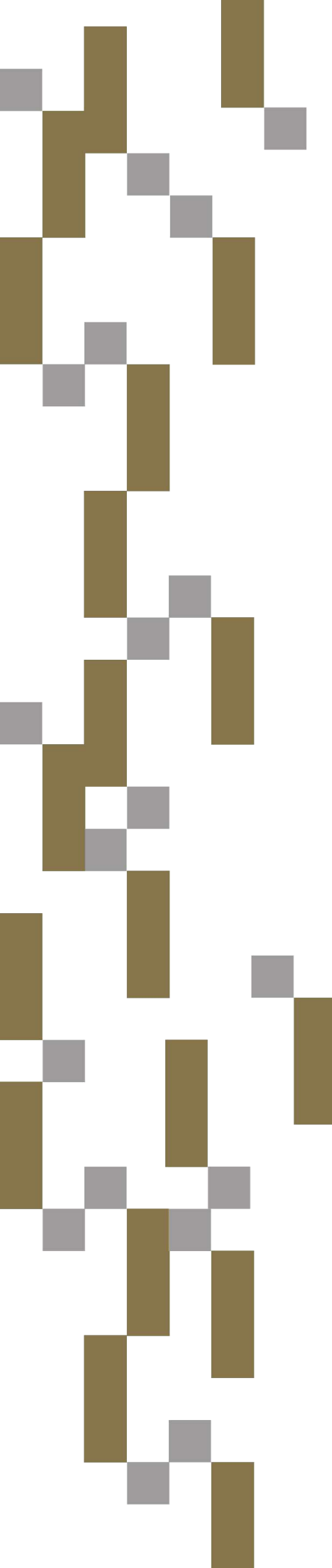
Os dois próximos artigos são de autores que participaram como conferencistas do nosso colóquio e pratos da casa. O professor de literatura argentino Miguel Vedda apresenta o artigo “*La contemporaneidad de lo mítico y la mirada extrañada: sobre las lecturas de Proust de Theodor W. Adorno y Siegfried Kracauer*” que realiza uma reflexão sobre a análise de Adorno e Kracauer da obra de Marcel Proust, evidenciando os pontos de convergência e divergência dos autores ao se debruçar na literatura do escritor francês. Luciana Requião e Breno Amparo assinam o artigo “*Demasiadamente humano: o trabalho musical enquanto estro recalitrante da vida material*” onde apresentam uma interpretação crítica das relações entre a música, a sociedade, o trabalho e o capital que se contrapõe ao duplo fetiche presente nos estudos sobre a história da música, defendendo a ideia de que o trabalho musical deve se relacionar não com a lógica da mercadoria, mas sim com as necessidades sociais.

Temos ainda o artigo de Alan Fernandes intitulado “*Sobre a experiência e sobre a prática*” que empreende uma discussão sobre epistemologia, resgatando o debate em autores clássicos da filosofia marxista e moderna. Já no artigo “*O marxismo como programa de pesquisa*”, Sébastien Antoine resgata a contribuição de Michael Burawoy, sociólogo marxista britânico que propõe uma transposição do conceito de programa de pesquisa, de autoria de Imre Lakatos, para o marxismo. De acordo com Antoine, a formulação metodológica de Burawoy permite delinear o papel da pesquisa empírica e ao mesmo tempo superar as principais anomalias apresentadas pelo programa de pesquisa.

Contamos ainda com dois importantes artigos de análise política e social do Brasil de fôlego. O texto de Ana Carolina Reginatto em “*O governo Bolsonaro e a agenda de garimpeiros e mineradoras (2019-2022)*” realiza uma radiografia das frações de classe dominante do garimpo durante, analisando o avanço do garimpo em terras indígenas com aval do governo Bolsonaro. Através de farta pesquisa documental, Reginatto demonstra a convergência espúria e descarada dos interesses dos principais aparelhos privados de hegemonia do garimpo com o governo que envolviam o desmatamento e o

ataque aos direitos dos povos originários. Cármen Tornquist em “*Os trabalhadores e a cidade: movimentos sociais e luta pela moradia em Florianópolis*” realiza uma minuciosa análise sobre a questão urbana no Brasil partindo do estudo de caso da cidade de Florianópolis. A autora foca-se no processo de segregação socioespacial que a capital de Santa Catarina enfrentou a partir do desenvolvimento não planejado dos anos 1970 e como isso afetou diretamente a classe trabalhadora e integrou-se ao conflito capital e trabalho na luta pela moradia.

Na seção de notas críticas César Bolaño e Fabrício Zanghelini assinam o texto “*A desumanidade neoliberal não tem vacina: o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro*” onde empreendem uma retrospectiva crítica da condução da pandemia pelo governo Bolsonaro pautado nos princípios neoliberais que contribuíram deliberadamente no aumento do número de vítimas no país. Por fim, temos na seção Luta e Memória o texto “*Lukács, um Galileu no século XX*” de Ricardo Antunes em comemoração aos cinquenta anos de morte de György Lukács onde coteja momentos importantes da trajetória intelectual e dos debates principais do marxista húngaro.



ARTIGOS

Marxismo e opressão racial:

por uma teoria unificada

Marxism and racial oppression: toward a unified theory

Charles Post^{*1}

Resumo

O debate antirracista na esquerda marxista permanece polarizado entre políticas “reducionistas de classe” (qualquer tentativa de abordar as disparidades raciais reforça as relações de classe capitalistas) e políticas “identitárias liberais” (disparidades na representação racial podem ser resolvidas sem questionar a desigualdade de classe). Ambas as posições compartilham uma perspectiva comum – a opressão racial e a exploração de classe são produtos de dinâmicas sociais distintas cuja relação é *historicamente contingente*. Este ensaio é um passo inicial em direção a uma teoria unificada do capitalismo e da opressão racial, na qual sua relação é *estruturalmente necessária*. Seguindo a elaboração da economia política de Marx empreendida por Anwar Shaikh e Howard Botwinick, argumentamos que a acumulação e a competição capitalistas reais necessariamente diferenciam os processos de trabalho, as taxas de lucro e as taxas salariais dentro e entre os ramos da produção. A seguir, tentamos fundar a racialização – a divisão da humanidade em grupos distintos com características imutáveis que tornam alguns grupos inerentemente superiores e outros inerentemente inferiores – na experiência vivida das relações de propriedade social capitalista. Finalmente, o ensaio examina exemplos históricos de como a raça fornece um “roteiro mental” da experiência vivida das relações sociais capitalistas tanto para capitalistas quanto para trabalhadores.

Palavras-chave: racismo; capitalismo; teorias da opressão racial; marxismo

* Charles Post leciona Sociologia no *Borough of Manhattan Community College* e no *Graduate Center* da *City University of New York*. Ele é membro do conselho editorial da *Spectre: A Marxist Journal* e membro do *Tempest Collective*, uma organização revolucionária socialista nos EUA. E-mail: cpost@bmcc.cuny.edu ou charlespost@nyc.rr.com. Tradução: João Leonardo Medeiros (UFF/NIEP-Marx).

¹ O autor gostaria de agradecer a Tithi Bhattacharya, Howard Botwinick, Robert Brenner, David Camfield, Sue Ferguson, Todd Gordon, Kate Doyle-Griffiths, Paul Heideman, Aaron Jaffe, David McNally, Kim Moody, Richard Seymour e Lise Vogel por seus comentários às primeiras versões deste ensaio. Um agradecimento especial a David Camfield por compartilhar materiais não publicados sobre as origens do racismo; a Paul Heideman pela ajuda com dados sobre raça e desemprego; e a Kim Moody por uma longa discussão sobre como trabalhadores e capitalistas encaram a raça no mercado de trabalho-capitalista. Quero agradecer ainda aos participantes do meu seminário “Capitalismo, raça e classe” no *Graduate Center* da CUNY no outono de 2016 e na primavera de 2020, no qual muitas dessas ideias foram inicialmente apresentadas, debatidas e refinadas. Um agradecimento especial também a Satnam Virdee, com quem debati essas questões e outros assuntos. Finalmente, este ensaio é dedicado à memória de James A. Geschwender (1933-2020), que me ensinou como pensar sobre raça e classe quando eu era seu estudante de pós-graduação em Binghamton.

Abstract

Anti-racist debate on the Marxist left remains polarized between “class reductionist” (any attempt to address racial disparities reinforces capitalist class relations) and “liberal identity” (disparities in racial representation can be resolved without questioning class inequality) politics. Both positions share a common perspective – racial oppression and class exploitation are the products of distinctive social dynamics whose relationship is historically contingent. This essay is an initial step toward a unified theory of capitalism and racial oppression, where their relationship is structurally necessary. Following Anwar Shaikh and Howard Botwinick’s elaboration of Marx’s political economy, we argue that real capitalist accumulation and competition necessarily differentiates labor processes, profit rates and wage rates within and between branches of production. We then attempt to root racialization – the division of humanity into distinct groups with unchangeable characteristics that make some groups inherently superior and others inherently inferior – in the lived experience of capitalist social property relations. Finally, the essay examines historical examples of how race provides a “mental road map” of the lived experience of capitalist social relations for both capitalist and workers.

Keywords: racism; capitalism; theories of racial oppression; Marxism

A revolta desencadeada pelo assassinato policial de George Floyd em Mineápolis colocou novamente a questão da raça no centro da política nos EUA e no resto do mundo capitalista. Enquanto a direita nega firmemente a existência de racismo e defende uma maior repressão contra aqueles que protestam contra a violência policial, a esquerda – tanto a liberal² quanto a socialista – tem se esforçado para compreender a rebelião. Para os liberais, o problema é simplesmente uma “falta de diversidade” – a polícia, as classes médias, a América corporativa e o establishment político não “refletem” a população como um todo. Os liberais esperam refrear essas lutas como fizeram com as lutas das décadas de 1960 e 1970, promovendo uma nova classe média de cor sem enfrentar a crescente pobreza e a insegurança dos trabalhadores de cor. Como argumentou Asad Haider (2018), os neoliberais transformaram a “política de identidade” de um ataque ao racismo, ao sexismo e ao capitalismo em uma demanda para diversificar a elite política e econômica sem modificar as relações de classe capitalistas.

A esquerda socialista dos EUA também está tentando acompanhar os acontecimentos. A principal organização da esquerda dos EUA, os Socialistas Democráticos da América [*Democratic Socialists of America* (DSA)], foi pega no contrapé por essas novas lutas e achou difícil transitar das rotinas da política eleitoral do Partido Democrata para a organização de um movimento contínuo contra o racismo e o capitalismo. (Charles *et al.*, 2020) Alguns no DSA falharam em abraçar as demandas mais radicais da revolta – desfinanciar, desarmar e dissolver a polícia – e, em lugar disso, defenderam uma campanha continuada em torno de demandas “universais” para aumentar os salários e o financiamento de serviços públicos – incluindo a polícia. (Chibber 2020; Guastella 2020)

Tanto a posição “identitária” liberal quanto a reducionista de classe, apesar de suas trajetórias políticas divergentes, compartilham um ponto de partida conceitual comum – ambas veem a relação de opressão racial e exploração capitalista como *contingente* em lugar de *necessária*. A maioria das teorias de raça e capitalismo baseia-se em noções de sistemas de opressão interseccionais,³ assim como muitos da tradição radical negra o fazem ao mobilizarem a noção de “capitalismo racial”. Tanto a “interseccionalidade” quanto as teorias do “capitalismo racial” tentam recentralizar a luta contra o racismo na política anticapitalista. No entanto, essas abordagens não são adequadas

² [N.T.] A palavra “liberal”, aqui empregada como adjetivo, geralmente não possui, no ambiente político norte-americano, o sentido habitualmente empregado no ambiente político brasileiro. Nos EUA, o qualificativo refere-se habitualmente às pessoas, suas crenças e ações que defendem as chamadas liberdades individuais ou direitos civis, inclusive (mas não necessariamente) mediante a guarida do Estado de bem-estar. No Brasil, a palavra “liberal” é mais habitualmente associada ao *laissez-faire*, ao liberalismo *econômico*, a não ser que se refira aos costumes. Os dois sentidos existem e são empregados na língua inglesa, mas “*liberal*” quando empregado como adjetivo de “*left*” [esquerda] ou mesmo como substantivo (“*a liberal*”) não possuiria esse sentido como seu elemento dominante, embora a luta por direitos civis seja usualmente conjugada com um compromisso com o liberalismo econômico justamente nesse setor da esquerda. O próprio autor associou o termo mais diretamente à chamada esquerda identitarista. A versão do termo representa sem dúvida um dilema aos tradutores: ou se mantém a palavra original, arriscando que seja interpretada equivocadamente, ou se substitui por outra, perdendo, no entanto, o nexos com a forma costumeira em que ela é empregada em seu contexto de origem. A opção aqui foi preservar a palavra original e explicar, nesta nota, a dificuldade da tradução.

³ Cf.: Collins (2000) para uma apresentação rigorosa das teorias interseccionais da opressão.

para essa tarefa. Tanto a “interseccionalidade” quanto as teorias do “capitalismo racial” falham em estabelecer uma relação *estrutural necessária* entre capitalismo e racismo e, explícita ou implicitamente, admitem uma relação *histórica contingente*.

Problemas conceituais semelhantes marcaram abordagens radicais e marxistas da opressão de gênero. No final dos anos 1970 a maioria das feministas-socialistas concluiu que o marxismo era uma teoria “cega para gênero” capaz de compreender a dinâmica da exploração de classe, mas possuindo poucos *insights* sobre a dinâmica de um sistema “sexo/gênero” independente de opressão patriarcal que coexistia com o capitalismo. (Hartman, 1979) Nos últimos vinte anos, as teorias de “sistemas duais” de gênero e classe foram suplementadas por noções de “interseccionalidade”. Enquanto a versão mais antiga da interseccionalidade via sistemas distintos de classe, gênero, raça e outras formas de opressão moldando identidades e práticas sociais, versões posteriores tentaram uma perspectiva mais integrativa. Patricia Hill Collins (2000) compila opressões em “matrizes” e procura explorar as inter-relações entre diferentes vetores de opressão. O trabalho de Ashley Bohrer (2019) é a tentativa mais rigorosa até hoje de reconciliar marxismo e interseccionalidade, argumentando que a dominação social do capital é baseada tanto na exploração quanto na opressão.

Todas as variantes da interseccionalidade sofrem de numerosos problemas analíticos. As versões mais antigas sofrem dos mesmos problemas que a teoria dos sistemas duais identificados por Lise Vogel no início dos anos 1970 – uma falha em especificar consistentemente a dinâmica do patriarcado e sua relação com o capitalismo. (Vogel, 2013, Capítulo 2) Holly Lewis, em sua análise pioneira de gênero e sexualidade, argumenta que a interseccionalidade “assume que cada sistema de opressão é um vetor com uma origem nebulosa que intersecciona com o sujeito individual [...]” Desconectado da vida material, a opressão lhe parece como que “nascida da intenção maléfica e das más ideias” (Lewis, 2016, pp. 273-274). Não apenas as origens e a trajetória de cada “rua” separada de opressão não são especificadas, mas, como argumenta Tithi Bhattacharya, a interseccionalidade falha em especificar “a lógica de sua interseção” (Bhattacharya, 2017, p. 17). As versões posteriores e mais sofisticadas da teoria evitam os métodos “atomísticos”⁴ das versões mais antigas, mas trabalham com uma compreensão *idealizada* da acumulação e da competição capitalistas. (Jaffe 2020) Especificamente, as últimas encarnações da interseccionalidade afirmam que as teorizações marxistas da acumulação e da competição implicam a *homogeneização* de capitalistas e trabalhadores e são, portanto, incapazes de explicar as divisões de gênero (e racializadas) entre eles.

As teorias marxistas e radicais do capitalismo e da opressão racial sofrem de dificuldades conceituais similares. Quase todos os enquadramentos existentes veem o capitalismo e o racismo como relações sociais distintivas cuja associação é historicamente contingente. Ellen Meiksins Wood, uma das teóricas mais perspicazes do capitalismo, rejeita explicitamente qualquer relação necessária entre capitalismo e opressão racial:

No mínimo, igualdade de classe significa algo diferente e exige condições diferentes das que se associam a igualdade sexual ou racial. Em particular, a abolição da desigualdade de classe representaria por definição o fim do capitalismo. Mas o mesmo se aplica necessariamente à abolição da

⁴ Cf.: McNally (2017).

desigualdade sexual ou racial? Em princípio, igualdade sexual e racial [...] não é incompatível com o capitalismo⁵ [...] embora a exploração de classe seja um componente do capitalismo, de uma forma que não se aplica às diferenças sexuais e raciais, o capitalismo submete todas as relações sociais às suas necessidades. Ele tem condições de cooptar e reforçar desigualdades e opressões que não criou e adaptá-las aos interesses da exploração de classe. (Wood, 2003a, p. 221)

Wood confunde as *precondições* teóricas e históricas das relações capitalistas de propriedade social com os *resultados* – as consequências *inintencionais* da reprodução dessas relações de propriedade social. (Arruzza, 2015; 2014) Wood aponta, corretamente, para duas realidades. Primeiro, nem a opressão racial nem a de gênero são *pre-condição necessária* para o estabelecimento de relações capitalistas de propriedade social. Dito de outra maneira, o capitalismo passa a existir quando produtores e não produtores têm que se reproduzir por meio da competição de mercado – por meio da operação da lei do valor. Segundo, o capitalismo pode reduzir com sucesso as disparidades raciais e de gênero no interior das classes médias capitalistas e de gestão profissional – até mesmo permitindo que um afro-americano lidere o mais poderoso Estado capitalista do mundo. No entanto, a relação entre capitalismo e opressão racial (e de gênero) permanece, desse ponto de vista, *contingente*.

A teorização altamente influente de Cedric Robinson (1983) sobre o “capitalismo racial” também se funda numa relação historicamente contingente entre raça e capitalismo. Robinson se apega ao problemático “modelo de comercialização” das origens do capitalismo, no qual o capitalismo emerge naturalmente da expansão do comércio em sociedades não capitalistas. (Wood, 2002) Nesse modelo, o capitalismo se desenvolve lentamente desde o interior do feudalismo, que Robinson alega já ser “racializado” antes do surgimento do capitalismo. As alegações de Robinson de que o racismo existia na Europa já na Antiguidade clássica são, como argumentaremos abaixo, baseadas em uma confusão fundamental entre os modos pré-capitalista e capitalista de diferenciação (“outrização”⁶) dos seres humanos.⁷ Mas, mais fundamentalmente, elas deixam abertas a possibilidade de que, se o capitalismo tivesse surgido fora do feudalismo europeu “racializado”, o racismo não seria uma característica necessária do capitalismo.

Tentativas mais recentes de refinar a teoria do capitalismo racial sofrem de problemas semelhantes. Julian Go procura resolver as tensões na explicação de Robinson recorrendo à distinção de David Harvey (2014) entre “a *teoria do capital* de Marx e sua *teoria do capitalismo*”.⁸ A teoria do “capital” nos *Grundrisse* e em *O capital* trabalha num nível de abstração que não pode dar conta de “categorias de raça, gênero ou etnia

⁵ [N.T.] A tradução foi ajustada aqui. Na edição em português, em lugar de “igualdade” foi adotado “as desigualdades”, obviamente uma tradução equivocada para “equality”.

⁶ [N.T.] O autor usou aqui o neologismo “*othering*”. Optou-se por uma tradução que mantivesse a forma do neologismo e a intenção de denotar o ato de estabelecer a diferença a partir da qual se caracteriza os “outros”.

⁷ Go (2020, pp. 3-4) defende um argumento semelhante.

⁸ A distinção de Harvey entre uma “teoria do capital” e uma “teoria do capitalismo” confunde abstração científica com idealização/construção de tipos ideais e torna impossível relacionar rigorosamente teoria e história.

[...] porque elas são muito concretas” (Go, 2020, p. 5). Em contraste, a teoria do “capitalismo” de Marx refere-se a tentativas de empregar sua teoria do “capital” para explicar desenvolvimentos históricos concretos, incluindo a opressão racial. No entanto, Go reconhece que a relação entre capitalismo e racismo permanece histórica e contingente, pois não é possível “deduzir, das categorias da teoria de Marx [de *O capital* – CP], a necessidade do racismo ou das diferenciações raciais na sociedade” (*ibidem*, p. 6).⁹

Tampouco a análise de David Roediger e Elizabeth Esch (2012) da relação entre racismo e capitalismo escapa à contingência histórica. Eles produziram uma rica descrição de como capitalistas e trabalhadores assalariados empregam a raça – o mito das diferenças intrínsecas e imutáveis entre humanos – para defender e avançar suas posições sociais nas sociedades capitalistas. Eles fornecem um mapa detalhado de ambas as mudanças de “fronteiras raciais” dentro da classe trabalhadora ao longo do tempo; e a persistência da racialização ao longo da história do capitalismo norte-americano. No entanto, Roediger e Esch falham em estabelecer uma relação *necessária* entre acumulação capitalista e opressão racial.

Para Roediger e Esch, o racismo é um vetor independente de opressão que opera *externamente*, mas em uma relação *funcional* com a acumulação e a competição capitalistas. Eles rejeitam as proposições daqueles, como Oliver Cromwell Cox (1948), que procuram enraizar a opressão racial na acumulação capitalista e na competição no mercado de trabalho. Eles defendem, seguindo muitos outros, que a operação da lei do valor *homogeneiza* o trabalho – equalizando salários, condições de trabalho e coisas do tipo.¹⁰ Para eles, o racismo existe porque é funcional para o capital – como um mecanismo para dividir ideológica e politicamente uma classe trabalhadora crescentemente homogênea. Assim como outros teóricos interseccionais, Roediger e Esch valem-se de uma compreensão simplista da acumulação capitalista e da competição que os torna incapazes de explicar como a estrutura do capitalismo tanto *compele* como *habilita*¹¹ os capitalistas a *diferenciar* ideológica e politicamente os trabalhadores cujas condições de vida e trabalho estão se tornando ostensivamente *homogêneas*.

A tentativa seminal de Lise Vogel, mas há muito ignorada, de construir uma *teoria unitária* da opressão de gênero provê um modelo para transcender os dilemas das teorias contingentes da opressão racial e do capitalismo. Vogel situa a opressão das mulheres *no interior* da dinâmica real da acumulação capitalista, que exige a reprodução contínua da “mercadoria especial” do capitalismo – a força de trabalho, a fonte do mais-valor. Há três elementos para a reprodução social da força de trabalho: a capacidade de

⁹ Arun Kundnani (2010) localiza corretamente as origens da noção de “capitalismo racial” no trabalho de cientistas sociais marxianos que analisaram do apartheid da África do Sul nos anos 1960 e 1970, e procura compreender como a acumulação e a competição capitalistas possuem tendências para tanto *homogeneizar* quanto *diferenciar* classes. Entretanto, sua proposição de que “racismo de Estado, violência e coerção em massa de trabalhadores subordinados são os correlatos da falha em universalizar o trabalho assalariado” deixa sem explicação a reprodução da opressão racial na era do neoliberalismo – em que a dependência dos trabalhadores do salário de mercado foi universalizada de várias formas.

¹⁰ A compreensão de Roediger e Esch da teoria do valor, da acumulação e da competição é extraída de Lebowitz (2006).

¹¹ Essa noção de que as estruturas tanto *compelem* quando *habilitam* os agentes a atuar de determinada maneira é retirada de Callinicos (2009).

trabalhar deve ser reproduzida diariamente (os trabalhadores devem ser alimentados, vestidos etc. para trabalhar todo dia); aqueles que não podem trabalhar (jovens, idosos e pessoas com deficiência) devem ser cuidados; e a classe trabalhadora deve ser reproduzida intergeracionalmente. Enquanto o capitalismo encontrou várias maneiras de organizar a reprodução diária da força de trabalho e o cuidado dos não trabalhadores – campos de trabalho, dormitórios do mesmo sexo, imigração, lares de idosos, orfanatos etc. – a reprodução *geracional* da força de trabalho requer a reprodução *social e biológica* de seres humanos. Todas as sociedades de classe organizam socialmente as diferenças biológicas (gestação e amamentação) que criam o “papel diferencial da mulher na reprodução da força de trabalho”. O capitalismo se apodera e transforma o principal local de reprodução cotidiana e intergeracional da força de trabalho, a família/residência, criando “uma severa separação espacial, temporal e institucional entre o trabalho doméstico e o processo de produção capitalista” (Vogel, 2013, pp. 151-159). A responsabilidade primária das mulheres pelos aspectos “domésticos”, privatizados, da reprodução social é a matriz para a produção da opressão de gênero.

Figuras-chave na Tradição Radical Negra prefiguraram elementos da teoria unificada elaborada abaixo. Embora DuBois seja frequentemente associado à noção de “salário psicológico”, um termo que ele usou apenas uma vez em seu magistral *Black reconstruction* [Reconstrução Negra],¹² em muitas de suas obras ele enraizou a ideologia e as práticas racistas na *competição no mercado de trabalho*.¹³ *Caste, Class and Race* [Casta, Classe e Raça] de Cox (1948) fez a primeira tentativa sistemática de analisar a relação *necessária* entre exploração capitalista e opressão racial. Finalmente, a análise de Gilmore (2007, pp. 70-77) da relação entre a reprodução do exército industrial de reserva¹⁴ e o encarceramento racializado é uma contribuição central para uma teoria unificada de raça e capitalismo.

Acumulação capitalista e competição a heterogeneidade de processos de trabalho, taxas de lucro e salários

A produção e reprodução da opressão racial sob o capitalismo está enraizada nos processos de acumulação e competição capitalistas. A maioria dos marxistas e não marxistas atribui a Marx uma teoria do valor, da acumulação e da competição que *homogeneiza* capital e trabalho. Isso não reflete nem a teoria madura de Marx em *O capital* nem a história efetiva do capitalismo. Como argumentam Anwar Shaikh (2016) e Howard Botwinick (2018), a reprodução do capitalismo não *homogeneiza*, mas *diferencia* constantemente capitalistas e trabalhadores. A operação da lei do valor – na qual os valores de troca de diferentes mercadorias são expressos na quantidade de *tempo de trabalho abstrato médio socialmente* necessário para produzi-las – não depende da *homogeneização* do trabalho. Em vez disso, é a competição e a acumulação capitalistas que

¹² Cf.: DuBois (1935, p. 700).

¹³ DuBois (1920, Capítulo IV). Ver Melchor (2019) para uma discussão sobre a crença de DuBois de que a competição no mercado trabalho torna o sindicalismo interracial impossível nos EUA antes da Segunda Guerra Mundial.

¹⁴ [N.T.] O autor emprega aqui a expressão *reserve army of labor*, corriqueiramente usada na língua inglesa, mesmo em textos especializados. Julgamos, no entanto, pertinente traduzir a expressão por exército industrial de reserva, não apenas por ser mais corrente no uso no Brasil, mas também por ser mais fiel à expressão forjada por Marx (*industrielle Reservearmee*).

permitem que os produtos de processos de trabalho humanos *concretos* fundamentalmente *diferentes* sejam trocados como *equivalentes mediante a abstração dessas diferenças concretas*.¹⁵

As noções de que a acumulação e a competição *homogeneizam* as condições de produção confundem a compreensão de Marx da *competição real* com a visão *idealizada* da economia neoclássica sobre a competição. A “concorrência perfeita”, na qual várias firmas são “tomadoras de preços” passivas e a vantagem de mercado de qualquer firma é temporária, na melhor das hipóteses, produz taxas de lucro e salários uniformes. Essa visão da competição como uma dança bem coreografada entre produtores faz com que a ordem econômica existente pareça eficiente e justa. A *competição capitalista real* tem pouco a ver com o mundo de sonho da economia neoclássica. A competição real é travada por meio do que Marx chamou de “artilharia pesada do capital fixo” – *inovação tecnológica constante, tomando a forma de crescente mecanização da produção* – pela participação no mercado conquistada às custas de outros produtores. De acordo com Shaikh (2016, p. 14), “a *competição real*, antagônica por natureza e turbulenta por natureza [...] é tão diferente da chamada competição perfeita quanto a guerra é do balé”.

A competição e a acumulação reais, mediante o aumento da mecanização da produção, criam *heterogeneidade* entre capitalistas e trabalhadores. Em primeiro lugar, o processo de divisão de tarefas e sua mecanização em um ramo de produção torna uma porção da força de trabalho redundante para o capital. Esse constante reabastecimento do que Marx chamou de *exército industrial de reserva*, a massa de desempregados e subempregados, não apenas regula os salários no interior dos limites da lucratividade, mas cria a possibilidade de processos de trabalho, taxas de lucro e salários *heterogêneos* entre os ramos da indústria. Enquanto as indústrias crescentemente intensivas em capital desfrutam de maiores lucros e da possibilidade de salários mais altos, o constante reabastecimento do exército de reserva permite a reprodução constante de indústrias *intensivas em trabalho* com lucros mais baixos e salários mais baixos. Em outras palavras, o “trabalho suado” sob o capitalismo não é um resquício atávico de formas anteriores de produção, mas a consequência necessária da mecanização continuada da produção, ainda que necessariamente desigual e combinada. (Botwinick, 2018, Capítulo 3)

A geração constante do exército de reserva, com trabalhadores experimentando diferentes níveis de precariedade e desespero, produz trabalhadores que têm pouca escolha a não ser aceitar os piores empregos em toda a economia. Na presença do exército de reserva, a mobilidade do capital e do trabalho estabelece limites, mas não pode eliminar a diferenciação salarial geral. Os setores de baixos salários podem evitar o aumento dos salários explorando o reservatório de trabalhadores desesperados. Com base no trabalho de Samuel Friedman (1984), Botwinick argumenta que essas indústrias de baixos salários muitas vezes recrutam em reservas de trabalho específicas – camadas específicas de trabalhadores desempregados e subempregados cuja força de trabalho é reproduzida em condições sociais distintas – de modo a manter sua lucratividade. Um exemplo contemporâneo de um exército de reserva específico são os trabalhadores migrantes. A separação física da reprodução intergeracional no Sul global e a reprodução cotidiana no Norte global permite que os capitalistas em indústrias de baixos salários

¹⁵ Um ponto similar, derivado do trabalho de Shaikh, é defendido por Chibber (2013, pp. 133-137; 145-147).

paguem salários *abaixo* dos custos de reprodução da força de trabalho no Norte global.¹⁶ A falta do mais básico dos direitos políticos usufruídos pelos “cidadãos” por parte dos imigrantes “sem documentos” intensifica as condições precárias da reprodução social desse segmento do exército industrial de reserva.

Em segundo lugar, a competição dentro das e entre as indústrias necessariamente *diferencia* os processos de trabalho, as taxas de lucros e de salários. Na “guerra de todos contra todos” competitiva, as firmas com investimentos mais antigos em capital fixo têm dificuldade em reduzir custos unitários e elevar margens e taxas de lucro. Todavia, elas não podem abandonar esses investimentos imediatamente em favor de maquinaria nova e mais eficiente. De acordo com Botwinick:

Dada a presença de investimento em capital fixo, entretanto, novas técnicas não podem ser adotadas imediatamente por todas as firmas na indústria. Uma vez que o capital fixo geralmente requer períodos de rotação prolongados, novas técnicas serão adotadas primordialmente pelos capitais que estiverem em melhor posição para fazê-lo. Assim, embora novos capitais venham a entrar na indústria com equipamentos no “estado da arte” e outros capitais existentes comecem gradualmente a reabastecer e expandir suas instalações produtivas com as técnicas mais recentes, capitais mais antigos e menos eficientes também tenderão a viver por muitos anos. Isso é particularmente verdadeiro em períodos prolongados de rápido crescimento [...] *Em vez de criar firmas idênticas, a competição cria uma rediferenciação contínua das condições de produção.*¹⁷ (Botwinick, 2018, p. 131)

Dito de outra maneira, o investimento capitalista em edifícios, máquinas e similares cria barreiras *para a saída* de um ramo de produção. Os capitais com capital fixo mais antigo e menos eficiente, os capitais *não reguladores* [*non-regulating capitals*], *não têm escolha* a não ser permanecer em atividade até que seus investimentos sejam amortizados. Eles competem com os capitais com técnica no “estado da arte”, os capitais *reguladores* [*regulating capitals*], pagando salários abaixo dos oferecidos pelo capital regulador e intensificando o trabalho por meio da aceleração, subdivisão de tarefas e outros meios de aumentar a extração de mais-valor absoluto.

Capitalismo e ideologia e práticas racistas

Enquanto a “coerção muda” do mercado diferencia continuamente os salários dos trabalhadores, as condições de trabalho e a segurança do emprego, precisamos explicar por que essa diferenciação assume a forma de *racialização* – a divisão da humanidade em grupos distintos, com características *imutáveis* que tornam alguns grupos

¹⁶ A formulação original da separação física entre a reprodução intergeracional e cotidiana da força de trabalho como base do sistema de trabalho migratório encontra-se em Buroway (1976). Para um desenvolvimento recente desse argumento na teoria da reprodução social, ver Ferguson e McNally (2015).

¹⁷ Esse argumento não deve ser confundido com teorias da “economia dual” que supõem existir um “centro” com lucros e salários *permanentemente* mais altos do que aqueles das regiões “periféricas” da economia. Ver Botwinick (2018, Capítulos 5-7) para um argumento detalhado sobre como a “regulação turbulenta” das taxas de lucro, margens de lucro e taxas salariais por meio da competição capitalista impede qualquer ramo da produção ou capital de preservar permanentemente sua posição “central”.

inerentemente superiores e outros inerentemente inferiores. As relações capitalistas de propriedade social dão origem a uma experiência vivida contraditória tanto para capitalistas quanto para trabalhadores.¹⁸ Por um lado, o capitalismo é a primeira forma de trabalho social na história humana na qual a exploração ocorre através do que parece ser a *troca de equivalentes* no mercado de trabalho. (Marx, 2013, Capítulo 4) Em lugar de basear-se na dominação pessoal ou em outras formas de coerção extraeconômica, capitalistas e trabalhadores confrontam-se no mercado de trabalho como proprietários de mercadorias distintas – os capitalistas possuem os meios de produção, os trabalhadores sua força de trabalho. Os capitalistas compram a capacidade de trabalho dos trabalhadores geralmente *pelo seu valor* – as condições sociais historicamente constituídas da reprodução da força de trabalho. À medida que os capitalistas *consomem* a força de trabalho – colocam trabalhadores para trabalhar em processos de trabalho sob o comando do capital – os trabalhadores são compelidos a produzir valor *em excesso* ao valor de seus salários.

A compra e venda de força de trabalho faz emergir um *vocabulário* muito específico de *experiência vivida* que disfarça espontaneamente a exploração e promove a noção de *igualdade* de todos os seres humanos. Em *Salário, preço e lucro*, Marx (1978, pp. 83-85) argumentou que, sob a escravidão, todo trabalho parece não ser pago e, sob a servidão, a divisão entre o trabalho pago e o não pago é claramente visível na divisão de colheitas e de trabalho. Em contraste, sob o capitalismo, “até o trabalho *não remunerado* parece ser trabalho pago” pelo fato de que “o caráter de toda a transação se disfarce por completo com a *interferência de um contrato* [...]”. (*ibidem*, p. 84) Em *O capital*, Marx identificou como isso produz uma ideologia distintiva: “A esfera da circulação ou da troca de mercadorias, em cujos limites se move a compra e a venda da força de trabalho, é, de fato, um verdadeiro Éden dos direitos inatos do homem. Ela é o reino exclusivo da liberdade, da igualdade, da propriedade e de Bentham” (Marx, 2013, p. 250).

Entretanto, uma vez que deixamos o mundo idealizado da troca de mercadorias, entramos no mundo *real* da produção, acumulação e competição capitalistas, que necessariamente produz *desigualdades substanciais* – entre capital e trabalho, no interior da classe trabalhadora e entre sociedades na economia mundial capitalista. Nas sociedades pré-capitalistas, a desigualdade humana era *assumida* como parte da “ordem das coisas”; assentada em relações de dependência pessoal e coerção extraeconômica. Por contraste, a desigualdade deve ser *explicada* sob o capitalismo de uma maneira que seja *compatível* com a noção de que os seres humanos *deveriam* ser livres e iguais. Isso requer uma *renaturalização* da diferença – a divisão da humanidade em grupos com *características imutáveis*, tornando alguns inerentemente superiores, outros inferiores. Somente se algumas pessoas são vistas e tratadas como menos do que “totalmente humanas” é que tanto capitalistas quanto grupos de trabalhadores concorrentes podem entender o sentido de uma sociedade em que todos parecem ser iguais, mas há uma

¹⁸ Nossa abordagem da raça como uma ideologia e um conjunto de práticas está baseada no trabalho de Fields (1990, pp. 110-113). Ideologia não é o equivalente de propaganda – ideias produzidas pela mídia, escolas e coisas do tipo e “impostas” sobre uma população passiva. Nem é o equivalente de “doutrina” – um conjunto coerente e estável de crenças sobre o mundo. Ao contrário, ideologia é o “vocabulário da experiência e ação cotidianos” (*ibidem*, p. 111). Dito de outra forma, ideologias são *roteiros mentais* da experiência vivida.

desigualdade real entre e no interior das classes produzidas pela lógica da acumulação e da competição capitalistas.

A diferenciação racial e de gênero são as formas mais comuns pelas quais tanto capitalistas como trabalhadores compreendem e justificam a heterogeneidade do mercado de trabalho. As diferenças de gênero são ideologicamente *reduzidas* à biologia – gênero é equiparado à diferenciação sexual – o que presumidamente explica a inferioridade *inerente* das mulheres com relação a mim. Embora a raça não tenha existência biológica, o processo de racialização constrói socialmente diferenças que são supostas como permanentes e imutáveis.¹⁹ A racialização *naturaliza* as diferenças de aparência física, religião, linguagem e afins.²⁰ A ideologia racista, com sua noção de relações de desigualdade *inerentes* e *imutáveis*, fornece um roteiro mental poderoso tanto para capitalistas como para trabalhadores da experiência vivida contraditória da acumulação e da competição.

A história do racismo

Se o racismo é um “vocabulário da experiência vivida” central das relações de propriedade social capitalista, então ele deve ter uma *história* própria. A noção de que raça e racismo existem *trans-historicamente*, pelo menos desde a Antiguidade europeia, está no cerne do marxismo negro de Cedric Robinson (1983). Outros estudiosos²¹ radicaram o “racismo” antigo na crença de que as diferenças entre grupos “civilizados” e “bárbaros” estavam fundadas em fatores ambientais que se tornaram *hereditários*. Contudo, mesmo os defensores de um racismo greco-romano admitem que a herança de características adquiridas não era vista como “constante e estável” (Isaac, 2009 p. 42) de uma geração para outra. Dito de outro modo, um novo ambiente físico poderia facilmente produzir novas características sociais e comportamentais – tornando-as *fluidas* e *flexíveis*. Além disso, aqueles que alegam a existência de racialização na Antiguidade clássica não demonstraram que certos grupos eram *excluídos* da vida política caso pagassem aluguel, impostos ou tributos a seus soberanos. De fato, há evidência considerável de africanos, em particular, sendo integrados aos Estados grego e romano como soldados e funcionários públicos. (Snowden, 1983, Capítulo 4)

Em suma, a noção de “racismo” antigo iguala os modos pré-capitalista e capitalista de diferenciar as pessoas. Antes do capitalismo, a humanidade era diferenciada

¹⁹ Tais características “permanentes e imutáveis” são usualmente vistas como biológicas. Todavia, na era pós-Segunda Guerra Mundial as diferenças raciais tornaram-se características *culturais* “herdadas e imutáveis”. Embora os discursos liberais [N.T. ver nota 2 acima] de “assimilação” e “diversidade” frequentemente conclamem os racialmente oprimidos a adaptar-se às características culturais dos “brancos” (“erga-se por suas próprias pernas” [“*pull yourself up by your own bootstraps*”]), os obstáculos estruturais para a maioria daqueles constituídos como “não brancos” para tornarem-se “respeitáveis” acabam por levar ao desespero liberal sobre as “culturas da pobreza”. Ver Steinberg (1989, Parte dois: Introdução e Capítulo 4) para uma discussão sobre “cultura” nos discursos racistas da segunda metade do século XX.

²⁰ Virdee (2014) oferece uma análise do racismo “não codificado por cores” [“*non-color coded*”] na Grã-Bretanha. Roediger (2005) mapeia brilhantemente as fronteiras variáveis da raça entre trabalhadores imigrantes europeus no século XX nos EUA.

²¹ Isaac (2004).

pela religião (“pagãos e crentes”) e pelo parentesco-comunidade (“estranhos e vizinhos/parentes”). Ambos tendiam a ser altamente *flexíveis* e *mutáveis* por meio de conversão, adoção e similares. Sob o capitalismo, a raça é uma forma de diferenciação humana na qual as características distintivas tornam-se *imutáveis*. De acordo com Go,

não é que o capitalismo tenha sido construído sobre diferenças raciais anteriores; ao contrário, o capitalismo serviu para racializar a divisão do trabalho étnica preexistente, transformando diferenças religiosas, culturais ou linguísticas em diferenças ‘raciais’ para legitimar suas novas restrições de exploração [...] a racialização [...] era *uma parte* do capitalismo moderno, não seu precursor. (Go, 2020, pp. 3-4)

Há evidências de que o racismo efetivo – opressão de uma coletividade social baseada em diferenças supostamente imutáveis – surgiu de forma precoce em uma região da Europa pré-capitalista.²² No final do século XIV e início do século XV, em Castela e Aragão, os monarcas cristãos conquistadores expulsaram à força os governantes muçulmanos anteriores e os banqueiros e comerciantes judeus que não se converteram ao cristianismo. Em meados do século XV, à medida que a competição por cargos venais nas novas monarquias absolutistas se intensificou, os cristãos começaram a excluir muçulmanos e judeus que se converteram ao cristianismo (*conversos* ou “cristãos-novos”) das fileiras da nobreza e dos principais cargos públicos. A alegação era que esses convertidos careciam de “pureza de sangue” (*limpieza de sangre*), e registros genealógicos detalhados demonstrando que as famílias eram cristãs há várias gerações tornaram-se um pré-requisito para o avanço social. Com a unificação do absolutismo espanhol em 1492, a expulsão de judeus e muçulmanos que se recusavam a converter-se e a exclusão dos *conversos* tornaram-se generalizadas. (Herring Torres *et. al*, 2012; Nirenberg, 2009) Apesar de seu surgimento na Península Ibérica feudal tardia, a *generalização* da raça não ocorreu no absolutismo europeu, em que a realidade continuada da coerção extra-econômica fez com que a desigualdade humana continuasse a parecer *natural*.

A opressão racial em sua forma moderna *crystalizou-se* dois séculos depois, durante a colonização capitalista inglesa da Virgínia.²³ Quando a *falta de liberdade* legal é o estatuto típico das classes trabalhadoras, como ocorria na maioria das sociedades pré-capitalistas, incluindo a Virgínia, antes do final do século XVII, a desigualdade era *pressuposta*. Foi somente quando todas as outras formas de trabalho forçado, em particular a servidão por contrato, foram abolidas no início do século XVIII na Virgínia, que a escravização de pessoas de ascendência africana precisou ser *explicada* e *justificada*. A noção de raça foi sistematizada para justificar a falta de liberdade dos africanos como caso isolado de uma sociedade na qual a *liberdade legal* e a *igualdade* estavam se tornando a norma. De acordo com Fields:

Na Era da Revolução, a sociedade inglesa e sua descendência americana [compartilhavam – CP] [...] a suposição de que o indivíduo é o proprietário

²² Quero agradecer a David Camfield por ter voltado minha atenção para isso.

²³ Cf.: Morgan (1975), Fields (1990), Virdee (2018, pp. 11-15). Muitos marxistas aceitam a proposição de Theodore Allen (1995; 1997) de que o racismo emerge simultaneamente na Virgínia colonial e durante a colonização inglesa da Irlanda. No entanto, como David Camfield apontou em seus comentários sobre uma versão anterior deste ensaio, a opressão dos católicos irlandeses não foi *racial* – caso se convertessem ao protestantismo eles gozariam os mesmos direitos dos outros irlandeses protestantes.

de sua própria pessoa [...]. [Essa noção – CP] avançou o suficiente para tornar a escravidão uma condição carente de justificação e estreitar a base sobre a qual essa justificação poderia se assentar. Nessa época, a escravidão não podia ser dada como certa nem derivada de princípios gerais autoevidentes. Publicistas pró-escravidão e antiescravidão [...] inconscientemente colaboraram para localizar essa base da presumida incapacidade dos escravos de serem livres, uma incapacidade que se cristalizou como incapacidade racial e todas as suas armadilhas pseudobiológicas subsequentes. (Fields, 1982, pp. 161-162)

Embora a plantação escravocrata na Virgínia fosse uma forma de produção não capitalista,²⁴ ela emergiu como parte do primeiro processo de *colonização capitalista*. (Wood 2003, Capítulos 4 e 5; Brenner, 1993, Parte Um) A transição para a agricultura capitalista na Inglaterra no século XVI deu origem a um mercado de consumo de massa entre os prósperos arrendatários capitalistas. Comerciantes que operavam fora do sistema decadente de monopólios reais procuravam abastecer esse mercado, iniciando a produção em plantações de açúcar e tabaco no Caribe inglês e no sul da América do Norte continental. Embora os novos comerciantes fossem incapazes de estabelecer relações sociais capitalistas em suas colônias, as colônias eram extensões da primeira sociedade capitalista – a primeira sociedade na qual a liberdade jurídico-legal e a igualdade estavam se tornando a norma.

Raça e racismo não desapareceram com a abolição da escravidão do Novo Mundo, mas tornaram-se *generalizados* em todo o mundo capitalista. Os termos específicos da ideologia racista, quais *características específicas* tornavam alguns grupos superiores e outros inferiores, mudaram com a mudança da escravidão para o sistema de parceria e trabalho assalariado nos EUA e globalmente. De acordo com Fields (1990, pp. 154-155), “há, afinal de contas, uma profunda diferença no significado social entre um fazendeiro que percebe os negros como escravos ingratos, não confiáveis e estúpidos e um fazendeiro que percebe os negros como empregados indisciplinados, irregulares e refratários”. Similarmente, a raça tornou-se um elemento crucial do “roteiro mental da experiência vivida” que explicava e justificava a expropriação de produtores não capitalistas e o estabelecimento de relações capitalistas de propriedade social através do colonialismo de colonos brancos e da expansão imperialista em geral. Jessica Evans (2018)²⁵ detalha como a recém-formada Confederação Canadense começou a monopolizar e mercantilizar uma vasta quantidade de terras anteriormente indígenas na transição para o capitalismo de meados do século XIX. Foi nessa conjuntura histórica que o estatuto legal e social dos “índios” foi clara e permanentemente diferenciado daquele dos “brancos”, os únicos considerados como aptos a apropriar-se e a “melhorar” a propriedade rural.

²⁴ Ver Post (2012, Capítulo 3).

²⁵ Apesar da abordagem teórica “pós-colonial”, Bhandar (2018) descreve como a lei de propriedade moderna nas colônias europeias codificou as ideologias racializadas que justificavam a expropriação das populações indígenas. Bonnett (1998) identifica como a expansão imperialista europeia transformou formas não europeias de diferenciação de pessoas, racializando os não europeus como não brancos e inerentemente inferiores.

Acumulação e competição capitalistas e a produção da raça

Sob relações de propriedade social especificamente capitalistas, a raça é constantemente reproduzida através da diferenciação de processos de trabalho, taxas de lucro e salários que necessariamente resultam da acumulação e da competição capitalistas.²⁶ Dito de outra forma, raça e classe são *constituídas conjuntamente* [co-constituted] sob o capitalismo. (McNally, 2015) Uma *consequência inintencional* das leis “abstratas” do movimento do capital é a reprodução da noção de que diferentes grupos de trabalhadores possuem características imutáveis, tornando alguns trabalhadores inerentemente mais ou menos “confiáveis”. Capitalistas e trabalhadores, especialmente quando organizações da classe trabalhadora como os sindicatos são fracos, utilizam a raça como forma de ordenar a “fila de emprego” – o acesso a empregos. A constante subdivisão e mecanização de tarefas características do capitalismo cria uma massa de trabalhadores tanto no exército ativo quanto no exército de reserva que podem realizar quase qualquer trabalho específico. (Braverman, 1974)²⁷ Trabalhadores e capitalistas inventam “características” raciais fictícias para determinar quem são os trabalhadores mais “confiáveis” e “eficientes” para diferentes tarefas.²⁸ No centro desse processo de construção de um “roteiro de experiência vivida” racial estão noções de que diferentes “raças” têm custos inerentemente diferentes de reprodução social e capacidades de produzir diferentes *quanta* de mais-valor (níveis inerentemente diferentes de habilidade, inteligência, motivação e produtividade).

Os capitalistas ingleses do final do século XVIII e começo do século XIX viam os irlandeses, que estavam sendo rapidamente expropriados pelos proprietários de terra ingleses, como camponeses ignorantes e grosseiros cujos custos de reprodução e capacidade de trabalho “estável” e qualificado eram menores do que os dos trabalhadores ingleses. Os irlandeses eram considerados adequados apenas para o “trabalho de cão” [*pick and shovel*] work] nas docas, construção de canais e ferrovias e para as posições mais desqualificadas na fabricação. (Virdee, 2014, pp. 26-27; 34-37; 2018, pp. 15-18) Nos EUA, os afro-americanos permaneceram ligados à terra no Sul como escravos ou meeiros durante a maior parte do século XIX e do início do século XX. Como esclarecem Roediger e Esch,²⁹ os capitalistas desenvolveram uma elaborada hierarquia racial de custos de reprodução e capacidades de trabalho para os irlandeses no começo do século XIX e para os variados imigrantes Europa austral e oriental no final dos séculos XIX e XX. Como os negros são expulsos da agricultura do sul antes e durante a Primeira Guerra Mundial, seus supostos custos mais baixos de reprodução social e capacidade inferior de “trabalho disciplinado” justificaram sua atribuição ao trabalho menos desejável, de menor qualificação e mais mal pago na indústria. A racialização do mercado de trabalho também é evidente no Sul global, pois os capitalistas britânicos e árabes posteriores atribuíram diferentes custos de reprodução e capacidades de trabalho a diferentes grupos de trabalhadores migrantes nos portos do Golfo. (Khalili, 2020, p. 185)

²⁶ Para a aplicação do trabalho de Botwinick sobre diferenciais de salário para raça, feita por dois economistas profissionais, ver Mason (1995) e Williams (1993).

²⁷ Infelizmente, a maioria dos leitores da obra-prima de Braverman tende a igualar desqualificação com *homogeneização* do trabalho. O próprio Braverman tinha bastante clareza de que a tendência para desqualificar o trabalho constantemente *diferencia* o trabalho.

²⁸ Tenho uma dívida imensa com Kim Moody por conta de muito do que vem a seguir.

²⁹ Cf.: Roediger e Esch (2012); Roediger (2005).

O processo de racialização do mercado de trabalho e dos exércitos de reserva não provém simplesmente “de cima” – através da ação dos capitalistas – mas “de baixo” – através da atividade dos trabalhadores quando a ação e a organização coletivas contra o capital não parecem viáveis. Robert Brenner e Johanna Brenner enraízam o racismo da classe trabalhadora na posição contraditória dos trabalhadores sob o capitalismo: “os trabalhadores não são apenas *produtores coletivos* com um interesse comum em assumir o controle coletivo da produção social. Eles também são *vendedores individuais de força de trabalho* em conflito uns com os outros por empregos, promoções etc.” (Brenner & Brenner, 1981, p. 30). Como vendedores concorrentes de força de trabalho, os trabalhadores estão abertos ao chamamento da política que os opõe a outros trabalhadores – especialmente trabalhadores em uma posição social mais fraca:

Parece possível para os segmentos mais fortes da classe trabalhadora defender suas posições pela organização com base em laços já existentes contra segmentos mais fracos e menos organizados. Eles podem tirar vantagem de suas posições como americanos sobre e contra estrangeiros, como brancos sobre e contra negros, como homens sobre e contra mulheres, como empregados sobre e contra desempregados etc. Ao assim fazê-lo, os trabalhadores podem agir inicialmente apenas distante daquilo que eles percebem ser seu mais imediato autointeresse. Mas com o tempo eles inevitavelmente sentem a pressão para dar sentido a essas ações e adotam ideias que podem tornar suas ações razoáveis e coerentes. Essas ideias são, naturalmente, as ideias da direita. (*ibidem*)

Roediger descreve como os trabalhadores artesanais qualificados no início do século XIX nos EUA tentam se construir socialmente como “brancos” para proteger-se das pressões do exército industrial de reserva e da ameaça de serem facilmente substituídos à medida que o capital desqualifica seu trabalho. Temores de empobrecimento e de desqualificação foram o combustível para que os trabalhadores qualificados brancos do norte pré-guerra projetassem “nos trabalhadores negros o que eles ainda desejavam em termos da imaginada ausência de alienação, mesmo quando eles se indignavam por serem tratados como escravos ou ‘cr*oulos brancos’ [*white n*ggers*]”. (Roediger, 2019, p. 68) No século XIX, a competição por trabalho não qualificado nas cidades do norte levou a pogroms racistas de trabalhadores irlandeses contra afro-americanos, culminando nos sangrentos “distúrbios do recrutamento” em Nova York e em outras cidades durante a Guerra Civil. (Ignatiev, 1995; Bernstein, 2010) Como a migração em massa de afro-americanos para as cidades do norte começou antes da Primeira Guerra Mundial, a competição entre trabalhadores explodiu nos “distúrbios raciais” de 1919 e novamente na onda de “greves de ódio” durante a Segunda Guerra Mundial. (Wolfinger, 2009) Nas últimas quatro décadas, o apoio de uma minoria de trabalhadores brancos mais velhos a políticos de direita, começando com Reagan e culminando em Trump, reflete uma dinâmica similar. (Post, 2017) Satnam Virdee (2014) identifica uma competição racial semelhante estimulando o racismo da classe trabalhadora na Grã-Bretanha nos séculos XIX e XX.

A acumulação e a competição capitalistas reais continuam a moldar a diferenciação racial da classe trabalhadora dos EUA hoje. Em primeiro lugar, vemos a consistente sobrerrepresentação de trabalhadores de cor no exército industrial de reserva – manifestada em taxas consistentemente mais altas de desemprego, subemprego e po-

breza. (Spalter-Roth & Lowenthal, 2005) De acordo com a Secretaria de Estatísticas Trabalhistas [*Bureau of Labor Statistics*], em 2016 os afro-americanos tinham quase duas vezes mais chances de estarem desempregados e “marginalmente ligados à força de trabalho” (entrando e saindo do mercado de trabalho) do que os brancos. (BLS, 2016, Tabela 15) Também vemos segregação ocupacional e industrial por raça.³⁰ Embora os latinos atualmente experimentem níveis mais altos de segregação ocupacional e industrial do que os afro-americanos, ambas as principais minorias racializadas nos EUA estão mais representadas nos setores de produção trabalho-intensivos e de baixos salários. Os afro-americanos têm a maior parcela de emprego, excluindo o setor de transporte público e o serviço postal, em indústrias trabalho-intensivas e de baixos salários, como assistência médica domiciliar, cuidados de enfermagem, fabricação de tabaco, processamento de carne, armazenamento, produção têxtil e varejo.³¹ Mesmo em ramos de produção mais intensivos em capital, os trabalhadores afro-americanos e latinos têm historicamente se concentrado em departamentos nos quais os salários são mais baixos e as condições de trabalho mais perigosas e desagradáveis, como fundições em siderúrgicas, pintura de carrocerias em fábricas de automóveis e nos demais departamentos à exceção dos de pneus, nas lojas de borrachas em geral. A super-representação de trabalhadores de cor no exército industrial de reserva os compele a aceitar esses empregos menos desejáveis.

Finalmente, há tanto evidência estatística quanto descritiva de que os trabalhadores não brancos tendem a estar sobrerrepresentados em capitais “não reguladores” – capitais com técnicas menos eficientes, taxas de lucro mais baixas, salários mais baixos e processos intensivos em trabalho. Descrições históricas da indústria automobilística na área de Detroit observam uma concentração acentuada de trabalhadores afro-americanos nas fábricas mais antigas, pré-1940, localizadas dentro dos limites da cidade, enquanto os trabalhadores brancos estavam concentrados nas fábricas mais novas nos subúrbios circundantes. Diante de lucros declinantes e do acirramento da competição global no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, as empresas automobilísticas fecharam essas antigas plantas de vários andares e apenas reformularam as plantas mais modernas e de um único andar dos subúrbios. O resultado foi o empobrecimento massivo de camadas de trabalhadores automobilísticos afro-americanos. (Sugrue, 1996, Parte II) No início do século XXI, Robert L. Kaufman (2010, Capítulo 4) encontrou fortes correlações entre lucratividade da firma e intensidade em capital e altos níveis de desigualdades raciais no emprego, com trabalhadores não brancos concentrados nas firmas de menor lucro e mais intensivas em trabalho.

A racialização da competição no mercado de trabalho é um fator necessário, se não suficiente, para explicar as agudas diferenças raciais na reprodução social – em particular na habitação e, com ela, na educação – nos EUA. Durante a primeira onda de migração negra para o norte durante a Primeira Guerra Mundial e imediatamente depois dela, os afro-americanos se viram no final da “fila de emprego” e concentrados em habitações de má qualidade em bairros urbanos, sendo abandonados pelos imigrantes ainda “não brancos” do sul e do leste da Europa. (Roediger, 2005) No final da década de 1930 e início da década de 1940, o governo Roosevelt rejeitou os pedidos do Congresso

³⁰ Cf.: Alonso-Vilar *et al.* (2012); Hellerstein e Neumark (2005); Queneau (2009).

³¹ Agradeço muito a Paul Heideman por me ajudar a calcular esses dados a partir do (BLS, 2016a).

de Organizações Industriais [*Congress of Industrial Organizations*] (CIO)³² por um programa massivo de habitação pública que teria deslocado grande parte do mercado imobiliário privado para trabalhadores nos EUA. Em lugar disso, eles trabalharam com seus apoiadores entre os promotores imobiliários urbanos para promover casas próprias privadas em áreas que estavam se tornando predominantemente “brancas”, enquanto aprisionavam afro-americanos e latinos em favelas do centro da cidade. Décadas em que proprietários imobiliários em favelas aumentaram os aluguéis de moradias deterioradas em comunidades urbanas predominantemente não brancas contribuíram para as insurreições urbanas de meados dos anos 1960. A resposta federal, a Lei da Moradia Justa [*Fair Housing Act*] e a legislação subsequente, abriram a propriedade de imóveis para afro-americanos e latinos, mas apenas em áreas que eram predominantemente não brancas e com hipotecas (“sub-prime”) que envolviam taxas de juros mais altas e “flexíveis”.³³

O ímpeto do setor imobiliário em lucrar, primeiro, com um mercado de aluguel urbano segregado e, depois, com a propriedade imobiliária segregada é o principal determinante da lacuna persistente entre a riqueza pessoal de brancos e não brancos nos EUA. A segregação racial residencial também é um fator decisivo nas marcadas disparidades raciais no policiamento e no encarceramento. Embora seja verdade que a maioria das pessoas presas e encarceradas nos EUA seja de brancos pobres e da classe trabalhadora,³⁴ as pessoas de cor, especialmente os afro-americanos, têm pelo menos duas vezes mais chance de serem presas e encarceradas do que os brancos.³⁵ O enquadramento de comunidades pobres e não brancas, pelos órgãos de aplicação da lei, como de “alta criminalidade”, “infestadas de drogas” e “inundadas de armas” (Forman, 2018) explica muito da disparidade racial no policiamento e no encarceramento. A segregação residencial também está na raiz dos resultados educacionais racialmente desiguais nos EUA. (Quillian, 2014)

O que muitos da esquerda chamam de “privilegio branco” está fundamentalmente enraizado nessa competição entre trabalhadores. Os níveis mais baixos de desemprego e pobreza, o acesso a empregos mais seguros e bem pagos e coisas semelhantes permitem que os trabalhadores brancos tenham a seu alcance moradias melhores e educação para suas crianças. Esses diferenciais na organização da reprodução social da força de trabalho reproduzem então os diferenciais do mercado de trabalho – uma vez que trabalhadores de bairros empobrecidos e com educação inferior são vistos como trabalhadores menos “desejáveis” ou “qualificados”. A reprodução contínua e espontânea da raça por meio da acumulação e da competição capitalistas mina a capacidade

³² [N.T.] O CIO é uma confederação de sindicatos surgida como uma dissidência no interior da Federação Americana do Trabalho [*American Federation of Labor*] (AFL) no final da década de 1930, mantendo-se em funcionamento até 1955.

³³ Massey e Denton (1993) oferecem muito sobre o pano de fundo do papel da administração Roosevelt na reprodução da segregação racial nos EUA. Ver também Taylor (2019).

³⁴ Sobre encarceramento, ver: Gottschalk (2015); Forman (2012); Wacquantt (2009). Sobre policiamento, ver Guardian (2016); Spence (2016); Reed (2016). Para um excelente resumo e esclarecimento do debate, ver Ikler e Smiley (2020).

³⁵ O texto conceitualmente falho de Alexander (2011) apresenta dados amplos sobre disparidades raciais no sistema de justiça criminal desde o fim dos anos 1970.

coletiva dos trabalhadores de resistir às demandas do capital, criando uma espiral descendente nos salários e nas condições de trabalho para *todos* os trabalhadores. (Reich, 1981) Embora materialmente os “salários da branquitude” tenham se tornado bastante escassos na era do neoliberalismo, o racismo da classe trabalhadora persiste numa época de enfraquecimento da organização coletiva de classe e da luta contra o capital.

A unidade multirracial da classe trabalhadora não será produzida espontaneamente – isso exigirá a reconstrução de uma cultura e uma organização de solidariedade entre trabalhadores. (Chibber, 2017) Claramente, as lutas por abrangentes demandas universais e de classe – salários mais altos, maior segurança no emprego, assistência médica (“*Medicare for All*”³⁶) e pensões não vinculadas ao emprego etc. – reduzem a competição entre trabalhadores e são condições necessárias, mas não suficientes para construção de um movimento multirracial de trabalhadores. A corrente dominante do movimento sindical industrial dos anos 1930 e 1940 tornou os trabalhadores “daltônicos”, permitindo que as divisões raciais se aprofundassem e contribuindo para o fracasso da organização do sul dos EUA. (Goldfield, 2020) Demandas específicas *de raça*, como desfinanciar e desarmar a polícia, acabar com a segregação habitacional e residencial, senioridade na fábrica e na indústria como um todo,³⁷ ação afirmativa na contratação e promoção, direitos de cidadania plena para todos os imigrantes na chegada, um fim para o assédio racial e para a discriminação no emprego entre outras serão essenciais para construir a solidariedade multirracial da classe trabalhadora. A experiência da *Brotherhood of Sleeping Car Porters*³⁸, do *Negro Labor Congress*³⁹, do *Negro American Labor Council*⁴⁰ e das correntes de negros e latinos em sindicatos nos anos 1960 e 1970 demonstram que um movimento multirracial de trabalhadores também requer *auto-organização* de trabalhadores de cor no interior do movimento mais amplo de trabalhadores. Finalmente, movimentos contra o racismo externos ao local de trabalho, como o levante de 2020, radicalizaram os trabalhadores e promoveram a unidade multirracial. Dito de modo simples, a organização e a política de classe *eficazes* – forjando a

³⁶ [N.T.] *Medicare for All* refere-se ao projeto que pretende implementar um sistema universal de saúde nos EUA, cujo principal financiador seria o governo federal. O projeto foi proposto pela primeira vez à Câmara dos Representantes dos EUA em 2003 pelo deputado democrata John Conyers. A tentativa mais recente de introduzir o *Medicare for All* nos EUA foi liderada pelo senador independente Bernie Sanders em 2017.

³⁷ Nelson (2001, Capítulos 5-7) demonstra como a aceitação da senioridade departamental pelo CIO preparou o terreno para a reprodução de divisões raciais entre os trabalhadores da indústria do aço e outros trabalhadores industriais organizados no período pós-guerra.

³⁸ [N.T.] Organização sindical criada pelos trabalhadores negros da Pullman Company em 1925, que se insurgiu não apenas contra a própria empresa, mas também contra os sindicatos insensíveis com relação à questão racial. A organização perdurou até 1978, quando se fundiu com outro sindicato constituindo o *Transportation Communications International Union*.

³⁹ [N.T.] O *Negro Labor Congress* foi uma iniciativa do Partido Comunista dos Estados Unidos e de sua vertente sindical surgida em 1925 com o propósito de criar conselhos locais que enfrentassem abertamente as questões raciais, de modo a impedir que a divisão entre brancos e negros afetasse a unidade da classe trabalhadora.

⁴⁰ [N.T.] Iniciativa surgida em 1960 a partir da incapacidade da *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations* (AFL-CIO) de enfrentar a discriminação racial nos sindicatos a ela associados.

unidade da classe trabalhadora em uma classe racialmente heterogênea – devem incluir o *antirracismo*.

Referências

- ALEXANDER, Michelle. *The New Jim Crow: mass incarceration in the age of color blindness*. Nova York: The New Press, 2011.
- ALLEN, Theodore. *The invention of the white race*, Volume 1: racial oppression and social control. Londres: Verso Books, 1994.
- ALLEN, Theodore. *The invention of the white race*, Volume 2: the origin of racial oppression in Anglo-America. Londres: Verso Books, 1997.
- ALONSO-VILAR, Olga; DEL RIO, Carol; GRADIN, Carlos. “The extent of occupational segregation in the United States: differences by race, ethnicity and gender”, *Industrial Relations*, 51, April, 02, 2012, pp.179-212.
- ARRUZZA, Cinzia. “Logic or history? The political stakes of Marxist-Feminist theory”, *Viewpoint Magazine*, June, 23, 2015. Disponível em: <https://www.viewpoint-mag.com/2015/06/23/logic-or-history-the-political-stakes-of-marxist-feminist-theory/>. Acesso em 11/10/2022.
- ARRUZZA, Cinzia. “Remarks on gender”, *Viewpoint Magazine*, September, 02, 2014. Disponível em: <https://www.viewpointmag.com/2014/09/02/remarks-on-gender/>. Acesso em: 11/10/2022.
- BERNSTEIN, Ivar. *The New York City draft riots: their significant for American society and politics in the age of the Civil War*. Lincoln, NB: Bison Books, 2010.
- BHANDAR, Brenna. *Colonial lives of property: law, land and racial regimes of ownership*. Durham (NC): Duke University Press, 2018.
- BHATTACHARYA, Tithi. “Introduction”. In: BHATTACHARYA, Tithi (edit.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.
- BLS (Bureau of Labor Statistics). *Current population survey*. Washington (DC): Government Printing Office, 2016a.
- BLS (Bureau of Labor Statistics). *Labor force characteristics by race and ethnicity*, 2016. Disponível em: <https://www.bls.gov/opub/reports/race-and-ethnicity/2016/home.htm>. Acesso em: 11/10/2022.
- BOHRER, Ashley. *Marxism and intersectionality: race, gender, class, and sexuality under contemporary capitalism*. Bellefield: Transcript Verlag, 2019.
- BONNETT, Alastair. “Who was white?: the disappearance of non-European white identities and the formation of European racial whiteness”, *Ethnic and Racial Studies*, 21, November, 06, 1998, pp. 1029-1055.
- BOTWINICK, Howard. *Persistent inequalities: wage differentials under capitalist competition*. Chicago: Haymarket Books, 2018.
- BRAVERMAN, Harry. *Labor and monopoly capital: the degradation of labor in the 20th century*. Nova York: Monthly Review Press, 1974.
- BRENNER, Johanna; Robert Brenner. “Reagan, the right and the working class”, *Against the Current* (Old Series), 1, 2 (Winter), 1981, pp. 29-35.
- BRENNER, Robert P. *Merchants and revolution: commercial change, political conflict, and London’s overseas traders, 1550-1653*. Princeton: Princeton University Press, 1993.

- BUROWAY, Michael. "The functions and reproduction of migrant labor: comparative material from Southern Africa and the United States", *American Journal of Sociology*, 81, 5 (March), 1976, pp. 1050-1087.
- CALLINICOS, Alex. *Making history: agency, structure and change in social theory*. Chicago: Haymarket Books, 2009.
- CHARLES, Justin; ESEALUKA, Michael; ARRUZZA, Cinzia; Pessin, Haley; BEAN, Brian. Socialists and the uprising against racism: an activist roundtable. *Tempest*, August, 05, 2020. Disponível em: <https://www.tempestmag.org/2020/08/socialists-and-the-uprising/>. Acesso em 11/10/2022.
- CHIBBER, Vivek. "Debating the 'defund the police' language", *Jacobin Show*, December, 11, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qBR3wmKavng>. Acesso em: 11/10/2022.
- CHIBBER, Vivek. "Rescuing class from the cultural turn", *Catalyst*, 1, 1, 2017, pp. 27-56.
- CHIBBER, Vivek. *Post-colonial theory and the specter of Capital*. Londres: Verso Books, 2013.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.
- COX, Oliver C. *Caste, class and race*. Nova York: Doubleday, 1948.
- DU BOIS, W. E. B. *Black reconstruction: an essay toward a history of the part which black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. Nova York: Harcourt Brace and Company, 1935.
- DU BOIS, W. E. B. *Darkwater: voices from within the veil*. Nova York: Harcourt, Brace and Company, 1920.
- EVANS, Jessica. "Colonialism, racism, and the transition to capitalism in Canada". In: LAFRANCE, X.; POST, C. (edits.). *Case Studies in the origins of capitalism*. Londres: Palgrave, 2018.
- FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. "Precarious migrants: gender, race and the social reproduction of a global working class". In: Panitch, L.; Albo, G. (Edits). *Socialist Register 2015: transforming classes*. Nova York: Monthly Review Press, 2015.
- FIELDS, Barbara Jeanne. "Ideology and race in American history". In: KOUSSER, J. Morgan; MCPHERSON, James M. (edits.). *Region, race and reconstruction: essays in honor of C. Vann Woodward*. Nova York: Oxford University Press, 1982.
- FIELDS, Barbara Jeanne. "Slavery, race and ideology in the United States of America", *New Left Review*, I/181 (May-June), 1990, pp. 93-118.
- FORMAN, James. "How 20 years of stop and search has widened America's racial divide", *The Guardian*, October, 09, 2018. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2018/oct/09/how-20-years-of-stop-and-search-has-widened-americas-racial-divide>. Acessado em: 11/10/2018.
- FORMAN, James. "Racial critiques of mass incarceration: beyond the new Jim Crow", *New York University Law Review*, 87 (February), 2012, pp. 101-146.
- FRIEDMAN, Samuel R. "Structure, process and the labor market". In: DARITY, JR., William (edit.). *Labor Economics: modern views*. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing, 1984.

- GILMORE, Ruth Wilson. *Golden Gulag: prisons, surplus, crisis, and opposition in globalizing California*. Berkeley: University of California Press, 2007.
- GO, Julian. "Three tensions in the theory of racial capitalism", *Sociological Theory*, 1-10, 2020. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/0735275120979822?casa_token=pai-oVT9ztIAAAAA:aPRujn9fOh9Fn66kjIhxt6cuyxTFvEOxpYrEE0_0_0EAq-AyaHFuYmOfgydd66RZwvD0Rb1deFc. Acessado em: 11/10/2022.
- GOLDFIELD, Michael. *The southern key: class, race, and radicalism in the 1930s and 1940s*. Nova York: Oxford University Press, 2020.
- GOTTSCHALK, Marie. *Caught: the prison State and the lockdown of American politics*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- GUARDIAN. "The Counted: People Killed by Police in the U.S", 2016. Disponível em: www.theguardian.com/us-news/ng-interactive/2015/jun/01/the-counted-police-killings-us-database. Acessado em: 11/10/2016.
- GUASTELLA, Dustin. "To end police violence fund public good and raise wages", *Nonsite.Org*, July, 09, 2020. Disponível em: <https://nonsite.org/policing-symposium/>. Acessado em: 11/10/2022.
- HAIDER, Asad. *Mistaken identity: race and class in the age of Trump*. Londres: Verso Books, 2018.
- HARTMANN, Heidi. "The unhappy marriage of Marxism and Feminism: towards a more progressive union", *Capital & Class*, 3, 2, 1979, pp. 1-33.
- HARVEY, David. *Seventeen contradictions and the end of capitalism*. Nova York: Oxford University Press, 2014.
- HELLERSTEIN, Judith; NEUMARK, David. "Workplace segregation in the United States: race, ethnicity and skill", *NBER Working Paper* 11599, Cambridge, MA: National Bureau of Economic Research, 2004. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w11599>. Acessado em: 11/10/2022.
- HERING TORRES, Marx S.; MARTINEZ, Maria Elena; NIRENBERG, David (edits.). *Race and blood in the Iberian World*. Zurique: LIT Verlag, 2012.
- IGNATIEV, Noel. *How the Irish became white*. Nova York: Routledge, 1995.
- IKLER, Peter; SMILEY, Calvin-John. "The racial Economics of mass incarceration", *Spectre: a Marxist Journal*, 1, 2, 2020, pp. 78-99.
- ISAAC, Benjamin. "Racism: a rationalization of prejudice in Greece and Rome". In: ISAAC, B.; ZIEGLER, J.; ELIAV-FELDON, M. (edits.). *The origin of racism in the West*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- ISAAC, Benjamin. *The invention of racism in Classical Antiquity*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- JAFFE, Aaron. *Social reproduction theory and the socialist horizon*. Londres: Pluto Press, 2020.
- KAUFMAN, Robert L. *Race, gender, and the labor market: inequalities at work*. Londres: Lyne Rienner Publishers, 2010.
- KHALILI, Laleh. *Sinews of war and trade: shipping and capitalism in the Arabian Peninsula*. Londres: Verso Books, 2020.

- KUNDNANI, Arun. "What is racial capitalism", *Arun Kundnani on Race, Culture and Empire*, October, 23, 2020. Disponível em: <https://www.kundnani.org/what-is-racial-capitalism/>. Acessado em: 11/10/2022.
- LEBOWITZ, Michael. "The politics of assumption, the assumption of politics", *Historical Materialism*, 14:2, 2006, pp. 29-47.
- LEWIS, Holly. *The politics of everybody: Feminism, queer theory, and Marxism at the intersection*. Londres: Zed Books, 2016.
- MARX, Karl. "Salário, preço e lucro". In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Citado no original a partir da seguinte edição: MARX, Karl. *Value, price and profit*. Chicago: CH Kerr, 1910, pp. 83-86.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2013. Citado no original a partir da seguinte edição: MARX, Karl. *Capital*, Volume I. Harmondsworth (UK): Penguin Books, 1976.
- MASON, Patrick L. "Race, competition and differential wages", *Cambridge Journal of Economics*, 19, 1995, pp. 545-567.
- MASSEY, Douglas S.; DENTON, Nancy A. *American apartheid: segregation and the making of the underclass*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 1993.
- MCNALLY, David. "Intersections and dialectics: critical reconstructions in social reproduction theory". In: BHATTACHARYA, Tithi (edit.). *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. Londres: Pluto Press, 2017, pp. 94-111.
- MCNALLY, David. "The dialectics of unity and difference in the constitution of wage-labor: on internal relations and working-class formation", *Capital & Class*, 39:1, 2015, pp. 131-146.
- MELCHOR, Cody R. "First as tragedy, then as farce: WEB DuBois, left-wing radicalism, and the problem of interracial unionism", *Critical Sociology*, 46, 7-8, 2019, pp. 1041-1055.
- MORGAN, Edmund S. *American slavery, American freedom: the ordeal of Colonial Virginia*. Nova York: W.W. Norton & Co, 1975.
- NELSON, Bruce. *Divided We stand: American workers and the struggle for black equality*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- NIRENBERG, David. "Was there race before Modernity? The examples of 'jewish' blood in late Medieval Spain". In: ISAAC, B.; ZIEGLER, J.; ELIAV-FELDON, M. (edits.). *The origin of racism in the West*. Nova York: Cambridge University Press, 2009.
- POST, Charles. "The roots of Trumpism", *Cultural Dynamics*, May, 24, 2017. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0921374017709229>. Acessado em: 11/10/2022.
- POST, Charles. *The American road to capitalism: studies in class structure, economic development and political conflict, 1620-1877*. Chicago: Haymarket Books, 2012.
- QUENEAU, Hevre. "Trends in occupational segregation by race and ethnicity in the USA: evidence from detailed data", *Applied Economics Letters*, 16, 2009, pp. 1347-1350.

- QUILLIAN, Lincoln. "Does segregation create winners and losers? Residential segregation and inequality in educational attainment", *Social Problems*, 61, 3, 2014, pp. 402-426.
- REED, Adolph. "How racial disparity does not help make sense of patterns of police violence", *Nonsite*, September, 16, 2016. Disponível em: <https://nonsite.org/how-racial-disparity-does-not-help-make-sense-of-patterns-of-police-violence-2/>. Acessado em: 11/10/2022.
- REICH, Michael. *Racial inequality: a political-economic analysis*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- ROBINSON, Cedric. *Black Marxism: the making of the black radical tradition*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1983.
- ROEDIGER, David. *Class, race, and Marxism*. Londres: Verso Books, 2019.
- ROEDIGER, David. *Working toward whiteness: how America's immigrants became white –the strange journey from Ellis Island to the Suburbs*. Nova York: Basic Books, 2005.
- ROEDIGER, David; ESCH, Elizabeth. *The production of difference: race and management of labor in US history*. Nova York: Oxford University Press, 2012.
- SHAIKH, Anwar. *Capitalism: competition, conflict, and crises*. Nova York: Oxford University Press, 2016.
- SNOWDEN, Frank M. *Before color prejudice: the Ancient view of blacks*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- SPALTER-ROTH, Roberta; LOWENTHAL, Terri Ann. "Race, ethnicity and the American labor market: What's at work?", June, 2005. Disponível em: http://www.asa-net.org/sites/default/files/savvy/images/research/docs/pdf/RaceEthnicity_LaborMarket.pdf. Acessado em: 11/10/2022.
- SPENCE, Lester. "Policing class", *Jacobin*, August, 16, 2016. Disponível em: <https://jacobin.com/2016/08/baltimore-police-department-of-justice-freddie-gray>. Acessado em: 11/10/2022.
- STEINBERG, Steven. *The ethnic myth: race, ethnicity and class in America*. Boston: Beacon Press, 1989.
- SUGRUE, Thomas. *The origins of the urban crisis: race and inequality in postwar Detroit*. Princeton: Princeton University Press, 1996.
- TAYLOR, Keeanga Yamahatta. *Race for profit: black homeownership and the end of the urban crisis*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2019.
- VIRDEE, Satnam. "Racialized capitalism: an account of Its contested origins and consolidation", *The Sociological Review*, 67, 1, 2018, pp. 3-27.
- VIRDEE, Satnam. *Racism, class and the racialized outsider*. Londres: Palgrave, 2014.
- VOGEL, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. Chicago: Haymarket Books, 2013.
- WACQUANT, Loic. *Punishing the poor: the neoliberal government of social insecurity*. Durham: Duke University Press, 2009.
- WILLIAMS, Rhonda M. "Racial inequality and racial conflict: recent developments in radical theory". In: DARITY, W. (edit.). *Labor Economics: problems in analyzing labor markets*. Nova York: Springer, 1993.

- WOLFINGER, James. "World War II hate strikes". In: BRENNER, A.; DAY, B.; NESS, I. (edits.). *The Encyclopedia of Strikes in American History*. Armonk, NY: M.E. Sharpe, 2009.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo editorial, 2003. Citado no original a partir da seguinte edição: *Democracy against capitalism: renewing historical materialism*. Nova York: Cambridge University Press, 1999.
- WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of capital*. Londres: Verso Books, 2003a.
- WOOD, Ellen Meiksins. *The origins of capitalism: a longer view*. Londres: Verso Books, 2002.

Recebido em 15 de outubro de 2022
Aprovado em 15 de outubro de 2022

Apresentação do artigo “Razão enquanto dialética: ciência, ciência social e ciência socialista”.

Roy Edgley, filósofo da razão

Álvaro Martins Siqueira*

Ao menos no Brasil, Roy Edgley está longe de ser um pensador cuja menção imediatamente suscita alguma lembrança sobre sua produção. Se isso não basta para desqualificar sua produção – e não basta mesmo! – não seria possível, por outro lado, publicar um de seus trabalhos sem fazer alguns breves comentários sobre o próprio texto e sobre seu autor. O artigo que foi traduzido, *Reason as dialectic: science, social science, and socialist science*, foi publicado pela primeira vez em 1976 na revista *Radical Philosophy* e reaparece posteriormente na coletânea *Critical realism: essential readings*, de 2008.¹ Ao que sabemos, trata-se da primeira tradução dos escritos de Edgley para o português. Após este comentário inicial sobre o ineditismo do conteúdo, é preciso passar agora para uma efetiva apresentação da importância do autor e do conteúdo de seu texto.

Roy Edgley nasceu em 1925 em Northampton, uma cidade relativamente populosa na Inglaterra. Sua vida acadêmica iniciou-se em 1947, quando ingressou na Universidade de Manchester, onde se formou em filosofia. Já em 1954 começou a dar aulas na Universidade de Bristol, sendo indicado, em 1970, para ser professor de filosofia na Universidade de Sussex. Isso ocorreu apenas um ano após a publicação de seu livro *Reason in theory and practice*,² considerado uma obra de grande importância e que já abordava os temas que discutiria ao longo de sua vida. Nas décadas de 1970 e 1980, foi

* Doutorando em Economia na Universidade Federal Fluminense. Bolsista FAPERJ doutorado nota 10. E-mail: alvaromsiqueira@gmail.com.

¹ Ver Archer *et alli* (2008). Uma observação importante a ser feita é que, apesar da notável proximidade teórica e cronológica, e até da colaboração eventual, Edgley não foi exatamente um membro do movimento que posteriormente ficou conhecido como realismo crítico. Entre algumas dessas contribuições e aproximações, podemos destacar que Edgley editou, junto com Roy Bhaskar, reconhecido como fundador do realismo crítico, o livro *A meeting of minds: socialists discuss philosophy* – cf. Bhaskar & Edgley (1991) –, e também que ele escreve um comentário muito elogioso acerca do trabalho de Bhaskar na última capa de um dos livros deste último (*Scientific realism and human emancipation*): “O trabalho de Bhaskar se compara com o dos gigantes da filosofia do continente [...] um feito único, e sem dúvidas estará no centro da discussão por um algum tempo, tanto inglesa quanto continental”.

² Cf. Edgley (1969).

um dos intelectuais mais importantes e ativos da recém-criada revista *Radical Philosophy*.³ Fundou, ao lado de filósofos como István Mészáros, Chris Arthur, e Tom Bottomore⁴ o curso de mestrado em Pensamento Social e Político de Sussex.

Durante o período que passou em Bristol, Edgley dividiu moradia com Paul Feyerabend, de quem se tornou amigo próximo e manteve correspondência até o falecimento deste último, dedicando-lhe um artigo.⁵ Embora Edgley reconhecesse virtudes em alguns argumentos de seu antigo colega de quarto, definitivamente não compactuava com a atitude rebaixadora da ciência que era fomentada por Feyerabend. Em uma carta de 1975, Feyerabend escreveu, com seu tom de ironia característico, como os especialistas em acupuntura visualizavam a possibilidade de um tratamento efetivo das dores oriundas de seu ferimento de guerra⁶, quando a medicina tradicional declarava, por outro lado, que a situação era irreversível.⁷ Na abertura do artigo de 1976 que traduzimos, Edgley menciona a acupuntura como um exemplo de “forma de medicina aparentemente não científica”⁸ para ilustrar a crise intelectual que assombrava (e ainda assombra!) o embate entre a ciência e outras formas de conhecimento. Mas, ao contrário de Feyerabend, Edgley é, como deixa claro em seu texto, um defensor intransigente da razão e da verdade.⁹

Apesar de reconhecer com sobriedade a situação de crise em que se encontrava o pensamento intelectual de sua época, Edgley já estava preparado para oferecer, a partir de uma perspectiva marxista, as bases de uma alternativa metodológica a Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend, figuras que, como sabemos, ainda dominariam por muitos anos o terreno da filosofia da ciência. Um dos méritos do autor foi ter sido capaz de demarcar uma posição efetivamente marxista no campo da filosofia da ciência, isso num contexto em que o terreno era dominado pelo embate entre os antigos dogmas da teoria do conhecimento empirista¹⁰ (como a distinção rígida entre fato e valor), porém já em processo de relaxamento, e a tendência relativista que se apresentava como crítica daqueles dogmas (e que negava, por outra via, qualquer possibilidade de relacionar fatos e valores). Edgley mostra, por um lado, que há uma conexão entre as verdades e

³ Além do texto que traduzimos, constam nessa revista outros artigos instigantes, como *Reason and violence* (1973), e a participação de Edgley no debate sobre o significado do termo “filosofia radical” em Binns *et al.* (1972, pp. 28-30).

⁴ Edgley também contribui com verbetes importantes no dicionário de pensamento marxista editado por Bottomore. Cf.: Bottomore (1997), verbetes “materialismo dialético” e “realismo científico e dialética”.

⁵ Edgley (1994).

⁶ Feyerabend também prestou serviço militar, e em 1945 um projétil atingiu sua espinha. Em virtude desse ferimento, sentiu dores constantes até o fim de sua vida e andava com auxílio de uma muleta. Cf. Edgley (1994).

⁷ Ver Edgley (1994, p. 2).

⁸ Cf. Edgley (1976, p. 2).

⁹ Edgley afirmou o seguinte sobre a atitude de Feyerabend e a inevitável divergência de suas concepções: “Seu anarquismo epistemológico e seu desrespeito pela ciência parecem clara e compreensivelmente incompatíveis com Marx” (Edgley. 1994, p. 2).

¹⁰ Ver, por exemplo, Quine (2011).

os juízos, mas reitera, por outro, que a verdade também não é simplesmente uma questão de apreciação: a verdade não é um juízo, mas implica um determinado juízo sobre as ideias, sobre as práticas e, eventualmente, sobre as coisas do mundo.¹¹

Roy Edgley foi, em seu próprio tempo, um filósofo da razão, da verdade e, sobretudo, da unidade entre teoria e prática. Um episódio interessante ocorrido em 1973 ilustra bem a forma como concebia essa unidade e a trazia para a prática. Um grupo de estudantes de Sussex mobilizou-se contra uma palestra de Samuel Huntington, figurão anticomunista e autor do “programa estratégico de aldeia” na guerra do Vietnã. Esse movimento estudantil contra Huntington foi duramente criticado pela grande imprensa, no jornal *The Guardian* e no *Times*, por ser considerado um ato contra uma suposta liberdade de expressão. O único membro senior da universidade a tomar partido com os estudantes foi Edgley, que posteriormente comentou o caso e defendeu seu ponto de vista no artigo *Thought and action in the Huntington affair: freedom of speech and academic freedom*.¹² Ali, argumentou que, na verdade, era o programa de urbanização forçada formulado por Huntington que cerceava a liberdade. A imprensa da época sustentou que o caso Huntington exemplificaria uma suposta “perda de respeito pela verdade” no interior do ambiente acadêmico. Edgley mostra que se tratou exatamente do oposto. Defendeu que os atos de fala e as atividades intelectuais devem ser encarados com extrema responsabilidade, por conta de seu efeito prático no mundo. Os temas que ele discute nesse escrito, como a fragilidade de uma distinção simplificadora entre teoria e prática, fala e ação, reaparecem no artigo que a revista do NIEP-Marx oferece agora a seus leitores.

Trouxemos essas poucas palavras sobre a trajetória do autor para afirmar o seguinte: até sua morte em 1999, Roy Edgley esteve extremamente atento à coerência e à vinculação entre teoria e prática, foi politicamente combativo e soube enfrentar barreiras que se interpunham e continuam a se interpor entre os sujeitos da prática intelectual e uma efetiva radicalidade. Em especial no artigo publicado a seguir, ele sustenta que a realidade é contraditória em si, que a contradição da realidade pode e deve ser trazida à consciência científica (até porque a contradição das ideias é parte do mundo) e que esse conhecimento pode servir para transformar a realidade. Num ponto ainda inicial de formação da onda pós-moderna, antirrealista e conservadora que foi devastadora para a sustentação do discurso científico, Edgley já se insurgia contra a desqualificação da verdade, a negação da razão e os retrocessos sociais. O que o leitor tem a sua disposição agora é um texto que, quase cinquenta anos após sua publicação, ainda se encontra atual e necessário para reafirmar o lugar da verdade, da razão e do marxismo enquanto teoria científica crítica.

¹¹ Cf. Pole (1970, p. 335).

¹² Cf. Edgley (1975).

Referências

- ARCHER, Margareth.; BHASKAR, Roy.; COLLIER Andrew.; LAWSON, Tony.; NORRIE, Alan. *Critical realism: essential readings*. Londres: Routledge, 1998, 745 p.
- BINNS, Peter; SKILLEN, Tony; WARNOK, Mary; EDGLEY, Roy; MEPHAM, John; FRONGIA, Guido; BEARDON, Colin. "What is radical philosophy?", *Radical Philosophy*, v. 3, pp. 26-34, 1972.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.
- BHASKAR, R., & EDGLEY, R. (Eds.). *A meeting of minds: socialists discuss philosophy*. London: Socialist Society, 1991.
- POLE, David. "Reason in theory and practice (review)", *Philosophy*, v. 45, n. 174, 1970, pp. 333-37. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3749752>. Acessado pela última vez em 13/07/2022.
- EDGLEY, Roy. *Reason in theory and practice*. Londres: Hutchinson, 1969.
- EDGLEY, Roy. "Reason and violence: a fragment of the ideology of liberal intellectuals", *Radical Philosophy*, v. 4, pp. 18-24, 1973.
- EDGLEY, Roy. "Thought and action in the Huntington affair: freedom of speech and academic freedom", *Radical Philosophy*, v. 10, pp. 9-17, 1975.
- EDGLEY, Roy. "Science, social science, and socialist science: reason as dialectic", *Radical Philosophy*, v. 15, pp. 2-7, 1976.
- EDGLEY, Roy. "Paul Feyerabend, 1924-1994: a personal memoir", *Radical Philosophy*, v. 67, 1994, pp. 1-2.
- MCCARTNEY, Joseph. "Roy Edgley (1925-1999), Obituary", *Radical Philosophy*, v. 97, pp. 58-60, 1999.
- QUINE, Williard. "Dois dogmas do empiricismo". In: QUINE, W. *De um ponto de vista lógico*. Tradução Antonio Ianni Segatto. São Paulo: Editora Unesp, 2011, pp. 37-71.

Razão enquanto dialética:

ciência, ciência social e ciência socialista[★]

Reason as dialectic: science, social science and socialist science

Roy Edgley^{★★}

Resumo

O artigo *Reason as dialectic: science, social science, and socialist science* foi publicado pela primeira vez em 1976 na revista *Radical Philosophy*. Neste artigo, Edgley sustenta que a realidade é contraditória em si, que a contradição da realidade pode e deve ser trazida à consciência científica (até porque a contradição das ideias é parte do mundo) e que esse conhecimento pode servir para transformar a realidade. Num ponto ainda inicial de formação da onda pós-moderna, antirrealista e conservadora que foi devastadora para a sustentação do discurso científico, Edgley já se insurgia contra a desqualificação da verdade, a negação da razão e os retrocessos sociais. O que o leitor tem a sua disposição agora é um texto que, quase cinquenta anos após sua publicação, ainda se encontra atual e necessário para reafirmar o lugar da verdade, da razão e do marxismo enquanto teoria científica crítica.

Palavras-chave: ciência; dialética; socialismo; marxismo

Abstract

The article Reason as dialectic: science, social science, and socialist science was first published in 1976 in the journal Radical Philosophy. In this article, Edgley argues that reality is contradictory in itself, that the contradiction of reality can and should be brought to scientific awareness (not least because the contradiction of ideas is part of the world) and that this knowledge can serve to transform reality. At a still early point in the formation of the postmodern, anti-realist and conservative wave that is devastating for the support of scientific discourse, Edgley already rebelled against the disqualification of truth, the denial of reason and social setbacks. What the reader has at his disposal now is a text that, almost fifty years after its publication, is still current and necessary to reaffirm the place of truth, reason and Marxism as a critical scientific theory.

Keywords: science; dialectics; socialism; Marxism

* Edgley, Roy. Reason as dialectic: science, social science and socialist science. Disponível em <https://www.radicalphilosophyarchive.com/article/science-social-science-and-socialist-science/>. Tradução: Álvaro Martins Siqueira (doutorando da Universidade Federal Fluminense e bolsista FAPERJ) e João Leonardo Medeiros (professor da Universidade Federal Fluminense). Agradecemos à revista *Radical Philosophy Reader* pela autorização para publicação do artigo. O artigo foi publicado originalmente na edição de 1985, pela editora Verso.

★★ Roy Edgley (1925-1999) foi professor de filosofia da Universidade de Sussex, Inglaterra. Para mais informações sobre o autor, ver a apresentação deste artigo, redigida por Álvaro Martins Siqueira.

A atual crise, social e intelectual

A atual crise nas questões mundiais, em particular a crise econômica e social nos países que dominam as questões mundiais, os Estados industriais avançados da Europa e América, reflete-se numa crise intelectual, especialmente naqueles países. Conforme adentram na assim-chamada fase “pós-industrial”, na “sociedade tecnológica”, sua forma dominante de conhecimento teórico, o conhecimento científico, torna-se crescentemente um recurso econômico crucial, um fator de produção; e a crise intelectual revela-se como uma incerteza radical sobre a natureza e o estatuto da ciência. A Europa inventou a ciência moderna e, da mesma forma como, durante os séculos de imperialismo europeu, a Europa procurou dominar o resto do mundo, sua forma dominante de conhecimento, a ciência, esteve envolvida na conquista imperial de outras culturas. Assim, o conflito entre os Estados industriais avançados e o Terceiro Mundo, um conflito que é um componente essencial da atual crise mundial, é refletido intelectualmente num conflito entre ciência e outras formas de conhecimento – por exemplo, entre a ciência *médica* europeia e aquelas formas de medicina aparentemente não científicas como a acupuntura.

Como instituições sociais projetadas para a produção e distribuição de conhecimento teórico, as universidades estão por certo profundamente envolvidas na crise, e não é surpreendente que elas tenham sido centros de fermentação na última década ou quase isso. Elas são os pontos sociais nos quais o aspecto intelectual da crise tem a sua mais explícita expressão teórica. Antropólogos tornaram-se hipersensíveis quanto a aplicar seus próprios conceitos de ciência e racionalidade àquilo que era usualmente chamado de culturas e sistemas de crenças “primitivos”. Psicólogos e psiquiatras discutem e redesenam a distinção entre sanidade e loucura. E, no nível mais abstrato, filósofos – muitos deles falantes de inglês, suponho – continuam a fazer lógica, filosofia da lógica e epistemologia como se habitassem a torre de marfim das formas platônicas atemporais, o Terceiro Mundo de Popper ao invés daquele de Che. Mas mesmo as torres de marfim não podem ser completamente isoladas, e a preocupação filosófica geral com a distinção entre razão e não-razão assumiu formas específicas que se relacionam mais explicitamente com a situação social. Em particular, na filosofia inglesa duas novas subdisciplinas, não identificadas e nomeadas anteriormente, emergiram como pontos crescentes no interior dos e entre os velhos especialismos filosóficos, e ambas têm refletido intelectualmente a crise social geral naquele fato histórico e em seu próprio conteúdo. Estou me referindo à filosofia da ciência no interior do campo geral da epistemologia e à filosofia das ciências sociais, que se desenvolveu entre a filosofia da ciência e a velha subdisciplina da filosofia política. A preocupação central dessas duas novas subdisciplinas tornou-se a distinção entre ciência e ideologia.

Em ambos os campos pode-se identificar na tradição analítica um relaxamento mais ou menos gradual das restrições implicitamente supostas na ideia de ciência e razão. Na filosofia da ciência, Popper procurou substituir o indutivismo e o verificacionismo pelo requerimento menos restritivo do falsificacionismo; Kuhn alegou que mesmo isso ainda era restritivo demais para a ciência revolucionária; Feyerabend argumentou que toda ciência é ou deveria ser revolucionária e, em seu artigo e livro *Contra o método*, como o título indica, reivindica que a única regra do método na aquisição de conhecimento é o “Vale Tudo”. De uma forma um tanto diferente, a filosofia das ciências sociais tem similarmente ajudado a relaxar a ideia de racionalidade: como

um cientista socialmente ativo com um grau incomum de autoesclarecimento filosófico, Chomsky atacou os constrangimentos *behavioristas* impostos à causa da cientificidade; e aquela doutrina de Popper da unidade da ciência, cuja implicação é que as ciências sociais e naturais não se diferenciam em termos de metodologia e estrutura lógica, tem sido confrontada com a ideia de que as ciências sociais têm suas próprias lógica e metodologia especiais. Em alguns autores – Winch, por exemplo – essa metodologia envolve a afirmação de que as sociedades sob investigação podem legitimamente empregar cânones de racionalidade de modo um tanto diferente da, mas não inferior à sua própria. Parece que nos é apresentada uma escolha entre alternativas igualmente inaceitáveis: por um lado, um empiricismo que é incapaz de considerar muito do fenômeno histórico da ciência; por outro lado, um relativismo que torna a crítica racional radical impossível e, ao fazê-lo, parece ser autorrefutante.

Marxismo como socialismo científico

O lugar do marxismo nessa discussão é diferenciado e instrutivo. Sua falha em ajustar-se ao modelo empiricista dominante na filosofia da ciência é ainda mais notável do que as falhas de outras teorias e fases, mais geralmente aceitas, da ciência moderna: no interior da concepção europeia de ciência essa é uma genuína peculiaridade. Não é óbvio, porém, que o relativismo de Winch o salve, nem mesmo como relativisticamente racional. O marxismo é, no fim das contas, um produto europeu, concebido explicitamente como herdeiro da grande tradição de ciência natural que a Europa inventou: não é uma forma de pensamento característica de uma sociedade estrangeira, que define uma concepção de racionalidade necessariamente estranha à nossa linguagem e cultura e, portanto, aparentemente não criticável desde nosso ponto de vista europeu. Ao contrário, na medida em que o marxismo caracteriza outras culturas, ele o faz como uma daquelas exportações culturais para as quais o capitalismo imperial da Europa não estava pronto para dar suporte, por assim dizer, e que agora encara como uma ameaça externa.

Endógeno à Europa, portanto, o marxismo tem sido tipicamente criticado pelos intelectuais europeus no interior da tradição analítica, especialmente filósofos da ciência e da ciência social, como não científico, como desorientado sobre a natureza da ciência e sobre sua própria relação com ela: aqueles com critérios explícitos de demarcação, como Popper, o colocaram firmemente no seu lugar de pseudociência. Mas essa dificuldade geral de admitir a alegação de cientificidade do marxismo não é exclusiva dos filósofos analíticos e daqueles cientistas cujo entendimento de ciência foi articulado e moldado pela filosofia analítica. Ela sequer se limita aos não marxistas em geral. No interior do próprio marxismo, muitos têm se incomodado profundamente com essa dificuldade e procurado resolvê-la. Existe de fato uma forma específica do problema que é comum às discussões marxistas e não marxistas – a forma implicada pela auto-descrição do marxismo como “socialismo científico”. O marxismo apresenta-se tanto como ciência social quanto como movimento político, como teoria científica e como prática revolucionária: como algo preocupado não apenas em compreender o mundo, mas também em mudá-lo. Discussões no marxismo sobre se o socialismo é ou não distinguível da ciência, e se é, como esses dois elementos se relacionam, revelam que certos conceitos de ciência e razão estão entrincheirados como propriedade comum aos dois lados da cisão entre marxistas e não marxistas.

Essas concepções em comum envolvem uma família de ideias compartilhadas sobre as distinções entre fato e valor, teoria e prática, descrição e prescrição, ciência e moralidade. O debate anglófono contemporâneo dessas ideias tem um paroquialismo característico e parece sugerir que, com exceção das antecipações de Hume (“é” e “deve ser”) e talvez de Mill (ciência como indicativo e arte como imperativo), sua história pertence à filosofia analítica do século XX, desde a “falácia naturalista” de Moore, passando pelo emotivismo de Ayer e Stevenson, até Hare. Mas está claro que o continente europeu compartilhou muito desse pensamento e fez suas próprias contribuições à história das distinções tais como se desenvolveram sob o impacto da ciência e do capitalismo do século XVII em diante. Kant, Comte, Weber e Poincaré, assim como Mach e o Círculo de Viena, todos se esforçaram para digerir filosoficamente o fenômeno da ciência, e no processo a distinguiram lógica e epistemologicamente de valor, ou prática, ou moralidade. Aqui, por exemplo, Poincaré está formulando o argumento de uma maneira familiar aos filósofos ingleses contemporâneos, embora partindo de outra fonte:

Não é possível ter uma ética científica, mas também não é possível ter uma ciência imoral. E a razão é simples; é, como posso dizer?, por razões puramente gramaticais. Se as premissas de um silogismo estão ambas no indicativo, a conclusão estará igualmente no indicativo. Para que a conclusão seja colocada no imperativo, seria necessário que ao menos uma das premissas estivesse no imperativo. Agora, os princípios da ciência, os postulados da geometria, estão e só podem estar no indicativo; as verdades experimentais também estão nesse mesmo modo, e não existe e nem pode existir nada além disso nos alicerces da ciência. Ademais, o mais hábil dialético pode fazer o malabarismo que quiser com esses princípios, combiná-los, empilhá-los um sobre o outro; tudo que ele puder derivar deles estará no indicativo. Ele nunca vai obter uma proposição que diga: faça isto, ou não faça aquilo; isto é, uma proposição que confirme ou contradiga a ética. (Poincaré, 1913, p. 137)

Dado um tal clima geral de opinião, o marxismo parece estar diante de algumas escolhas difíceis: como ciência social ele não pode ser socialismo, e como socialismo ele não pode ser ciência social; os dois elementos poderiam ser associados, mas não podem ser logicamente conectados ou unidos. A ciência “livre de valor” pode, é claro, ter uma aplicação prática enquanto tecnologia, mas a tecnologia pode apenas especificar meios para fins e tem de ser, portanto, complementada com uma escolha entre fins ou objetivos que não podem ser estabelecidos cientificamente. Essa é, grosso modo, a visão do austro-marxista Rudolf Hilferding, em seu livro *Capital financeiro*, e da maior parte do marxismo ortodoxo da Segunda Internacional. Em sua versão neokantiana de marxismo exposta na palestra “Kant e Marx”, Karl Vorlander (1904) identifica os valores do marxismo como éticos: “O socialismo não pode se desvencilhar lógica ou historicamente da ética, nem no nível teórico nem na prática”. Mas o socialismo *ético* é utópico e, na prática, reformista ao invés de revolucionário; liberal e social-democrata ao invés de marxista; e sabe-se bem que o próprio Marx era desdenhoso em relação a moralidade e a tratava teoricamente como essencialmente ideológica. Sob essas restrições o socialismo *científico* acabou por ser representado, predominantemente na Terceira Internacional e no stalinismo, como uma teoria que especifica leis de mudança social inevitável. Entre isso e a alternativa do socialismo ético, o marxismo como programa de ação revolucionária foi efetivamente espremido para fora da cena de possibilidades coerentes.

Essa emasculação ideológica sem dúvida revela a capacidade quase inesgotável do *status quo* de proteger-se quando ameaçado. Mas será a emasculação evitável desde de um ponto de vista racional? Quero fazer algumas sugestões em defesa disso: sugestões que são ao mesmo tempo bastante simples e muito gerais, pois elas re-teorizam (desenvolvendo argumentos originalmente levantados no meu *Reason in theory and practice*¹) o conjunto das relações estruturais entre categorias básicas relevantes e categorias muito gerais. A partir dessa perspectiva, a concepção de ciência da qual resulta a emasculação é em si mesma ideológica, na verdade, uma parte crucial da ideologia europeia a partir da qual o marxismo se desenvolveu como uma crítica e inovação radical. Como ideologia, essa concepção reflete os aspectos importantes, ainda que relativamente superficiais, da ciência, aspectos que mascaram e contradizem seus mais profundos potencial e natureza. Historicamente falando, é essa realidade embrionária no ventre da ciência europeia que Hegel e Marx, herdeiros e críticos do iluminismo, desenvolvem e apresentam como ciência social. Como tal, a concepção marxista de ciência é tanto uma continuação quanto algo radicalmente diferente da concepção prevalente. A questão da cientificidade do marxismo ou da falta dela não pode, portanto, ser respondida apontando para sua falha em se conformar aos padrões iluministas de ciência articulados por Hume e Kant e desenvolvidos por seus seguidores modernos. Ao contrário, a pergunta é se o marxismo incorpora uma concepção diferente que supera suas rivais.

Ciência e razão como dialéticas

A concepção de ciência e razão que o marxismo explicitamente oferece ao distinguir-se do iluminismo é: dialética. É essa herança hegeliana que é contrastada com a concepção “metafísica” de ciência moldada na “filosofia mecânica”. Admite-se que a ciência mecanicista possa ter tanto um necessário papel histórico quanto uma continuada validade em certas áreas de investigação. Mas a dialética, defende-se, é essencial para as ciências “históricas”. Ademais, para focar no presente tópico, os marxistas têm frequentemente reivindicado que essa concepção de ciência como dialética é aquela requerida para resolver problemas postos pela ideia de socialismo científico. Tanto as deformações do socialismo ético quanto do stalinismo envolvem concepções mecanicistas de ciência.

É essa perspectiva que procuro explorar e apoiar. Mas primeiro deve-se dizer que existe um caminho fácil pelo qual, de fato, não se resolve nada. Poderia ser dito que uma concepção dialética é uma visão que concebe opostos em unidade: o socialismo científico é esse tipo de unidade, já que une fato e valor, teoria e prática, ciência e revolução política. Isso, é claro, apenas levanta o problema. Mas não o resolve. O problema é precisamente como conceber a ciência de tal maneira que valor e prática possam ser vistos como envolvidos por ela.

Tentarei agora delinear uma solução para esse problema em termos da ideia de contradição, que é central para a dialética. A ideia de contradição também é, claro, central para a filosofia analítica. Mas nesse particular as duas tradições encaram-se com uma incompreensão absoluta. Para ambas, a contradição é um conceito, ou então uma

¹ Cf.: Edgley (1969).

categoria, da lógica; e é na filosofia da lógica de cada tradição que as diferentes concepções de ciência têm suas raízes.

Breve e grosseiramente, a visão hegeliana é a de que a realidade está em um constante processo de mudança, e que esse processo temporal, histórico, de mudança resulta das contradições contidas na essência das coisas. Essas contradições se opõem umas às outras, e a mudança é a resolução daquela oposição e a substituição daquelas contradições por outras num plano mais elevado, de modo que a mudança pela resolução continua. Agora, Hegel era, é claro, um idealista, e apesar de alguns filósofos analíticos afirmarem ver alguma verdade na proposição de que *ideias* podem ser contraditórias, a dialética marxista é materialista, não idealista, e do ponto de vista analítico a doutrina de que existem contradições na realidade material é percebida como nada menos que ultrajante. Num tal contexto, o conceito de contradição, ao que parece, tem de perder seu conteúdo especificamente lógico e deixar de ser uma categoria da lógica: ele pode apenas significar algo como “conflito” ou “oposição entre forças”. O próprio Marx fala as vezes de “colisões” ao invés de “contradições”; e muitos escritores marxistas, quando discutem dialética, parecem satisfazer-se com esse esvaziamento do conteúdo especificamente lógico da ideia de contradição, ou pelo menos falham em levar a questão adiante de forma séria, como se não compreendessem a posição básica a partir da qual a objeção é feita.

A visão analítica: dialética não lógica

Podemos ver o lado analítico dessa falta de compreensão claramente representada na crítica de Popper da ideia de lógica dialética em seu “O que é Dialética?”.² Popper alega que a dialética é mais plausível como uma teoria empírica sobre os desenvolvimentos temporais ou históricos do pensamento. Mas, sob aquela interpretação, ela rigorosamente não pode ser lógica, e isso por três razões gerais que podem ser identificadas no argumento de Popper e em seu embasamento na moderna filosofia da lógica:

(1) Não existem contradições na realidade. Popper subscreve as palavras do lógico matemático Hilbert ao citá-lo: “O pensamento de que fatos ou eventos poderiam mutuamente contradizer uns aos outros me parece o próprio paradigma da irreflexão [*thoughtlessness*]”.³ Agora, seria possível supor que essa doutrina é verdadeira com relação à realidade material e, portanto, debilita a dialética marxista, o materialismo dialético. Porém, seria possível argumentar, ela somente poderia ser aceita como válida para a realidade como um todo se o corriqueiro contraste filosófico entre pensamento e realidade nos fizesse erroneamente acreditar que o pensamento não é, ele próprio, uma parte da realidade; e é claro, o pensamento é uma parte da realidade e nessa parte da realidade pode haver contradições. No entanto, na medida em que é admitido que pode haver contradições no pensamento, a concessão é fortemente qualificada. Isso porque o argumento de que não podem existir contradições na realidade parece aplicar-se em certo sentido a qualquer parte da realidade, pensamento incluído. O argumento é que se a proposição “p” contradiz a proposição “q”, a proposição “p & q” tem de ser falsa, *i.e.* nada na realidade pode corresponder a ela. Em outras palavras, se a proposição “p” contradiz a proposição “q”, é logicamente impossível que *p* e *q*: não pode haver um estado de coisas que corresponda a uma contradição.

² Popper (1940).

³ Hilbert *apud* Popper (1940) [N.T.].

(2) Como esse argumento pressupõe, relações lógicas são relações de valor de verdade [*truth-values*] entre proposições. No artigo “O que é dialética?” Popper fala de sentenças, mas qualquer que seja a palavra usada elas são habitantes daquilo que Popper agora chama de Terceiro Mundo.

(3) Relações lógicas são atemporais, não relações cronológicas. Lógica, diferentemente da dialética, não está interessada em mudança temporal ou histórica, com processos. Em particular, ela não está interessada nas origens de processos ou em explicações causais ou genéticas deles. Não é psicologia, ou história, ou sociologia evolucionárias (ou de qualquer outra natureza).

Essas três doutrinas são a base da filosofia da lógica característica da filosofia analítica do século XX e constituem uma parte central da teorização autorreflexiva envolvida no desenvolvimento da disciplina específica da lógica moderna e, com ela, da lógica e da metodologia da ciência, entre Frege e Popper.

Um modelo analítico de ciência

Com isso em mente, quero agora reconstruir um modelo simples, porém influente de ciência incorporando essas ideias e mostrar como ele se relaciona tanto com nossa pergunta inicial sobre ciência, valores e ação, quanto com a questão associada, sobre a dialética. Os aspectos relevantes do modelo estão articulados no *Tractatus* de Wittgenstein. A lógica e metodologia da ciência representam a ciência como um corpo de proposições entre as quais se sustentam certas relações de verdade (incluindo, talvez, relações de probabilidade). A noção básica de verdade ocupa-se essencialmente da relação de uma proposição com a realidade da qual ela trata, da relação de uma proposição com sua temática – com aquilo que, tendo em vista a tradição, deveríamos mais corretamente designar por seu objeto. É comumente dito que os objetivos da ciência são descrever, explicar e prever. Na filosofia da ciência esses objetivos são representados pela alegação de que teorias científicas são descritivas, explanatórias e preditivas. Mas é essencial indagar: descritivas, explanatórias e preditivas *do quê?* A resposta é que essas categorias da descrição, explanação e previsão caracterizam maneiras pelas quais teorias científicas se relacionam com seu objeto; ou, talvez melhor, como na concepção de Popper (com descrição substituída por teste), essas três categorias designam aspectos da única maneira pela qual teorias científicas se relacionam com seu objeto. Em todo caso, teorias científicas são proposições que descrevem, explicam e predizem a realidade sobre a qual se referem. Guiados pela importância central dessa distinção e relação entre teoria e realidade, ou o que uma tradição diferente chamaria de sujeito e objeto, percebemos que se uma teoria é autocontraditória, é logicamente impossível que a realidade seja verdadeiramente descrita por ela. Não pode haver contradições na realidade.

Ciência enquanto prática: tecnologia

Parece ser uma consequência da estrutura desse modelo que, por serem descritivas, explanatórias e preditivas da realidade, as teorias científicas não podem ser valorativas ou práticas, não podem ter quaisquer implicações valorativas ou práticas. Porém, seria realmente esse o caso? Um tipo de implicação valorativa e prática de vital importância é comumente atribuído à ciência assim concebida, a saber, implicações tecnológicas. De fato, poderia ser dito que uma vez que a ciência tenha sido concebida dessa forma, a tecnologia é a sua única função prática e valorativa possível, de modo que, como paradigma de racionalidade na teoria, a ciência constitui, para a prática, o paradigma da racionalidade tecnológica. Por exemplo, a lei de Ohm na teoria da eletricidade diz que em qualquer circuito elétrico a voltagem, a corrente e a resistência mantêm uma relação constante, isto é, com uma voltagem dada e uma maior resistência, a corrente elétrica será menor. Parece seguir daí uma implicação tecnológica, *i.e.* uma implicação que pode ser caracterizada por uma variedade dessas formas genéricas que nos dizem: o que fazer para que uma outra coisa seja feita; ou, como fazer uma determinada coisa; ou, por quais meios ou de que maneira podemos fazer algo. Nesse exemplo, a lei de Ohm parece implicar que, para diminuir a corrente elétrica num circuito com uma voltagem constante, precisamos ou podemos ou deveríamos aumentar a resistência. É essa porção de saber tecnológico que está incorporado no mecanismo eletrônico conhecido como reostato, uma resistência variável que pode ser conectada a um circuito, ex., num receptor sem fio, para permitir que controlemos a corrente elétrica no instrumento. Geralmente, é por causa desse tipo de implicação que o conhecimento científico é, segundo o aforismo de Bacon, poder; que a ciência nos confere domínio ou controle sobre a natureza, tornando-nos, nas palavras de Descartes, “mestres e possuidores da natureza”. Isso certamente é ao menos uma parte do que estava na cabeça de Marx quando ele salientou o papel crucial da ciência na relação do homem com a Natureza e a sociedade: no presente eles nos dominam e governam, mas, com o conhecimento que a ciência nos fornece, entramos numa batalha cósmica na qual podemos enfim realizar o sonho faustiano sem a sua terrível penalidade; podemos virar o jogo contra a Natureza e a sociedade, libertar a nós mesmos ao dominá-los, e assim nos mover do reino da necessidade para aquele da liberdade, no qual nós finalmente fazemos nossa própria história.

Essas possibilidades dramáticas, há muito sonhadas pelos grandes visionários da revolução científica, parecem estar, no presente momento, começando a se converter em realidade. Conforme as sociedades industriais avançadas entram no assim-chamado estágio pós-industrial, na sociedade tecnológica, sua estrutura essencial está mudando para suscitar essa unidade de teoria e prática, a aplicação sistemática do conhecimento científico aos problemas de produção através da tecnologia. Sendo esse o caso, é interessante notar que os filósofos, especialmente os filósofos analíticos, têm dedicado muito pouco tempo e esforço para investigar e esclarecer o conceito de tecnologia, através do qual a teoria científica parece estabelecer essa relação lógica próxima com a prática. É essa a ideia, é claro, que Hume procura caracterizar em seu famoso aforisma “a razão é, e deve ser, apenas a escrava das paixões” (Hume, 2009, p. 451; Kant considerou isso no seu entendimento dos “imperativos hipotéticos”; Sidgwick diz algumas coisas sobre o assunto em *Os métodos da ética*; e em seu *A linguagem da moral*, Hare desenvolveu uma teoria que desde então tem sido esporadicamente examinada e criticada por outros. Significativamente, todas essas contribuições são feitas através da

ética; muito embora essa seja claramente uma importante área que intersecciona ética e filosofia da ciência, a última tem geralmente ignorado de maneira decidida os problemas da tecnologia, aparentemente concebendo-se, talvez com um elitismo inconsciente mas compreensível, como a filosofia da ciência “pura” ao invés da filosofia da ciência que é tanto “pura” quanto “aplicada”. Até onde vai nosso presente tópico, o problema principal nessa área da tecnologia é precisamente se, e se sim, então como, a teoria científica, ou, de modo mais geral, as proposições factuais, empíricas ou descritivas, podem ter implicações valorativas e práticas: por exemplo, como, se é que isso é possível, a lei de Ohm pode implicar um imperativo técnico ou um julgamento de valor contendo a palavra “deve” ou alguma similar, ex. de forma que, para aumentar a corrente em um circuito com uma voltagem constante, alguém tenha de, possa ou deva diminuir a resistência.

Não vou explorar esse problema aqui⁴, mas simplesmente recordar minha visão de que as proposições tecnológicas, embora não sejam julgamentos morais, são genuinamente prescritivas, práticas ou valorativas, e realmente são derivadas de proposições empíricas sobre fatos e teorias científicas; e, portanto, que a tecnologia representa uma quebra crucial, no interior da própria ciência por assim dizer, da suposta barreira lógica entre fato e valor, entre teoria e prática. Mas qual tipo de prática é legitimada pela ideia de racionalidade tecnológica? A primeira coisa a se notar é que a tecnologia não é simplesmente o uso de conhecimento para algum propósito prático, como se o conhecimento fosse aqui apenas um meio para algum fim prático: a ideia de tecnologia não é apenas a ideia de que o conhecimento é praticamente útil. Por exemplo, o conhecimento de que um diplomata é homossexual pode ser usado para chantageá-lo. Nesse sentido, o conhecimento é um meio para um fim externo ao seu conteúdo; enquanto na tecnologia é o conteúdo do conhecimento que representa teoricamente a relação real do estado de coisas que um ponto de vista prático retrata como meios para fins. Como vimos, entre as categorias envolvidas nessa ideia estão aquelas de poder, controle e dominação; e assim como é essencial para caracterizar a ciência como descritiva, explanatória e preditiva perguntar “Descritiva, explanatória, e preditiva *de quê?*”, é essencial aqui perguntar “Poder, controle e domínio *sobre o quê?*” A resposta é, obviamente, a mesma em ambos os casos. Aquilo sobre o que a teoria científica, enquanto tecnologia, nos confere poder, controle ou dominação é aquilo sobre o que ela é descritiva, explanatória ou preditiva: aquela realidade, ou parte dela, que constitui seu assunto ou objeto. Como uma teoria da ou sobre a eletricidade, a lei de Ohm, em suas aplicações tecnológicas, permite-nos controlar os fenômenos elétricos. Poderíamos dizer que na tecnologia a relação de poder tem o mesmo objeto que a teoria da qual ela é uma aplicação. Mais genericamente, se podemos falar sobre conhecimento científico como uma relação entre sujeito e objeto, entre um sujeito cognoscente e aquilo sobre o que ele tem conhecimento, então podemos dizer que a relação de poder tem os mesmos termos da relação de conhecimento: o sujeito com o conhecimento também tem poder, e é sobre o objeto que ele tem conhecimento que seu conhecimento lhe dá poder e controle. Essa é uma das muitas razões pelas quais as ciências *humanas*, se concebidas de acordo com a doutrina da unidade das ciências conforme o modelo das ciências naturais, pode parecer mais opressora que libertadora em suas aplicações potenciais.

⁴ Ver o meu *Reason in theory and practice* (Edgley, 1969, Capítulo 4.11).

Diferentemente das ciências naturais, nas quais a tecnologia dá poder aos sujeitos humanos sobre a natureza não-humana, o objeto das ciências humanas é ou essencialmente envolve pessoas, e é sobre as pessoas que essas ciências, como tecnologia, dão poder. Se, nessas ciências, o sujeito e o objeto fossem idênticos, essa tecnologia constituiria (um tipo de) autocontrole. Quando sujeito e objeto nas ciências humanas são distintos, ou pensados como distintos, como ocorre na nossa sociedade ou na sociedade tecnocrática que alguns sociólogos antecipam para a fase pós-industrial, as ciências humanas enquanto tecnologia estabelecem o poder de algumas pessoas sobre outras: na designação honesta, porém ameaçadora, de B. F. Skinner, as ciências comportamentais, por exemplo, produzem uma “tecnologia do controle comportamental”.

Ciência enquanto prática crítica

Mesmo que seja o caso, então, de que a ideia de tecnologia ajude a constituir alguma espécie de unidade entre fato e valor, teoria e prática, está longe de ser uma obviedade que esse seja o tipo de unidade vislumbrado pela concepção de Marx de ciência como dialética. De fato, esse tipo de unidade, característico de uma sociedade tecnocrática, parece estar envolvido em uma concepção de teoria científica, essencialmente não dialética, como puramente descritiva, explanatória e preditiva de seu objeto. É porque a relação da teoria com o objeto é concebida como puramente descritiva, explanatória e preditiva que a relação prática do sujeito com o objeto é uma relação de poder, o objeto da teoria sendo concebido nas implicações práticas daquela teoria como estando sob controle do sujeito. Uma coisa importante ausente nesse modelo de teoria científica – se é comparada com a noção de Marx de ciência social – é a ideia de *crítica*. A ciência social de Marx é ciência socialista por ser, como ciência, uma crítica de seu objeto, a sociedade capitalista.

Agora, o simples modelo de ciência já delineado contém não apenas a ideia embrionária de tecnologia mas também a noção implícita de crítica. A noção é implícita e não explícita porque o modelo representa apenas a relação de uma única teoria científica com a realidade, seu objeto. Mas se nós enriquecermos o modelo com uma segunda teoria sobre o mesmo objeto, e considerarmos a relação não entre teoria e objeto mas entre teoria e teoria, surge a possibilidade de uma relação entre duas teorias que é uma relação de contradição e crítica de uma só vez. Dadas duas teorias sobre o mesmo assunto, uma pode contradizer a outra e implicitamente criticá-la como errada, como um engano. Essa noção de erro e engano, seja da ação ou da teoria, é valorativa, assim como a crítica ou a apreciação é em geral valorativa. Ela não é tecnologicamente valorativa. Nem é *moralmente* valorativa. A tendência familiar e ampla a identificar valores com valores *morais*, e encarar a razão como isenta de valor, é simplesmente uma parte fundamental da ideologia científica dominante.

O próprio Popper vê a crítica, da mesma forma que a descrição, explanação e previsão, como crucial para a ciência; ele, portanto, de certo modo vê a ciência como essencialmente valorativa. Mas em pontos vitais de sua abordagem ele revela como sua concepção de lógica do Terceiro Mundo, especificamente seu antipsicologismo na filosofia da lógica, o engana. Uma parte central do argumento de Popper em “*O que é dialética?*” diz respeito “ao ditado dialético de que a tese ‘produz’ sua antítese”. De fato, ele contesta que,

na verdade, é nossa atitude crítica que produz a antítese; quando falta essa atitude crítica, o que acontece com muita frequência, não haverá a criação de nenhuma antítese. Do mesmo modo, precisamos ter cuidado em não acreditar que há uma “luta” entre a tese e a antítese, que “produza” a síntese. Essa luta é um combate de mentes [...].

[E adiante:]

A única “força” a impulsionar o desenvolvimento dialético é, por conseguinte, nossa determinação de não aceitar a contradição entre a tese e a antítese. Não há nenhuma força misteriosa nessas duas ideias que se opõem; nenhuma tensão misteriosa entre elas que leve ao desenvolvimento – é exclusivamente nossa decisão de não admitir a contradição que nos faz buscar um outro ponto de vista, o qual nos pode permitir evitá-la. (Popper, 2008, pp. 346-7)

O que é ao menos fortemente sugerido aqui é que a noção de contradição, sendo uma categoria da lógica, não é ela mesma valorativa ou crítica, e não implica uma crítica. Caracterizar algo como contraditório, Popper parece dizer, é uma coisa, uma coisa lógica; criticá-lo é outra coisa, logicamente independente, uma questão de atitude psicológica e decisão ao invés de lógica.

Eu argumentei em outro lugar que a conexão aqui é, ao contrário, interna e conceitual; que caracterizar algo como uma contradição, em que esse conceito é uma categoria da lógica, é, ao menos por implicação, criticar essa coisa; e que, ademais, criticar uma teoria é criticar a aceitação efetiva ou possível daquela teoria por algum sujeito possível ou efetivo. É realmente difícil fazer muito sentido da noção de crítica de Popper, dadas sua visão de que aquilo que se critica são *teorias*, e sua doutrina do conhecimento do Terceiro Mundo sem um sujeito pensante, *i.e.* de uma teoria sem sujeito teorizante. Qual seria o *ponto* de criticar uma teoria, a não ser para criticar sua possível ou efetiva *aceitação*? Contrariamente à concepção platônica de lógica que caracterizou a temática desde Frege até Popper, as categorias da lógica são elas próprias implicitamente críticas; e em seu uso como caracterização de teorias ou proposições, elas criticam ou avaliam aquelas teorias pela crítica ou avaliação de sua aceitação por sujeitos possíveis ou efetivos. A conexão entre lógica e a capacidade de julgar não pode ser apenas contingente.

Segue-se disso – ou talvez seja sua pressuposição, mas que, em todo caso, é verdade – que as pessoas, assim como as proposições, podem se contradizer, *i.e.* que as pessoas podem sustentar visões contraditórias. O ponto crítico da caracterização de uma teoria em termos da categoria lógica da contradição, portanto, implica ou pressupõe que, nesse sentido, pode haver contradições na realidade. Dizer que “Smith se contradisse” é fazer uma afirmação sobre Smith que é ela própria não contraditória e, de uma só vez, empírica, lógica e valorativa, *i.e.*, crítica; ela não poderia ser crítica se não pudessem também haver, nesse sentido, contradições na realidade. A coisa contraditória dita por Smith supostamente descreve, é claro, algo que é logicamente impossível; mas sua afirmação e crença é logicamente possível, embora seja logicamente inadmissível.

Nesse sentido, a ciência em geral tem de ser crítica e valorativa. Mas, como já sugerido, a natureza valorativa das teorias científicas em relação a outras teorias e visões não pode ser compreendida platonicamente, apenas em termos de implicações

lógicas entre proposições descritivas e julgamentos de valor. Assim como, ao interpretar esses julgamentos de valor como crítica, nós sugerimos que (no sentido delineado) *o que* é criticado, por ex. uma contradição, pode ter uma existência real nos pensamentos e atitudes de algum sujeito, e então a crítica é ela própria empiricamente instanciada como: oposição – oposição ao que está sendo criticado. De fato, a crítica é uma atividade ou prática, a atividade ou prática de se opor, e sem essa atividade não poderia haver algo como a ciência. A ciência concebida filosoficamente, *i.e.* platonicamente, como uma estrutura lógica de teorias seria impossível e ininteligível sem a ideia de atividade científica, prática teórica, incluindo a prática de criticar; e com ela o entendimento de um argumento não abstratamente, como um conjunto de proposições distinguíveis em premissas e conclusão – com alguma relação lógica entre eles –, mas concretamente como a atividade de argumentar. A ciência essencialmente envolve argumentar contra teorias e visões das pessoas, isto é, opô-las criticamente: ou, como às vezes dizemos, *atacá-las*. A representação da ciência simplesmente como uma tentativa de compreender o mundo esquece que a razão de fazê-lo é também mudar aquela sua parte que consiste em mal-entendido. “O real é parcialmente irracional: mude-o”: esse é o imperativo da ciência.

Ciência social como crítica de seu objeto

Agora, não importa quão verdadeiro isso tudo possa ser, não há dúvida de que se objetará que é irrelevante. Isso porque todos esses argumentos sobre a natureza crítica da atividade científica falham em lidar com o traço essencial da concepção marxista de ciência como dialética. É claro, será dito, que a ciência envolve crítica, mas o objeto dessa crítica, *o que* é criticado, é sempre alguma outra teoria: a relação crítica é sempre entre teorias; ela é horizontal, por assim dizer, nunca vertical, nunca uma relação entre uma teoria e *seu* objeto, a realidade sobre que se refere. Em relação ao seu *objeto*, uma teoria científica é sempre descritiva, explanatória e preditiva, nunca crítica. Por exemplo, a teoria cosmológica de que o universo está em expansão pode ser, por implicação, crítica da teoria de que o universo é estável, mas ela não é crítica de seu objeto, *i. e.*, do próprio universo e de seu tamanho de um a outro momento.

Estou disposto a aceitar isso como defensável para a ciência *natural*; desde que a crítica de teorias seja entendida como tendo, mesmo na ciência natural, um alvo *social* na aceitação daquelas teorias por possíveis sujeitos, incluindo instituições sociais (ex. a Igreja como alvo da crítica de Copérnico). Mas a teoria de Marx sobre o capitalismo é ciência *social*, e apesar de marxistas eventualmente sustentarem que toda ciência é ou deveria ser dialética, parece inquestionável que, no marxismo, a dialética é primária e essencialmente voltada à caracterização da ciência *social*. Se defendermos que toda ciência, incluindo a ciência natural, é ou deveria ser dialética, temos também de reconhecer algumas diferenças no que poderíamos chamar de grau de dialeticidade entre ciências naturais e sociais. Se sustentamos que as ciências naturais são dialéticas, isso significa: (a) que a realidade investigada pela ciência natural tem um núcleo essencial (“essência”) que se difere radicalmente de (entra em conflito com) sua aparência fenomênica; (b) que esse núcleo subjacente é constituído essencialmente por forças conflitantes; e (c) que as ciências naturais desenvolvem-se historicamente mediante transformação teórica centralmente envolvendo determinadas contradições entre teorias, de modo que novas teorias tanto neguem quanto preservem as antigas.

Mas nas ciências sociais existem outras dimensões vitais para a dialética, envolvendo a categoria lógica da contradição tanto no nível do objeto e na relação, na interação, entre teoria e objeto. Pois o objeto da ciência social é ou essencialmente envolve pessoas em sociedade; pessoas são peculiares como objetos da ciência por serem também sujeitos com suas próprias teorias, visões e ideias, científicas ou de outro tipo, sobre suas atividades, sobre suas práticas sociais e instituições. Essas teorias, visões e ideias encontram-se em uma relação lógica muito mais próxima com as práticas sociais e instituições do que estão as teorias, visões e ideias sobre o mundo natural com seu objeto; e, em particular, a relação lógica de contradição, ao menos sob forma de inconsistência, pode ser instanciada não apenas entre os pensamentos das pessoas, mas também entre suas ações e práticas. Marx diz que as ideias das pessoas sobre suas práticas e instituições sociais *refletem* a sociedade em que vivem. A sociedade é ela mesma um produto humano, e sua produção e reprodução tem de ser vistos parcialmente em termos de ideias que constituem o autoentendimento dos membros daquela sociedade. Mais especificamente, essas ideias refletem e são instanciadas nos atributos superficiais da estrutura social, e assim formam uma ideologia que obscurece as realidades subjacentes àquela estrutura. A crítica científica dessa ideologia revela que sua aparência de consistente contradiz sua própria natureza mais profunda; sob análise ela é revelada como confusa e autocontraditória, e mesmo neste caso ela “reflete”, apesar de não afirmar, a natureza confusa e autocontraditória da realidade social subjacente. Dessa forma a ciência social, ao criticar outras ideias e teorias sociais ideológicas como profundamente contraditórias, dessa forma contradizendo-as, ao mesmo tempo critica como contraditória, e assim contradiz, a sociedade em cujas estruturas são realizadas aquelas teorias e ideias inconsistentes e conceitualmente confusas. A crítica de Marx daquilo que ele chama de “sistema da economia burguesa” ataca de uma só vez as teorias e conceitos da economia política e o próprio capitalismo.

Pode-se pensar que esse pequeno registro falha em reconhecer que a dialética marxista é materialista, não idealista. Minha resposta é que, como uma teoria da sociedade, o materialismo de Marx afirma que o que é básico na sociedade é a economia – aquela parte da estrutura ocupada essencialmente com a produção de bens materiais e, portanto, com a satisfação de necessidades materiais. Que essa “base material” das atividades sociais é inseparavelmente entrelaçada com ideias é evidente já na seção de *O capital* sobre “O fetichismo das mercadorias”.

Assim, a prática crítica que constitui a ciência social marxista envolve oposição prática às autocontradições básicas da sociedade capitalista, seu objetivo (e, portanto, sua previsão) é a superação dessas contradições. De duas formas cruciais, a crítica de Marx não é uma crítica moral ou ética, e sua prática não é prática moral, ao menos da forma como aquelas noções têm sido comumente compreendidas. Primeiro, sua crítica não é das imoralidades pessoais, mas das irracionalidades estruturais da sociedade. Segundo, ela não é doutrinária ao supor que as mudanças requeridas possam necessariamente ser efetivadas só por ideias, *i.e.*, pela prática teórica de refletir com e exortar pessoas. O que quer que seja moralidade, em nenhuma dessas formas o marxismo é moralidade *em distinção* à ciência: seus valores centrais são (e apenas precisam ser) aqueles da razão, *i.e.*, dialética.

Para concluir autorreflexivamente: se essa é a função da ciência, que lugar restou para a filosofia? À noção descritivista de ciência foi acoplada uma visão da filosofia

como, ela própria, analítica e descritiva: a filosofia pode (no fim das contas) apenas descrever a estrutura (científica e outra) da linguagem, e precisa deixar tudo do jeito que está. Mas nesse artigo eu estou fazendo filosofia: meu objetivo foi também mostrar através do exemplo que, assim como a ciência em geral pode e tem de ser crítica e, num nível epistemologicamente básico, crítica de conceitos existentes, e, assim como a ciência social em particular, pode e tem de ser crítica do seu objeto, a sociedade, também a filosofia pode e tem de ser parte daquele mesmo projeto geral de crítica social, distinguindo-se, se tanto, apenas pela fundamentalidade de seu alvo, as categorias básicas instanciadas na sociedade, em termos nos quais a realidade, incluindo a própria realidade social da ciência, é correntemente entendida e moldada. Critiquei a concepção dominante de ciência e, portanto, uma tendência poderosa na atual prática social da ciência e na emergente sociedade tecnológica na qual aquela concepção e prática tem um papel central.

Referências

- EDGLEY, Roy. *Reason in theory and practice*. London: Hutchinson University Press, 1969.
- HUME, D. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental nos assuntos morais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- POINCARÉ. “Morale et science”. In: *Dernières Pensées*. Paris: Ernest Flammarion, 1913.
- POPPER, Karl R. “What is dialectic?”, *Mind*, 49 (196), 1940, pp. 403-426. [Edição em português: POPPER, Karl R. “Que é a dialética?”. In: POPPER, Karl R. *Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora UNB, 2008, pp. 343-65].
- _____. *Conjecturas e refutações: o progresso do conhecimento científico*. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora UNB, 2008.
- VORLAENDER, Karl. *Marx und Kant*. Vienna: Deutsche Worte, 1904.

Artigo encomendado pelo Comitê Editorial

La contemporaneidad de lo mítico y la mirada extrañada.

Sobre las lecturas de Proust de Theodor W. Adorno y Siegfried Kracauer

The Contemporaneity of the Mythical and the estranged Gaze. On the Commentaries on Proust of Theodor W. Adorno and Siegfried Kracauer

Miguel Vedda*

Resumo

A obra narrativa de M. Proust tem sido não apenas objeto de reflexões, mas também um ponto de referência constante para as reflexões teóricas e críticas de Kracauer e Adorno. Na primeira, dos ensaios sobre a República de Weimar aos últimos tratados *Teoría del cine e Historia. Las últimas cosas antes de las últimas*, a ficção do escritor francês fornece elementos importantes para uma conceituação do sujeito histórico e para uma exploração da modernidade tardia e seus suportes artísticos mais característicos. Em Adorno, a incidência de Proust é notada não apenas nos vários ensaios incluídos nas *Notas sobre literatura*, mas também em obras mais estritamente filosóficas, como a *Teoría estética* ou as *Lecciones sobre dialéctica negativa*. O objetivo do artigo é relacionar as interpretações de Proust desenvolvidas por Kracauer e Adorno a fim de mostrar suas afinidades, mas também, e sobretudo, suas divergências, colocando-as ao mesmo tempo em relação à sua evolução teórica.

Palavras-chave: Kracauer; Adorno; Proust; *Teoria do romance*; estética; marxismo

Abstract

M. Proust's narrative work has not only been the subject of reflections, but also a constant point of reference for the theoretical and critical reflections of Kracauer and Adorno. In the first, from the essays on the Weimar Republic to the late treatises Theory of film and History. The last things before the last, the French writer's fiction provides important elements for a conceptualization of the historical subject and for an exploration of late modernity and its most characteristic artistic media. In Adorno, the incidence of Proust is noticed not only in the various essays included in the Notes to literature, but also in more strictly philosophical works, such as Aesthetic theory or the Lectures on negative dialectic. The purpose of this article is to relate the interpretations of Proust developed by Kracauer and Adorno in order to show their affinities, but also, and above all, their divergences, placing them at the same time in relation to their theoretical evolution.

Keywords: Kracauer; Adorno; Proust; Theory of the novel; aesthetics; Marxism

* Professor titular plenário de Literatura Alemã (Facultad de Filosofía y Letras, Univ. de Buenos Aires) e investigador principal del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET).

1. El factor expresivo del lenguaje y la experiencia no mutilada

Adorno ha destacado con frecuencia, y de manera enfática, la impronta profunda que en él ha dejado la obra proustiana. Un elocuente testimonio de esto lo ofrece el comienzo del ensayo dedicado a *Du côté du chez Swann* (1957), donde el autor confiesa que desde hace décadas “Proust desempeña un papel central en mi economía intelectual, y sencillamente no podría imaginármelo sino en continuidad con aquello de que me ocupo” (Adorno, 2003: 650). En el comentario sobre *A l'ombre des jeunes filles en fleurs* (1954), admite que sobre esta novela no puede hablar como crítico: “Desde hace treinta años, Proust es demasiado un elemento de mi propia existencia intelectual como para que yo tenga la distancia necesaria para eso”; la calidad de la obra le parece tal “que la pretensión de superioridad crítica acabaría en impertinencia” (ibíd.: 651). A la luz de estos comentarios, que resaltan la íntima afinidad entre la narrativa del escritor francés y la filosofía adorniana, resultan especialmente llamativas no solo la relativa escasez de estudios dedicados a indagar esa afinidad, sino también (y aún más) la frecuencia con que los análisis existentes yerran a la hora de rastrear las correspondencias entre Proust y Adorno así como de delinear el modo en que el filósofo lee al novelista. La sección “Adorno zu Kafka und Proust” del *Adorno-Handbuch* ofrece un ejemplo típico de esta dificultad para dar con tales especificidades cuando dice que el parentesco que Adorno advierte entre Proust y Kafka es que “se trata de escritores filosóficos. Produjeron obras que revelan una reflexividad extrema y que constriñen a sus lectores a pensar conjuntamente con ellos acerca de las posibilidades de interpretación que ofrece la obra” (Dierks, 2019: 254). Los lectores de Adorno recordarán cuán poco afecto era este tanto a las tentativas – típicamente idealistas – de subordinar la configuración estética a la conceptualización filosófica, como también a cualquier modelo de “literatura filosófica” que asuma como propias la tarea de reflexionar en términos teóricos o el afán de limitarse a difundir lo ya investigado por la ciencia o la filosofía. Adorno habría encontrado muy poco que celebrar en Proust si este efectivamente hubiese sido un “escritor filosófico”. Lo cierto es que el pensador que afirmaba que los contenidos de la ciencia o la filosofía solo pueden ingresar productivamente a la obra de arte bajo la condición de sufrir hondas transformaciones no buscaba en la *Recherche* ninguna clase de verdad conceptual. De ahí que haya destacado en varias ocasiones, no las afinidades, sino las divergencias entre el novelista francés y su sombra tutelar filosófica, Henri Bergson. Esto no significa que redujera la literatura a un afán de concreción contrapuesto a la abstracción teórica: en la 7ª de las *Lecciones sobre dialéctica negativa* (1965-66), luego de caracterizar como “el mayor novelista de nuestra época” a Proust, sostiene que este se ha servido “en una medida incomparablemente más elevada de las formas racionales del conocimiento de lo que ocurría en el programa de Bergson, que, por lo demás, Proust nunca suscribió completamente” (Adorno, 2020: 155). En su intento de poner a prueba el pensamiento de Bergson, el novelista habría refutado el evasivo intuicionismo de su “maestro” sirviéndose “de aquel instrumental del conocimiento racional [...] para acceder a lo concreto, a lo indisoluble que él se representaba; algo que habría estado excluido, justamente, de acuerdo con la epistemología bergsoniana...” (ibíd.: 155). Para dar cuenta de las afinidades entre literatura y filosofía, tal como son planteadas por Adorno, sería preciso, evidentemente, plantear el problema de un modo más complejo. Volveremos en breve sobre esto.

Un abordaje particularmente sorprendente de nuestro tema es el que presenta Owen Hulatt. Más allá del tono desmesurado que asumen, los planteamientos de Hulatt

son representativos de todo un conjunto de empeños en criticar el reduccionismo del pensamiento adorniano desde perspectivas reduccionistas. Es una estrategia que se advierte en una medida considerablemente mayor en la bibliografía sobre Lukács; en cualquier caso, no deja de llamar la atención que la violencia verbal remplace la consideración minuciosa que requieren obras extremadamente complejas. Hulatt sostiene rotundamente que Adorno, más allá de ser un enemigo de la razón instrumental, “se complace sumamente en instrumentalizar la novela de Proust de maneras que a menudo indican una interpretación agresivamente tendenciosa y los inicios de una apelación a la autoridad” (Hulatt, 2018: 160-161). Suceden a este juicio citas de *Teoría estética*, *Minima Moralia* y *Dialéctica negativa* que presuntamente deberían ilustrar esa instrumentalización, poniendo en evidencia que “el uso de Proust como una piedra de toque en la elaboración de esas ideas sirve primariamente, si uno puede ser cínico, para bruñir a estas a través del nombre [de Proust]” (ibíd.: 160). Pero la evidencia de los ejemplos citados no es tal; ante todo porque se trata de arduos pasajes, que el autor del artículo se considera dispensado de analizar, de modo que deberíamos confiar en su autoridad si quisiéramos suscribir su veredicto. No menos vehementes son las conclusiones a las que el artículo arriba: convencido de que Adorno sugiere una plena “paridad entre filosofía y arte” (ibíd.: 176), Hulatt concluye que “hay solo un breve paso hasta ver cómo la novela de Proust puede ser significativamente comprendida como una genuina pieza de evidencia, para Adorno, de que su peculiar abordaje de la epistemología, y la relación entre universalidad y particularidad, están justificados” (ibíd.). Toda la argumentación de Hulatt culmina en la declaración (y corrección) de una sospecha:

Emerge a menudo la sospecha de que la filosofía de Adorno primero surgió y luego fue aplicada – y no sin violencia – a las obras de arte a fin de forzarlas a conformarse con el programa filosófico de Adorno. Dadas las declaraciones sinceras de este sobre la importancia de Proust, sin embargo, así como su teoría de la justificación filosófica, emerge la posibilidad [?] de que la verdad sea de hecho la contraria. Que quizás fue la experiencia que hizo Adorno de la literatura – de Proust – la que sirvió en primera instancia como inspiración de su filosofía; y que su filosofía – y su teoría crítica – es un desarrollo del conocimiento que la experiencia de la literatura le brindó en primer lugar (ibíd., 176-177).

Más allá de lo extraño que resulta que el artículo se cierre declarando la posibilidad de que haya que revertir la tesis que había enunciado contundentemente al comienzo, es sorprendente la preocupación del autor por determinar si el impulso primario provino en Adorno de la filosofía o la literatura. No nos parece que esa sea una preocupación primordial del filósofo alemán; tampoco que tratar esa cuestión sea en sí particularmente relevante. Más pertinente nos parece indagar cuáles son las afinidades que Adorno reconoce entre su propia metodología y la técnica compositiva de Proust, y en qué reside la especificidad de las reflexiones que el filósofo alemán dedica a la *Recherche*.

Del primer problema se ha ocupado de manera detallada y precisa Roger Foster. Subraya el interés de Adorno en rescatar la fidelidad proustiana a la idea de una experiencia no mutilada, tal como destella en la infancia. A la altura de esta experiencia, a la que debería hacer justicia la filosofía, está la literatura de Proust, en la medida en que busca contrarrestar la tendencia del factor comunicativo del lenguaje a disociarse del sujeto que experimenta. Para el autor de la *Recherche*, la literatura y el arte logran lo que

el lenguaje cotidiano – arrastrado por la compulsión de comunicar contenidos – no consigue articular la perspectiva del sujeto de la experiencia; recuperar un concepto de la realidad *telle que nous l'avons senti* (“tal como la hemos sentido”), sepultada bajo las clasificaciones que empleamos usualmente para expresarla. Para Adorno, esta empresa registra “la verdad sobre la destrucción de las condiciones sociales del individuo autónomo en la Modernidad capitalista tardía” (Foster, 2007: 173). Al hacerlo, concede una voz al sufrimiento de los individuos a manos de las estructuras universales. Sabemos que un motivo que recorre la obra adorniana es la convicción de que la filosofía y el arte significativos cuentan entre sus propósitos fundamentales el de conceder expresión al sufrimiento. Es este un motivo que atraviesa también toda la producción de Kracauer y que el propio Adorno ha puesto en relación con el estudio temprano de la filosofía de Kant que había llevado adelante durante varios años bajo la orientación del amigo de juventud.¹ En este sentido, la afirmación según la cual la filosofía es el recuerdo del sufrimiento que se ha sedimentado en conceptos (Adorno, 2012: 44) es consanguínea de aquella otra que dice que la expresión del arte es el sufrimiento, del que la forma extrae su sustancia (Adorno, 2004: 343). También de la tesis – con la que se cierra *Teoría estética* – de que el arte, en cuanto historiografía, no sería nada si se deshiciera de la memoria del sufrimiento acumulado (ibíd.).

El momento lingüístico es inmanente a la filosofía: no constituye un agregado ornamental. Al ponderarlo tanto en el plano teórico como a través de su propia praxis de escritura, Adorno arregla cuentas con toda la tradición filosófica, que, alérgica al estilo, “querría expulsar del lenguaje el último resto de expresión”, y que “está en consonancia con la tendencia general de la Ilustración a castigar lo indisciplinado de los ademanes aun en el interior de la lógica” (Adorno, 2020: 363). Dicha alergia da testimonio también “del rencor de la conciencia cosificada contra aquellos elementos de la conciencia que le faltan a la cosificada” (ibíd.: 363-364). La alianza de la filosofía con la ciencia “desemboca virtualmente en la expulsión del lenguaje”; la supervivencia de la filosofía “se halla íntimamente emparentada con su esfuerzo lingüístico: no en la medida en que sigue ciegamente la inclinación lingüística, sino en que reflexiona sobre ella” (ibíd.: 364). Las consideraciones en torno a la exposición (*Darstellung*) filosófica, que en varios aspectos recuerdan la teoría del joven Benjamin sobre el lenguaje – tal como aparece, por ejemplo, en el ensayo “Sobre el lenguaje en general y sobre el lenguaje del ser humano” (1916) – hablan de un conflicto entre dos tendencias: una *comunicativa*, según la cual el lenguaje está primariamente al servicio de la transmisión de contenidos, y otra *expresiva*, que lo orienta a la manifestación de la experiencia subjetiva. La omisión de una de las tendencias significaría un desmoronamiento de la exposición. Un lenguaje

¹ En “El curioso realista. Sobre Siegfried Kracauer” (1964), luego de referirse al estudio de Kant bajo la guía de Kracauer, y de indicar que de este aprendió, ante los textos filosóficos tradicionales, a no dejarse impresionar “tanto por su unidad y sistemática coherencia como [...] por el juego de las fuerzas que operaban simultáneamente bajo la superficie de toda doctrina cerrada” y a considerar “las filosofías codificadas como campos de fuerzas”, sostiene Adorno que lo que buscaba expresión en su amigo de juventud era “una capacidad de sufrimiento casi ilimitada: expresión y sufrimiento están íntimamente emparentadas. Su relación con la verdad es la de que el sufrimiento debía penetrar sin distorsiones ni paliativos en el pensamiento, el cual de otro modo lo volatiliza; también en los pensamientos de la tradición se redescubría el sufrimiento. La palabra sufrimiento llegó a figurar incluso en el título de una de las primeras monografías de Kracauer” (Adorno, 2003: 372-374).

puramente expresivo lograría verter de manera plena toda la riqueza de la experiencia subjetiva, pero, en su cualidad única e irrepetible, sería incommunicable. Un lenguaje exclusivamente comunicativo permitiría participar con exactitud los contenidos objetivos, pero se degradaría, en última instancia, a las fórmulas vacías y a lo que Benjamin denominaba *Geschwätz* (“parloteo”): a esa “concepción burguesa del lenguaje según la cual la palabra solo se relaciona con la cosa de manera casual, y es un signo de las cosas (y del conocimiento de estas) puesto a través de alguna convención” (Benjamin, 1989: II.1, 150).² La utopía sería reconciliar ambas tendencias de modo tal que convivan en el seno de la expresión; solo que la tradición filosófica hegemónica, reproduciendo las condiciones de la dominación material, que ha conducido a la liquidación de la experiencia del sujeto, ha dado prioridad al factor comunicativo a costas del expresivo. De ahí que la tarea de la filosofía sea “disponer los conceptos con vistas a recuperar su factor expresivo, la perspectiva del sujeto de la experiencia”, sin sacrificar “el rigor impuesto por la necesidad de tornar comunicable esa perspectiva (expresarla *con* conceptos)” (Foster, 2007: 171).

Se tornan, en este marco, visibles las correspondencias con la *Recherche* proustiana, en cuyo centro se encuentra la oposición entre el conocimiento convencional (*la connaissance conventionnelle*) y aquello que hemos realmente experimentado (*ce que nous avons réellement éprouvé*). Pero a esta problemática debe sumarse otra: Adorno pone la evolución de la filosofía moderna en relación con el implacable triunfo de la subjetividad constitutiva del conocimiento sobre el sujeto de la experiencia. Por efecto de este proceso, vivimos una situación en la que aquella ha remplazado directamente a esta, lo que representa un correlato de la dominación despótica de la dimensión comunicativa sobre la expresiva. Los empeños de la filosofía y del arte para salvar a esta sin sacrificar a aquella solo podrían alcanzar buenos resultados si la empresa se realiza mediante el laborioso trabajo del concepto. A la altura de semejante tentativa se halla la obra proustiana, que entiende (y encarna) la labor del artista como una tentativa para extraer de la oscuridad aquello que ha sido experimentado, transformándolo en un equivalente espiritual. La obra de arte lograda, como resume Foster, sería una “que consigue encontrar palabras para lo que fue experimentado, hallando para esto una forma de expresión que logre comunicarlo sin corromperlo” (ibíd.: 175). En Proust, como hemos visto, en contraposición con la entronización bergsoniana de la intuición, lo no conceptual – lo no idéntico – es abordado sin que se prescindiera de los conceptos; como en la filosofía negativa, estos son forzados a decir más de lo que dicen en su aspecto puramente comunicativo, aproximándose entonces al propósito fundamental de *decir lo indecible*. Foster destaca que esta experiencia de lo carente de conceptos emerge en Proust en la discrepancia entre el nombre y el objeto al que presuntamente refiere: la divergencia entre el universo de connotaciones ligadas a la palabra Balbec y la cruda materialidad del lugar contribuyen a que el narrador tome conciencia del mundo como una realidad independiente del sujeto. La implacable otredad del mundo se impone como un obstáculo para cualquier deseo de fusión con él; en relación con esta toma de conciencia coloca Foster la afirmación adorniana de que la fuerza del lenguaje “se comprueba en el hecho de que, en la reflexión, expresión y cosa se separan. El lenguaje solo se convierte en instancia de la verdad en la conciencia de la no identidad de la expresión

² A la vista de las características de las traducciones existentes, hemos preferido ensayar una propia.

con lo significado” (Adorno, 2005: 111). El desencanto del narrador proustiano con los nombres señala la discordancia entre la expresión y lo que ella supuestamente significa; discordancia en la que el mundo se resiste ante los intentos para que se lo reduzca a palabras. El factor expresivo del lenguaje es rescatado justamente, según Adorno, cuando el sujeto – como el narrador de la *Recherche* – testimonia su reverencia ante la opacidad del mundo; cuando, en lugar de intentar ceñir esa opacidad bajo conceptos rígidos, fuerza a estos a quebrantar su fijeza y a ir más allá de sí mismos a fin de expresar lo no idéntico. Sería lícito afirmar que la violencia con que la subjetividad constituyente procura asimilar la otredad es paralela a aquella otra que, en el capitalismo tardío, obliga a los sujetos a avenirse con un ideal de felicidad cosificado, estandarizado, que es solo la caricatura de una felicidad genuina. Como prueba de su fidelidad a esa *promesse de bonheur* que es inmanente a todo el arte grande de la Modernidad – de su lealtad al paradigma de una experiencia plena –, artistas como Proust insisten en denunciar la falsa armonía de la realidad vigente. La sensibilidad para el sufrimiento, y no la adaptación conformista a una existencia mutilada, es lo que hace de la obra literaria y artística un documento acerca de la destrucción del individuo y de la deformación de la vida.

2. La realidad contingente y la mirada extrañada: los comentarios sobre Proust

La obra de Adorno incluye numerosos comentarios – en algunos casos, microscópicos – sobre Proust. Requeriría un espacio más amplio que el de un artículo revisar cada uno de ellos. En lo que sigue nos ocuparemos de tres ensayos de los cuales es posible extraer elementos importantes del abordaje adorniano: “Sobre Proust” (1954-57), “Pequeños comentarios sobre Proust” (1958) y “Museo Valéry-Proust” (1967). Un aspecto común a los dos primeros ensayos – que en cierto sentido se complementan mutuamente – es la propuesta de leer la *Recherche* como una audaz tentativa para descifrar la Modernidad tardía como una segunda naturaleza que ha sido creada por los seres humanos, pero que se ha autonomizado y se ha vuelto en contra de estos, de modo que el mundo social ya no es casa paterna, sino cárcel; en términos del Lukács de *Teoría de la novela* (escrita en 1914-15; publ. como libro en 1920), un reservorio de vacías convenciones carentes de contenido. Lo que hace Adorno, siguiendo los pasos de Lukács, es mostrar la mutua identidad de los opuestos: la segunda naturaleza, el mundo en que las mercancías – convertidas en fetiches y, por ende, alienadas de sus productores – ejercen su mágico dominio, presenta un aspecto tan enigmático y amenazador como el que tenía la naturaleza mítica. En el capitalismo desarrollado y el tardío, lo muy nuevo se asimila a lo prehistórico; el mundo de las convenciones asume la apariencia de un destino tan férreo e incuestionable como el del antiguo *fatum*. Susan Buck-Morss (2011: 142) ha destacado que el concepto de segunda naturaleza se encuentra en Adorno, como en Benjamin, emparentado con una serie de términos (fetiche, cosificación, encantamiento, destino, mito, fantasmagoría) que delatan la necesidad, por un lado, de revelar la apariencia mítica de la realidad contemporánea y, por otro, de poner de manifiesto su transitoriedad, su carácter “no necesario”. Estos temas, que aparecen ya en “Actualidad de la filosofía” (1931), cumplen un papel destacado en los ensayos sobre Proust, ante todo porque en este encuentra Adorno una suerte de confirmación de la tesis de Marx de que, bajo condiciones capitalistas, a los seres humanos se les ponen de manifiesto sus relaciones sociales *como lo que son*, es decir: “no como relaciones direc-

tamente sociales trabadas entre las personas mismas, en sus trabajos, sino por el contrario como *relaciones propias de cosas* entre las personas y *relaciones sociales entre las cosas*” (Marx, 1975: I/1, 89). En Proust, la alienación mutua de los seres humanos en la sociedad burguesa altoliberal, el desencantamiento del mundo que hizo que, “para las personas, cosas y personas se convirtieran en meras cosas”, asume, como en la descripción de Marx, una apariencia fantasmagórica, ilusoria: “Que es ilusorio” lo recuerda el narrador de Proust “cuando dice que en tales instantes dudamos de nuestro entendimiento. Sin embargo, es verdad” (Adorno, 2003: 199-200; las bastard. son nuestras). A través de la alienación consumada, se pone en evidencia que las relaciones sociales son ciegamente naturales, tal como lo fue el paisaje mítico en cuya imagen alegórica cuaja lo inalcanzable e inabordable (*das Unerreichbare und Unansprechbare*), y la belleza que las cosas adquieren es la desesperada de su apariencia (*Schein*): “En la detención histórica expresan estas [las cosas] el sometimiento de la historia a la naturaleza” (ibíd.: 200). Con vistas a revelar la mixtificación de la segunda naturaleza adopta Proust una imaginería mitológica que lo aproxima al Surrealismo: para él, “como para Joyce, lo contemporáneo deviene mítico” (ibíd.: 199). Pero la tendencia a la mitologización no busca reducir lo presente a lo arcaico e inmutable, ni es resultado de algún anhelo por rastrear arquetipos, sino que “es surrealista en la medida en que arranca imágenes míticas a la Modernidad allí donde más moderna es esta; en esto es afín a la filosofía de Walter Benjamin” (ibíd.). Un ejemplo eminente de mitologización ofrece la escena de *Le côté de Guermantes* en que se describe la velada teatral: la sala se convierte, bajo la mirada del narrador, en “una especie de paisaje marino jónico, e incluso se asemeja a un reino subacuático de divinidades naturales marítimas” (ibíd.). La técnica proustiana, que recuerda a Baudelaire – según Benjamin, en las *Fleurs du mal* París aparece como “una ciudad hundida, y más bajo el mar que bajo la tierra” (2005: 45) –, contribuye a revelar en qué medida lo que observamos en torno a nosotros “nos devuelve una mirada ambigua, enigmática” (Adorno, 2003: 199), pues en nada percibimos ya a lo contemplado como algo semejante a nosotros.

La mercantilización de las relaciones humanas, que habría permeado cada átomo de las subjetividades, se manifiesta en Proust en las dimensiones supuestamente más alejadas de la economía. En los celos, que suponen “una relación de posesión que hace de la amada una cosa y atenta por tanto contra la espontaneidad contenida en la idea del amor” (ibíd.: 203-204). En el snobismo, ese tema fundamental de la *Recherche* sobre el cual ha caído recurrentemente el reproche filisteo de aquellos que tildaban de absurda la atención dedicada por Proust a los *milieux* de la alta aristocracia. El snobismo funciona en Proust menos como una mera rareza o una aberración en el terreno de las *mores* que como encarnación paroxística del estado del mundo. Esto se advierte ya en la afinidad que Adorno establece entre el snob y su presunto contrario, el proxeneta: si este expone en su oficio el entrelazamiento del sexo con el lucro que la sociedad burguesa se obstina en escamotear, aquel pone al descubierto algo universal: el desplazamiento del amor desde la inmediatez de la persona a las relaciones sociales. Las reprimendas al escritor por haberse dejado fascinar demasiado por aquello que critica no perciben que en el apasionamiento proustiano con el snobismo está contenido un elemento utópico: en cuanto amor, el snobismo “querría escapar de la opresión de las relaciones burguesas a un mundo en el que la utilidad universal dejara de disimular que las relaciones entre los hombres solo accidentalmente se satisfacen” (ibíd.: 201). En su

fracaso, el deseo snob denuncia a la sociedad que le arrebató toda oportunidad de existir; de ahí que la acusación proustiana anuncie proféticamente una era en que la dinámica total de la sociedad asfixia el amor que se olvida de sí mismo: como heraldo de esta era podría señalarse al barón de Charlus.

El extrañamiento que promueve la mirada que arroja al mundo el narrador proustiano denuncia la mixtificación por la cual la Modernidad presenta sus rasgos transitorios como si poseyeran toda la permanencia de una ley natural. Frente a la realidad cosificada ha hecho valer Proust su exigencia “de romper con las relaciones superficiales habituales, de encontrar los nombres más precisos para los fenómenos” (ibíd.: 650). Con vistas a satisfacer ese imperativo de precisión, Proust apela a aquello que representa en apariencia lo opuesto del rigor artístico: la mirada infantil. Una reflexión aguda sobre el tema aparece en el ensayo “Sobre Proust”, que en este sentido funciona como complemento de los “Pequeños comentarios”. Partiendo de su convicción de que toda felicidad proviene de la infancia (cf. Adorno, 2019: 277), Adorno celebra la capacidad proustiana para contemplar aun la vida adulta con una mirada tan cargada de asombro y extrañeza que la existencia presente se convierte bruscamente en un tiempo remoto, en infancia. Esta segunda ingenuidad hace justicia a los factores utópicos de la primera – la del niño –, en la medida en que permanece fiel a una idea de felicidad de la que de ningún modo querría verse despojada: la idea de una felicidad plena, que no merece ser sacrificada a cambio de un fragmento que no cumpla con el criterio de la satisfacción máxima. Gracias a su inigualable disciplina, Proust dispone de aquello que todo individuo supo alguna vez en la infancia y luego reprimió, y que ahora retorna a él con la potencia de lo familiar. En cuanto mártir de la felicidad, cuenta la historia de aquella que no ha sido alcanzada o que se encuentra en riesgo, y por los medios del sufrimiento logra salvar la representación infantil de una dicha incólume: con toda la capacidad reflexiva y la conciencia del adulto, Proust ha percibido el mundo tan desprovisto de deformaciones como en el primer día. Alcanzar esta mirada prístina exige desarrollar una técnica contra la automatización y la tecnificación del pensamiento, que – subordinadas a la compulsión a adaptarse – prohíben prestar oídos a la realidad concreta, escrutarla profundamente. Proust, que parecía respetar tan metódicamente las normas de la sociedad, dejó una obra en la que estas se presentan a menudo degradadas a meras convenciones. Al escritor escrupuloso, le resulta insoportable lo que todo el mundo dice; la sensibilidad frente a esto es el órgano que le permite a Proust sentir la no verdad y, por ende, la verdad. Una consideración distanciada de una conversación convencional que, en lugar de seguir el desarrollo de los temas, se mantuviera atenta a los armónicos, “lo falso artificial, el afán de dominio, lo halagador o lo que sea que acompañe tanto a la propia voz como a la del interlocutor” (ibíd.: 653-655) podría bien perder el deseo de seguir participando del juego.

El análisis de Adorno busca, pues, destacar la sensibilidad de Proust para captar el funcionamiento de una sociedad regida por lo contingente, por la convención. El Lukács de *Teoría de la novela* había afirmado ya que el mundo al que pertenece la novela moderna es el que se halla regido por la convención: esa segunda naturaleza que, como la primera, se enfrenta a los seres humanos como una entidad alienada, bloqueando cada tentativa de la subjetividad para abrirse camino a través de las estructuras sociales cosificadas: “El mundo externo se ha hecho tan exclusivamente convencional que todo se desarrolla de modo exclusivo dentro de esa esfera, lo positivo igual que lo

negado, lo humorístico igual que lo poético” (Lukács, 1985: 374). El mundo al que pertenece la novela está “completamente dominado por la convención, cumplimiento real del concepto de naturaleza segunda, quintaesencia de leyes sin sentido partiendo de las cuales es imposible descubrir relación alguna con el alma” (ibíd.: 380). El mundo de la convención “es propiamente atemporal: una masa indiferente, en eterno retorno y repetición”; se desarrolla “según leyes propias ajenas al sentido, eterna motilidad sin rumbo, sin crecimiento, sin muerte. Se cambian las figuras, pero su cambio no produce nada, pues todas son igualmente inesenciales y en el lugar de cada una se puede poner cualquier otra” (ibíd.: 417). En concordancia con estas posiciones dice Adorno que Proust comparte con la tradición de la gran novela la categoría de lo contingente; por eso describe una vida abandonada por el sentido, que no puede redondearse como un cosmos partiendo del sujeto. Sin embargo, el azar no está enteramente despojado de sentido: lleva consigo una apariencia de necesidad; como si a pesar de su carácter absurdo y vacío, los *disjecta membra* de la existencia hubieran sido levemente impregnados por una referencia al sentido. La constelación de una necesidad en lo azaroso que solo puede intuirse de manera negativa coloca a la obra altamente individualizada de Proust – como ocurre con la de Kafka – por encima de su propia individuación: en su núcleo pone al descubierto lo universal por lo que está mediada. Pero esa universalidad es la de lo negativo: allí donde tiene razón Proust, “esta razón es la de la desilusión y rechaza todo aliento consolador. Da y toma a la vez: donde tiene razón, hay dolor” (Adorno, 2003: 203). Aquel que ha decidido quemar las naves carga de sentido y significado (*Sinn und Bedeutung*) lo despojado de sentido (*das Sinnlose*); pero justamente su delirio “capta lo que el mundo ha hecho de sí y de nosotros” (ibíd.).

Las aproximaciones de Adorno – en contra de lo que este frecuentemente exigía para la comprensión adecuada de una obra musical – se ocupan de pasajes particulares y sugieren no preguntarse por la estructura de la totalidad narrativa. Sus “pequeños comentarios” se detienen en pasajes puntuales de la *Recherche*, aunque según un criterio que difícilmente podamos calificar de azaroso. Convencido de que la obra de Proust se rebela contra la violencia de una forma que se impone desde arriba, el filósofo afirma que cada escena encierra constelaciones de lo que al final emerge como la idea de la novela. Proust *debe* ser leído – así de rotunda es la aseveración adorniana – insistiendo sobre lo concreto y tratando de atrapar lo que no se da de manera inmediata, sino únicamente a través de las mil facetas individuales: por eso “no quiero ni meramente remitir a pasajes ostensiblemente brillantes ni presentar una interpretación global que, en el mejor de los casos, meramente repetiría las intenciones que *motu proprio* el autor incluyó en la obra” (ibíd.: 195). La inmersión en el fragmento haría que destelle algo de ese contenido que se torna inolvidable gracias al color de su aquí y ahora. Con tal procedimiento, cree Adorno “mantener mejor la fidelidad a la propia intención de Proust que si intentase destilarla” (ibíd.).

“Museo Valéry Proust” (1967) establece una comparación entre *Le problème des musées* de Valéry y un pasaje del tercer volumen de *À l'ombre des jeunes filles en fleurs* a fin de reconstruir las posiciones de ambos autores frente a la “cuestión de los museos”. Pero el ensayo adorniano va más allá de esa confrontación y se dedica a revisar algunas de las ideas fundamentales de los dos escritores acerca del arte y de las relaciones entre este y la sociedad. En este sentido, destaca que, en tanto Valéry arroja sobre el arte la mirada propia del experto y el productor, Proust hace más bien suya la perspectiva del *amateur* que pasea por la exposición con la consumista complacencia que no pueden

experimentar ni el experto ni el artista. Su relación con el arte tiene algo de extraterritorial y presenta a menudo los estigmas de la superficialidad y de lo *kitsch*. Sin embargo, el novelista se encarga de forjar laboriosamente esa ingenuidad hasta convertirla en instrumento de la fortaleza: de una comprensión aguda, no acerca del proceso de producción artística, sino acerca del arte *tout court*. Proust está libre de ese fetichismo presente en el artista, quien observa la obra el punto de vista del productor. Para el novelista, las obras son desde el vamos, además de lo específicamente estético, algo diferente: una pieza de vida del que las contempla, un elemento de la propia conciencia de este. Así, Proust percibe en ellas un estrato diferente de aquel al que se refiere la ley formal de las obras: aquella que se libera recién con su despliegue histórico y que presupone ya la muerte de la orientación viva de la obra de arte. La ingenuidad proustiana es una ingenuidad segunda que reproduce, a cada nivel de la conciencia, una nueva inmediatez. Por ello convierte a las exposiciones en la ocasión de contemplar lo histórico como paisaje: adora los museos como la auténtica creación de Dios que, en consonancia con la metafísica del escritor, no está terminada, sino que, en virtud de cada factor concreto de la experiencia, de cada intuición artística originaria, vuelve a tener lugar una y otra vez. Esto conduce una vez más a Adorno a identificar la mirada proustiana con la salvación de una mirada infantil: “Con su mirada asombrada, Proust puso a salvo un pedazo de infancia; frente a él, Valéry habla del arte como un adulto” (Adorno, 2008: 166). Proust es consciente de que la historia actúa dentro de las propias obras como un proceso de desmoronamiento (*Verwitterungsprozess*), y de que este proceso las hermana con lo bello natural. Reconoce – y es notoria la cercanía de estas reflexiones a las de Benjamin – que la fisonomía de la decadencia de las cosas es la fisonomía de su segunda vida: “Ce qu’on appelle la postérité, c’est la postérité de l’oeuvre” (cit. en *ibíd.*). Para el esteticista Proust, la pregunta por la calidad estética es secundaria: en él, la mirada saturnina del recuerdo va más allá del velo de la cultura: “los niveles y las distinciones culturales, que ya no están aislados como el dominio del espíritu objetivo, sino incluidos en el torrente de la subjetividad, pierden esa pretensión patética que las herejías de Valéry todavía les conceden” (*ibíd.*). La muerte de las obras en el museo, que para Valéry representa un signo de decadencia, es para Proust ocasión de renacimiento a una nueva vida: al perderse el orden de lo vivo en que las obras habían funcionado originariamente, queda libre su verdadera espontaneidad. La contracara negativa de la posición proustiana es que el énfasis – compartido con Bergson – sobre la fluidez de la experiencia, que condena todo lo rígido y estático, cae en ocasiones en la adaptación conformista ante las situaciones cambiantes. El subjetivismo extremo que a menudo despunta en la escritura proustiana se parece a veces a la reducción de la obra de arte a una batería de tests proyectivos. Así, en aquel pasaje del segundo volumen de *Le temps retrouvé* en el que se define la obra del escritor como una suerte de instrumento óptico gracias al cual puede el lector descubrir en sí mismo lo que no habría logrado acaso reconocer sin leer el libro. Pero la deslealtad de la subjetividad desencadenada ante el espíritu objetivo le permite a Proust atravesar la inmanencia de la cultura.

El conflicto entre Valéry y Proust refleja una *contradictio in re* y no una diversidad superficial de opiniones. No se trata de reconciliarlos, sino de revelar los factores de esa verdad que constituye el despliegue de la contradicción. En todo caso, cada una de ambas posiciones – la fetichización del objeto y el apasionamiento del sujeto consigo mismo – encuentra su correctivo en la contraria y se transforma en ella:

Valéry percibe el ser-en-sí de las obras mediante una autorreflexión incesante, y a la inversa el subjetivismo proustiano espera del arte el ideal, la salvación de lo vivo. Contra la cultura, y a través de ella, Proust defiende la negatividad, la crítica, el acto espontáneo que no se conforma con el ser. De este modo hace justicia a las obras de arte, que solo son tales si encarnan esa espontaneidad. Proust se aferra a la cultura en nombre de la felicidad objetiva, mientras que la lealtad de Valéry a la pretensión objetiva de las obras tiene que dar por perdida a la cultura (Adorno, 2008: 168).

La revisión de las posiciones de Valéry concluye calificando de anacrónica la obstinación de este en condenar la “musealización” de las obras de arte como expresión indiscutible de declinación. El proceso no solo es ya irreversible, sino que las obras, a fin de constituirse efectivamente en *promesses de bonheur*, deben ser desarraigadas de su suelo original y ponerse en marcha a su propia decadencia. De este proceso es consciente Proust, cuyas posiciones deberían desalentar cualquier deseo de refugiarse en un concepto de arte puro procedente del pasado y, al mismo tiempo, inadecuado a él. Del proceso por el cual el arte se aleja de las personas para retornar a la vida da testimonio la primera página de la *Recherche*, en la que el narrador da cuenta de cómo se quedaba dormido en su infancia: “me parecía que yo pasaba a convertirme en el tema de la obra, en una iglesia, en un cuarteto, en la rivalidad de Francisco I y Carlos V” (Proust, 1988: 11). Una ensoñación tal consuma la reconciliación de lo separado que anhelaba Valéry: “El caos de los bienes culturales se disipa en la felicidad del niño cuyo cuerpo se siente unido al limbo de la lontananza” (Adorno, 2008: 169-170).

3. El “método fotográfico” y la mirada extrañada: presencias de Proust en Teoría del cine (1960)

Algunos escritos gestados durante la República de Weimar permiten reconocer, si no una influencia directa, en todo caso sí una cercanía del universo de imágenes e ideas de la *Recherche* al pensamiento del joven Kracauer. Un ejemplo conspicuo es el ensayo “La fotografía”, en el cual la contraposición entre, por un lado, la fotografía (y el historicismo) y, por el otro, la memoria es muy cercana a las consideraciones proustianas.³ El ensayo se propone desenmascarar las ilusiones de permanencia de la técnica fotográfica, a la que atribuye el designio de desterrar, a través de la acumulación de reproducciones, el recuerdo de la muerte, que está presente a cambio en las imágenes de la memoria. Tratando de sustraerse a la muerte, la era de la reproducibilidad fotográfica termina siendo tanto más fácilmente presa de ella. Contemporáneo de la génesis de la fotografía ha sido el surgimiento del *pensamiento historicista*, y el Kracauer temprano piensa que esa simultaneidad en los nacimientos no es en modo alguno casual, ya que ambos comparten la obsesión de totalidad. Los representantes del historicismo – entre

³ En un comentario acerca de la referencia a *Le côté de Guermantes* hecha por Kracauer en *Theory of Film* (de la que nos ocuparemos más adelante), Nya Perivolaropoulou (2004: 41) opina: “en su primer gran ensayo sobre la fotografía, la argumentación de Kracauer se apoyaba, implícitamente, sobre la misma escena de la *Recherche*, aunque modificándola”. Agrega luego, ahora a propósito de la referencia mencionada en *Theory of Film*: “El pasaje comienza por una nueva referencia a Proust que describe la fotografía de un académico en términos parecidos a los empleados por Kracauer en 1927 a propósito de la fotografía de la abuela como una muchacha” (ibíd.). Según se verá, encontraremos diferencias mayores entre el ensayo de 1927 y el tratado de 1960.

quienes se incluye en primera línea a Dilthey – imaginan posible explicar cualquier fenómeno a partir de su génesis, de modo que creen “poder asir la realidad histórica si restituyen sin lagunas la serie de los acontecimientos en su sucesión temporal” (Kracauer, 2006: 278). Si la fotografía ofrece un *continuum* espacial, el historicismo querría producir un *continuum* temporal; dicho de otro modo: querría hacer una fotografía del tiempo. De esta ambición de totalidad común al historicismo y la fotografía se diferencia la memoria, que, indisociable de la experiencia concreta, se desentiende de las fechas y de los hechos registrables y solo delinea trazos discontinuos, vinculados con la historia personal de los sujetos. Las imágenes de la memoria poseen un significado que está asociado a su contenido de verdad; encontrar este último es tarea de la conciencia emancipada, que consigue arrancar las imágenes a su encarcelamiento en la irracionalidad natural. La verdadera imagen de un hombre es aquella en la que se compendia su auténtica historia; una imagen de la cual han sido borrados ya todos los elementos no significativos, y que asume una forma semejante a la de un *monograma* “que condensa el nombre en un trazo lineal que tiene una significación como ornamento” (ibíd.: 281). Las narraciones legendarias mantienen vivas a grandes figuras de la historia; y algo similar hacen los cuentos de hadas, en los que “la fantasía ha depositado de manera intuitiva monogramas típicos”, en tanto bajo “la fotografía de un ser humano yace su historia soterrada como bajo un manto de nieve” (ibíd.). De otros ensayos tempranos, como de la novela *Ginster*, sería posible extraer ideas similares. Pero es la obra tardía – y ante todo los dos últimos libros – la que atestigua de manera más intensa y explícita el diálogo con el novelista. Vuelve a ser la fotografía la preocupación primordial de los primeros análisis; si bien, como comentamos en detalle en otro lugar,⁴ la evaluación entretanto se ha alterado esencialmente y el “método fotográfico” aparece ahora emparentado directamente con el del cine y cargado de valores positivos, e incluso utópicos. Esto puede verse en *Teoría del cine*, donde Proust es citado recurrentemente como interlocutor. Ya al comienzo del libro, cuando se define la especificidad del “método fotográfico”, se reproduce *in extenso* el pasaje de *Le côté de Guermantes* (1920) en que el narrador ingresa, sin haberse hecho anunciar, a la habitación de la abuela y brusca-mente se encuentra, no con la persona conocida y querida, sino a una anciana desconocida que, entregada a sus reflexiones, nada sabía del visitante intempestivo. En la vida habitual, vemos a nuestros seres queridos nimbados por el afecto hacia ellos, de modo que las imágenes que recibimos se hallan continuamente obligadas a amoldarse a la idea que tenemos de dichos seres. Pero, en este inesperado reencuentro, en lugar de a la abuela, Marcel vio por primera vez y durante un breve instante, “en el canapé, bajo la lámpara, colorada, pesada y vulgar, enferma, soñando, paseando por un libro unos ojos un poco extraviados, a una vieja consumida, desconocida para mí” (Proust, 2010: 184-185). Del narrador, por otro lado, “no había allí más que el testigo, el observador, con sombrero y gabán de viaje; el extraño que no es de la casa, el fotógrafo que viene a tomar un clisé de unos lugares que no volverán a verse. Lo que, mecánicamente, se produjo en aquel momento en mis ojos cuando vi a mi abuela, fue realmente una fotografía” (ibíd.). Según Kracauer, las figuras que aquí se enfrentan son las del fotógrafo ideal y el amante ciego: en tanto este es indiferente a los cambios que la persona amada sufre por efecto del tiempo, aquel se asemeja a un espejo neutral: se identifica

⁴ Cf. Vedda (2011: 143 y ss.).

con la lente de la cámara. La fotografía es, pues, para Proust, el producto de una completa alienación.

La perspectiva del narrador – a quien Kracauer identifica demasiado directamente con el autor empírico –, comprensible en el marco de una ficción narrativa, es en el fondo engañosa. Las fotografías no se limitan a copiar la naturaleza, sino que la metamorfosean, transfiriendo a una representación plana los fenómenos tridimensionales, cortando los vínculos de estos con lo que los rodea. Además de estas transformaciones ineludibles, incide el modo en que tomamos conocimiento de la realidad visible: aun el fotógrafo alienado de Proust estructura en forma espontánea las impresiones que afluyen sobre él: “las percepciones simultáneas de sus restantes sentidos, ciertas categorías formales de la percepción propias de su sistema nervioso y [...] sus predisposiciones generales, lo impulsan a organizar la materia prima visual en el acto de la visión” (Kracauer, 1996: 36). Pero si Marcel yerra al afirmar que el fotógrafo se limita a registrar objetivamente la realidad sin ver la “propia alma” de las cosas, acierta al vincular el “método fotográfico” con un estado de alienación: por mucho que los impulsos formativos del artista – el afán de moldear la representación de acuerdo con sus aspiraciones subjetivas – busquen expandirse ilimitadamente, tienen que amoldarse siempre a las cualidades de la realidad a representar, a fin de no colisionar con los atributos específicos para del medio. Por ello, el propósito del fotógrafo es desarrollar el aliento de su subjetividad, “no para descargarlo en creaciones autónomas, sino para disolverlo en la sustancia de los objetos que lo rodean” (ibíd.: 38). Relevante es señalar que estas consideraciones permiten asimilar al fotógrafo a una imagen particularmente cara a Kracauer, ante todo en la medida en que se relaciona con su autocomprensión en cuanto ensayista: la del explorador que se introduce en un territorio desconocido. Así es que, en función de las potencialidades de la cámara y de su propia disposición para alienarse, el fotógrafo “tiene algo de explorador; una curiosidad insaciable lo impulsa a vagabundear por territorios todavía no conquistados y capturar las extrañas figuras que en ellos aparecen”. Es significativo que el autor de *Historia. Las últimas cosas antes de las últimas* (publ. en 1969), antes de identificar su misión, al final del libro, con la concentración en “lo ‘genuino’ oculto en los intersticios entre las creencias dogmatizadas acerca del mundo, estableciendo así la tradición de las causas perdidas; dando nombres a lo hasta ahora innominado”, presente su utopía como la de “una *terra incognita* en los huecos entre las tierras que conocemos” (Kracauer, 2010: 242s.). No menos sugestivo es que las consideraciones antes citadas sobre la alienación del fotógrafo y su dinámica exploratoria permitan introducir una digresión sobre otro de los temas medulares de la obra kracaueriana: la asociación del método fotográfico (y de la perspectiva del ensayista) con la melancolía.

El diálogo con Proust permite todavía sacar a la luz otro rasgo del método fotográfico: la afinidad por lo indeterminado. Para explicar esto, Kracauer se remite al pasaje ya citado de *Le côté de Guermantes*, en el que además se imagina la fotografía de un académico en el patio del Institute en la que se ve, ya no a la eminencia gris que abandona la Academia y que está a punto de llamar un coche de alquiler, sino “sus titubeos, sus precauciones para no quedarse atrás, la parábola de su caída, como si estuviese ebrio o el suelo estuviera cubierto de escarcha” (Proust, 2010: 185). La fotografía aísla de un modo tan radical una postura momentánea que la vinculación de esta con la estructura total de la personalidad del profesor queda librada a las conjeturas de cada observador. Las fotografías, “nos quiere decir Proust, transmiten una materia prima sin

definirla” (Kracauer, 1996: 42). Kracauer señala que Proust exagera la indeterminación fotográfica, ya que el artista siempre dota a las imágenes de estructura y significado al tomar ciertas decisiones deliberadas: sus obras “registran la naturaleza y al mismo tiempo reflejan su tentativa de asimilarla y descifrarla” (ibíd.: 43). Pero esencialmente vuelve a tener razón, ya que por más selectivas que sean las imágenes, no pueden suprimir su tendencia a lo inorgánico y lo difuso: es “inevitable que estén rodeadas por un halo de significados múltiples y poco definidos” (ibíd.).

Las referencias a la escena del reencuentro con la abuela, que se repiten obsesivamente a lo largo de *Teoría del cine*, buscan destacar una afinidad cardinal entre el lenguaje fotográfico/cinematográfico y la poética de la *Recherche*: en ambos casos se trata de volver extraño lo muy conocido. Kracauer subraya hasta qué punto tomamos como algo garantizado lo familiar sin dedicarle atención: “Rostros íntimos, calles que atravesamos todos los días, la casa en que vivimos: todas estas cosas forman parte de nosotros [...] y por conocerlas de memoria no las observamos con los ojos. Una vez integradas en nuestra existencia, dejan de ser objeto de nuestra percepción u objetivos que deban alcanzarse” (ibíd.: 83). El narrador de Proust posee “aguda conciencia de este mismo extrañamiento” cuando de pronto ve a su abuela “no como siempre creyó que era, sino como realmente es, o al menos como se le presentaría a un extraño: la imagen de una instantánea recortada y alejada de sus sueños y recuerdos” (ibíd.). El cine consigue que atravesemos infinidad de veces experiencias semejantes: alienan nuestro entorno al exponerlo. Un ejemplo típico de esta modalidad de extrañamiento puede señalarse en los primerísimos planos, por efecto de los cuales partes aisladas del cuerpo, considerablemente ampliadas, se convierten “en organismos desconocidos, vibrantes de vida propia. Los primerísimos planos metamorfosean sus objetos al magnificarlos” (ibíd.: 74). Nuevamente, el término de comparación es provisto por una escena proustiana: aquella en que el narrador describe, con lenta minucia, un beso que le dio en la mejilla a Albertine: “a medida que mi boca empezó a acercarse a las mejillas que mis miradas le habían propuesto que besase, esas miradas, al desplazarse, vieron unas mejillas nuevas; el cuello, visto más de cerca y como con lupa, mostró en el grosor de su grano una robustez que modificó el carácter del rostro” (Proust, 2010: 496). Curioso es que Kracauer no haya pensado en citar o comentar las reflexiones que siguen inmediatamente a este pasaje, ya que en ellas se establece justamente un paralelo con la fotografía: así como esta altera las proporciones de los edificios, que súbitamente presentan, ante el observador, un aspecto distinto del que tenían ante la percepción cotidiana, así también el beso “hacer surgir, de lo que creemos una cosa de aspecto definido, las otras cien cosas que son asimismo, ya que cada una de ellas dice relación a una perspectiva no menos legítima” (ibíd.: 496-497).

La afinidad entre el método fotográfico/cinematográfico y la técnica de la novela (modernista) es sugerida también a propósito de la representación del ser humano. Partiendo de una – problemática – tesis acerca de la decadencia de las ideologías en el mundo contemporáneo, Kracauer sostiene que vivimos en un mundo en el que no existen totalidades: solo fragmentos de acontecimientos contingentes cuyo flujo sustituye la continuidad significativa. Al margen de la superficialidad de estas afirmaciones (resulta difícil imaginar al autor de los grandes ensayos de las décadas de 1920 y 1930 desarrollando una perspectiva tan banal), lo relevante es que ellas conducen a una caracterización de la conciencia individual como “un conjunto de restos de creencias y actividades varias; y ya que la vida de la mente carece de estructura, los impulsos de las

regiones psicosomáticas pueden surgir y llenar los intersticios. Individuos fragmentados representando sus papeles en una realidad fragmentada” (ibíd. 365). Apoyándose en Auerbach, Kracauer afirma que este mundo es el de las novelas de Joyce, Woolf y Proust. La obra de este último “descansa en su totalidad sobre la convicción de que ningún hombre es un todo y de que es imposible conocerlo, porque va cambiando mientras nosotros tratamos de clarificar nuestras impresiones originales acerca de él” (ibíd.). Los acontecimientos narrados no componen, por ende, una totalidad dotada de propósito. Esta fragmentación abarca desde las ideas abstractas a la dimensión física de lo real. Pero es desde esta última que parte Kracauer en un libro que se propone precisamente encarecer la *redención de la realidad física*, de la que se ocupan de manera prioritaria la fotografía y el cine. La atención se concentra en estas “capas profundas” de lo existente a las que corresponde la realidad física. El cine registra y explora esta realidad, pero a la vez presenta ante nuestros ojos un mundo nunca antes visto, “tan huidizo como la carta robada de Poe, que no se puede encontrar porque está al alcance de todo el mundo” (ibíd.: 367). El énfasis sobre la dedicación de la fotografía y el cine al mundo material permite destacar una diferencia que, más allá de todas las afinidades explicitadas, existe entre estos medios y la forma novelística, y para explicar esto vuelve a servirse Kracauer de una referencia a Proust. A fin de ilustrar que la vida reflejada en las obras narrativas puede extenderse a zonas inaccesibles al cine, se remite a aquel episodio de *La prisonnière* en que Marcel cuenta cómo, al amanecer, yacía despierto y escuchando las exclamaciones de los vendedores callejeros. Hasta aquí, el episodio parece idóneo para una filmación; solo que el narrador detalla los gritos y las entonaciones estereotipados de los vendedores porque le recuerdan los cantos gregorianos. El episodio desemboca, pues, en una serie de cotejos entre los alaridos de las calles y esa música litúrgica, y “al hilar el infinito tejido de observaciones y recuerdos en que se refleja su propia vida, Proust desarrolla una continuidad impenetrable para la cámara” (ibíd.: 298). El cine no puede representar en forma apropiada el *continuum* mental en su integridad, sino únicamente los hechos físicos que lo provocan. Cualquier tentativa para transformar ese *continuum* mental novelístico en la realidad de la cámara está condenado al fracaso. La alusión a este episodio permite destacar la relación ambigua que la *Recherche* mantiene con el cine. Por un lado, la obra insiste en que los acontecimientos físicos y fisiológicos más banales – “una magdalena mojada en el té, la peculiar posición de una pierna, la sensación que transmiten unas baldosas ligeramente desperejadas” (ibíd.) – despiertan involuntariamente recuerdos significativos. Tales acontecimientos, a raíz de su naturaleza material y de su insignificancia, son esencialmente apropiados para la cámara. Pero, por otro lado, el narrador proustiano persigue el desarrollo de los recuerdos poniendo al descubierto experiencias e ideas que no tienen equivalente en el mundo visible, y la obra cinematográfica más ingeniosa sería un sustituto muy pobre para las visiones que las palabras evocan. La afinidad con el cine vuelve a Proust sensible a las impresiones fugaces, como la de los tres árboles de la *Recherche*. Pero, en la medida en que interpreta a estos como “fantasmas del pasado”, como “amigos desaparecidos que invocaban nuestros comunes recuerdos” y que, como “sombras, parecía como que me pedían que los llevara conmigo, que los devolviera a la vida” (Proust, 2001: 397), deja atrás el universo cinematográfico para abordar dimensiones que le son inaccesibles. Todo esto justifica la convicción de que la novela “no es una forma literaria cinematográfica” (Kracauer, 1996: 299).

4. La existencia en el TMcuasi vacío de la extraterritorialidad". Diálogos con Proust en *Historia. Las últimas cosas antes de las últimas*

En *Historia*, el diálogo con Proust se inicia retomando las discusiones que se habían desarrollado en *Teoría del cine*. Ya en las primeras páginas, donde Kracauer compara la sugestión que sobre él provocan ciertos hechos del pasado con la que ocasionaban los tres árboles en el narrador proustiano. El capítulo “El abordaje histórico” (“The historical approach”), que forma *pendant* con la sección “El método fotográfico” (“The photographic approach”) del libro sobre el cine, retoma las consideraciones sobre la relación de Proust con la fotografía para establecer una comparación entre la mirada del historiador y el ojo de la cámara: el novelista francés habría destacado, vuelve a decir Kracauer, “el desapego emocional como la principal virtud del fotógrafo. Según él, el fotógrafo ideal es un espejo imparcial, alguien cuya función equivale a la de las lentes de la cámara” (Kracauer, 2010: 94). Estas referencias reaparecen en otros pasajes del tratado. Pero este va desplazando la conversación con la *Recherche* hacia otros terrenos. Así, en el capítulo sobre el “interés presente”, se afirma que no es posible “discutir las relaciones entre el pasado y el presente sin hacer referencia, en algún momento, a Proust”, en vista de que es una “de las máximas autoridades en el tema” (ibíd.: 117). Equiparado directamente a los historiadores, Proust es colocado del lado de Lovejoy y en contraposición con Collingwood. Para el novelista, el pasado solo se entrega a aquellos que se vuelven hacia él con la expectativa de conseguir que hable, y únicamente este *esfuerzo de autotranscendencia* permite comprender nuestro propio presente. Para ilustrar estas cuestiones, Kracauer se remite precisamente al episodio de los tres árboles: estos conformaban una figura que le resultaba al narrador extrañamente familiar, y que le parecía provenir de los olvidados días de la infancia: “La sensación de *déjà vu* que experimentó fue simultánea a la conciencia de que los ‘fantasmas del pasado’ le hacían señas” (ibíd.). El pasaje de la novela no aborda la pregunta por si el mensaje que los tres árboles formulan se vincula con la infancia del narrador y, a través de esta, con su yo actual. Lo único relevante en el pasaje es que pone en evidencia que Proust, como Burckhardt, poseía la nostalgia por las causas perdidas; como sabemos, un rasgo con el que se sentía intensamente fusionado Kracauer. En cualquier caso, el capítulo presenta la posición proustiana como un enfoque particularmente cautivador, pero de ningún modo como el único correcto. También a quienes sostienen la perspectiva contraria les reconoce *Historia* su parte de verdad.

Más entrañable es la identificación con el narrador proustiano en el capítulo sobre “El viaje del historiador”, donde Kracauer vuelve sobre el episodio del encuentro con la abuela. El lector de *Teoría del cine* podría imaginar que lo que sigue es una agobiante repetición de lo ya dicho en el libro precedente. Sin embargo, el autor coloca el pasaje en una constelación diferente, en la que se encuentra uno de los *topoi* principales del tratado. En el pasaje en cuestión, Marcel ve por primera vez a su abuela – y Kracauer emplea aquí la conocida fórmula de Ranke – *tal como ella es*: una anciana consumida que no muestra ningún parecido con la imagen que amorosamente se había formado de ella en su alma. *Convertido en un extraño*, puede verlo todo porque nada de lo que observa está impregnado por recuerdos que reducirían su campo de visión. En cuanto el narrador ingresa al cuarto de su abuela, “su mente se convierte en un palimpsesto en el que las observaciones del extraño se superponen a la inscripción temporalmente borrada del que ama” (ibíd.: 121). Este comentario sobre la mirada “extrañada”,

“externa” de Marcel, que súbitamente se superpone sobre su conciencia habitual, introduce un tema central del libro y, en términos más amplios, de toda la obra kracaue- riana: la identificación con la perspectiva del exiliado. Es así que el comentario sobre Proust lleva al autor a pensar en “el exiliado que, como persona adulta, ha sido forzado a dejar su país o lo ha dejado por propia voluntad. Cuando se instala en otra parte, todas aquellas lealtades, expectativas y aspiraciones que conforman una parte tan amplia de su ser son automáticamente arrancadas de raíz. La historia de su vida se ve interrumpida, y su yo ‘natural’ se ve relegado al fondo de su mente” (ibíd.: 122). El esfuerzo para adecuarse a los desafíos del contexto extraño al que se ve forzado a integrarse alterará toda su estructura mental. Pero el yo anterior sigue vivo bajo el individuo en el que está convirtiéndose, por lo que “su identidad es propensa a encontrarse en estado fluido; y es probable que nunca pertenezca enteramente a la comunidad a la que ahora de alguna manera pertenece” (ibíd.). Esta persona que ha dejado de “pertenecer” a una comunidad vive, a partir de ahora, en “el cuasi vacío de la extraterritorialidad, la misma tierra de nadie a la que Marcel ingresó cuando vio a su abuela por primera vez” (ibíd.). El verdadero modo de existencia del exiliado es el del extranjero:

De manera que puede ver su existencia anterior con los ojos de alguien “que no es de la casa”. Y así como es libre para salir de la cultura que le era propia, es lo suficientemente independiente para introducirse en la mentalidad del pueblo extranjero en cuyo seno está viviendo. Hay grandes historiadores que deben buena parte de su grandeza al hecho de que eran expatriados (ibíd.).

El paralelo hasta aquí trazado entre la figura del historiador y el Marcel que traumáticamente se encuentra con la imagen “fotográfica” de su abuela destaca las semejanzas. Pero Kracauer señala también las divergencias entre ambos: una vez que Marcel se ha visto reducido “a un fotógrafo o a un extraño” (ibíd.: 129), el palimpsesto de su mente se disuelve, y el amor habitual por la abuela desplaza la momentánea disposición distanciada y extraña. A diferencia de Marcel, el historiador regresa del pasado cargado de las percepciones que ha reunido durante su viaje: incorpora la realidad que estaba oculta por las ideas que él se había formado acerca de ella. En virtud de esto, el historiador no es meramente hijo de su tiempo, sino de al menos dos tiempos: el propio y el que está investigando; su mente es no puede ser localizada de manera precisa: “deambula sin domicilio fijo” (ibíd.: 130).

El tercer diálogo importante con la *Recherche* ocurre en el capítulo “Ahasverus, o el enigma del tiempo”, en el que se intenta explicar el modo en que Proust combina la inmersión en las minucias biográficas e históricas con las perspectivas de largo alcance. Esta aproximación representa la tentativa más concreta y amplia del libro para desplegar un análisis inmanente de la narración proustiana, y en ese sentido rebasa las intenciones de los diálogos precedentes. Inspirándose en Poulet y, sobre todo, en Jauss, Kracauer comienza destacando el modo en que Proust rebaja la importancia de la cronología: a lo largo de la *Recherche*, la historia no aparece como un proceso, sino como una caleidoscópica sucesión de alteraciones, “como nubes que se reúnen y dispersan en forma azarosa” (ibíd.: 192). El tiempo no es un flujo, sino una sucesión discontinua de situaciones o épocas que, en el fondo, deberían ser entendidos como proyecciones del yo. Cada situación es una entidad autónoma que no se deriva de las anteriores; los momentos de enlace son omitidos, y solo tomamos conocimiento de un nuevo mundo una vez que este se encuentra en pleno funcionamiento. De esta intuición del tiempo se halla, a la vez, ausente la esperanza: Marcel, que encarna los diferentes yoes de la

novela, en cada situación anticipa consumaciones futuras. Pero, en cuanto las esperanzas se concretan, la magia de estas se diluye conjuntamente con el yo que les dio sustento; y las nuevas subjetividades inician su camino cargadas de nuevas expectativas, cada vez menos vigorosas. Proust se concentra en átomos de tiempo sin dedicar ninguna atención a la cronología: “dirige el foco sobre átomos temporales: imágenes de memorias de incidentes o impresiones de tan corta vida que el tiempo no tiene tiempo de moldearlas” (ibíd.). Lo que acrecienta la impresión de estos átomos es que se los presenta en gigantescas ampliaciones: la novela está sembrada de primeros planos de esta clase, que consisten en “una textura de reflexiones, analogías, reminiscencias” que remiten a los diferentes mundos visitados por Marcel; todos juntos “sirven para develar el sentido esencial del incidente desde el cual son irradiados, y en el cual convergen” (ibíd.: 193). Las figuras que conforman estos recorridos a través del pergamino del pasado no pueden ser definidas en términos de tiempo; más aún: su propósito es transportar lo temporal a la dimensión casi atemporal de las esencias.

En función de lo anterior, pareciera como si Proust se encontrara exclusivamente abocado a defender la singularidad de los mundos discontinuos. Pero esto es solo parte de la verdad: por mucho que trabaje para difuminar la cronología, el escritor se empeña en mantenerla intacta. Los primeros planos se encuentran urdidos en una narración que despliega los diferentes yoes de Marcel *en orden cronológico*, de modo que, en el revés del mosaico de momentos aislados, sería posible descubrir el reloj del tiempo irreversible. En segundo lugar, Proust reinserta los distintos mundos independientes en el flujo del tiempo, construyendo una mediación entre los dos elementos opuestos: las series incoherentes de tiempos configurados y el tiempo cronológico como un flujo homogéneo. Pero, a la manera del espíritu absoluto hegeliano, el sentido y la continuidad de la historia se revelan solo para la mirada retrospectiva: al final de *Le temps retrouvé*, “Marcel, que entonces se vuelve uno con Proust, descubre que todos sus yoes previos inconexos en realidad eran fases o estaciones de un camino en el cual se había estado moviendo sin haberlo sabido” (ibíd.: 194). Solo *a posteriori* reconoce que su travesía en el tiempo tenía una meta: el encuentro con su vocación de escritor. Ahora “Proust” puede identificar los mundos discontinuos con una continuidad temporal, así como redimir su pasado integrando sus esencias en una obra “cuya atemporalidad los hace a todos tanto más invulnerables. Él se dispone a escribir la novela que escribió” (ibíd.). Más allá de la notoria cercanía a la poética proustiana, Kracauer no deja de marcar la distancia entre la provisoria solución estética propuesta al final de la *Recherche* y el carácter inacabado de la dinámica histórica: el cierre final en Proust depende “de su repliegue en la dimensión del arte. Pero nada de esa clase se aplica a la historia. Ni la historia tiene un final, ni es susceptible ella de redención estética” (ibíd.). Solo en la imaginación podríamos conjurar la imagen de Ahasverus, el Judío Errante que, antes de desintegrarse, arroja por primera vez una mirada retrospectiva hacia sus vagabundeos a través de los más diversos períodos históricos.

Sería pertinente relevar también dos comentarios breves sobre Proust. El primero se refiere a la conocida crítica al método crítico de Sainte-Beuve, que consistía en “no separar al hombre y la obra”, en “rodearse de todas las informaciones posibles sobre un escritor, en coleccionar sus correspondencias, en interrogar a los hombres que lo han conocido” (Proust, 1992: 127). Este método desconoce lo que nos enseña una frecuentación algo profunda con nosotros mismos: “que un libro es el producto de un

yo diferente de aquel que manifestamos en nuestros hábitos, en la sociedad, en nuestros vicios” (ibíd.). Las posiciones defendidas por Proust cuentan hoy con un consenso considerablemente amplio en la crítica literaria, una vez que han quedado ampliamente desprestigiados los métodos biografistas. Es característico que el autor de *Historia*, empeñado en observar las más diversas facetas de los fenómenos que analiza, destaque el acierto de las perspectivas proustianas tanto como sus relativas limitaciones: “Es cierto, como dice Proust, que el poeta existe con independencia del hombre en el que vive, pero es igualmente cierto que el hombre también existe; y la historia completa nos hablaría del poeta y del hombre” (Kracauer, 1996: 153). Más allá de que aún habría sostenido, seguramente, sus críticas de 1930 contra las biografías como una – regresiva – forma artística de la nueva burguesía, y de su aversión continua a cualquier hipóstasis de la personalidad única, autónoma, el autor de *Historia* quería llamar la atención acerca de un desconocimiento de la dimensión existencial que, llevado al extremo, podría conducir a una distorsión del análisis. Aún más importante es un comentario que aparece algunas páginas después del que acabamos de examinar, y que se vincula con la relación entre macro y microperspectiva. Kracauer señala que una observación realizada por el narrador de la *Recherche* ilustra el hecho de que, a medida que se amplía el alcance de las historias, la composición de estas se halla gobernada cada vez más por las leyes de la perspectiva, y a la vez muestra las consecuencias que esto tiene para el acceso a la microdimensión desde niveles más elevados. El pasaje en cuestión es aquel en que Marcel, durante un viaje en coche, “ve a veces dos, a veces tres campanarios a la distancia, según el ángulo desde el cual observa lo que lo rodea” (Kracauer, 1996: 158). Una relectura del pasaje en cuestión de la novela pone en evidencia hasta qué punto ha simplificado Kracauer una percepción y una reflexión extraordinariamente complejas. La experiencia del encuentro con los dos campanarios de Martinville y el de Vieuxvicq en *Du côté de chez Swann*, cargada de tintes utópicos, representa una suerte de contracara positiva de esos episodios de *Ginster* en los que el protagonista se ve acosado por edificios monstruosos. La experiencia epifánica es tan intensa que, inmediatamente después de vivirla, “para alivio de mi conciencia y obediencia a mi entusiasmo” (Proust, 1988: 218), Marcel decide registrarla, en una página en la que los campanarios cobran vida: observan y acompañan a los visitantes, y finalmente los saludan “agitando en señal de despedida sus soleados remates” (ibíd.). Cuando el autor de la página los mira por última vez, ya no le parecen más que tres flores pintadas en el cielo y le llevan a la imaginación “tres niñas de leyenda, perdidas en una soledad, cuando ya iba cayendo la noche”; por último, se buscan tímidamente y se ocultan una tras otra hasta no formar “en el cielo rosado, más que una sola mancha negra, resignada y deliciosa y desaparecer en la oscuridad” (ibíd.: 219). La experiencia proustiana se reduce, en Kracauer, a una casi prosaica ilusión óptica, que provee una equivalencia para el hecho de que, “debido no tanto a descuido, negligencia, o algo semejante, sino a la ‘ley de la perspectiva’, los macrohistoriadores deben ignorar, al comienzo, parte de la evidencia” (Kracauer, 1996: 158). Esta función de las visiones en perspectiva “que, como tal, obstaculiza la accesibilidad al material examinado, tiene más peso cuanto mayor es la distancia” (ibíd.: 158-159). La magia de la experiencia con los campanarios es convertida en *analogon* de la ceguera de las perspectivas macrohistóricas, que no hacen a menudo justicia de la variedad de detalles pertenecientes a un período. Pero ¿no se subrayaba en *Historia* la artesanal dedicación proustiana a las minucias biográficas e históricas, a menudo ampliadas como en un primerísimo plano?

5. Kracauer y Adorno sobre Proust: afinidades y divergencias

En un principio, puede parecer difícil encontrar afinidades entre dos abordajes tan disímiles de la obra proustiana como los de Adorno y Kracauer. A primera vista, pueden destacarse sobre todo las diferencias: el filósofo se aproxima a la *Recherche* fundamentalmente como a un corpus estético, prestando una atención escrupulosa a sus peculiaridades formales e intentando rastrear las coincidencias entre los propósitos inmanentes de la obra proustiana y las tareas que el pensador atribuye a su propia filosofía. El teórico del cine y de la historia, en cambio, extrae de las novelas proustianas un acervo de imágenes iluminadoras y dialoga con “Marcel” como con un interlocutor cuyas opiniones merecen ser sopesadas y contrastadas con otras voces relevantes. La pregunta por si “Marcel” tiene o no razón en sus juicios, totalmente irrelevante para Adorno, asume un papel importante en Kracauer. Sería, sin embargo, errado juzgar ingenuas las posiciones de este: en cada una de sus discusiones, Kracauer se preocupa por prestar oídos a la especificidad del texto proustiano, y (a excepción del pasaje comentado del capítulo “Ahasverus” de *Historia*) no pretende ofrecer un análisis específicamente “literario”. Dentro de estos límites, la estrategia de aproximación está plenamente justificada. En términos de una reflexión formal sobre los medios de representación, la consideración sobre las diferencias entre el método fotográfico y el novelístico – sustentada por remisiones a *Mímesis* de Auerbach – aporta elementos significativos, que recuperan reflexiones del impresionante “Esbozo de Marsella” para una teoría del cine⁵ sobre las formas cinematográfica y novelística y que ayudan a dinamizar un libro tan árido como *Teoría del cine*. Una consideración más atenta descubre similitudes más profundas entre Adorno y Kracauer; por ejemplo, el hecho de que ambos se dedican a hacer “pequeños comentarios” sobre el autor francés antes que análisis estructurales sobre las diferentes novelas o sobre el *totum* narrativo. Esta modalidad de análisis diverge de otros abordajes contemporáneos de la *Recherche*. Pensamos por ejemplo en el notable capítulo dedicado a Proust en el estudio de Claude-Edmonde Magny sobre la novela francesa posterior a 1918, donde se hace referencia a la “incomprensión de los críticos a quienes la densa maleza de los bosquecillos de Guermantes o de Sodoma enmascaraba las grandes ojivas ramosas de la obra. Él se queja de esto varias veces en su Correspondencia” (Magny, 1950: 194). Entre otros pasajes, Magny cita una carta a Paul Souday del 10 de noviembre de 1919, donde el escritor comenta, a propósito de *A l'ombre des jeunes filles en fleurs*: “Por lo demás, temo que la arquitectura de *En busca del tiempo perdido* no sea más sensible en este libro que en *Swann*. Veo a lectores que se imaginan que escribo, fiándome de arbitrarias y fortuitas asociaciones de ideas, la historia de mi vida” (cit. en ibíd., n. 1). De todos modos, Magny reconoce que “gracias a lecturas minuciosas y a pacientes exégesis, la estructura de conjunto de *En busca...* es

⁵ Hacia 1937-38, había comenzado Kracauer a pensar en un tratado teórico, y en 1938 escribió un “Esbozo de ideas para mi libro sobre el cine”, en el que tenía en vista una historia cultural del cine internacional. Durante la permanencia de Lili y Siegfried Kracauer en Marsella, entre junio de 1940 y febrero de 1941, en condiciones personales muy dramáticas, realizó el pensador alemán una serie de anotaciones que continuó en los días de permanencia en Lisboa, durante el viaje en barco hacia Norteamérica y aun inmediatamente después del arribo a EE.UU. Los materiales del “Esbozo” fueron publicados por primera vez en el volumen 3 de las *Werke* (cf. Kracauer, 2005).

más o menos evidente a nuestros ojos” (ibíd.: 195) y que, entretanto, se ha intentado realizar el movimiento inverso.

Pero para la dedicación de los dos pensadores alemanes a pasajes individuales podría aducirse una razón más honda. Adorno ha denunciado en varias ocasiones el modo en que los grandes sistemas filosóficos – ante todo, los de la tradición idealista – han permanecido ciegos tanto al sufrimiento de los individuos como a lo no idéntico, que no se somete a la violencia de los conceptos. La dedicación a lo individual se encuentra entonces asociada a la idea de redención; como en el Benjamin de las *Tesis*, en Adorno la consideración por lo pequeño, lo olvidado, lo desatendido está sustentada en la perspectiva de que “nada de lo que tuvo lugar alguna vez debe darse por perdido para la historia” (Benjamin, 2007: 23). No en vano destaca Adorno el hecho de que Hegel, más allá de su *parti pris* a favor de la unidad y de la justificación del progreso empírico, una y otra vez lamente enfáticamente lo valioso e irrecuperable que se ha sacrificado justamente en función de ese progreso. En este sentido hay una coincidencia fundamental con la toma de partido por parte de Kracauer, en palabras del propio Adorno, por “las cosas menesterosas, las miserables, despreciadas, alienadas de su propósito; solo ellas encarnan, para la conciencia de Kracauer, lo que sería diferente del complejo funcional universal” (Adorno, 2003: 392). Hay entonces una coincidencia y una analogía entre el propósito de rescatar *la tradición de las causas perdidas*, la consideración por lo minúsculo y lo débil, lo inadvertido y lo malogrado – en oposición intencionada a las grandes avenidas trazadas por los sistemas material e intelectualmente dominantes – y una metodología que no se concentra en la gigantesca arquitectura de la *Recherche*, sino en ciertas escenas y comentarios particulares. En la fidelidad al principio de que el buen Dios se oculta en el detalle y en el interés por las cosas menesterosas los dos pensadores pueden encontrar a un cófrade especialmente favorable en el novelista francés, quien, como hemos visto, compartía con Burckhardt, según Kracauer, *la nostalgia por las causas perdidas*.

Otra coincidencia es el énfasis de ambos en la liquidación proustiana del “sujeto soberano” y de cualquier mito acerca de la unidad y consistencia de la personalidad. Existe una notoria coincidencia entre estas perspectivas de Proust y la crítica del culto burgués (tardío) de la personalidad armónica desplegada por Kracauer en los ensayos de la República de Weimar y en *Ginster*. Hemos visto que estas críticas son retomadas en *Historia* a partir de un diálogo con el análisis de Auerbach sobre la gran novela modernista. Pero también Adorno subraya que entre las “ideas enquistadas que la conciencia general guarda como una posesión” y que la obstinación de Proust, “la de un niño que no se deja enredar, destruye, quizás la más importante sea la de la unidad y la totalidad de la persona” (ibíd.: 197). El desarrollo psicológico de los caracteres realizado por Proust desbarata la propia psicología, ya que el autor sabe que “más allá de este mundo de imágenes no hay ningún en sí de las personas; que el individuo es una abstracción, que su ser-para-sí solo tiene tan poca realidad como un mero ser-para-nosotros, que el prejuicio vulgar considera apariencia” (ibíd.: 198). Podría decirse que el énfasis sobre este aspecto no es de ningún modo privativo de Kracauer y Adorno y que constituye más bien uno de los tópicos más frecuentemente comentados en relación con la *Recherche*. Pero lo realmente importante es el modo en que el tratamiento del tema en Proust se acuerda con puntos nodales del pensamiento de los dos críticos. Un rasgo característico del abordaje de ambos es el modo en que colocan la destrucción del mito

del “yo soberano” en relación con las alteraciones que se han producido en la subjetividad y en el mundo bajo el capitalismo tardío. En la misma era en que el individuo, como comenta Kracauer en un ensayo de 1930, “ha debido experimentar demasiado duraderamente su nulidad y la de los demás, para seguir creyendo en el poder ejecutivo de uno u otro individuo” (Kracauer, 2006b: 310), el mundo social, marcado por la Gran Guerra, ha ido asumiendo un carácter cada vez más indescifrable para la conciencia cotidiana: “Así como el yo es relativizado, el mundo, con sus contenidos y sus figuras, es llevado a un curso circular impenetrable” (ibíd.: 311).

Nos estamos deteniendo en cuestiones que fueron objeto de intensa reflexión teórica y configuración estética, en los países de lengua alemana, a partir de la Primera Guerra Mundial y hasta el ascenso del nazismo. Las referencias a un estado de desorientación general, a la pérdida de un sistema de coordenadas normativas socialmente vinculante, a la carencia de una *patria trascendental* o al *desamparo trascendental* – para emplear los términos acuñados por el Lukács de *Teoría de la novela*– son lugares comunes de la literatura, la filosofía y la sociología de ese período. También en Proust reciben tales problemáticas un tratamiento específico, que no necesitamos comentar aquí. Más pertinente es indicar que, en un giro autorreflexivo coherente con sus posiciones, Adorno y Kracauer han hecho del desamparo un factor cardinal del propio pensamiento. En el caso de Kracauer: desde mediados de la década de 1920, el esfuerzo para analizar desde una perspectiva inmanente la dialéctica de la Modernidad, examinando *en su interior mismo* sus aspectos negativos y positivos, en lugar de juzgarlos desde un punto de vista externo, dio lugar a algunas de las aproximaciones ensayísticas más profundas de la Alemania weimariana. En lo que respecta a la producción tardía, en uno de los borradores de la introducción a *Historia* se lee: “Así, lo que en realidad tengo en vista es una filosofía de la situación provisoria en la que nos encontramos” (cit. en Agard, 2008: 143); y una afirmación semejante podría aplicarse también, retrospectivamente, a *Teoría del cine*. Al final de la introducción a *Historia*, el autor declara que su objetivo es “delimitar el área intermedia de la historia como un área que posee derecho propio: la de la percepción provisoria de las últimas cosas antes de las últimas” (Kracauer, 2010: 62). La íntegra filosofía adorniana se encuentra sostenida por un impulso similar. Pero, para encontrar un término de comparación históricamente apropiado para la obra póstuma de Kracauer sobre la historia, podríamos remitirnos al *opus postumum* de Adorno: *Teoría estética*.⁶ Todo este inconcluso tratado está recorrido por la idea de que una tentativa de aproximación actual a lo estético debería hacerse cargo de una provisoriedad que marca a nuestra era, así como a los productos artísticos más característicos de ella. A esto alude el propio comienzo de *Teoría estética*, con su reflexión sobre el modo en que las vanguardias echaron por tierra, a comienzos del siglo XX, todas las certezas acerca del arte, sin haber compensado la seguridad con la dicha de la libertad conquistada: “el proceso desencadenado por entonces ha devorado las categorías en cuyo nombre comenzó. [...] los artistas no disfrutaron del reino de libertad que habían conquistado, sino que aspiraron de inmediato a un presunto orden apenas sostenible” (Adorno, 2004: 9). El arte todo se volvió incierto; de ahí que, como dice la célebre frase que abre el tratado: “Ha llegado a ser obvio que ya no es obvio nada que tenga que ver con el arte, ni en él mismo, ni en su relación con el todo, ni siquiera su derecho a la vida” (ibíd.). Una marca del arte de nuestro tiempo es, pues, su precariedad. Y la

⁶ Escrita entre 1961 y 1969. Publicada por primera vez en 1970.

teoría, para estar a la altura de esta situación, debe asumir esa precariedad, en lugar de ponerse a la caza de algún lugar de resguardo normativo. En función de semejante estado de cosas, como señala Ruth Sonderegger, “según Adorno, la teoría estética fue y es una empresa precaria aun en el caso de que no tenga que preocuparse por la existencia de sus objetos” (415). Podría completarse este razonamiento afirmando que en la precariedad de nuestro tiempo y de sus objetivaciones más eminentes se encuentra la razón para el surgimiento y la validez de un pensamiento dialéctico. Pues, si este se funda en la convicción de que no existen principios y máximas universalmente correctos, y de que tanto la función como la vigencia de unos y otras varía de acuerdo con las cambiantes condiciones históricas, entonces puede entenderse que la teoría adorniana insista en que el saber acerca de “lo precario de todo lo correcto temporariamente alcanzado” debería encauzarnos a estar “lo suficientemente alertas para los momentos en que ello, a su vez, se vuelve falso” (ibíd.: 418). Por eso ni siquiera la autonomía del arte, “defendida por Adorno hasta la desesperación, es para él sacrosanta. Antes bien, él admite que podrían surgir del arte movimientos legítimos en contra del arte” (ibíd.: 426).

Kracauer y Adorno cuestionaron a menudo los intentos regresivos para encontrar un techo protector que ofrezca un resguardo ante las amenazas de las sociedades abiertas de la Modernidad. En las lecciones sobre dialéctica negativa, cuestiona Adorno “la estrechez, casi del clima de pequeña ciudad” que afecta aun a las más grandes concepciones filosóficas, “tal como si uno quisiera albergar un cosmos infinito en una casita pequeña y abarcable con la mirada”, y agrega que “este provincianismo se relaciona con lo filosófico objetivo; es decir, justamente con esta pretensión de capturar lo infinito en una red finita de categorías” (Adorno, 2020: 168).

Pero ¿ofrece en verdad Proust puntos de apoyo para una orientación semejante? Varios elementos parecen hablar en contra de esta posibilidad. Toda la *Recherche* (pero, ante todo, el primer volumen) representa un campo de fuerzas en el que se contraponen el mundo regido por el hábito y aquel en que domina la espontaneidad. Se trata, en esencia, de un enfrentamiento entre distintos códigos sociales: el de la aristocracia, dominado por reglas fijas y seguras, y el de la burguesía, en el que imperan la inseguridad y la sorpresa. Durante toda la infancia de Marcel, los familiares se empeñan en impedir que el contacto con el mundo exterior coloque al niño en un estado de excitación nerviosa capaz de aniquilarlo; en el mundo de la tía Léonie, esta obsesión por la inmovilidad y el encierro llega a lo paroxístico: en ese medio, la necesidad de mantener costumbres invariables trata de establecer un dique de contención frente a las inconstancias del afuera. El comienzo mismo de *Du côté de chez Swann*, con su reflexión sobre los diferentes tipos de habitaciones, está centrado en este tema; ante todo si se piensa que los “cuartos de invierno”, que suscitan comparaciones con los nidos de los pájaros y con el seno materno, son aquellos que están cargados de energía utópica. En ellos, en los días helados se experimenta el placer de sentirse separado del exterior: “especie de alcoba impalpable, de cálida caverna abierta en el mismo seno de la habitación, zona ardiente y móvil en sus contornos térmicos, oreada por unas bocanadas de aire que nos refrescan la frente y que salen de junto a las ventanas, de los rincones de la habitación que están más lejos del fuego y que se enfriaron” (Proust, 1988: 17). Lo estrictamente opuesto a estas habitaciones está representado por el “cuarto en forma de pirámide”, donde el espacio adquiere formas angulosas, geométricas, amenazadoras; la verticalidad y la dureza del recinto se encuentran despojadas de formas amistosas – “materna-

les” –, y los objetos muestran una dura hostilidad: el espejo, el reloj de péndulo, las cortinas. El narrador recuerda haberse esforzado tenazmente allí para amoldar sus propias estructuras de pensamiento a las formas de ese sitio: el empeño de estirarse hacia lo alto para llenar las dimensiones de la habitación es una fuente real de angustia, que se prolonga hasta que el hábito consigue desdibujar la hostilidad primigenia: el hábito es una “celestina mañosa” que trabaja lentamente y que “empieza por dejar padecer nuestro ánimo durante semanas enteras en una instalación precaria; pero que, con todo y con eso, nos llena de alegría al verla llegar, porque sin ella, y reducida a sus propias fuerzas, el alma nunca lograría hacer habitable morada alguna” (ibíd.: 18).

Sin embargo, el encierro como lugar de resguardo y como escenario de la creación es en Proust el punto de partida y la meta. Como en muchos cuentos maravillosos y leyendas populares – que no han dejado de dejar su impronta en la poética proustiana – y como en la narrativa de Borges, el encuentro con la verdad y la realización plena requiere de un movimiento doble: de una salida y un retorno, de *una ida y una vuelta*. La alienación del yo en el mundo externo, el viaje por el reino de la nada (*le royaume du néant*) es necesaria porque sin ella Marcel no podría volver a enclaustrarse, al final de *Le temps retrouvé*, cargado de todo su saber acerca del mundo, a fin de dedicarse a la creación de su obra. En esta, la utopía destella de manera instantánea en algunos momentos de iluminación, en tanto la realidad que se narra de manera extensa y minuciosa a lo largo de los volúmenes remite a la búsqueda de felicidad en ocupaciones frívolas y relaciones mundanas cuyo fulgor deslumbra, pero que invariablemente conducen a la decepción. En este aspecto, Proust se suma a la tradición de la gran novela de desilusión, que ha encontrado en el Balzac de *Illusions perdues* y en el Flaubert de *L'éducation sentimentale* dos de sus puntos más altos, pero que podría con buenas razones encontrar su origen en las páginas finales del *Quijote*. El autor implícito de la *Recherche* no querría aceptar una felicidad menor que la plena – la que destella en la iluminación epifánica –, y esto hace que encuentre siempre el estigma de lo insuficiente y lo falso en cada satisfacción mundana. En este sentido tiene razón Adorno cuando dice que, como a Proust ninguna felicidad lo satisface “más que la felicidad total, su necesidad de felicidad se convierte en la de la verdad incólume, no obstruida por ninguna convención. Esta, sin embargo, es dolor, decepción, conocimiento de la falsa vida” (2003: 655). Lo que la *Recherche* cuenta “es la historia de la felicidad inalcanzada o en peligro” (ibíd.). En función de esto sostiene Adorno que la historia íntima de la narrativa proustiana es una en que el “recuerdo total responde a la transitoriedad total, y la esperanza únicamente reside en la fuerza para interiorizar esta transitoriedad y fijarla en la escritura” (ibíd.: 656).

La mirada de quien registra la realidad degradada y evalúa en qué medida esta no podría satisfacer los criterios de la felicidad plena es la mirada de alguien que no pertenece o que ha renunciado a jugar el juego por el que se rige la vida social. Una coincidencia significativa entre Kracauer y Adorno es el modo en que ambos relacionan la perspectiva proustiana con aquella observación que considera la realidad como algo ajeno, extraño. Pudimos ver que Kracauer asociaba el punto de vista de Marcel, en la escena del encuentro con la abuela, con el del historiador, y a ambas perspectivas con la del exiliado. La extraterritorialidad (*Exterritorialität*), como sabrán los lectores de Kracauer, integra de manera entrañable la autoconciencia del autor, y este no deja de destacarla en aquellos autores y personajes con los que se siente consustanciado. Benjamin (2005: 44-45) escribió que la mirada de Baudelaire es “la mirada del alegórico que

se encuentra con la ciudad, la mirada de quien es extraño”; y en la segunda versión de este *Exposé* se dice que la mirada “que el genio alegórico lanza sobre la ciudad revela [...] el sentimiento de una profunda alienación” (ibíd.: 57). Algo análogo es lo que ve Kracauer en Offenbach, que encarna, como señala Agard (2010: 323), *la conciencia desventurada del exiliado*: en el músico alemán emigrado a París, “la situación de no pertenencia del exiliado es garante de una suerte de objetividad creadora, pero es también un sufrimiento”. A entender en qué medida se identificaba Kracauer con esta mirada extrañada contribuye la silueta que de él traza Benjamin en su reseña de *Los empleados*: el autor de este ensayo es descrito como un marginal (*Außenseiter*) que “se encuentra ahí [...] como un solitario. Un descontento, no un líder. No un fundador, sino un aguafiestas” (Benjamin, 2008: 100). Kracauer es presentado como alguien que no quiere seguir participando del juego y que se niega a “colocarse una máscara para participar en el carnaval que representan sus contemporáneos”; como alguien que “se abre un camino entre las masas “para arrancarle aquí y allá la máscara a un sujeto especialmente desvergonzado” (ibíd.: 93).

La perspectiva del ensayista es, pues, en Kracauer la de un explorador que se introduce, en la realidad miles de veces observada pero no comprendida por la conciencia cotidiana, como en un territorio desconocido. También Adorno ha asociado recurrentemente su perspectiva con la extraterritorialidad. El filósofo que sostenía que la obra de arte “nos enseña de algún modo a volver a mirar con ojos extraños a un mundo que nos obliga ya a mirarlo con ojos extraños” (Adorno, 2013: 385-386) no renunció nunca a invocar un modelo de experiencia plena que actúa como crítica permanente de la experiencia reglamentada, cosificada del capitalismo tardío. Pero era al mismo tiempo consciente de que ha sido la propia Modernidad la que, en contraposición con las así llamadas sociedades tradicionales y cerradas, ha abierto la posibilidad de esta relación no reglamentada con el mundo. Y es exactamente esto lo que celebra en Proust: como vimos, la mirada infantil que este arroja sobre la realidad social está tan cargada, según Adorno, de “asombro y extrañeza” que la vida actual se transmuta de pronto en infancia, en una época ya muy alejada del presente. La segunda ingenuidad proustiana, la disposición para observar de ese modo el mundo, se relaciona menos con una aptitud natural que con una extrema disciplina, orientada a impedir el entumecimiento de la experiencia derivado de la imposición de adaptarse. Ese rigor metódico está, pues, muy alejado de la espontaneidad: de algún modo a semejanza del historiador teorizado por Kracauer, o del método de observación aplicado por este en ensayos como *Los empleados* (1930), supone mantener un permanente estado de alerta a fin de preservar la extraterritorialidad de la propia mirada. En este sentido dice Adorno que toda la vida proustiana está regida por un *cordon sanitaire* con vistas a protegerse contra las agresiones que puedan insensibilizar la capacidad de reacción del niño. No hay en esto nada de debilidad o de cobardía; antes bien, su “sensibilidad enfermiza, su entrega a los valores de lo concreto está sujeta a una disciplina heroica. Literalmente, nada debía perderse” (Adorno, 2013: 655). Acaso en esta minuciosa observación extrañada de Proust – el “hombre sin piel” (*der Hautlose*) – ante las agresiones de un mundo dominado por mistificaciones y fetichismos deba verse uno de los impulsos primarios para la identificación de Kracauer y Adorno con la *Recherche* y con su autor.

Referências

- Adorno, Theodor W., *Notas sobre literatura*. Traducción de Alfredo Brotons Muñoz. Madrid: Akal, 2003.
- _____. *Teoría estética*. Trad. de Jorge Navarro Pérez. Madrid: Akal, 2004.
- _____. *Dialéctica negativa. La jerga de la autenticidad*. Trad. de Alfredo Brotons Muñoz. Madrid: Akal, 2005.
- _____. *Crítica de la cultura y sociedad I*, trad. Jorge Navarro Pérez. Madrid: Akal, 2008.
- _____. *Estética (1958/59)*. Ed. de Eberhard Ortland. Trad. y pról. de Silvia Schwarzböck. Buenos Aires: Las cuarenta, 2013.
- Metacrítica.
- _____. *Sobre la teoría de la historia y de la libertad*. Ed. de Rolf Tiedemann. Trad. de Miguel Vedda. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2019.
- _____. *Lecciones sobre dialéctica negativa*. Ed. de Rolf Tiedemann. Trad. de Miguel Vedda. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2020.
- Agard, Olivier, “Les éléments d’autobiographie intellectuelle”. En: Despoix, Philippe / Schöttler Peter (comps.), *Siegfried Kracauer. Penseur de l’histoire*. París, Montréal: Maison des Sciences de L’Homme, 2008, pp. 141-163.
- Agard, Olivier, *Kracauer. Le chiffonnier mélancolique*. París: CNRS Éditions, 2010.
- Benjamin, Walter, *Über die Sprache überhaupt und über die Sprache des Menschen*. En: _____. *Gesammelte Schriften [= GS]*. Ed. por Rolf Tiedemann y Hermann Schweppenhäuser con la colaboración de Theodor W. Adorno y Gershom Scholem. 7 vols. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1972-1989, vol. II,1, pp. 140-157.
- _____. *Libro de los Pasajes*. Trad. de Luis Fernández Castañeda, Isidro Herrera y Fernando Gamarro. Madrid: Akal, 2005.
- _____. *Sobre el concepto de historia. Tesis y fragmentos*. Prólogo: Michael Löwy y Daniel Bensaïd. Trad. de Bolívar Echeverría. Apéndice: Auguste Blanqui, *Contra el positivismo*. Buenos Aires: Piedras de Papel, 2007.
- _____. “Sobre la politización de los intelectuales”. En: Kracauer, Siegfried, *Los empleados*. Trad., postfacio y notas de Miguel Vedda. Prefacio de Walter Benjamin. Barcelona: Gedisa, 2008, pp. 93-101.
- Buck-Morss, Susan, *Origen de la dialéctica negativa. Theodor W. Adorno, Walter Benjamin y el Instituto de Frankfurt*. Trad. de N. Rabotnikof Maskivker. Revis. de Mariano López Seoane. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2011.
- Dierks, Sonja, “Adorno zu Kafka und Proust”. En: Klein, Richard / Kreuzer, Johann / Müller-Doohm, Stefan (eds.), *Adorno-Handbuch. Leben-Werk-Wirkung*. 2ª ed. Ampliada y actualizada. Stuttgart & Weimar: Metzler, 2019, pp. 254-264.
- Foster, Roger, “Adorno and Proust on the Recovery of Experience”. en: *Critical Horizons* 8, 2 (2007), pp. 169-185.
- Hulatt, Owen, “Seeing In, Seeing Trough. Adorno and Proust”. En: McCall, Corey y Ross, Nathan, *Benjamin, Adorno and the Experience of Literature*. Londres: Routledge, 2018, pp. 159-178.
- Kracauer, Siegfried, *Teoría del cine. La redención de la realidad física*. Trad. de Jorge Hornero. Barcelona: Paidós, 1996.

- _____. “Marseiller Entwurf” zu einer Theorie des Films. En: _____. *Werke*. Ed. de Inka Mülde-Bach e Ingrid Belke. 9 vols. Vol. 3: *Theorie des Films*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 2005, pp. 521-779.
- _____. “La fotografía”. En: _____. *Estética sin territorio*. Edición y traducción: Vicente Jarque. Murcia: Colegio oficial de aparejadores y arquitectos técnicos de la región de Murcia, 2006, pp. 275-298 [2006a].
- _____. “La biografía como arte neoburgués”. En: *Estética sin territorio*, pp. 309-315 [2006b].
- _____. *Historia. Las últimas cosas antes de las últimas*. Introd. de Miguel Vedda. Trad. de María Guadalupe Marando y Agustín D’ambrosio. Buenos Aires: Las cuarenta, 2010.
- Lukács, György, *El alma y las formas. Teoría de la novela*. Trad. de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1985.
- Magny, Claude-Edmonde, *Histoire du roman français depuis 1918*. Paris: Seuil, 1950.
- Marx, Karl, *El capital. Crítica de la economía política*. Ed, trad. y notas de Pedro Scaron. 8 vols. México: Siglo XXI, 1975.
- Perivolaropoulou, Nia, “Le travail de la mémoire dans *Theory of Film* de Siegfried Kracauer”. In: *Protée* 32/1 (2004), pp. 39-48.
- Proust, Marcel, *En busca del tiempo perdido 1. Por el camino de Swann*. Trad. de Pedro Salinas. Madrid: Alianza, 1988.
- _____. *El tiempo perdido 2. A la sombra de las muchachas en flor*. Trad. de Pedro Salinas. Buenos Aires: Santiago Rueda, 2001.
- _____. *Contre Sainte-Beuve*. Pref. de Bernard de Fallois. París: Gallimard, 2002.
- _____. *El tiempo perdido 3. El mundo de Guermantes*. Trad. de Pedro Salinas. Buenos Aires: Santiago Rueda, 2010.
- Sonderegger, Ruth, “Ästhetische Theorie”. En: Klein, Richard / Kreuzer, Johann / Müller-Doohm, Stefan (eds.), *Adorno-Handbuch. Leben-Werk-Wirkung*. 2ª ed., ampliada y actualiz. Stuttgart & Weimar: Metzler, 2019, pp. 521-534.
- Vedda, Miguel, “‘El completo ensamblaje de los más pequeños hechos’. Acerca de las reflexiones de Siegfried Kracauer y Walter Benjamin en torno a la fotografía”. En: _____. *La irrealidad de la desesperación. Estudios sobre Siegfried Kracauer y Walter Benjamin*. Buenos Aires: Gorla, 2011, pp. 143-189.

Recebido em 14 de outubro de 2022

Aprovado em 14 de outubro de 2022

Demasiadamente humano:

o trabalho musical enquanto estro recalcitrante da vida material

Too human: musical work as a recalcitrant strand of material life

Breno Ampáro*

Luciana Requião**

Resumo

O artigo tem como objetivo apontar caminhos para revelar as relações fetichizadas entre música, sociedade, trabalho e capital. No capitalismo, as formas de produção musical moldam e respondem historicamente a necessidades de consumo e geração de riqueza. Nesse sentido, a música enquanto mercadoria, oculta uma série de processos materiais que vão desde a concepção do trabalho musical até suas respectivas formas de circulação. Do espetáculo ao vivo ao streaming, as formas de distribuição da mercadoria forjam sentidos e dinamizam processos culturais que, embora cada vez mais virtualizados, não perdem seu lastro de concreticidade com a vida material, posto que é trabalho humano.

Palavras-chave: música; trabalho musical; fetichismo na música

Abstract

The article aims to point out ways to unveil the fetishized relationships between music, society, work and capital. Under capitalism, the forms of musical production historically shape and respond to consumption needs and wealth generation. In this sense, music as a commodity hides a series of material processes ranging from the conception of the musical work to its respective forms of circulation. From the live show to streaming, the respective forms of distribution of merchandise forge meanings and streamline cultural processes that, although increasingly virtualized, do not lose their concreteness with material life, since it is human work.

Keywords: music; musical work; fetishism in music

* Doutorando em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Mestre em História Social pela mesma universidade.

** Professora associada do Instituto de Educação de Angra dos Reis da Universidade Federal Fluminense - UFF. Doutora em Educação pela Universidade Federal Fluminense Mestre em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

“A sociedade controlava a música à medida que mantinha os compositores presos à corrente não tão dourada de sua coleira”. Theodor Adorno

Prólogo

Tratava-se de um concerto orquestral. A renomada Sala São Paulo seria o palco no qual o violinista estadunidense Joshua Bell apresentaria seu virtuosismo técnico à frente da orquestra de câmara inglesa *Academy of Saint Martin in the Fields*. O preço dos ingressos para o espetáculo girava entre R\$50,00 a R\$600,00. A crítica musical veiculada no dia seguinte ao evento, expressou delírio e fascínio pela apresentação. Uma admiração insuspeita pelos artistas que estiveram à baila de sua adoração. Não bastasse o fenômeno catártico com o qual o crítico expressou todo o seu retumbante lirismo aos músicos europeus, ao final do texto ainda sobrava espaço para o bom e velho complexo de vira-lata quando aludiu que as orquestras brasileiras superestimam o número de instrumentistas de cordas para esconder defasagens de afinação (Perpetuo, 2022).

O episódio narrado encetou elementos que expressam a particularidade capitalista dos fenômenos artísticos no atual estágio de desenvolvimento das forças sociais de produção. A especulação de valor ao espetáculo por meio de ingressos, a reificação dos artistas postos em adoração e a depreciação técnica dos mecanismos orquestrais nacionais frente aos europeus desvelam o reificado grau de distanciamento em que o espectador se coloca ante ao espetáculo. Espetáculo este que, produzido enquanto mercadoria, é a vedete do modo de produção capitalista a partir da segunda metade do século XX, conforme preconizava Guy Debord: “a cultura tornada integralmente mercadoria deve também se tornar a mercadoria vedete da sociedade espetacular” (Debord, 1997, p. 126).

O que se mostra diante de nossos sentidos é aquilo que Fredric Jameson (2000) entende como a lógica cultural do capitalismo tardio, que evidencia o estreitamento da relação entre economia e cultura na contemporaneidade. Nesse campo, notam-se mudanças estruturais na forma de se produzir, consumir e trabalhar, o que na esfera da música é observado, por exemplo, em mudanças significativas no perfil deste trabalhador. Em síntese, podemos vislumbrar um processo em que o músico especializado vai dando lugar ao músico flexível, capaz de driblar a sazonalidade e a informalidade do trabalho com inúmeras habilidades que correspondem a etapas diferenciadas da cadeia produtiva da música. Esse perfil flexível, por sua vez, transforma-se em um empreendedor multitarefas, na medida em que a demanda do mercado recai diretamente sobre o produto, ou seja, pela mercadoria musical que precisa ser entregue pronta para distribuição e consumo¹. De acordo com Jameson (2000), as transformações inerentes ao modo de produção capitalista correspondem pelos processos de adaptação nos modos de existência e de experiência humana como, por exemplo, as formas de organização do trabalho, como mencionado, além das formas de produção, distribuição e consumo cultural. Importante observar que tal fato não é reflexo de uma reorganização da economia, mas parte intrínseca desse processo.

Temos como objetivo, no presente texto, discutir e apontar possíveis caminhos de investigação que iluminem um olhar crítico à cultura, a sua forma de ser mercadoria,

¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre o assunto ver: (Requião & Ampáro, 2022).

vislumbrando outras possibilidades de experiência cultural que possibilite expressar sua potência revolucionária ante a barbárie. Tal empreitada se justifica pois acreditamos existir um duplo fetiche que ofusca as investigações em torno da dimensão do trabalho dos músicos e que, por consequência, impossibilitam o avanço na análise crítica de suas reais condições de trabalho, produção e reprodução da vida.

Consideramos assim, o duplo fetiche como um elemento que se expressa, por um lado, nos campos de investigação científica tradicionais, tais como a sociologia, a história, a psicologia, a economia etc. que, em geral, não tomam a música como um elemento a ser mediado pela perspectiva do trabalho. Quando muito, encontram-se dispersos nas mais variadas áreas do conhecimento científico. Por outro lado, também acreditamos existir uma operação de fetiche no próprio campo do conhecimento musical, onde a preponderância da forma ofusca a pesquisa sobre as relações sociais de produção musical, concreta e historicamente estabelecidas.

As formas sonoras do capital: sobre valor musical na sociedade capitalista

A crítica da música feita a partir da história remonta uma possibilidade de diálogo mais precisa com a sua forma mercadoria. Nesse caminho, Adorno (1999) não se permite à surpresa fantasmagórica proporcionada pela fruição da música fetichizada, a “decadência” do gosto e a banalização da arte dos sons como se apresentam. Aliás, em certo sentido, em nada tem a ver – não mais – as propriedades sonoras, harmônicas, rítmicas – as musicais propriamente ditas – em relação às suas teses do fetiche e da regressão da audição. Pelo menos não em última instância, na qual o surgimento da indústria cultural, muito mais do que um conceito, trata objetivamente da formação de um complexo mecanismo mercantil, em que a preponderância da produção, se vincula estreitamente aos laços do capital em sua forma de ser mercadoria. Assim, não mais sendo a música o resultado histórico do trabalho humano destinado a fruição, sedução, prazer e suspensão dos sentidos essenciais, mas uma mercadoria.

O fato de que “valores” sejam consumidos e atraíam os afetos sobre si, sem que as qualidades específicas sejam sequer compreendidas ou apreendidas pelo consumidor constitui uma evidência de sua característica de mercadoria (Adorno, 1999, p. 77).

Mercadoria essa, que como salientou Marx (2011), precisa de um público fiel e que saiba fruí-la.

A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. O objeto de arte [...] cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto.” (Marx, 2011, p. 47).

Não espanta, dessa forma, que a massificação da música proporcionada por meio dos aparatos de mercado, não só pelos mecanismos editoriais e de imprensa, mas também pelo cinema, rádio e a música gravada, acabe por achatar um prisma de possibilidades de fruição onde a vivência individual e a própria dimensão do “gostar musical” se resumam a um conglomerado de experiências e conhecimentos apartados da matéria musical. É, inclusive, nesse caminho, que nosso sociólogo atribui o logro do processo de massificação. Um empobrecimento da linguagem – indiferente ao público – em que a consciência musical se constitui pela apreciação daquilo que está na moda,

daquilo que de fato se conhece ou reconhece, uma mercadoria padronizada, com pouca ou nenhuma tolerância aos “desvios” da forma hegemônica que se padronizou.

Junto do pastiche estético da obra, vem seu consumo massivo condicionado a partir das – como já aludidas – fantasmagóricas feições que a mercadoria adquire. Adorno explica:

O consumidor “fabricou” literalmente o sucesso, que ele coisifica e aceita como critério objetivo, não porque o concerto lhe agradou, mas por ter comprado a entrada. É óbvio que no setor dos bens da cultura, o valor de troca se impõe de maneira peculiar. Com efeito, tal setor se apresenta no mundo das mercadorias precisamente como excluído do poder de troca, como um setor de imediatidade em relação aos bens, e é exclusivamente a esta aparência que os bens da cultura devem o seu valor de troca. Ao mesmo tempo, contudo, fazem parte do mundo da mercadoria, são preparados para o mercado e são governados segundo os critérios deste mercado (Adorno, 1999, p. 77).

Evocando, a partir da particular forma de fruição da mercadoria da arte – bens da cultura –, o autor justifica que a fetichização, portanto, se expressa também pela máxima de Marx “O mistério da forma mercadoria”.

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais de seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtos com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. (Marx, 2006, pp. 93-94)

Os artistas de sucesso são o que são, em última análise, pois são alçados ao panteão da consagração pelos seus próprios consumidores. O fã que compra os ingressos para um espetáculo é incapaz de reconhecer que, mesmo em proporções diminutas, sua ação individual, posta em movimento por mais um séquito de “seguidores”, é que produzem a fama de seu artista.

Contudo, esse processo não é expressão de uma casualidade qualquer. A indústria cultural forja e também é forjada pelas determinações históricas que agem reciprocamente na mediação metabólica entre seres humanos, cultura e capital. A “variante” gosto, que segundo Adorno (1999), já não responde somente pela apreciação endógena da obra que se mercantiliza – assimilação de feições da estrutura musical à fruição subjetiva – é um mecanismo complexo e que não se determina pela ação coletiva meramente. Trazemos à baila um exemplo de música que, enquanto mercadoria, precisou de alguns mecanismos complexos já comuns à era digital, para que sua forma e seu conteúdo fossem massificados pelo mercado cultural.

No livro *O poder do hábito: por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios*, o jornalista estadunidense Charles Duhigg, movido pelo vírus da maximização da produtividade, já em 2012, falava sobre como a modulação de comportamentos pode ser uma variável interessante para aqueles que desejam fazer mais sucesso em suas vidas e carreiras diante da escolha de hábitos mais “adequados” às necessidades de sua vida – leia-se voraz capitalismo concorrencial. Uma linguagem simples, com o mérito da eloquência somada a diagramas e desenhos que facilitem a “formulação” de suas teses – que nada mais são do que um conjunto de comentários rapidamente conclusivos a partir de estudos em áreas específicas do ramo da psicologia comportamental – Duhigg

(2012) nos oferece *cases* em que a adequada manipulação de alguns elementos da vida cotidiana são a chave para que novos e “*saudáveis*” hábitos sejam introduzidos na vida das pessoas. Para o que nos interessa aqui, vejamos o caso da modulação de hábitos referente ao mercado fonográfico.

Formada por uma dupla de *rappers* estadunidenses, André Lauren Benjamin e Antwan André Patton, *Outkast* foi um conjunto musical de sucesso meteórico nos anos 2000. Sua música se identificava com o mix proporcionado em geral pelo ecletismo *sui generis* da *pop music* já em voga na década anterior. Conta Duhigg em seu livro, como a banda e sua música de trabalho *Hey Ya* chegaram nas paradas de sucesso. De antemão, vale lembrar, não se tratou de um fenômeno puramente musical. A despeito do possível talento dos músicos na composição de sua obra-mercadoria, avaliamos que se tratou muito mais de *case* de sucesso no mundo dos negócios.

A indústria cultural, como em qualquer outro ramo industrial no capitalismo, caracteriza-se pela produção, distribuição, troca e consumo de bens. Logo em seu momento preponderante – a produção – as ações dos *players* da indústria respondem ao que historicamente se põe como tendência de consumo. Lembremo-nos, seu objetivo é sempre a maximização dos lucros. Para tanto, mecanismos para colher o maior número de informações possíveis sobre o perfil de consumo do público-alvo forjaram-se à luz da tecnologia da informação, de forma que a indústria pudesse oferecer um produto no *perfil* de seu público. Entra em cena o jogo das meta-análises. Segundo nosso jornalista,

Assim como os varejistas usavam algoritmos de computador para prever os hábitos dos consumidores, executivos da música e do rádio utilizavam programas de computador para prever os hábitos dos ouvintes. Uma empresa chamada Polyphonic HMI – um grupo de estatísticos e especialistas em inteligência artificial sediado na Espanha – criou um programa chamado Hit Song Science, que analisava as características matemáticas de uma música e previa sua popularidade. Comparando o andamento, o tom, a melodia, a progressão harmônica e outros fatores de uma música específica com os milhares de hits armazenados na base de da Polyphonic HMI, o programa Hit Song Science era capaz de fornecer uma pontuação que previa se uma música tinha chances de fazer sucesso (Duhigg, 2012, p. 262).

O mapeamento de informações musicais contido nas meta-análises acabava por criar uma base de dados dos “hits de sucesso”, onde os hábitos de consumo musical eram revelados. Será que compor uma música de sucesso ficou mais fácil? Até onde os dados são capazes de interferir nas subjetividades, nos hábitos e gostos? Retornando ao caso de *Hey Ya!*, é curioso notar que, mesmo lançando mão de todo o aparato tecnológico, a música não se converteu em sucesso imediato ao ser distribuída e executada pelas rádios. Por incrível que pareça, a alegação de ouvintes e DJs é que a música tinha um perfil deveras disruptivo em relação às músicas tocadas nas *playlists*.

Dessa forma, a solução encontrada por *djs* e emissoras de rádio para que o sucesso emplacasse de fato, segundo a narrativa de Duhigg (2012), residia em estratégias comerciais que pudessem introduzir a música na rotina das pessoas sem que fosse percebida. A explicação que reside em solo neurocientífico aponta para os hábitos auditivos e a busca por padrões comuns ao nosso aparato neurológico. Tendemos a reforçar

padrões cotidianamente, de forma que nada novo encontre espaço para nos surpreender². *Hey Ya!* tornou-se um sucesso, tão logo foi precedida e sucedida por músicas de grande popularidade. A manobra criava uma ambiência favorável à introdução de novos hábitos na escuta, esteira pela qual a nova música fez sua fama.

As estações precisam correr riscos com músicas novas, senão as pessoas param de ouvir. Mas o que os ouvintes realmente querem são músicas de que já gostam. Por isso você tem que fazer com que as músicas novas pareçam familiares o mais rápido possível (Duhigg, 2012, p. 273).

A fala de Tom Webster, um consultor de rádio consultado por Duhigg (2012), inspira uma reflexão mais profunda da qual toma parte a letra adorniana. A música enquanto uma mercadoria transforma-se num suporte para o valor. O fetiche de sua forma é resultado de um processo alienante particular ao capitalismo, em que o artista figura como protagonista solo de uma engrenagem musical, da qual ele mesmo já não tem o direito de explorar a sua música. Vendendo toda a sua arte para o empresário como quem vende ao diabo, espera seu reconhecimento em prestígio, fama e acima de tudo, dinheiro. As consequências gerais para o mercado artístico são que, de um lado, a sua produção fica condicionada às estratégias de venda e *marketing* das grandes empresas – distribuidoras, produtoras e gravadoras. Do lado do consumo, o público só consome, como bem disse Adorno (1999), o que gosta e só gosta do que conhece, como um *looping* cerebral explicado pela neurociência como o repertório de experiências passadas, mesmo as musicais, criam uma ambiência confortável para novas experiências que respeitem o mesmo padrão – no caso auditivo (Levitin, 2010).

Portanto, é na esteira da dinâmica capitalista que o protagonismo da indústria cultural se lança. As formas históricas se sucedem num contínuo processo de eficiência para atender as demandas, distribuir com mais eficiência e codificar perfis de audição. Da sagaz interpretação de dados, cada vez mais potente em virtude das gestões algorítmicas das bases de dados, as possibilidades de fruição musical se fecham atendendo ao perfil do ouvinte cada vez mais customizado, indiferente ao novo – já que o novo não é percebido – e temente ao diferente (De Marchi, 2017). A manifestação artística musical que outrora fora expressão das mais profundas paixões e inquietações humanas, plataforma do manejo virtuoso dos sentidos, apresenta-se na contemporaneidade como uma mercadoria livre de seu lastro histórico, assim como o leite se vende livre da lactose.

Música para além da estética: o nascimento de um mercado

É dos históricos limitantes mercadológicos que impuseram uma redoma às criações musicais, que é possível atinar para a interpretação adorniana quanto à regressão da audição. No entanto, vale mencionar, a título de ampliação do debate, que antes mesmo das formas “mais maduras” de mercantilização da arte – plataforma na qual a análise de Adorno se debruça – o advento artístico em constante transformação histórica já mostrava, pelos idos do século XVIII e XIX, como a produção musical respondia a uma certa aderência mercantil.

² O reforço dos padrões é uma forma que nosso cérebro encontrou como alternativa de sobrevivência.

Não cabe aqui uma digressão detalhada sobre esse aspecto, mas é digno de nota realçar o que Blanning (2011) identificou como a busca por prestígio dos compositores – da corte ao mercado – responder aos anseios históricos respectivos. Em certo sentido, pensar que o trabalho de composição musical se efetiva em seu consumo – na audição – é também captar as nuances de que quem compõe pensava, em algum sentido, em quem ia ouvir. “O consumo dá o golpe de misericórdia no produto quando o dissolve; porque o produto é a produção não só como atividade coisificada, mas também como objeto para o sujeito ativo” (Marx, 2011, p. 46).

Das cartas de Monteverdi aos seus senhores, é possível depreender que em alguma medida, ao trabalho de composição esperava-se algum reconhecimento e, para tanto, a música composta deveria agradar³. Observando a carreira do compositor, Blanning enuncia que dinheiro, estabilidade, controle e respeito eram categorias históricas centrais para o pleno desenvolvimento da carreira musical (Blanning, 2011). O que, no entanto, se oculta perante tal categorização é que as relações de trabalho, mesmo diante da satisfação das condições sinalizadas, ainda respondiam ao caráter servil. A autonomia do trabalho de composição ia tão longe quanto as condições materiais permitiam ir. Isso significa dizer que, o espectro de trabalho da composição respondia primeiro aos limitantes objetivos – instrumentos e instrumentistas disponíveis ao serviço na corte – como também subjetivos, as músicas, em geral compostas por força da ocasião, deveriam agradar à nobreza⁴.

Já o caso de Wolfgang Amadeus Mozart, segundo a análise de Norbert Elias (1995), ilustra a exemplaridade histórica da contradição entre as forças produtivas musicais e os anseios subjetivos. As condições de servidão comuns aos traços da corte europeia parecem ter sinalizado um significado limitante para a carreira dos mercadores da sua própria arte. O caso de Mozart sinaliza uma particular esfera do trabalho artístico que espelha claras nuances com a totalidade contraditória em que os modos de produção feudais já se encontravam. Seu reconhecimento enquanto proeminente artista, veio, no limite, da sua habilidade de agradar seu público, de forma que sua criação artística respondia justamente às condições subjetivas de fruição da sua arte. Tão logo a virtuosidade de Mozart respondesse aos padrões sociais historicamente estabelecidos, mais longe lançava sua projeção enquanto artista (Elias, 1995). Não foi por fazer da música algo totalmente inédito, mas por conforma-la exatamente dentro de padrões estabelecidos de escuta, fruição e interesse que sua posição enquanto compositor da corte parecia então limitá-lo. Junta-se a isso, as transformações sociais no concreto solo da história, que não só notaram a obra de arte como um potencial manancial de valor, mas que com a popularização de um mercado musical em franco progresso, o aburguesamento da música em seu sentido mercadológico assumiu características preponderantes, tais como novas formas de distribuição do conteúdo musical.

³ Claudio Monteverdi (1567-1643) foi um compositor e multi-instrumentista nascido em Veneza. Serviu na corte de Mântua e posteriormente assumiu o cargo principal na Basílica de São Marcos em Veneza (Monteverdi, 2011).

⁴ O grau de servidão aos grilhões composicionais pode ser percebido também quando o crivo para a aceitação de determinadas composições estava a cargo da habilidade da autoridade máxima da corte e suas habilidades técnicas musicais. A música era boa quando a patente mais alta da nobreza detinha as habilidades suficientes para executá-la.

A atividade de edição musical conheceu uma enorme expansão; o grosso das partituras publicadas destinava-se aos amadores e publicavam-se muitas músicas em periódicos. Naturalmente, um público amador exigira e comprava música fácil de entender e de tocar, e esse mesmo público mostrava-se interessado em ler e discutir música. Assim nasceu o jornalismo musical; a partir de meados do século (XVIII) começaram a surgir revistas consagradas às notícias, resenhas e crítica musical. Redigiram-se as primeiras histórias da música e foi publicada a primeira coletânea de tratados musicais medievais (Grout & Palisca, 2004, p.479).

Com os mecanismos editoriais e imprensa o mercado musical adentrava uma nova fase em que produção, consumo e distribuição se relacionavam agora frente um público famigerado por tocar as músicas que ouvia nas salas de concertos públicos. A publicização da música inaugurou um mercado editorial. Impressores e editores buscavam relações próximas com afamados compositores e negociavam a publicação de obras exclusivas e em troca remuneravam os artistas. A título de exemplaridade histórica, é digno de menção o assédio que o editor alemão Fritz Simrock submeteu a Johannes Brahms, compositor também alemão, entre os anos de 1869 e 1870. Diante de uma intensa cobrança por novas obras ao proeminente compositor que começava a ganhar notoriedade, Simrock exigia o envio de manuscritos para publicação, dentre eles novos quartetos e uma sinfonia. Diante do exposto, Brahms retrucou em carta de fevereiro de 1870,

Pare de pressionar seus compositores; além de ser inútil, isso pode ser perigoso. Ninguém compõe todo dia como se fia ou costura. Alguns estimados colegas (Bach, Mozart, Schubert) mimaram terrivelmente o mundo. Mas se não podemos imitá-los compondo maravilhosamente, com certeza podemos evitar [imitá-los] compondo rapidamente. [...] Vários fatores se agregam para tornar a escrita mais difícil para nós (meus contemporâneos), e muito especialmente a mim. Se alguém pudesse nos utilizar como poetas para algum outro propósito, então você constataria que somos absoluta e obviamente diligentes por natureza. Mas em breve poderei parar de buscar uma “posição”! (Brodbeck, 2017, p. 40).

O compositor alemão trouxe à baila três compositores, que não fortuitamente, o assombravam. Bach, Mozart e Schubert, tanto quanto outros artistas que remontam os da Europa ocidental entre os séculos XVII e XVIII, são tomados na argumentação de Brahms pela capacidade de compor em larga escala músicas de refinada qualidade. O peso da história da música recaía sobre seus ombros e a implacável crítica do capital não reconhece padrões humanos, particularidades ou limites. Não importava que tais compositores, mesmo que em certo sentido compatriotas, tivessem vivido sob condições de produção social diversas. Diferentemente dos três, Brahms era o único que não trabalhou efetivamente para uma corte ou que tivesse um amigo mecenas das artes. Pelo contrário, pelo exposto na própria carta, seu drama consistia em ter tempo para trabalhar suas composições e ocupar alguma posição como diretor artístico de algum organismo musical para que pudesse subsidiar sua vida materialmente. A necessidade de produzir para satisfazer um mercado faminto por música colocava um problema comum a Brahms e a boa parte dos compositores europeus do século XIX, o dilema da composição musical em larga escala e o iminente risco do empobrecimento da linguagem.

Regressão da audição: a infantilização como experiência do gosto

Em que pese a carga semântica da crítica feita por Adorno aos “novos-velhos” hábitos da escuta diante do capitalismo, sua argumentação configurou uma radical percepção das formas do fruir musical. Diante do aforisma da “regressão da audição”, devemos nos deter ao sentido histórico com o qual sua crítica se embasa. Não se tratava de, fortuitamente, tornar as experiências musicais abjetas, como destituídas de propósito. O que emergia, por meio da música consumida – particular forma de fruição sob a égide do capitalismo –, era a negação da possibilidade artística suspensiva, humanista e transformadora.

No polo oposto ao fetichismo na música opera-se uma regressão da audição. Com isto não nos referimos a um regresso do ouvinte individual a uma fase anterior do próprio desenvolvimento, nem a um retrocesso do nível coletivo geral, porque é impossível estabelecer um confronto entre os milhões de pessoas que, em virtude dos meios de comunicação de massas, são hoje atingidos pelos programas musicais e os ouvintes do passado. O que regrediu e permaneceu num estado infantil foi a audição moderna. Os ouvintes perdem com a liberdade de escolha e com a responsabilidade não somente a capacidade para um conhecimento consciente da música [...] mas negam com pertinência a própria possibilidade de se chegar a um tal conhecimento (Adorno, 1999, p. 89).

A regressão da audição é, portanto, um fenômeno que tem como relação causal o fetiche da música. Mas não se resume a isso. Todo um aparato formidável se apresenta conforme as disruptivas forças transformadoras do capital entram em cena para a configuração, afirmação e reafirmação dos hábitos de consumo do mercado fonográfico. Assistindo ao aparelhamento da radiodifusão, da indústria fonográfica e das formas de entretenimento audiovisuais, Adorno (1999) pôde perceber que a música não havia se transformado em apenas uma mercadoria. Tornava-se também um poderoso instrumento de propaganda. O pastiche musical se apresentava com cada vez mais circularidade na vida cotidiana. Por meio das rádios, cinemas, discos e os espetáculos ao vivo, respondiam a uma forma de entretenimento em que a música, mesmo em sua forma mais complexa, fosse claramente discernível em aspectos culturais.

Em outras palavras, o que ocorre é que o ritual em torno da audição musical sofreu uma mutação histórica drástica, em que forma e conteúdo não mais correspondem às necessidades comunicacionais humanas. A necessidade de tornar a designada forma artística rentável ao capital, transformou seu estatuto, depurando seu conteúdo e também a circunstância de sua existência em sociedade. Não mais destinada a potencialidades humanas, a catarse suspensiva e efetivadora dos afetos, sua forma mercadológica não era mais a síntese de emoções humanas postas em movimento pelas paixões dos sentidos, mas sim, uma fórmula simplificadora, na qual a audição podia repousar tranquilamente os ouvidos desconcentrados.

A transformação é gradual. A heterogeneidade do aparato técnico que a indústria fonográfica põe em movimento abarca o trabalho de arranjadores e publicitários auditivamente atentos às possíveis combinações musicais, como também estiliza e petrifica a recalcitrante plasticidade musical, num mundo em que a autonomia se configura como desvio. Dessa forma, as experiências de fruição das obras musicais em sua totalidade, se pensamos na música de concerto, são clivadas por um arranjo musical

fácil e dócil, que extrai de monumentos pequenas partículas com as quais o ouvinte se satisfaz⁵.

Investigando minuciosamente o trabalho de arranjadores em consonância com o espírito do capitalismo, a letra adorniana aponta para o uso enfadonho do papel colorístico de timbres dos instrumentos e de citações musicais – prática de extrair fragmentos musicais de destaque de uma determinada obra musical e incutir em uma nova composição – como o deletério caminho do esvaziamento do conteúdo.

[...] esta predileção pelo colorido ou timbre como tal manifesta um endeusamento do instrumento e o desejo de imitar e participar; possivelmente entre também um jogo algo do poderoso encantamento das crianças pelo multicolor, que retorna sob a pressão da experiência(...). musical contemporânea. [...] por uma parte, a audição infantil exige sons ricos e cheios, como os que são representados particularmente pelas luxuriantes terças [...] por outra, a audição infantil requer sempre as soluções mais cómodas e comuns. [...] não menos características para a linguagem musical regressiva são as citações. Seu campo de utilização vai desde a citação consciente de canções populares e infantis, passando por alusões equívocas e semicasuais, até semelhanças e plágios manifestos. Esta tendência triunfa sobretudo onde se adaptam trechos ou obras inteiras do repertório clássico ou operístico. A prática das citações reflete a ambivalência da consciência infantil do ouvinte. As frases melódicas citadas se revestem ao mesmo tempo de um cunho de autoridade e de paródia. É assim que uma criança imita o professor (Adorno, 1999, p. 94-97).

É por meio da interação entre aparato musical e a formação cognitiva da escuta que os mecanismos de mercado atuam forjando e consolidando aspectos objetivos e subjetivos dos hábitos. Longe de sistematizar uma crítica pueril de sentido estético, a letra adorniana aponta para nuances complexas das formas de produção social em torno da arte musical. Mais do que enfatizar a prerrogativa ou hierarquização entre estilos e formas musicais, a crítica de Adorno aponta para uma denúncia que tem na estética apenas uma das camadas que obnubilam a causa raiz de todo o esvaziamento musical. Sua crítica é mordaz, severa e aguda diante das transformações contínuas que o capital, ainda em meados do século XX, imputava aos hábitos da escuta por meio da indústria cultural.

No caminho entre a profundidade da crítica e as formas históricas cotidianas de consumo musical, perguntamo-nos se existe um limite para essa revolução do ato de ouvir música. Existe alguma experiência musical possível de ser fruída que não tenha sido tocada pelas mãos invisíveis do mercado? É possível ouvir música, emocionar-se e não se sentir compactuando com as esferas da indústria? Toda música, em alguma medida, é produto da indústria cultural?

Pensamos que, a despeito de toda a virtualização das atividades musicais, bem como o aparato de gestão algorítmica que marca a nossa contemporaneidade, algo não mudou e, a menos que as desventuras distópicas do capital recaiam no hemisfério futuro de expectativas, não tende a mudar. Trata-se do protagonismo humano. Ainda que sob muitos véus e limites, continuamos fazendo a história e, mesmo que não saibamos

⁵ Adorno (1999) ilustra como a música de Schubert, Tchaikovsky e Mozart tornaram-se vítimas do processo de amputação da integralidade das obras.

com objetiva justeza o impacto de nossas ações em sociedade, é o trabalho e seu estatuto de transformador da vida, por meio da apropriação e mediação da natureza, que continua como elo central, decisivo e determinante na construção da produção social. Pode parecer contraditório quando olhamos para a história da humanidade e vemos toda a forma de trabalho cooptada por interesses que alienam, estranham e acirram disputas entre os próprios seres humanos. O trabalho dilacerou as mais puras formas de relação humana. Os rituais cultuados em nossa cultura, mesmo aqueles que buscam sofisticar e disromper as formas do passado, apenas repõem o limite, a miséria e o estranhamento da vida que nós mesmos produzimos, regulados por uma necessidade que não é a nossa, mas é a do capital⁶.

Ainda assim, recalcitramos ante as condições objetivas. Algo ainda escapa ao mero aparelhamento da escuta envolvida no hábito do consumo musical, como sugere Carvalho (2016), e que diz respeito aos nossos afetos, paixões e potências colocadas em movimento quando nos deparamos com algo que nos completa, edifica e, em alguma medida, nos renova pela sua suspensão. Essa via, que expressa o protagonismo do trabalho, resiste e resistirá tão longe a existência humana perdure.

⁶ Cf. Viana (2012).

Referências

- ADORNO, Theodor. *O fetichismo na música e a regressão da audição*. São Paulo: Nova Cultura, 1999.
- BLANNING, Tim. *O triunfo da música: a ascensão dos compositores, dos músicos e de sua arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BRODBECK, David. *Brahms: Sinfonia n.1*. São Paulo: Edusp, 2017.
- CARVALHO, Frederico Lyra de. “Por uma escuta e música Comunista”, *Analytica: Revista de Psicanálise*. São João Del-Rei/MG, v. 4, n. 7, 2016, pp. 83–97.
- DE MARCHI, Leonardo. “Novos modelos de negócio na indústria da música: uma análise do P2P, do download pago, do podcast e dos serviços de streaming”, *Trama: indústria criativa em revista*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2017, pp. 220-227.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DUHIIGG, Charles. *O poder do hábito: por que fazemos o que fazemos na vida e nos negócios*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012,
- ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GROUT, Donald J. & PALISCA, Claude V. *História da música ocidental*. Lisboa: Gradiva, 2014.
- JAMESON, Fredric. *Pós-Modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática, 2000.
- LEVITIN, Daniel. *A música no seu cérebro: a ciência de uma obsessão humana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *O capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MONTEVERDI, Claudio. *Cartas de Claudio Monteverdi*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PERPETUO, Irineu Franco. *Joshua Bell e Academy of St Martin in the Fields na Sala São Paulo: clareza e eloquência*. Disponível em: <<https://concerto.com.br/textos/critica/joshua-bell-e-academy-st-martin-fields-na-sala-sao-paulo-clareza-e-eloquencia>>.
- REQUIÃO, Luciana & AMPÁRO, Breno. “Liberdade, igualdade e fraternidade: formas da expressão sociometabólica do capital no campo da música”. In: MIRANDA, Kênia & RODRIGUES, José. *Cultura contra a barbárie*. São Paulo: Usina Editorial, 2022.
- VIANA, Silvia. *Rituais de sofrimento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Recebido em 25 de outubro de 2022
Aprovado em 25 de outubro de 2022

Sobre a experiência e sobre a prática

About experience and about practice

Alan Fernandes*

Resumo

As tarefas do presente lançam luz sobre uma nova interpretação dada ao materialismo de Marx. Pensado como uma oposição radical ao dogmatismo presente na metafísica e o empirismo que observava as coisas mas não o ser social e sua gama de interações como relações objetivas, a filosofia marxista rompe com um vazio epistemológico deixado pelos pensadores da modernidade com reflexos até os dias de hoje. Apesar disso, uma leitura engessada do marxismo, que vai do Leninismo às demais ortodoxias, tomou lugar e não mais se propõe a pensar o mundo fora das nossas certezas. Por isso autores como Bernardo, Bogdanov, e Lukács vão pensar na relação do dito materialismo com a práxis social.

Palavras-chave: práxis; marxismo; epistemologia

Abstract

The tasks of the present show a new interpretation given to Marx's materialism. Thought of as a radical opposition to the dogmatism present in metaphysics and the empiricism that observed things but not the social being and its range of interactions as objective relations, Marxist philosophy breaks with an epistemological void left by thinkers of modernity with repercussions until now. Despite this, a plastered reading of Marxism, ranging from Leninism to other orthodoxies, took place and no longer proposes to think of the world outside our certainties. For this reason, authors such as Bernardo, Bogdanov, and Lukács will think about the relationship between the so-called materialism and social praxis.

Keywords: praxis; Marxism; epistemology

* Jornalista, graduando de filosofia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Nos bastidores da publicação de *Materialismo e Empiriocriticismo*, Vladimir Ilyich Lênin (1975) disputava a hegemonia no interior do partido bolchevique contra Alexander Bogdanov. Os dois se conheceram ainda no Partido Operário da Social-Democracia Russa (POSDR) e trilharam o mesmo caminho quando este se dividiu entre os bolcheviques e os mencheviques. Com o tempo, porém, desenvolveram posições filosóficas destoantes.

À medida que Lênin via sua hegemonia ameaçada pela influência que Bogdanov vinha exercendo, tamanha a sua vocação multidisciplinar, encontrou em suas influências filosóficas um precedente para confrontá-lo. Em seu único tratado filosófico, Lênin acusa Bogdanov de fazer “filosofia reacionária”. Àquela época, seria publicado o ensaio *Empiriomonism* (2020), uma das principais obras de Bogdanov e que renderia sua alcunha de “machista”¹. O médico russo começou sua militância jovem e foi muito dedicado no campo científico. Percebera na figura de Ernst Mach e Richard Avenarius posições filosóficas compatíveis com as tarefas da ciência no século XX.

Reconheceu a importância do materialismo-dialético de Marx para uma leitura da natureza através da práxis humana. Não obstante, dizia que o empiriocriticismo ajudou a trazer a questão do método científico para a observação e utilidade humana, de modo que fosse descartado tudo aquilo que fosse puramente metafísico e se ativesse ao que fosse observável (Rovelli, 2021, p. 113). “Observação”, no entanto, deve ser entendida como uma interação entre sujeito e objeto em que o elemento cognitivo humano se torna ativo, e não passivo.

Procedeu a identificar limites dentro da natureza epistemológica do próprio marxismo, razão pela qual seria assombrado. Acusar um marxista de não seguir a ortodoxia, isto é, aquilo que estava posto pelo materialismo-dialético, era uma ofensa passível de mancha na reputação de um revolucionário. Ciente disso, mas ousado, Bogdanov dedicou elogios ao esforço teórico de Marx, mas nos advertiu que a tarefa do materialismo dialético estava inconclusa:

O materialismo-dialético ainda não alcançou o modelo mais elevado de causalidade, mas está no percurso, porque colocou a esfera da produção – a atividade de trabalho social das pessoas – como fundamento de sua concepção de mundo e porque enxerga nas forças produtivas da sociedade uma conquista e subjugação das forças da natureza (Bogdanov, 2016, p. 206. Tradução nossa).

Mas ao mesmo tempo enxergava no materialismo de Marx algo fundamental para um entendimento concreto da natureza, e impunha à humanidade a posição de sujeito ativo. Por isso, via como positivas as premissas das *Teses sobre Feuerbach* em que o pensador alemão refutava o materialismo contemplativo.

Lê-se em sua 9ª tese que:

O máximo que o materialismo contemplativo [*der anschauende Materialismus*] consegue, isto é, o materialismo que não compreende o

¹ “Machista”, aqui, refere-se à influência filosófica de Ernst Mach (1838-1916), não confundir com o termo pejorativo que designa pessoas que porventura se comportem de modo sexista. Leia-se, portanto, “empiriocriticista”, “idealista”, entre outras alcunhas. Bogdanov, no entanto, utilizara o empiriocriticismo para defender uma filosofia nova, o empiriomonismo.

mundo sensível como atividade prática, é a visão [*Anschauung*] dos indivíduos isolados na “sociedade civil” (Marx, 2007, p. 535).

Sendo assim, Marx lança outro papel à noção de práxis, muito custosa para as tarefas políticas da época. Em sua célebre 11ª tese, conclama os intelectuais a pararem de descrever a natureza e passar a tomar posição ativa sobre esta. Na doutrina marxista, natureza expande-se às interações entre os homens e o produto desse metabolismo social.

Bogdanov insere-o no debate que lhe interessa. Para ele:

Se a filosofia se reduz à descrição e explicação do mundo, então ela serve para o confronto com a natureza da mesma forma que um mapa descritivo de um campo de batalha serve como um exército ativo (Bogdanov, 2016, p. 175. Tradução nossa).

Então como poderia ser chamada de idealista uma teoria que denota que a ação intelectual não está separada da atividade real? Mach não negava a existência da realidade externa, tampouco, como afirma Lênin, dizia que antes da humanidade não havia natureza. O que se entende por *physis* em Mach é, no entanto, tudo aquilo que pode sofrer interferência da ação humana, e no próprio significado de matéria temos essa concepção. Ainda em defesa do materialismo de Marx, Bogdanov postula que este deixou clara sua diferença do materialismo de Feuerbach e:

[...] transformou a concepção básica de mundo de Feuerbach em algo muito mais radical do que propunha ele em relação à velha filosofia. Embora chame sua doutrina de ‘materialista’, sua ideia central não reside em uma matéria, mas prática, atividade, trabalho vivo (Bogdanov, 2016, p. 179. Tradução nossa).

Para o médico e artista, o real precisa se impor como prática, daí a validade de nossa experiência, daí a noção de “sensações” explorada por Mach. Nada comparado ao “solipsismo” do qual é acusado de defender por Lênin e Plekhanov.

Os detratores de Bogdanov conseguiram apenas uma realização com essa série de ataques: demonstrar quão obsoletas são suas concepções. Carlo Rovelli, sintetizador da comunicação entre teoria da relatividade e mecânica quântica sai em defesa de Bogdanov e de suas influências à luz das descobertas científicas.

Mach não é um filósofo sistemático e às vezes falta-lhe clareza, mas ele teve uma influência sobre a cultura contemporânea que a meu ver é subestimada. Inspirou o início das duas grandes revoluções físicas do século XX, relatividade e quanta. Atuou diretamente no nascimento dos estudos científicos sobre as percepções. Esteve no centro do debate político-filosófico que levou à Revolução Russa. Teve uma influência determinante sobre os fundadores do Círculo de Viena (cujo nome público era ‘Verein Ernst Mach’), o ambiente filosófico onde germinou o empirismo lógico, raiz de tantas vertentes da filosofia da ciência contemporânea, que herdou de Mach a retórica ‘antimetafísica’. [...] A influência de Mach sobre as revoluções na física foi quase pessoal. Mach era amigo de longa data do pai e ele mesmo padrinho de Wolfgang Pauli, o amigo com quem Heisenberg discutia filosofia. Era o filósofo preferido de Schrödinger, que, quando jovem, tinha lido praticamente todos os seus escritos. Einstein tinha como amigo e colega de estudos, em Zurique, Friedrich Adler, filho do co-fundador do Partido Social-Democrata da Áustria, promotor de uma

convergência de ideias entre Mach e Marx. [...] Em resumo, Ernst Mach situa-se num impressionante cruzamento entre ciência política, filosofia e literatura (Rovelli, 2021, pp. 112-113).

E diferente do que afirma a historiografia marxista convencional, Rovelli não vê contradição entre as conclusões práticas de Bogdanov e o caráter histórico do materialismo-dialético. O comunicador, referindo-se ao *Materialismo e Empiriocriticismo* de Lênin, defende que há desconhecimento e confusão da parte do russo acerca do conteúdo do materialismo.

Em seu livro, Lênin define “materialismo” como a convicção de que existe um mundo fora da mente. Se a definição de materialismo é essa, Mach certamente é materialista, somos todos materialistas, até o papa é materialista. Mas, para Lênin, a única versão do materialismo é a ideia de que “não existe nada mais no mundo além da matéria em movimento no espaço e no tempo” e que podemos chegar a “verdades certas” ao conhecer a matéria (Rovelli, 2021, p. 117).

Portanto, não teria como Mach e Bogdanov serem taxados de idealistas por essas acusações, porque as “sensações” de Mach não remetem à investigação da coisa-em-si, essas “sensações” sequer validam algo fora da experiência, provado pela sua negação categórica à metafísica. Novamente, o que está a ser defendido pelo empiriomonismo é o caráter ativo da experiência, perante o dogmatismo apresentado por Lênin com seu materialismo mitológico (Rovelli, 2021, p. 118).

Como um comunicador no campo da ciência, cujo objetivo é facilitar e refletir sobre a natureza dessa ciência que está sendo defendida, Rovelli postula que a propriedade das coisas é relativa à interação desta com outras coisas. Disso se trata, inclusive, a propriedade das coisas em nosso sentido usual:

Tomemos um objeto, a cadeira que tenho diante de mim. É real e de fato está diante de mim: não há dúvida. Mas o que exatamente significa que aquele conjunto seja um objeto, uma entidade, uma cadeira, real?

A noção de cadeira é definida por sua função: um móvel construído para que possamos nos sentar. Pressupõe a humanidade, que senta. Não diz respeito à cadeira em si: diz respeito à maneira como a concebemos. Isso não interfere no fato de que a cadeira existe ali, como objeto, com suas óbvias características físicas, cor, dureza etc.

[...] Se procuramos a cadeira em si, independente de suas relações com o externo, e em particular conosco, não a encontramos.

Não há nada de misterioso nisso: o mundo não é dividido em entidades isoladas. Somos nós que o separamos em objetos para a nossa conveniência. Uma cadeia de montanhas não é separada em montanhas isoladas: somos nós que a dividimos em partes que nos interessam. Inúmeras – senão todas – de nossas definições são relacionais: uma mãe é mãe porque existe um filho, um planeta é um planeta porque gira em torno de uma estrela, um predador é um predador porque existem as presas, uma posição é uma posição em relação a alguma outra coisa. Até o tempo é definido por relações (Rovelli, 2021, p. 131).

Portanto, ao falarmos de objetos, sempre relacionados a sujeitos, talvez seja mais preciso dividi-los em propriedades, ao invés de conceitos. A tradição da natureza

das relações em nossa filosofia é antiga. Platão atribui ao Estrangeiro de Eleia em seu livro *Sofista* uma descrição precisa de “ação”: a qualidade de conceber significado mediante interação, por menor e mais breve que seja essa interferência (Rovelli, 2021, p. 130).

Autonomia: atividade crítica e prática

Lukács (2015) nota em seu *Reboquismo e Dialética* que nossa consciência da natureza é determinada pelo ser social. Conhecido pela sua abordagem ética, defendeu em *História e Consciência de Classe* que “a ética [...] impele à prática, ao ato e, assim, à política” (Lukács, 2003). Desfazendo qualquer noção da ética como conduta de ordem estritamente intelectual, Lukács olha para a esfera da realização do objeto a ser analisado.

No entanto, existe uma ambiguidade entre o Lukács militante e o Lukács teórico: por mais enviesado que fosse à tarefa de romper com a reificação presente na filosofia clássica alemã, que destituía o trabalhador enquanto sujeito social, ele em alguns momentos ainda se encontra preso à gramática leninista, sendo apegado a uma das premissas mais conhecidas do “Que Fazer?”, em que o bolchevique afirma que os proletários não adquirem sua consciência de classe espontaneamente, mas vem “de fora”.

Já afirmamos que os operários nem sequer podiam ter consciência social-democrata. Esta só podia ser introduzida de fora. A história de todos os países comprova que a classe operária, valendo-se exclusivamente de suas próprias forças, só é capaz de elaborar uma consciência trade-unionista. [...] Já a doutrina do socialismo nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas formuladas por representantes instruídos das classes proprietárias, por intelectuais. Os próprios fundadores do socialismo científico moderno, Marx e Engels, pela sua situação social, pertenciam à intelectualidade burguesa. Do mesmo modo, na Rússia, a doutrina teórica social-democrata surgiu de uma forma completamente independente do avanço espontâneo do movimento operário; emergiu como consequência natural e inevitável do desenvolvimento do pensamento entre os intelectuais revolucionários socialistas.” (Lênin, 2015, pp. 79-80).

Mais tarde Lukács teria oportunidade de rever parte de suas posições, mas não sem romper com a sua tradição leninista. Fato é que ao destituir o sujeito da prática da esfera “consciente” do trabalho, coloca em xeque seu próprio percurso de enxergar na atividade mesma –isto é, a práxis – o caráter possivelmente transformador da filosofia da classe que vive do trabalho. Lukács estava certo ao dizer que a consciência não é determinada pela condição passiva no processo de trabalho, mas ignorou nas suas próprias concepções que é a interação consciente que o habilita como devir social:

[...] o autoconhecimento do trabalhador como mercadoria já existe como conhecimento prático. Ou seja, *este conhecimento realiza uma modificação objetiva e estrutural no objeto do seu conhecimento*. O caráter especial e objetivo do trabalho como mercadoria, seu “valor de uso” (sua capacidade de fornecer um produto excedente), que como todo valor de uso submerge sem deixar rastros nas categorias quantitativas de troca, desperta nessa consciência e por meio dela *para a realidade social* (Lukács, 2003, p. 342).

Ao contrário, a consciência que vem “de fora”, para Lênin e reiterada por Lukács, assume a forma de consciência atribuída. Rosa Luxemburgo, a quem dedicou elogios, mas também críticas, pensava por outro lado que a consciência de classe não “é feita”, mas “se desenvolve”. Não seria então a proposta de Lênin, em que as ideias ganham forma paralelamente às práticas, de ordem justamente idealista?

Justiça seja feita, Lukács compreende uma esfera da totalidade em Marx, só possível no aspecto extrassensorial. Essa hipótese pode sugerir que a passagem mecânica da funcionalidade da disciplina do trabalho para a sua objeção revolucionária seja impossível espontaneamente. O que não percebe, ou oculta², é que à medida em que os trabalhadores desenvolvem sua consciência perante os instrumentos de trabalho, perante a região em que o trabalho se aplica, entram em relação com outros trabalhadores, residindo nisso uma interação consciente entre forças de trabalho em sintonia.

O maior feito de Lênin foi perceber que Marx se precipitou ao declarar que o mercado agia de forma anárquica. A disciplina do trabalho, confirmada pelas revoluções industriais, se impôs para perpetuação da estrutura produtiva. É na negação dessa disciplina que a classe trabalhadora impõe a sua consciência de classe, ou mesmo força a novas modificações dessa disciplina. E na esfera do trabalho, o sujeito não se encontra isolado como na sua atividade sensorial, ele se vê como uma força de trabalho comum. Sendo assim, talvez fosse mais correto falar em um “fora” que fosse externo à consciência singular do proletário, mas não um “fora” da esfera em que se organiza o trabalho, fora da organização dos próprios trabalhadores.

Mas não existiu somente a concepção da consciência vinda “de fora” na história da revolução russa. Uma alternativa merece menção. Uma vez expulso do partido bolchevique, Bogdanov teve a oportunidade de dedicar-se à agenda política que permeava seu sistema filosófico. Preocupado com a questão da “consciência de classe”, ajudou a fundar o Proletkult, cuja premissa era a de que uma sociedade socialista só seria possível mediante o desenvolvimento de uma cultura socialista.

O Proletkult pôde desenvolver muitas realizações na Rússia soviética apesar de suas turbulências, e um decreto que tornou o órgão submetido ao controle de Estado em 1920 pôs fim à sua autonomia e razão de existir. Tudo acontece como um romance autoexplicativo:

O programa político de Bogdanov era deixar poder e cultura para o povo, para alimentar a cultura nova, coletiva e generosa almejada pelo sonho revolucionário. O programa político de Lênin, ao contrário, era fortalecer a vanguarda revolucionária, depositária da verdade, que devia guiar o proletariado. Bogdanov prevê que o dogmatismo de Lênin congelará a Rússia revolucionária num bloco de gelo que não evoluirá mais, sufocará as conquistas da Revolução, se tornará esclerosado. Palavras igualmente proféticas (Rovelli, 2021, p. 119).

² São conhecidas as oscilações de pensamento de Lukács. Muito se deve à sua tentativa de manter sua reputação e influência sobre os rumos da revolução. Em *Reboquismo e dialética* ele abre mão de algumas colocações e reafirma outras. Mais tarde, se desfará de muitas das suas concepções menos aceitas pela ortodoxia para só depois, surpreendentemente após a morte de Stálin, voltar a defender. A questão da consciência vinda “de fora”, por exemplo.

Precisa ficar destacado que o objetivo do Proletkult é compatível com a proposta de autonomia na consciência, estranho à reificação dos intelectuais, e que fosse genuinamente desenvolvido a partir da práxis dos trabalhadores envolvidos no circuito produtivo e na sua própria cultura.

Sobre o imperativo da ação como práxis

Já vimos que no ato mesmo da prática, da atividade humana, inserem-se as disposições cognitivas deste fazer. Nem sempre se procedeu dessa forma. A modernidade colocou pela primeira vez o “eu” enquanto sujeito ativo, primeiro com Bacon, depois com Descartes, para só depois Kant escrever sobre uma razão prática. É somente em Marx que realidade externa e prática estão circunscritos no mesmo plano. Vejamos o legado deixado pela filosofia clássica, aquele com o qual o materialismo-dialético se defrontou.

Guardadas as singularidades de cada pensador, a modernidade filosófica caracterizou-se pelo caráter ativo da mente humana sobre as coisas na natureza. Esse dualismo encontra forma no empirismo de Bacon, mas só em Descartes a separação mente-corpo dá-se de modo mais radical. Não foram poucas as tentativas de resolver esse dilema de interação, àquela altura Galileu influenciara Descartes e Newton procuraria dissolver essa separação radical entre experiência e matéria da realidade externa (Bernardo, 1991).

Aparecia um Hume tentado ao empirismo, mas cuja premissa duvidava da previsibilidade causal, pois via na experiência elemento radical que não conservava juízos a posteriori. Isto é, a lógica da mente não se aplica à lógica dos sentidos, pois reside na fé a interpretação de que uma causa seja sucedida de um efeito em uma experiência sensorial:

A razão não visualiza nenhuma coisa na causa que nos leva a inferir o efeito. Se tal inferência fosse possível, redundaria numa demonstração, que se baseia unicamente na comparação de ideias. Mas nenhuma inferência da causa ao efeito corresponde a uma demonstração. [...]

Logo, todos os raciocínios de causa e efeito fundamentam-se na experiência e todos os raciocínios experimentais baseiam-se na suposição de que o curso da natureza continuará uniformemente o mesmo (Hume, 1975, p. 34).

É sabido que o idealismo transcendental de Kant aparece como uma interjeição do racionalismo de Descartes com o ceticismo de Hume. A essa preocupação cética, e pretendendo igualmente romper com o dogmatismo presente na separação radical entre mente e corpo, Kant em sua *Estética Transcendental* postula que aquilo com o qual temos acesso através dos nossos sentidos nos são entregues como fenômenos, residindo neles juízos sintéticos com o qual o sujeito pensante pode investigar. Ao idealismo dogmático ele postula a noção de uma coisa-em-si, possível, mas inacessível, e enquadrado pelo dogmatismo dos sentidos de Hume, afirma ser possível extrair dos conhecimentos sintéticos, isto é, aqueles juízos de extensão da natureza, princípios *a priori*.

A virada idealista de Kant consiste em implementar um sistema onde o sujeito é determinante do objeto. Mas o sujeito não impõe existência às coisas através da vontade, mas através das categorias do entendimento e das noções de tempo e espaço,

que existem a priori no sujeito transcendental. É recorrente pensar no sistema kantiano como uma maneira de justificar premissas outrora defendidas por Protágoras, de que “O homem é a medida de todas as coisas”, ou de ressignificar o “solipsismo” de Descartes, mas o que vemos na verdade é pela primeira vez uma sistematização clara do entendimento humano através de relações de interação. Esse entendimento chamou-se revolução copernicana, e pode ser descrito na *Crítica da razão pura*:

Todas as tentativas para realizar dogmaticamente uma metafísica devem e precisam ser encaradas como se não tivessem acontecido, pois o que nelas existe de analítico, isto é, a decomposição simples de conceitos que “a priori” se acham em nossa razão é apenas um meio preliminar da Metafísica (e não seu fim geral), cujo objeto é aumentar nossos conhecimentos científicos “a priori” (Kant, 2007, p. 16).

Bernardo descreve essa ruptura como uma tentativa de assimilar razão e experiência de modo que o nosso conhecimento se aplicasse a uma atitude moral perante a vida:

Kant mudou o estatuto da experiência, assimilando-a ao modelo da experimentação, e abriu-lhe ao mesmo tempo uma problemática nova, fazendo-a incidir na razão unificante. [...] compreendeu que a especificidade do método experimental consiste em não seguir o percurso natural e em reconstituir o objeto natural consoante um percurso próprio ao intelecto (Bernardo, 1991, p. 25).

O legado que nos interessará, é que, como afirma Bernardo, experimentação assume papel ativo na realização – ainda que intelectual, e não prática –, isto é, a natureza não pode ser outra coisa além do que nos é entregue de forma interativa. Assim, para o marxista português a noção de prática em Kant exprime “um ‘eu-em-relação’, ativo pelo processo de conhecimento” (Bernardo, 1991, p.27). Segundo Bernardo, Jacobi desenvolveria a partir disso a tese de que só conhecemos aquilo que produzimos, pois a problemática do fenômeno encontra-se central em Kant, porque o eu não se exprime de forma atomizada, mas como um sujeito em relação. Mas Kant esteve longe de resolver suas contradições que existem em abundância no terreno em que se coloca – a metafísica.

Bernardo exprime sobre a *Crítica da razão prática* que:

os contornos deste vazio melhor se delimitam. A liberdade, no kantismo, é a causalidade do eu-em-si para o eu, sendo este o sujeito enquanto objeto para o sujeito; no mundo fenomenal, pelo contrário, reina a necessidade, que rege os objetos enquanto objetos para o sujeito. Como a forma pura das leis morais, sendo anterior aos objetos empíricos da vontade, é uma forma, não é por isso sujeita à causalidade natural. [...] Para que este vazio desapareça, será necessário que o princípio da atividade do eu se transforme, passando-se da epistemologia à prática. A vontade a que a razão prática se refere diz respeito a uma realização não-material, que permanece num plano estritamente mental. E, quando a razão prática incide sobre as coisas-em-si, essa relação não afeta o processo de conhecimento, quer dizer, a razão pura permanece alheia a tal relação. É a restrição da vontade ao plano mental e a cisão absoluta entre a faculdade de vontade e a faculdade de conhecimento que permitiram a Kant a manutenção deste

modelo duplo em que o eu ativo pode ser epistemológico sem ser prático ou, quando parece ser prático, mantém-se a epistemologia alheia a esse aspecto eventual. Se o kantismo concebe os objetos como objeto de conhecimento, não os concebe enquanto objeto de uma prática e só é capaz de conceber o sujeito, além de agente do conhecimento, enquanto objeto de uma ação externa – ou de si mesmo enquanto exterior (Bernardo, 1991, p. 33).

A dita razão prática já fala das disposições mentais interferentes, e não mecanicamente adaptadas à natureza. Como já se viu, é o sujeito e a manifestação da vontade que se tornam centrais. Vê-se pelas suas próprias palavras:

A crítica da razão prática em geral tem, portanto, a incumbência de afastar a razão empiricamente condicionada da presunção de querer fornecer sozinha, exclusivamente, o fundamento da determinação da vontade (Kant, 2016, p. 30).

O sujeito prático, a vontade do eu-em-relação, não é ainda, entretanto, a práxis como manifestação social. Como já falado, Jacobi se propôs a pensar também no conhecimento como processo e através do dualismo sujeito-objeto. A “causa imanente” de Spinoza, no entanto, o preveniu de que a identidade de uma causa poderia ser conservada em um eventual efeito, o que manifesta a disposição de crer em uma totalidade externa. “Deus” equivale a uma natureza própria, não submetida ao entendimento do sujeito, cuja natureza é o a priori, mas não um a priori de teor transcendental³.

O que se faz inverter em Jacobi, e opõe-se ao idealismo de Fichte, é que:

A realidade absoluta não é, para Jacobi, criação do processo de conhecimento, mas precisamente o que escapa a esse processo de conhecimento. Daí a coisa em-si enquanto limite do conhecimento; e, ao mantê-la, Jacobi destacava-se dos herdeiros de Kant. E daí, também, o sentido que atribui à realidade de deus, a qual é a realidade do mundo exterior, desse mundo que se afirma sem o eu (Bernardo, 1991, p. 45).

Jacobi vira do avesso o idealismo da tradição kantiana, porque seu modelo de ação é determinado pela vontade. E uma relação que no kantismo se traduz em homem-coisa é em Jacobi homem-homem (Bernardo, 1991, p. 48).

O caminho estava dado, mas não completo, para conceber a atividade efetiva como prática social, que em Jacobi mantinha-se presa ao manto da espiritualidade.

É só com a ruptura com o materialismo de até então, e do trato que se dá à experiência, que pode ser entendida a intervenção do sujeito da prática com seu meio. Em uma passagem de Brecht no *Questões levantadas por um operário que lê*, o poeta questiona: “Quem construiu Tebas, a das sete portas?/ Nos livros ficaram os nomes dos reis./ Arrastaram os reis os blocos de pedras?” (Brecht *apud* Bernardo, 1991, p. 51). A questão do poeta é que faz sentido presumir que toda produção material é fruto de

³ Immanuel Kant chama de transcendental todo aquele conhecimento ou disposição de conhecer os elementos na natureza através de sua intervenção como sujeito pensante. Estética transcendental é como o objeto se relaciona com o sujeito e idealismo transcendental é a virtude de compreender o mundo a partir dos conhecimentos sintéticos *a priori*.

trabalho material, ocorrido na realidade externa, sendo este o meio pelo qual ele se universaliza.

Deixado com esse legado, o sistema de Marx consiste em entender a mais-valia como processo em que a ação se efetua, ao passo que o tempo de trabalho é a medida a que se espera que a força de trabalho seja empregada. Para João Bernardo, marxista heterodoxo:

Não podemos dizer que Eiffel “construiu” a sua torre, quando ele não fez outra coisa senão conceber um desenho que, ou nem sequer traçou detalhadamente no papel, ou, quando muito, apenas ajudaria a riscar? Não assenta a nossa linguagem corrente precisamente a anulação ideológica da prática material? Como se pensar a obra fosse bastante para ela aparecer feita (Bernardo, 1991, p. 51)!

Práxis, isto é, atividade prática e social exprime uma relação objetiva. Na definição de mais-valia de Bernardo, pensamos na capacidade de incorporar às mercadorias mais tempo do que aquele empregue à realização da força de trabalho.

A liberdade do capitalismo consiste no trabalhador, enquanto sujeito social, vender livremente a sua força de trabalho como qualquer outra mercadoria. Mas a força de trabalho é uma mercadoria cuja condição particular é a de gerar valor pelo seu próprio exercício. Nesse sentido, a produção de mercadorias se exprime em dois pólos, a venda da força de trabalho e a força de trabalho empregada na produção de mercadorias.

Ao leitor atento é possível separar essa relação em dois momentos. O motivo tem sua base na epistemologia, que no kantismo não faz o menor sentido se pensarmos em termos simplesmente duais. É que a força de trabalho empregada na concepção de mercadorias implica uma atividade que manifesta “valores de uso”, enquanto a força de trabalho só exprime valor na condição de “valores de troca”.

O tempo de trabalho, definido por João Bernardo, nada mais é do que a “duração do exercício pela força de trabalho dessa capacidade que a caracteriza, a capacidade de trabalhar.” (Bernardo, 1991, p.49). Com esse raciocínio, impõe uma virada cognitiva fundamental à filosofia até então em voga na filosofia clássica:

Ação deixou de ser pensada como um processo intelectual e, pelo menos no seu movimento inicial, interior ao eu e, de qualquer modo, inteiramente irreduzível ao modelo do eu. Marx passou a conceber a ação como práxis, ou seja, como prática simultaneamente material e social. A ruptura de Marx e de Engels com a crítica dos jovens hegelianos consubstanciou-se nesta concepção da ação enquanto práxis. É o que fizeram prolixamente ao longo de *A Sagrada Família*, criticando a entronização da ação como ação intelectual. E na mesma perspectiva haveriam de romper com Feuerbach, que, embora sublinhasse a importância da matéria, considerava-a de maneira abstrata, e não como produto da atividade humana (Bernardo, 1991, pp. 50-51).

Como vemos, nessa leitura a atividade não está suscetível à noção do eu, às características singulares do trabalho, mas o trabalhador defronta sua força de trabalho com o tempo de trabalho comprado pelos capitalistas. Nessa esfera, nosso “objeto” não pode ser outra coisa além de uma substância social. Ao mesmo tempo,

não está na “natureza”, mas na atividade humana, entendida enquanto relações sociais de produção. Nisso, consiste o capital.

Adam Smith (*apud* BERNARDO, 1991), porém, dizia que forças naturais e força de trabalho estão no mesmo plano. Ora, mas o trabalho, entendido enquanto esforço no espaço e no tempo, só é medido pela duração em que se realiza. Sendo assim, a força de trabalho é a única capaz de produzir mais-valia, portanto, perpetuar a existência social do capitalismo, e a única a desafiá-lo:

A luta de classes é o resultado inelutável, permanente, do fato de a força de trabalho ser capaz de despende tempo de trabalho, sem que seja, porém, possível vinculá-la a um *quantum* predeterminado (Bernardo, 1991, p. 62).

Isso, em outras palavras, é também dizer que o emprego da força de trabalho não é exatamente compatível com o preço pago pela sua realização. Esse mecanismo é o do *capital variável* é a pré-disposição dos capitalistas em transformar o tempo de trabalho comprado do trabalhador em ação efetiva, pois é só ela que efetiva o valor, e não a sua mera concepção.

Sendo a mercadoria o nosso “objeto”, a nossa “natureza” a ser contemplada, passamos a colocá-la em segundo plano para passar a conceber o trabalho em seu sentido histórico, a materialização de valor:

A substância do capital, a substância do valor, é o tempo de trabalho, que não constitui algo de materializado, que não é ainda o produto do trabalho, mas precisamente o trabalho no seu decurso, a força de trabalho enquanto capacidade de trabalho em realização (Bernardo, 1991, p. 17).

Deixados a esta definição, só podemos concluir que a procura por uma sistematização moderna das influências e limites do materialismo-dialético para a prática reflexiva e para as tarefas científicas nos leva a uma reinvenção do nosso objeto de estudo. Chamemos essa prática de Experiência Viva (Bogdanov, 2016).

Referências

- BERNARDO, João. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BOGDANOV, Alexander Aleksandrovich. *Empiriomonism: Essays in Philosophy*, Books 1–3. Brill, 2020.
- BOGDANOV, Alexander Aleksandrovich. *The philosophy of living experience: popular outlines*. Leiden: Brill, 2016.
- HUME, David. *Sumário do Tratado da Natureza Humana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão prática*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 2016.
- KANT, Immanuel, *Crítica da razão pura*. São Paulo: Ícone, 2007
- LÊNIN, Vladimir. I. *Materialismo e empiriocriticismo*. Lisboa: Editorial Estampa, 1975.
- LÊNIN, Vladimir. I. *Que Fazer? Problemas candentes do nosso movimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- LUKÁCS, György. *História e consciência de classe: estudos sobre dialética marxista*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, György. *Reboquismo e dialética: uma resposta aos críticos de história e consciência de classe*. São Paulo. Boitempo Editorial, 2015.
- MARX, Karl. “Ad Feuerbach”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- PINTO, Tales dos Santos. “Alexander Bogdanov e a organização política do Proletkult (1917-1923)”. In: PINTO, João Alberto da Costa (Org). *Intelectuais dissidentes na revolução russa (1917-1938)*. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2018.
- ROVELLI, Carlo. *O abismo vertiginoso: um mergulho nas ideias e nos efeitos da física quântica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

Recebido em 11 de setembro de 2022

Aprovado em 17 de outubro de 2022

O marxismo como programa de pesquisa

Marxism as a research program

Sébastien Antoine*

Resumo

Propondo uma translação ousada da abordagem por programa de pesquisa de Imre Lakatos para as ciências sociais, e mais especificamente para o marxismo, o sociólogo Michael Burawoy realiza um *tour de force* particularmente fértil – como alternativa reflexiva ao impasse do confronto entre positivismo e pós-modernismo. Ao fazê-lo, torna possível a análise do desenvolvimento histórico do materialismo dialético como tradição teórica ampliando progressivamente seu domínio empírico pela inclusão de novidades, ou anomalias, dando lugar ao crescimento de ramos distintos, alguns mais progressistas que outros. Desta forma, Burawoy abre um caminho às ciências sociais ao contribuir para a atualização do marxismo a partir da pesquisa empírica, delineando assim os fundamentos epistemológicos do *estudo de caso ampliado*, proposta metodológica que visa a reconstrução teórica através da análise sociológica do entrelaçamento dos processos locais e das dinâmicas globais numa perspectiva de totalidade.

Palavras-chave: Burawoy; marxismo; programa de pesquisa; epistemologia

Abstract

Promoting a bold translation of Imre Lakatos' research program approach to the social sciences, and more specifically to Marxism, sociologist Michael Burawoy conducts a very fruitful tour de force – as a reflexive alternative to the deadlock clash between positivism and postmodernism. In doing so, it makes it possible to analyse the historical development of dialectical materialism as a theoretical tradition progressively expanding its empirical domain through the inclusion of novelties, or anomalies, giving rise to the growth of distinct branches, some more progressive than others. In this way, Burawoy opens a path for the social sciences to contribute to the actualisation of Marxism from empirical research, thus outlining the epistemological foundations of the Extended Case Method, as a methodological proposal aimed at theoretical reconstruction through the sociological analysis of the interweaving of local processes and global dynamics in a perspective of totality.

Keywords: Burawoy; Marxism; research program; epistemology

* Doutor em Ciências Políticas e Sociais pela UCLouvain (Bélgica) e professor visitante no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Inovação e Consumo (PPGIC) no Centro Acadêmico do Agreste (CAA) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). E-mail: sebastien.antoine@ufpe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1014-5268>.

Introdução

Como imaginar o desenvolvimento de uma pesquisa em ciências sociais firmemente fundamentada numa tradição teórica – no caso deste artigo, a teoria marxista – questionando-a e enriquecendo-a ao mesmo tempo através de pesquisas empíricas? E a partir de qual proposta epistemológica conseguir analisar a realidade social mobilizando tal cadeia de teorias, levando em conta toda a diversidade de suas correntes e identificando os ramos potencialmente mais fecundos para a atualização teórica? Consubstanciais à vitalidade da pesquisa marxista em ciências sociais, estas questões encontram-se há quase cinco décadas no cerne da obra de uma das figuras mais proeminentes da sociologia marxista contemporânea nos Estados Unidos: Michael Burawoy.

O professor da Universidade de California em Berkeley defende de fato uma concepção de sua disciplina baseada tanto num forte fundamento teórico quanto num profundo enraizamento etnográfico (Burawoy, 1998), dando à pesquisa sociológica o objetivo de contribuir para a extensão da teoria através de seu permanente confronto com as tensões da realidade social (Burawoy, 2009). Se baseando numa sequência histórica de teorias, ou seja, partindo de um programa de pesquisa (Burawoy, 1990), e confrontando-o com anomalias ou novidades – constituindo novos enigmas ou *puzzles* – o pesquisador tem assim como tarefa a ampliação do domínio empírico desta dada tradição teórica, integrando gradualmente o que antes eram consideradas exceções (Burawoy, 1989).

O que Burawoy está assim oferecendo de ponto de vista epistemológico representa uma proposta ousada e inovadora de translação das contribuições do filósofo da ciência Imre Lakatos (1978) – e mais especificamente da sua análise do desenvolvimento científico como sendo o de programas de pesquisa (Lakatos, 1987) – não só no âmbito das ciências sociais, mas também do marxismo (e isto apesar de o próprio Lakatos ter as maiores reservas a respeito do último). Ao fazê-lo, o sociólogo britânico lança então bases para uma abordagem singularmente dinâmica do desenvolvimento histórico da tradição marxista; e essa perspectiva se revela particularmente fértil para sua contínua atualização e extensão à luz das ciências humanas e sociais.

Como forma de convidar cientistas sociais brasileiros a se aproximarem e se apropriarem desta proposta original, o presente artigo visa proporcionar uma introdução lusófona à reflexão proposta por Burawoy e as suas referências subjacentes, inclusive se baseando em algumas fontes ainda inéditas em português.

Num primeiro momento, resumirá sucintamente os debates epistemológicos que levaram ao desenvolvimento da abordagem de Lakatos, de modo a introduzir subsequentemente a contribuição de Burawoy no marco da tradição marxista, tanto do ponto de vista de sua crítica ao positivismo quanto da alternativa que ele apresenta a uma perspectiva puramente dedutiva.

Num segundo passo, apresentará a forma pela qual o sociólogo de Berkeley sugere abordar o marxismo como programa de pesquisa em contínua expansão, demonstrando como esta abordagem possibilita dar conta do desenvolvimento diacrônico de ramos teóricos distintos, ampliando seu poder analítico tanto para novos objetos políticos e sociais, quanto para realidades mais subjetivas tal como a ideologia e a consciência.

Por último, o artigo apresentará uma introdução às bases epistemológicas sustentadora do estudo de caso ampliado (Burawoy, 1991), a proposta metodológica estruturada por Burawoy para atender a este objetivo de atualização permanente da teoria – colocando as ciências sociais na vanguarda da atualização do marxismo e convidando assim pesquisadores a explorar estas vias para contribuir com a vitalidade de um marxismo sociológico (Burawoy, 2014b).

1. Epistemologia dos programas de pesquisa

Na esteira da “viragem” pós-moderna, o lugar da teoria nas ciências sociais é hoje objeto de muitas controvérsias. Uma relação de desconfiança parece ter sido gradualmente estabelecida com a teoria: julgada demasiado invasiva, considerada como uma fonte de viés potencial na relação com o campo, forçaria os dados, e portanto a própria realidade social, em estruturas pré-construídas e inadequadas. A fim de garantir a validade da pesquisa socioantropológica, seria necessário, portanto, ter cautela com a teoria, especialmente no início da pesquisa.

Curiosamente, esta postura de resistência à teoria é, na verdade, compartilhada tanto pelo positivismo como pelo pós-modernismo (Burawoy, 1994). No primeiro caso, o objetivo é garantir a cientificidade da socioantropologia, importando o modelo dominante nas ciências naturais: a teoria é então considerada como o produto de uma abordagem indutiva solidamente controlada, com teorias pré-existentes servindo, na melhor das hipóteses, como inspiração para hipóteses a serem testadas empiricamente. O pós-modernismo, por sua vez, decretará a morte do ideal científico nas ciências sociais: considerando que a realidade é demasiado complexa para ser reduzida a teorias explicativas, apenas interpretações se tornaram então aceitáveis, transformando o debate científico em uma troca de opiniões.

1.1. Racionalismo, empirismo e ceticismo

As duas posturas acima referem-se, na verdade, a profundas distinções epistemológicas na filosofia da ciência. Historicamente, “os *intelectualistas clássicos*, (ou racionalistas no sentido restrito do termo)” procuraram provar a cientificidade de sua abordagem dedutiva com “muito variadas – e poderosas – ‘demonstrações’ extra-lógicas pela revelação, intuição intelectual, experiência. [Assim] com a ajuda da lógica, estas lhes permitiam provar toda a sorte de proposições científicas” (Lakatos, 1979, p. 113).

Foi em oposição a esta corrente que os empiristas clássicos estreitaram a margem de propostas aceitáveis para aquelas baseadas em sólidos dados empíricos, crivados pela indução:

O seu valor de verdade foi estabelecido pela experiência e elas constituíram a *base empírica* da ciência. Para poder provar teorias científicas partindo apenas da rigorosa base empírica, eles precisavam de uma lógica muito mais poderosa do que a lógica dedutiva dos intelectualistas clássicos: a “*lógica indutiva*” (Lakatos, 1979, p. 113).

Mas, diante dos limites destas duas abordagens, uma corrente cética firmou-se gradualmente, alegando que:

Não havia (nem poderia haver) conhecimento provado e *portanto* qualquer espécie de conhecimento. Para os céticos, o “conhecimento” nada mais era do que a crença animal. Dessa maneira, o ceticismo justificacionista ridicularizou o pensamento objetivo e abriu as portas para o irracionalismo, o misticismo, a superstição (Lakatos, 1979, p. 113-114).

A distinção entre as três correntes clássicas – racionalismo, empirismo e ceticismo – constituem assim chaves heurísticas particularmente ricas para entender as tensões que atravessam as ciências sociais contemporâneas.

Enquanto o racionalismo defendia o uso de uma lógica dedutiva – encontrando sua máxima expressão no século 18 com o kantismo e seu método transcendental –, o empirismo desenvolveu uma lógica indutiva como reação diante da corrente que o precedeu, que ele considerava um abuso que isolava a filosofia da realidade – uma expressão relativamente pura deste projeto foi proposta por John Stuart Mill, em meados do século XIX, em seus *Cânones de Indução* (Mill, 1900). O empirismo-indutivo trata o racionalismo-dedutivo de forma particularmente áspera, como oposto ao próprio projeto científico. A disputa epistemológica parece desta forma contrapor a indução à dedução numa luta mortal.

O surgimento do ceticismo – do qual Nietzsche representa uma das mais altas expressões no século XX – vai de certa forma considerar ambos, o racionalismo e o empirismo, como duas faces da mesma moeda, rejeitando o conjunto do projeto científico como uma ilusão inalcançável. Nenhuma lógica se faz necessária neste caso. Aceitam-se apenas interpretações, cuja variedade é apenas limitada pela diversidade da subjetividade humana. É nessa corrente cética – que ganhou particular força diante dos absurdos cometidos em nome da modernidade ao longo do século passado – que o pós-modernismo encontra suas raízes. A oposição radical que esta corrente opunha à ambição científica, presente tanto no racionalismo-dedutivo quanto no empirismo-indutivo, reconfigurou o equilíbrio de poder epistemológico:

Essa situação explica o esforço enorme feito pelos racionalistas clássicos na tentativa de salvar os princípios sintéticos a priori do intelectualismo e pelos empiristas clássicos na tentativa de salvar a certeza de uma base empírica e a validade da inferência indutiva (Lakatos, 1979, p. 114).

Além de determinados setores mais influenciados pela filosofia, a perspectiva de cunho mais teoricista do racionalismo dedutivo tem hoje pouco eco nas ciências sociais, fazendo da oposição entre empirismo indutivo – tomando a forma refinada do modelo científico positivista – e ceticismo – a postura pós-moderna – a principal tensão epistemológica estruturando o campo da pesquisa social.

1.2. “Sem teoria, somos cegos”

Positivismo e pós-modernismo atribuem assim à teoria um papel secundário: ou como um simples produto de indução, ou negando-a por completo. Entretanto, como sugere Vygotski (2008), tanto a construção de nossa relação com o mundo quanto a prática da própria pesquisa envolvem a mobilização de uma série de conceitos cotidianos e científicos. Considerando que, de forma geral, um cientista social acumulou, além de sua socialização familiar, doze anos de educação obrigatória e pelo menos quatro a seis anos de estudos universitários, para não mencionar seus múltiplos compromissos sociais e políticos, é portanto altamente improvável que ele

ou ela seja capaz de abordar a realidade social sem conceitos, sem teoria. O pesquisador está, então, longe de ser um idiota conceitual, mas sim o produto combinado de sua socialização e escolhas, formando um aparato interpretativo e explicativo que lhe permite captar e interagir com a realidade social. Tal é a posição basicamente defendida por Burawoy:

Sem a teoria, somos cegos: nós não podemos enxergar o mundo. As teorias são as lentes indispensáveis que nós trazemos para nosso relacionamento com o mundo e, por meio delas, dar sentido a sua interminável multiplicidade (Burawoy, 2014b, p. 33).

Ao desconfiar da teoria sob o pretexto de impedir que ela influencia a construção da relação com o objeto estudado e de distorcer o trabalho de campo, o pós-modernismo e o positivismo criam paradoxalmente as condições para seus próprios fracassos: impedem que o pesquisador tome consciência de seus quadros teóricos pré-existentes, restringindo assim o seu questionamento e reconstrução. Cego perante si mesmo, o pesquisador corre o risco de acabar escravo de suas próprias concepções teóricas, mais ou menos inconscientes.

Para sair deste beco sem saída, é preciso se perguntar como é possível desafiar uma proposta teórica com a realidade, a fim de tornar possível seu questionamento e enriquecimento. Seria possível imaginar outra polarização do debate epistemológico acerca da relação entre dados e teoria? Em outras palavras, será o ceticismo a única posição a partir da qual se pode criticar as aporias do modelo empirista de base indutiva? Será o pós-modernismo a única resposta possível para as contradições do positivismo?

1.3. De Popper para Lakatos

A filosofia da ciência começou a fornecer o início de uma solução para esta questão na primeira parte do século XX com o trabalho de Karl Popper, que propôs uma abordagem falseacionista radical da validação do conhecimento científico (Popper, 1973). Para esta corrente de pensamento, “a ciência cresce mediante o repetido derrubamento de teorias com a ajuda de fatos concretos” (Lakatos, 1979, p. 117). Assim, somente provas contrárias podem servir como árbitro da validade de uma teoria.

A contribuição popperiana representa um avanço considerável em relação ao empirismo clássico. Ela deixa de considerar a teoria como o produto de uma abordagem indutiva e leva em conta a acumulação científica antes do processo de pesquisa, reconhecendo assim o papel das inúmeras teorias pré-existentes. Os fatos empíricos passam assim de uma posição de origem de todo conhecimento, presos na lógica indutiva, para uma posição central no dispositivo de pesquisa, aproximando-se da dinâmica da pesquisa real. Eles se tornam os garantidores da validade, ou não, das teorias, uma espécie de “Navalha de Ockham” empírica que preside a sua sobrevivência ou execução. Desta forma, torna-se possível conceber o acúmulo teórico progressivo através da refutação das teorias anteriores, com o objetivo de atualizar e ampliar o domínio empírico das novas teorias.

No entanto, o falseacionismo radical torna-se problemático quando remetido à dinâmica histórica concreta do desenvolvimento científico:

A ciência desenvolve-se [de fato] não pela refutação de teorias [numa ótica puramente popperiana], mas pela refutação de refutações, ou pelo menos refutando algumas refutações e ignorando outras (Burawoy, 2014a, p. 176).

É com base de uma observação similar que Imre Lakatos, colega de Karl Popper no Departamento de Filosofia da London School of Economics, irá propor uma reformulação da abordagem falseacionista:

Os cientistas não deveriam avaliar uma teoria isolada contra outra, mas as sequências de teorias [i.e. tradições teóricas] que formam os programas de pesquisa (Burawoy, 2014a, p. 177).

Os núcleos duros desses programas de pesquisa estariam assim protegidos por um cinturão de teorias que deve ser ampliado, confrontando-os com novos casos e desenvolvendo a imaginação conceitual para integrá-los dentro da tradição inicial. O interesse reside assim na dinâmica desta proteção, Lakatos distinguindo dois tipos de programas de pesquisa.

Por um lado, destaca aqueles que se sustentam em uma lógica essencialmente defensiva, visando preservar a teoria inicial ao custo de ignorar “anomalias, ou seja, resultados fragmentados ou teoricamente inesperados” (Burawoy, 2014a, p. 176) considerados como exceções. O filósofo da ciência irá assim caracterizar este tipo de programas de pesquisa, nos quais prevalece a heurística negativa de defesa do núcleo duro, como “regressivo” (Burawoy, 2014a, p. 217) ou “em fase de degeneração” (Lakatos, 1979, p. 201).

Mas outro tipo de programas, “progressivos” (Lakatos, 1979, p. 200-201), é também possível. Estes últimos tentam integrar novos casos através de uma elaboração conceitual compatível com o núcleo, favorecendo a heurística positiva. Assim, uma teoria nunca pode ser tomada isoladamente, de forma fixa, mas deve ser abordada como fruto de um desenvolvimento contraditório, de uma expansão conceitual à medida que se encontram anomalias. Seguindo esta lógica, “conforme Lakatos, as revoluções científicas substituem programas de pesquisa degenerados por progressivos” (Burawoy, 2014a, p. 177).

1.4. Burawoy e a crítica do positivismo

As contribuições epistemológicas de Lakatos permitem assim abordar a crítica do positivismo a partir de um ângulo diferente do pós-modernismo. De fato, não é mais a teoria como tal que é sujeita a questionamento, mas a forma como ela se relaciona com a realidade, com os dados. A busca empírica de anomalias perante a tradição teórica contribui assim a estimular a inventividade do pesquisador. Trata-se de equilibrar tanto a heurística negativa – a defesa das proposições centrais – quanto a heurística positiva – a criatividade conceitual contribuindo a tornar a teoria capaz de integrar e dar contas de novos casos. É partindo desta base que Burawoy vai propor uma crítica sem reservas ao modelo positivista.

Antes de tudo, desafia a visão de que as teorias pré-existentes constituem preconceitos que impedem o desenvolvimento da indução analítica, porque forçariam análises a priori e abstratas sobre a realidade social. Pelo contrário, “a cegueira não vem das teorias preexistentes, mas da falha em reconhecer sua necessidade e, desse

modo, falhar em articular e defender seu conteúdo” (Burawoy, 2014a, p. 225) e, portanto, questioná-los.

O método da indução afirma estar fora e além das tradições teóricas. Desta forma [...] reduz os clássicos de Marx, Weber, Durkheim a inspirações, a fontes de hipóteses e variáveis [...]. Seleccionamos um problema que nos atrai e induzimos suas soluções a partir dos fatos (Burawoy, 2014a, p. 226).

Burawoy defende uma abordagem diferente, baseada na resolução de enigmas, pelo confronto de uma tradição teórica pré-existente com situações novas, anomalias. O objetivo da pesquisa é então de contribuir para a teoria, e não meramente mobilizá-la de uma forma instrumental. As tradições teóricas deixam de ser meras fontes de peças de reposição a serem combinadas de forma eclética e voltam ao seu caráter processual: a acumulação científica é o resultado de pesquisas sucessivas reconstruindo as bases teóricas nas quais elas se baseiam, atuando assim no sentido da sua ampliação.

Por fim, esta crítica trata do lugar que o positivismo confere à história da pesquisa e do pesquisador, à gênese do projeto de pesquisa, das suas fontes e das suas referências.

O método da indução considera os fatos como irreduzíveis e dados; o problema é chegar a uma avaliação imparcial dos fatos. A ciência desenvolve-se [então] pela acumulação de proposições factuais e generalizações indutivas. Esta é sua história interna. [...] A escolha do problema [faz assim] parte da história “externa” relegada às notas de rodapé, aos prefácios ou à “sociologia do conhecimento” (Burawoy, 2014a, p. 226-227).

Como epistemologia reflexiva, a abordagem dos programas de pesquisa valoriza, ao contrário, a inclusão de seu processo de desenvolvimento concreto como fazendo parte da história interna da pesquisa:

A metodologia de programa de pesquisa incorpora à sua história interna aquilo que os indutivistas rotulam de metafísico e externo, a saber, seus postulados fundamentais e sua escolha de enigmas. O que é reconstruído como cientificamente racional em um método aparece como cientificamente irracional no outro (Burawoy, 2014a, p. 227).

Esta última característica permite assim lançar uma nova luz sobre a contradição relativa ao uso de Lakatos para abordar a tradição teórica marxista. Ex-membro do Partido Comunista Húngaro – antes de ser expulso por ‘desviacionismo’ nos anos 1950 e forçado ao exílio em Londres – Imre Lakatos estava profundamente convencido de que o marxismo constitui um programa de pesquisa regressivo. Em sua opinião, a única maneira do marxismo de “absorver as anomalias [seria de] reduzir o conteúdo empírico do programa [de pesquisa]” (Burawoy, 1990, p. 778). Se referindo as falhas de previsões em Marx – tais como (Lakatos, 1978, p. 5-6 *apud* Burawoy, 1990, p. 778): a ideia que as “primeiras revoluções socialistas deveriam ter surgido nas sociedades mais industrializadas”; “a previsão do empobrecimento absoluto da classe trabalhadora”; ou as tentativas de “‘explicar’ [os eventos de] Berlim em 1953, Budapeste em 1956, Praga em 1968” – Lakatos conclui que:

As hipóteses auxiliares foram todas forjadas depois dos fatos para proteger a teoria marxista dos fatos. O programa [de pesquisa] newtoniano abriu

novos fatos; o [programa] marxista se atrasou em relação aos fatos e teve de correr rápido para alcançá-los (Lakatos, 1978, p. 5-6 *apud* Burawoy, 1990, p. 778).

Ao reintegrar a trajetória pessoal de Lakatos na história interna de suas contribuições teóricas, parece, no entanto, que sua apreensão do marxismo só se realizou de fato através de uma de suas correntes, consideravelmente mais forte na época do que é hoje, o chamado marxismo soviético que fora elevado à condição de doutrina de Estado pelos países do Bloco do Leste. O *tour de force* de Burawoy consiste assim em acessar a quintessência da abordagem do programa de pesquisa para defender um ponto de vista diferente do de Lakatos, este último traçando “um retrato incorreto do marxismo, que [na realidade conseguiu] tanto sucessos preditivos dramáticos quanto fracassos” (Burawoy, 1990, p. 778).

2. O marxismo como programa de pesquisa

Contribuir hoje à atualização do marxismo requer, portanto, ajustar a abordagem do programa de pesquisa de forma a dar conta do desenvolvimento desta tradição e de suas diferentes correntes ao longo da história, contribuindo assim para seu futuro desdobramento através da constituição de novos quebra-cabeças de pesquisa.

É este projeto de consolidação epistemológica da pesquisa marxista em ciências sociais que se tornou uma das principais preocupações de Michael Burawoy no final da década de 1980, publicando sucessivamente dois artigos que se tornaram clássicos da sociologia americana.

No primeiro, intitulado *Skocpol vs. Trotsky: two methods in search of science* (Burawoy, 1989) – publicado em 1989 em *Theory and society*, depois de ter primeiro passado pelas mãos de seis pareceristas da *American Sociological Review* desde sua versão inicial em 1985 (Burawoy, 1989, p. 796) – Burawoy oferece uma comparação instigante entre, por um lado, *States and social revolution* de Theda Skocpol (Skocpol, 1979), um dos cânones da pesquisa indutiva nas humanidades americanas, e a *História da Revolução Russa* de Leon Trotsky (2017), por outro, como representante de uma abordagem reflexiva dentro do programa de pesquisa marxista.

Em seguida, Burawoy aprofundou esta abordagem no artigo “Marxism as science: historical challenges and theoretical growth” (Burawoy, 1990) – que conseguiu desta vez publicar na *American Sociological Review* em 1990 – propondo uma síntese geral da evolução histórica da tradição teórica marxista como programa de pesquisa.

Se fundamentando nestas duas fontes – a segunda ainda inédita em português – o presente artigo procura, então, encontrar pistas possibilitando a análise desta tradição como uma sequência de teorias que se desdobram historicamente ao longo de quase dois séculos, suscitando florescimento de inúmeras correntes e de uma ampla extensão dentro das ciências sociais e humanidades.

2.1. Desenvolvimento progressivo do núcleo do programa de pesquisa

Como o próprio Lakatos reconhece, embora não discuta, o núcleo duro “não emerge na verdade totalmente armado, tal como Atena da cabeça de Zeus” (Lakatos, 1978, p. 5-6 *apud* Burawoy, 1990, p. 779). O mesmo pode ser dito

dos modelos e exemplos de heurística positiva [i.e. das extensões do cinturão teórico através da criatividade conceitual] (Burawoy, 1990, p. 779).

A trajetória teórica de Marx e Engels oferece uma bela expressão do caráter diacrônico do processo de constituição do núcleo duro. Se desenvolvendo lentamente a partir da tese de Marx sobre o materialismo de Demócrito e Epicuro, e passando pela *Ideologia alemã* e as *Teses sobre Feuerbach* (Marx; Engels, 1972), a formulação progressiva do núcleo duro dá finalmente origem a uma expressão mais completa que pode ser encontrada, seguindo Burawoy, no *Prefácio da contribuição à crítica da Economia Política* (Marx; Engels, 1972) de 1859. O sociólogo britânico listará sete propostas que ele considera serem os elementos-chave do núcleo duro do programa de pesquisa marxista:

(P1) Homens e mulheres fazem a história produzindo eles mesmos seus próprios meios de subsistência;

(P2) As bases econômicas do modo de produção definem os limites de variação da superestrutura;

(P3) Um modo de produção se desenvolve através da interação entre as forças produtivas (a forma como os meios de existência são produzidos) e as relações de produção (a forma como o produto do trabalho é apropriado e redistribuído);

(P4) A luta de classes é a força motriz por trás da transição de um modo de produção para outro;

(P5) Uma transição bem-sucedida só pode ocorrer quando as condições materiais estão presentes;

(P6) A história é progressiva na medida em que acompanha a expansão das forças produtivas;

(P7) O comunismo exige o fim dos antagonismos sociais e o início da emancipação individual. A história não é mais feita nas nossas costas, mas de forma consciente e coletiva. (Burawoy, 1990, p. 779)

Embora esta sistematização possa ser criticada por seu lado rígido e a forma que limita o entendimento da práxis humana – que, além da produção dos meios de subsistência, também luta, cria, ama etc. – pode ser considerada como base que será progressivamente enriquecida por outras contribuições. O núcleo duro – ele mesmo constituído num exercício de síntese entre filosofia clássica alemã, socialismo francês e economia política inglesa – se verá assim progressivamente ampliado numa dinâmica de heurística positiva, tal como em *O capital* (Marx, 1969), no *18 Brumário* (Marx, 2007b) e nas *Lutas de classe na França* (Marx, 2007a). Estes textos posteriores tocam de fato, ou uma realidade nova – a questão do funcionamento concreto do modo de produção capitalista, no caso de *O capital* – ou uma anomalia – a vitória de um regime de tipo Bonapartista após mobilizações da escala da Primavera dos Povos de 1848 – e constituem cada um contribuições para a expansão do cinturão teórico, tanto defendendo o núcleo do programa de pesquisa, quanto assegurando a expansão de seu alcance empírico através da resolução e integração de contradições e casos novos.

A análise do processo diacrônico de constituição do núcleo duro leva então Burawoy a lançar uma luz nova sobre a aparente cisão entre textos da juventude e da maturidade de Marx:

Eu me afasto assim tanto do marxismo clássico e do estruturalismo francês que reduzem a verdade em Marx a seus escritos científicos maduros quanto da teoria crítica que encontra o verdadeiro Marx em seus manuscritos hegelianos de juventude (Burawoy, 1990, p. 780-781).

Esta posição coincide em parte com o que já foi defendido pelo historiador E. P. Thompson. Posicionando-se de certa forma em contraste com a tese da “ruptura epistemológica” esboçada por Althusser, o marxista britânico defende, por sua vez, uma concepção da tradição marxista “aberta às pesquisas empíricas, às novas contribuições conceituais, aberta às críticas, correções e reelaborações” (Blin; Burlaud; Douet; Feron, 2015, p. 15). Esse último oferece assim uma leitura particularmente estimulante da evolução do foco teórico do trabalho de Marx e Engels, como relatam os tradutores da recente, embora muito tardia, publicação francófona da *Miséria da teoria* (Thompson, 2015):

O momento crucial veio nos anos 1845-1848, quando Marx e Engels elaboraram sua concepção materialista da história – com a ambição de produzir uma crítica geral de todas as dimensões da realidade social. A partir do exílio de Marx na Inglaterra, este projeto global foi gradualmente reduzido a uma “crítica da economia política”. Para Thompson, Marx teria então caído na “armadilha” da economia política burguesa, que ele queria contudo desafiar: ele só teria conseguido contrapor a estrutura da economia política com uma “contra-estrutura” que absorvesse alguns de seus principais pressupostos. E foi somente a partir da década de 1860 que Marx se teria distanciado gradualmente desta “contra-estrutura”. Vários fatores – a influência de Darwin, a experiência da Comuna de Paris, novas leituras em etnologia... – o teriam levado a modificar sua concepção de processos sociais e lhe teriam restituído o sentido de invenção histórica (Blin; Burlaud; Douet; Feron, 2015, p. 16-17).

Thompson aborda assim o marxismo como uma proposta teórica desdobrando-se diacronicamente ao longo da vida intelectual e política de Marx e Engels. Embora ele nunca o abordasse como um programa de pesquisa, tal postura possibilita uma valorização da história interna do marxismo, muito útil para compreender as continuidades e descontinuidades do que Thompson preferiu chamar de “materialismo dialético em vez de marxismo, para deixar claro que o que lhe importava era mais a continuação de um projeto intelectual que a fidelidade religiosa a um nome próprio” (Blin; Burlaud; Douet; Feron, 2015, p. 16).

Assim, comparando as diversas formas de interpretação da própria constituição deste programa de pesquisa, é possível perceber que a leitura sociológica defendida por Burawoy, os defensores da ruptura althusseriana ou os herdeiros da teoria crítica, se constituem cada um a seu modo como correntes distintas que, embora afirmem todos pertencer à mesma tradição teórica, propõem de fato leituras diferentes de seu núcleo duro.

2.2. Surgimento de ramos distintos dentro do mesmo programa

O núcleo duro de um programa de pesquisa não apenas se desenvolve com o tempo, mas muitas vezes é mais bem entendido como uma *família* de núcleos que se sobrepõem e muitas vezes competem entre si, dando origem a diferentes *ramos dentro de um mesmo programa de pesquisa*. Cada ramo reconstrói o núcleo de uma maneira diferente. Nesta concepção, teorias sucessivas se desenvolvem como cinturões [de teorias] dentro de ramos. O retrato [do marxismo] de Lakatos, por outro lado, era baseado num núcleo duro inequívoco e, portanto, não considerava a coexistência de ramos divergentes, mas, no entanto, interligados (Burawoy, 1990, p. 779).

O desenvolvimento de um programa de pesquisa não pode, então, ser abordado como um processo unidirecional isento de tensões internas. A evolução diacrônica e o confronto com novas anomalias levam a reinterpretções muitas vezes divergentes do núcleo duro, mesmo que cada uma continue a se reivindicar da mesma tradição. A metáfora do crescimento de ramos distintos dentro de um mesmo programa de pesquisa ilustra, assim, a dinâmica de surgimento de correntes frequentemente concorrentes, tal como no caso mencionado anteriormente.

Outra expressão da existência de distintas reconstruções do núcleo duro dentro do programa de pesquisa marxista pode também ser encontrada no destino do conceito de ideologia, que ocupa uma posição central em inúmeras pesquisas tanto clássicas quanto contemporâneas. Como aponta Jan Rehmann (2014), com base nos mesmos trabalhos de Marx e Engels, três interpretações diferentes deste conceito surgiram gradualmente, dando lugar a interpretações muito diferentes do legado marxista: uma compreensão da ideologia como reificação, uma leitura mais neutra do conceito de ideologia e uma abordagem centrada em “aparelhos” ideológicos.

Cada uma dessas leituras é assim perfeitamente legítima com base nos elementos que formam o núcleo duro do programa de pesquisa materialista dialético. Mas, apoiando-se mais em um ou outro aspecto, mobilizando elementos distintos do cinturão de teorias progressivamente desenvolvidas no trabalho dos próprios Marx e Engels, eles se constituíram, no entanto, gradualmente em correntes distintas. Este surgimento de ramos divergentes que coexistem dentro da mesma tradição também abre esta tradição a potenciais sobreposições e recombinações.

Contudo, o reconhecimento da existência de ramos divergentes não implica de imediato uma espécie de relativismo, segundo o qual todas as interpretações do núcleo duro são iguais, algumas sendo, de fato, mais ricas do que outras em termos de compreensão da realidade e de poder preditivo.

2.3. O caráter progressivo ou regressivo de ramos distintos

Embora possa ser difícil comparar um programa de pesquisa com outro, dentro de um mesmo programa de pesquisa talvez consigamos identificar ramos degenerados e progressivos. Podemos também nos perguntar por que alguns ramos se mostram mais progressivos que outros (Burawoy, 1990, p. 779).

Burawoy destaca aqui dois elementos fundamentais a serem considerados na discussão relativa à validade científica das teorias sociológicas.

Por um lado, há uma grande dificuldade para comparar um programa de pesquisa com outro, uma vez que esta abordagem leva muito rapidamente ao

questionamento do próprio núcleo duro, justificando, de fato, a escolha de um programa de pesquisa concorrente. Uma experiência mental envolvendo uma discussão entre sociólogos pragmáticos, de um lado, e seguidores de Bourdieu, de outro, constituiria assim um excelente exemplo. Logo, o conceito de *habitus* ou a análise em termos de campos sociais seriam de fato questionados por serem inflexíveis e excessivamente deterministas. Isto significaria que os próprios princípios de um dos programas de pesquisa seriam atacados em nome dos princípios do programa oposto.

Porém, não seria tanto a polêmica com uma tradição oposta, mas com os fatos empíricos, o confronto com o acúmulo de anomalias não resolvidas, que provavelmente seriam os mais propícios para questionar um programa, abrindo sobre seu enriquecimento. A avaliação da fecundidade teórica de tal ou qual programa de pesquisa requer então a análise da amplitude das anomalias ou casos novos que foram sucessivamente integrados no decorrer do crescimento diacrônico do programa, como também da criatividade e da originalidade na forma de proceder a esta extensão, balanceando heurística negativa e heurística positiva.

Por outro lado, se torna também necessário realizar o mesmo tipo de avaliações entre as diferentes correntes ou ramos de um mesmo programa, avaliando a maneira com a qual foram enfrentadas anomalias e casos contrários. Pois foi precisamente sua concepção unívoca e monolítica do marxismo que impediu Lakatos de destacar uma corrente específica como alvo de suas críticas, e não o conjunto da tradição teórica – composta por uma grande variedade de ramos que se desenvolveram historicamente de forma divergentes e às vezes profundamente antagônicas.

Contudo, quando o custo da reconstrução teórica se mostra demasiado caro em heurística negativa, no sentido de uma reformulação do núcleo duro e, portanto, de um novo ramo – ou mesmo de um novo programa de pesquisa – se mostrando mais aberto à heurística positiva, é preciso ter a coragem de se reorientar.

2.4. Mudanças históricas e origem das "anomalias"

Dentro das ciências sociais, as anomalias são geradas tanto externamente quanto internamente. As mudanças históricas fornecem uma fonte crescente de novas anomalias que exigem a construção de novos cinturões teóricos dentro dos ramos e, ocasionalmente, até mesmo novos ramos do programa de pesquisa (Burawoy, 1990, p. 779).

Em sua tentativa de translação da epistemologia de Lakatos para as ciências sociais, Burawoy enfatiza esta característica fundamental das humanidades: o material de pesquisa da sociologia é profundamente marcado pelas mudanças históricas. O surgimento de conjunturas novas no palco da história implicou muitas vezes o aparecimento de anomalias adicionais para a cadeia de teorias, criando assim novos enigmas, ou quebra-cabeças, a serem resolvidos.

Como a tradição marxista está especificamente preocupada com as transformações sociais revolucionárias, ela está, portanto, particularmente preocupada com este imprevisto aparecimento de anomalias externas. O caso mais famoso e significativo é, naturalmente, a própria Revolução Russa de 1917. Eclodindo em um país significativamente aquém de outras nações europeias continentais em termos de desenvolvimento capitalista, parecia estar em profunda contradição com as estimativas de Marx, levando Gramsci a se referir a ele como uma “revolução contra o

capital” (Gramsci, 1974, p. 135) em um artigo agora famoso publicado em *L'ordine nuovo*.

Uma das mais notáveis tentativas de resolver esta anomalia, como aponta Burawoy, foi feita pelo líder bolchevique nascido na atual Ucrânia, Leon Trotsky. Desde 1906 e *Balanço e perspectiva* (Trotsky, 1969), este último já tinha de fato esboçado uma teoria do desenvolvimento desigual e combinado do sistema capitalista mundial permitindo analisar como “o desenvolvimento desigual levou à combinação das formas de produção mais avançadas e mais atrasadas, criando assim nos países de ‘segunda linha’ uma burguesia fraca e uma classe trabalhadora explosiva” (Burawoy, 1990, p. 784). Portanto, os elos mais fracos do sistema econômico global são aqueles cujas revoluções, aparentemente impossíveis em tempos de paz social, são mais suscetíveis de se tornarem inevitáveis.

Mas o processo revolucionário russo também apresenta uma segunda anomalia em relação ao que a social-democracia alemã, então corrente hegemônica, havia consolidado como o cânone do marxismo: a transição extremamente rápida da Revolução de fevereiro de 1917 – uma revolução democrática que pôs fim ao regime czarista – para a Revolução de outubro do mesmo ano – uma revolução social que levou à coletivização quase generalizada dos meios de produção. Ao contrário da opinião amplamente defendida na época de que o socialismo só poderia ser considerado após um período de consolidação da democracia burguesa, esta contradição exigiu mais uma vez a criatividade conceitual, e tomou a forma da chamada teoria da revolução permanente. Em contraste com o Plekhanov, Trotsky argumentou assim que foi precisamente o atraso da Rússia que tornou sua classe trabalhadora “a única classe que conseguiria realizar uma revolução burguesa na Rússia [...] e, em virtude desse fato, a revolução burguesa teve de proceder ininterruptamente em direção a uma revolução socialista, que só poderia ser bem sucedida se também desencadeasse uma revolução no Ocidente” (Burawoy, 1990, p. 783) – caso contrário, “a revolução russa seria abortada e se voltaria contra si mesma” (Burawoy, 1990, p. 784).

Assim, ao tentar responder à anomalia constituída pelo processo revolucionário do qual ele era então protagonista, Trotsky desencadeou uma heurística positiva, criando um novo cinturão de teoria, que gradualmente se consolidou como um novo ramo do programa de pesquisa marxista. Sua contribuição para uma teoria da revolução social – focando sobre a idiosincrasia da revolução russa a fim de contribuir, de forma reflexiva, para extensão do programa de pesquisa marxista (Burawoy, 2014a) – se destaca assim da abordagem intrinsecamente positivista de Theda Skocpol (1979). Procurando o menor denominador comum entre processos revolucionários distintos (França 1789, China 1949, Rússia 1917 etc.) num esforço indutivo de construir uma teoria geral e abstrata da revolução social, a autora ignora desta forma as características individuais e concretas de cada uma delas, impedindo-se assim precisamente de transformar estas “anomalias” em potenciais fontes de enriquecimento da teoria.

A avaliação do caráter progressista ou não de um ramo de um programa de pesquisa – de sua contribuição para a ampliação da capacidade analítica, e até prospectiva, de um programa de pesquisa – não pode, portanto, limitar-se a uma discussão interna, à relação entre o núcleo e seus cinturões teóricos. Ela exige um

confronto permanente da teoria com a realidade, procurando uma caracterização de sua relevância heurística ao longo da história. E no caso do materialismo dialético, esta necessidade é acentuada precisamente pelo fato que pretende ser também uma teoria de transformação social.

2.5. Enfrentar as “anomalias” como condição para mudar a sociedade

Na medida em que o marxismo se preocupa em mudar o mundo que estuda e não simplesmente refleti-lo passivamente, ele deve estar particularmente preocupado em resolver anomalias e fazer previsões (Burawoy, 1990, p. 779).

Com esta referência, parafraseando diretamente a décima-primeira tese sobre Feuerbach, Burawoy pretende concluir sua transposição do modelo de Lakatos enfatizando sua importância para uma leitura do marxismo como um programa de pesquisa. Como uma tradição teórica que visa a transformação revolucionária da sociedade, ela não tem o luxo de ignorar o acúmulo de anomalias, fechando-se numa heurística negativa, pois suas consequências seriam potencialmente funestas para os movimentos históricos para os quais o marxismo pretende oferecer uma direção.

O imperativo categórico de unidade entre a teoria e a prática faz assim do marxismo uma tradição singular no âmbito das ciências sociais. Pois a responsabilidade que hoje continua a pesar sobre os ombros dos pesquisadores marxistas não é apenas a da honestidade intelectual e da probidade moral – a fim de passar por comitês de ética ou de revisão pelos pares e de assegurar uma posição na comunidade acadêmica – mas também a de poder participar de uma atualização da teoria a fim de torná-la capaz de contribuir para a derrubada do capitalismo e para a construção de uma sociedade livre da exploração e da opressão.

Esta tensão implica uma pressão particular sobre a produção teórica. Esta última pode assim levar à criação de conceitos *ad hoc*, forçando a teoria a integrar, apesar de si mesma, ‘fatos teimosos’ que não se adequam a uma ou outra linha política – reforçando uma caricatura do marxismo frequentemente esboçada, como uma tradição teórica altamente subordinada à política partidária. Mas também constitui uma garantia particularmente valiosa de validade epistemológica, pois o confronto permanente com a realidade permite uma avaliação muito mais rápida e eficiente da relevância das novas elaborações, o que muitas vezes se torna mais difícil para programas de pesquisa menos ligados organicamente aos movimentos sociais e políticos e, portanto, menos diretamente confrontados com as convulsões da sociedade capitalista.

As contribuições de Gramsci representam um excelente exemplo disto: sua perseverança na procura de uma saída revolucionária na Itália levou-o, de fato, a buscar entender as razões do fracasso das tentativas de extensão da onda revolucionária russa para a Europa Ocidental. Neste movimento, ele realizou uma releitura particularmente original do núcleo duro do programa de pesquisa marxista, contribuindo para o desenvolvimento de novos cinturões de teorias que se tornaram canônicas para a teoria política do século XX: ideologia, senso comum e bom senso, sociedade civil e sociedade política, hegemonia e estado integral, guerra de movimento e guerra de posição, príncipe moderno e revolução passiva etc. O eco que o pensamento gramsciano ganhou posteriormente, muito além de sua esfera nacional

e linguística de origem, culminou então na sua consolidação como um novo ramo do programa de pesquisa, colocando-o “na categoria de clássicos [...] em disciplinas de introdução às humanidades ensinadas em todo o mundo (exceto na França)” (Keucheyan, 2011, p. 10).

Assim, combinando tanto a heurística negativa – defesa dos princípios centrais, principalmente em sua brilhante polêmica com Benedetto Croce – quanto a heurística positiva – criatividade conceitual ampliando o domínio concreto da teoria marxista sobre as sociedades liberais burguesas da Europa Ocidental, incorporando ao mesmo tempo as lições das tentativas revolucionárias fracassadas na Alemanha e na Itália – a obra do autor dos *Cadernos do cárcere* é provavelmente uma das melhores expressões da maneira com a qual o programa de pesquisa marxista pode ser desdobrado de uma forma progressista, aproveitando o surgimento de anomalias externas e procurando resolutamente contribuir para a transformação do mundo.

Conclusão

Propondo uma translação das contribuições epistemológicas de Lakatos para as ciências humanas e sociais, a principal contribuição de Burawoy reside assim na forma como possibilita que o marxismo seja abordado como um programa de pesquisa, destacando como ele se desdobra no tempo e no espaço, resolvendo anomalias através do encontro de novos acontecimentos históricos, dando assim vigor a novos ramos, uns mais progressistas que outros.

Contribuir hoje com o prolongamento deste processo de atualização e expansão contínuo requer, portanto, imaginar as formas que permitirão estimular a vitalidade do marxismo, como cadeia historicamente constituída de teorias, confrontando-o com realidades sociais concretas com as quais a teoria não está ainda totalmente vibrando em sintonia.

Estender o domínio empírico da tradição marxista implica assim não apenas que haja imaginação sociológica – para estimular, em contato com a realidade, o surgimento de novos conceitos, ou alguma forma de recombinação entre eles – mas também uma metodologia capaz de articular esse diálogo entre campo e teoria, de engajar os dados de modo a mobilizar essas novidades ou anomalias na constituição de novos quebra-cabeças de pesquisa.

Como disciplinas que continuamente mergulham as suas mãos na lama da vida social, a sociologia e a antropologia estão, portanto, numa posição particularmente favorável para enfrentar esta tarefa – o objetivo da pesquisa em ciências sociais sendo precisamente, na perspectiva de Burawoy, de contribuir para a expansão da teoria, e não simplesmente de responder a uma questão de pesquisa enunciando hipóteses.

E neste espírito que o sociólogo de Berkeley consolidou progressivamente o *estudo de caso ampliado* (Burawoy, 1998) com proposta metodológica visando a atualização progressiva da teoria através da pesquisa social, se baseando tanto na herança da Escola de Antropologia Social de Manchester (Burawoy, 1991), quanto num diálogo crítico com a sociologia da Escola de Chicago (Burawoy, 2000) – influenciando pesquisadores de sensibilidade marxista, dos Estados Unidos (Tuğal, 2009; Sallaz, 2019; Levenson, 2022) ao Brasil (Braga, 2012), passando pela Europa (Ó Riain, 2010).

Partindo de um acúmulo teórico preexistente e buscando confrontá-lo a realidades empíricas novas, o estudo de caso ampliado se caracteriza assim por quatro grandes movimentos de extensão no processo de pesquisa: (1) a passagem de observador a participante através da intervenção na realidade estudada; (2) a reconstrução dos processos sociais via a extensão do estudo através do espaço e do tempo; (3) a conexão com as macro forças sociais atravessando o campo de pesquisa, focando na maneira como contribuem para moldar as realidades locais; e (4) a reconstrução da teoria, integrando o caso novo na cadeia teórica preexistente.

O estudo de caso ampliado – embora mobilizável no marco de diversos programas de pesquisa em ciências sociais – se destaca assim pela sua grande afinidade eletiva com o marxismo e sua perspectiva de totalidade, conectando realidade micro com as mais globais tendências do capitalismo contemporâneo.¹ Fonte de uma continuidade orgânica entre epistemologia, metodologia, teoria e política, a coerência da via proposta por Burawoy convida então as ciências sociais a contribuir de forma progressista à expansão e atualização do programa de pesquisa marxista, tendo a “coragem das nossas convicções, depois a coragem para desafiar nossas convicções e, finalmente, a imaginação para manter nossa coragem na reconstrução teórica” (Burawoy, 2014b, p. 77).

¹ Esta proximidade trouxe assim os editores da tradução brasileira de *Extended case method: four decades, four countries, four great transformations and one theoretical tradition* (Burawoy, 2009) a publicar o livro no simples título: *Marxismo sociológico* (Burawoy, 2014b).

Referências

- ANTOINE, Sébastien. “Volóchinov: para uma análise sociológica da ideologia”, *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 27, n. 1, 2022.
- BLIN, Alexia; BURLAUD, Antony; DOUET, Yohann; FERON, Alexandre. “Préface des traducteurs”. In: THOMPSON, Edward P. (Org.). *La misère de la théorie*. Contre Althusser et le marxisme anti-humaniste. Paris: L’échappée, 2015.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BURAWOY, Michael. “Dois métodos à procura da revolução: Trotsky vs. Skocpol”. In: BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico: quatro países, quatro décadas, quatro grandes transformações e uma tradição crítica*. São Paulo: Alameda, 2014a.
- BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico*. São Paulo: Alameda, 2014b.
- BURAWOY, Michael. *The extended case method: four countries, four decades, four great transformations, and one theoretical tradition*. Berkeley: University of California Press, 2009.
- BURAWOY, Michael. “Reaching for the global”. In: BURAWOY, Michael; BLUM, Joseph A.; GEORGE, Sheba; GILLE, Zsuzsa; GOWAN, Teresa; HANEY, Lynne; KLAWITER, Maren; LOPEZ, Steven H.; Ó RIAIN, Seán; THAYER, Millie. *Global ethnography: forces, connections and imaginations in a postmodern World*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- BURAWOY, Michael. “The extended case method”, *Sociological Theory*, v. 16, n. 1, 1998, pp. 4-33.
- BURAWOY, Michael. “Participant observation”. In: “Sociology 272E” Syllabus. University of California: Berkeley, 1994.
- BURAWOY, Michael. “The extended case method”. In: BURAWOY, Michael; BURTON, Alice; FERGUSON, Ann A.; FOX, Kahtryn J.; GAMSON, Joshua; GARTRELL, Nadine; HURST, Leslie; KURZMAN, Charles; SALZINGER, Leslie; SCHIFFMAN, Josepha; UI, Shiori. *Ethnography unbound: power and resistance in the modern metropolis*. Berkeley: University of California Press, 1991.
- BURAWOY, Michael. “Marxism as science: historical challenge and theoretical growth”, *American Sociological Review*, v. 55, n. 6, 1990, pp. 775-793.
- BURAWOY, Michael. “Two methods in search of science: Skocpol versus Trotsky”, *Theory and Society*, v. 18, n. 6, 1989, pp. 759-805.
- GRAMSCI, Antonio. *Écrits politiques - Vol. 1: 1914-1920*. Paris: Gallimard, 1974.
- KEUCHEYAN, Razmig. “Vies de Gramsci”. In: GRAMSCI, Antonio. *Guerre de mouvement et guerre de position*. Paris: La fabrique, 2011.
- LAKATOS, Imre. “Falsification and the methodology of scientific research programmes”. In: KOURANY, Janet A. (Org.). *Scientific knowledge: basic issues in the philosophy of science*. Belmont: Wadsworth Pub. Co., 1987.
- LAKATOS, Imre. “O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica”. In: LAKATOS, Imre e MUSGRAVE, Alan (Org.). *A crítica e o desenvolvimento do conhecimento*. São Paulo: Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

- LAKATOS, Imre. *The methodology of scientific research programmes*. Cambridge & New York: Cambridge University Press, 1978.
- LEVENSON, Zachary. *Delivery as dispossession: land occupation and eviction in the postapartheid city*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- MARX, Karl. *La guerre civile en France*. Paris: Fayard / Mille et une nuits, 2007a.
- MARX, Karl. *Le dix-huit brumaire de Louis Bonaparte*. Paris: Flammarion, 2007b.
- MARX, Karl. *Le capital - Livre 1*. Paris: Flammarion, 1969.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *L'idéologie allemande (Première partie) - Thèses sur Feuerbach - Préface à la critique de l'économie politique*. Paris: Éditions sociales, 1972.
- MILL, John Stuart. *A system of logic, ratiocinative and inductive: being a connected view of the principles of evidence, and the methods of scientific investigation*. New York e London: Harper & Brothers, 1900.
- Ó RIAIN, Seán. "Extending the ethnographic case study". In: BYRNE, David e RAGIN, Charles (Org.). *The SAGE handbook of case-base methods*. London: Sage, 2010.
- POPPER, Karl. *La logique de la découverte scientifique*. Paris: Payot, 1973.
- REHMANN, Jan. *Theories of ideology: the Powers of Alienation and Subjection*. Chicago: Haymarket Books, 2014.
- SALLAZ, Jeffrey. *Lives on the line: how Philippines became the World's call center capital*. New York: Oxford University Press, 2019.
- SKOCPOL, Theda. *States and social revolutions: a comparative analysis of France, Russia, and China*. New York: Cambridge University Press, 1979.
- THOMPSON, Edward P. *La misère de la théorie*. Contre Althusser et le marxisme anti-humaniste. Paris: L'échappée, 2015.
- TROTSKY, Léon. *1905, suivi de Bilan et perspectives*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1969.
- TROTSKY, Léon. *A história da Revolução Russa*. Brasília: Senado Federal, 2017.
- TUĞAL, Cihan. *Passive revolution: absorbing the Islamic challenge to capitalism*. Stanford: Stanford University Press, 2009.
- VYGOTSKI, Lev S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Recebido em 11 de setembro de 2022
Aprovado em 28 de novembro de 2022

O governo Bolsonaro e a agenda de garimpeiros e mineradoras (2019-2022)

The Bolsonaro government and the agenda of prospectors and mining companies (2019-2022)

Ana Carolina Reginatto*

Resumo

Nos últimos quatro anos, o governo de Jair Bolsonaro foi responsável por desmontar parte dos mecanismos regulatórios da mineração brasileira e abrir novas frentes de exploração, tendo as terras indígenas como alvo principal. Partindo da noção gramsciana de Estado Ampliado, o objetivo deste artigo é entender como se desenrolou as articulações entre mineradores e garimpeiros junto aos órgãos estatais na formulação e execução dessas políticas, destacando-se o projeto de lei nº 191 que visa regulamentar a mineração em terras indígenas.

Palavras-chave: governo Bolsonaro; mineração; garimpo

Abstract

In the last four years, the government of Jair Bolsonaro was responsible for dismantling part of the regulatory mechanisms of Brazilian mining and opening new exploration fronts, with indigenous lands as the main target. From the Gramscian notion of the Extended State, the objective of this article is to understand how the articulations between miners and prospectors took place together with state agencies in the formulation and execution of these policies, highlighting the Law Project nº 191 that aims to regulate mining on indigenous lands.

Keywords: *Bolsonaro government; mining; gold-digging*

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Introdução

Ao longo do mandato de Jair Bolsonaro, a atividade garimpeira ressurgiu na agenda política do país depois de vivenciar um período de relativo ostracismo no debate público nacional, a partir dos anos 2000. Mais do que isso, o presidente atuou pessoalmente na defesa da legalização do garimpo em áreas proibidas por lei e seu governo foi responsável por diversas medidas para facilitar o exercício ilegal da atividade, ao mesmo tempo em que os órgãos de fiscalização sofreram um significativo desmonte (De olhos nos ruralistas, 2022a). Por outro lado, as grandes mineradoras tiveram suas demandas atendidas com o aprofundamento da desregulamentação do setor e a abertura de novas frentes para a exploração industrial dos recursos minerais (Reginatto, 2021).

Como segmentos distintos da mineração brasileira¹, a agenda desses dois atores convergiu em alguns momentos e se opôs em outros. No que diz respeito às terras indígenas, alvo da cobiça de garimpeiros e mineradoras, as entidades representativas dos dois segmentos se posicionaram a favor da exploração mineral nesses territórios. Contudo, as formas de articulação para fazer avançar a matéria foram distintas e muitas vezes conflitantes (Reginatto & Wanderley, 2022).

O objetivo deste artigo é analisar justamente como mineradores e garimpeiros se vincularam ao aparelho de Estado durante o governo Bolsonaro para pautar a formulação da política mineral, tendo como objeto privilegiado as tentativas para abrir as terras indígenas à exploração econômica através do projeto de lei nº 191 de 2020.

Com esse intuito, partimos de uma perspectiva gramsciana, nos afastando das abordagens que entendem o Estado como sujeito apartado do conjunto social, provido de plena iniciativa própria ou então objeto passivo dos interesses (econômicos) das classes dominantes. Para Gramsci a sociedade civil é a arena onde as classes e suas frações se organizam, produzem e disseminam visões de mundo e projetos societários, mantendo uma relação orgânica e dialética com a sociedade política – isto é, com os órgãos do Estado em seu sentido restrito (Gramsci, 2016).

Segundo o filósofo marxista, os espaços concretos onde dita organização se articula na sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia (APHs), organizações “ditas privadas” de adesão voluntária, mas que integram plenamente a sociedade política. Disputando a hegemonia e a direção do Estado, agora em seu sentido ampliado, entendido como a complexa interação entre sociedade civil e política (Liguori, 2007, p. 21). Em outras palavras, Gramsci nos fornece um arsenal teórico-metodológico fundamental para compreendermos como projetos classistas são formulados dentro dos APHs e se tornam hegemônicos ao se transformarem em políticas públicas para todo o conjunto social, sem perder de vista os conflitos de classes e intraclasses que permeiam todo esse processo.

¹ Ainda que uma discussão pormenorizada fuja do escopo do artigo, é preciso pontuar alguns elementos da distinção entre garimpo e mineração industrial. Historicamente a garimpagem foi definida como uma atividade rudimentar e artesanal, em oposição aos vultuosos empreendimentos industriais levados a cabo por grandes mineradoras. No entanto, sobretudo a partir da virada para o século XXI, a maior parte das áreas de garimpo no país tornaram-se mecanizadas e com grande aporte de capitais, ainda que pautadas por relações informais de trabalho ou pela ilegalidade de sua atuação (Wanderley, 2015). Neste artigo nos referimos a esse tipo de garimpo e seus agentes.

O PL 191/2020 e a abertura das terras indígenas à iniciativa privada

O texto final da proposta encaminhada pelo governo Bolsonaro ao Congresso Nacional, em fevereiro de 2020, pretende regulamentar as condições específicas para a realização não só da pesquisa e da lavra de recursos minerais em terras indígenas, mas do aproveitamento de hidrocarbonetos e recursos hídricos para geração de energia elétrica nesses territórios, instituindo a indenização àqueles povos pela restrição do usufruto de suas terras (Brasil, 2020).

O projeto segue o estabelecido pela Constituição de 1988, fruto da complexa correlação de forças da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), reunida no apagar das luzes de uma ditadura que exterminou diversos povos indígenas (Comissão Nacional da Verdade, 2014). Naquela quadra histórica, o embate entre grupos nacionalistas, os interesses do grande capital e a luta dos povos originários pela consolidação de sua autonomia territorial não proibiu a atividade mineral nessas áreas, mas exigiu a definição posterior das condições específicas para realização da mineração nesses territórios (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 7; Reginatto, 2019, p. 388-404).

Assim, a Constituição estabelece a competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos e a pesquisa e a lavra de riquezas minerais em terras indígenas, desde que ouvidas as comunidades afetadas, assegurando-lhes a participação nos resultados da lavra, na forma da lei – isto é, a ser estipulado por lei ordinária (Brasil, 1988).

Desde então, ao menos vinte projetos foram apresentados para regulamentar a matéria sem atingirem o consenso político necessário para serem aprovados (Wanderley *et al*, 2020, p. 579). Dessa forma, a mineração industrial em terras indígenas permanece ilegal no país. No caso do garimpo, a Constituição proíbe expressamente a atividade nesses territórios (Brasil, 1988), assim como a lei do Regime de Concessão de Lavra Garimpeira de 1989, ainda que o Estatuto do Índio permita o garimpo realizado pelos próprios indígenas (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 8).

Além disso, no começo dos anos 2000, o Brasil ratificou a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que estabelece, entre outros pontos, que os governos devem implementar procedimentos de consulta aos povos interessados antes de propor leis, empreender ou autorizar programas de prospecção ou exploração de recursos existentes em terras indígenas. A Convenção também determina a concessão, sempre que possível, de participação das comunidades nos benefícios que tais atividades produzam e a indenização a qualquer dano causado (Brasil, 2004).

Contudo, a despeito da previsão constitucional e dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a formulação do PL 191 não contou com a participação de lideranças ou organizações indígenas. As discussões foram capitaneadas apenas por membros do Ministério de Minas e Energia (MME), do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais (SAG) da Casa Civil, do Programa de Parceria de Investimentos (PPI), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência (SAJ), além das consultorias jurídicas do Ministério da Justiça e do MME (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 17).

De saída, a forma como o PL 191 define o que são as terras indígenas é extremamente problemática. Em flagrante desrespeito à Constituição, que não escalona direitos de acordo com a fase do processo demarcatório, o projeto só considera como terras

indígenas aquelas que já foram homologadas pelo presidente da República – a última fase de um longo caminho burocrático até a demarcação (*ibidem*, p. 25).

Dessa forma, o PL valida todos os requerimentos minerários que tenham sido solicitados ou protocolados sobre as terras cujas demarcações ainda não tenham sido finalizadas, permitindo o exercício da atividade em caráter provisório até que a homologação seja concedida. Nesse intervalo de tempo, dispensa procedimentos fundamentais para a garantia do bem-estar e dos direitos fundiários das comunidades, como a realização de estudos prévios e a consulta dos afetados. Sem falar na possibilidade de autorização automática dos empreendimentos, caso não seja realizada a apreciação do Congresso Nacional no prazo de quatro anos e a desobrigação do empreendedor de qualquer exigência legal, inclusive de recuperação ambiental, se a autorização não for concedida (*ibidem*).

Ao mesmo tempo, o texto final da proposta restringiu consideravelmente o papel a ser exercido pela Funai e abriu brechas para que o órgão estabeleça regras mais flexíveis. Nesse sentido, o PL desobriga a Fundação de exercer duas funções imprescindíveis aos interesses das comunidades afetadas: definir o limite máximo da área a ser explorada em determinada terra indígena e indicar previamente as possíveis consequências sobre o bem-estar das comunidades em questão, tendo em vista os impactos ambientais do empreendimento. O projeto também estabelece que a Fundação ficará responsável pela definição dos limites para a proteção das comunidades indígenas isoladas, dentro das quais estarão vedadas as atividades previstas no PL. Porém, esse mecanismo pode permitir uma flexibilidade maior nos parâmetros de proteção dos povos isolados, que poderão ser alterados a partir de medidas normativas da Funai, sem passar pelo debate público e pelo Congresso Nacional (*ibidem*, p. 17-18).

Em relação à consulta aos povos indígenas, o PL 191 admite a possibilidade de veto somente em relação ao garimpo realizado por não indígenas. Para as demais atividades econômicas, a proposta prevê apenas a oitiva das comunidades para levar informações sobre o caráter dos empreendimentos, sem estipular os protocolos a serem seguidos (Brasil, 2020). Ao fim e ao cabo, as comunidades afetadas serão apenas informadas sobre as formas de desenvolvimento de tais atividades em suas terras, ficando livres para consentir sua realização, mas não para recusá-la (Wanderley *et al.*, 2020, p. 583).

Em seus dispositivos finais, a proposta do governo ainda prevê a alteração do Estatuto do Índio, permitindo o exercício de outras atividades econômicas pelos indígenas em suas terras, tais como agricultura, pecuária, extrativismo e turismo. O projeto também determina uma modificação fundamental no artigo 1º da Lei nº 11.460 de 2007, liberando o cultivo de organismos geneticamente modificados em terras indígenas (*ibidem*).

No dia 6 de fevereiro de 2020, o PL foi anunciado pelo Executivo como um “grande passo” para a realização de “um sonho”, uma espécie de “Lei Áurea” para os povos indígenas, nas palavras do presidente e do então ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 39). Trata-se, na verdade, de um dos maiores ataques aos direitos constitucionais dos povos originários, liberando descaradamente suas terras ao avanço da iniciativa privada.

Ainda que tente maquiar um suposto cumprimento ao disposto na letra constitucional e nos compromissos internacionais, o PL 191 não prevê uma consulta efetiva aos povos indígenas, já que só autoriza a possibilidade de veto ao garimpo realizado por

não indígenas. No entanto, mesmo nesse caso, ao prever alterações no Estatuto do Índio, o projeto fragiliza as exigências para a realização de atividades econômicas e os impedimentos para a entrada de terceiros nas terras indígenas, abrindo caminho para a manutenção do garimpo mesmo sem o consentimento das comunidades, além de arrendamentos em benefício de criadores de gado ou de grandes produtores de soja. O que já ocorre, também de forma ilegal, no estado do Mato Grosso, por exemplo (Le Touneau, 2019). Ao mesmo tempo, autoriza a manutenção de atividades exploratórias em curso nas terras cuja demarcação não tenha sido homologada e abre brecha para a implementação de flexibilizações normativas pela Funai.

A proposta do governo tampouco considerou qualquer imposição de limite máximo explorável dentro das terras indígenas, de modo a garantir a preservação de condições territoriais mínimas para a reprodução física e cultural das comunidades. O PL também não exige a realização de estudos prévios sobre os impactos ambientais que tais empreendimentos necessariamente provocarão, impedindo que os grupos afetados sejam informados antecipadamente sobre os possíveis danos.

Por fim, ao liberar o cultivo de organismos geneticamente modificados, atenta frontalmente contra a segurança alimentar dos povos originários, deixando as comunidades dependentes de “pacotes tecnológicos” que vinculam o cultivo de sementes transgênicas ao uso de agrotóxicos e outros aditivos caros e inadequados aos hábitos alimentares tradicionais (Bensusan, 2020).

Dessa forma, o PL 191 assegurou amplas garantias apenas aos empreendimentos econômicos a serem realizados nas terras indígenas, fragilizando os direitos fundiários assegurados constitucionalmente aos povos originários. De acordo com o levantamento realizado pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração (CNDTFM), a direção do Grupo de Trabalho que elaborou a minuta do PL coube ao MME, cujas sugestões para a defesa dos interesses privados desde a primeira minuta do projeto foram asseguradas pelo texto final da proposta (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 16-24). Como discutiremos a seguir, o Ministério manteve uma intensa articulação com o empresariado da mineração industrial ao longo de toda administração de Jair Bolsonaro, mantendo as portas de seus gabinetes abertas também aos empresários do garimpo e suas entidades.

O governo Bolsonaro e os garimpeiros

Os APHs ligados ao garimpo que exerceram um protagonismo maior junto aos órgãos estatais nos últimos quatro anos foram a Associação Nacional do Ouro (Anoro) e a Associação Brasileira dos Metais Preciosos (Abramp) (Angelo, 2020a; Reginatto & Wanderley, 2022).

A Anoro foi criada em 1986 e é presidida por Dirceu Santos Frederico Sobrinho, um dos maiores empresários do garimpo. Dono das empresas D’Gold, Mineradora Ouro Roxo e F. D’Gold, Sobrinho acumula denúncias feitas pelo Ministério Público Federal (MPF). Entre elas, é réu em um processo por danos ambientais em Itaituba (PA) e foi acusado de lavagem de dinheiro em um caso de apreensão de barras de ouro, procedentes de garimpos ilegais de unidade de conservação (*ibidem*, p. 36). No último escândalo envolvendo seu nome, em maio de 2022, acabou reconhecendo que a carga

apreendida pela Polícia Federal com mais de 70 quilos de ouro, avaliada em R\$ 23 milhões, era de propriedade da F. D'Gold, mas não provinha de garimpos ilegais (JN, 06/05/2022).

Desde o primeiro ano do governo Bolsonaro, a Anoro se posicionou a favor da regulamentação da mineração e da liberação do garimpo em terras indígenas, defendendo o poder de veto dos povos atingidos e a preservação das comunidades isoladas, mas sem o estabelecimento de um limite de área explorável nos territórios aptos às duas atividades (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 55-57).

Já a Abramp foi fundada mais recentemente, em 2017. Logo após a divulgação do PL 191, o então presidente da entidade, Rogério Manoel, declarou que o papel da Associação seria defender os interesses dos garimpeiros nas discussões da proposta no Congresso Nacional (*ibidem*, p. 60).

Outra entidade com papel mais secundário, mas representada por uma liderança histórica dos garimpeiros, foi a Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot). Criada 1990, a Amot também defendeu a regulamentação da mineração e a liberação do garimpo em terras indígenas desde o início da administração Bolsonaro. Para a Associação, os indígenas deveriam ter poder de veto e poderia haver terras totalmente preservadas, sobretudo, de comunidades isoladas. Nos territórios em que a atividade fosse permitida, no entanto, não deveria existir nenhum limite de área explorável (*ibidem*, p. 58).

Uma das lideranças mais destacadas da Amot é José Altino Machado, fundador da União Sindical dos Garimpeiros da Amazônia Legal (Usagal), que chegou a comandar mais de 350 mil homens em vários garimpos abertos na região. Entre as décadas de 1970 e 1990, Altino Machado também foi responsável pelas três maiores invasões à Terra Indígena Yanomami (*ibidem*, p. 36).

Esses APHs e agentes circularam continuamente entre os gabinetes do mais alto escalão do governo Bolsonaro, construindo estratégias de atuação e um discurso unificado para favorecer o garimpo e liberar as terras indígenas para a atividade. Além de ministros e outras figuras proeminentes, contaram com a militância ativa do próprio presidente.

Entre 2019 e 2021, por exemplo, Altino Machado, Frederico Sobrinho e outros representantes da Abramp e da Anoro, reuniram-se em ao menos seis ocasiões com os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil), Ricardo Salles (Meio Ambiente), general Augusto Heleno (GSI), Bento Albuquerque (MME) e Sérgio Moro (Justiça), além do secretário do MME, Alexandre Vidigal, e do vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Muitas vezes, esses encontros contaram com a participação de supostas lideranças indígenas e de parlamentares vinculados ao agronegócio e ao garimpo. Entre os principais temas, foram abordados a regularização fundiária, a exploração mineral em terras indígenas e o fim das ações repressivas e da destruição de equipamentos dos garimpos ilegais (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 36-40).

Os membros do alto escalão que estabeleceram um contato mais explícito com os garimpeiros foram o vice-presidente e o ministro Ricardo Salles, que ocupou a pasta até junho de 2021. Mourão, por exemplo, ao assumir a chefia do Conselho Nacional da Amazônia Legal, em 2020, criou um grupo de trabalho para acompanhar e avaliar o exercício da atividade na região. Paralelamente, o vice-presidente reproduziu diversas vezes antigas *fake news* sobre os indígenas. Entre elas, a de que existem “indígenas de

grife” que criticam a exploração desses territórios em fóruns internacionais, mas possuem “um [automóvel] 4x4” (Agostine, 2020).

Ricardo Salles, por seu turno, chegou a defender o garimpo e outras atividades econômicas em terras indígenas ao acompanhar uma operação de fiscalização contra garimpos ilegais. O fato ocorreu em agosto de 2020, no município de Jacareacanga (PA). Na ocasião, o ministro afirmou, perante a garimpeiros e supostas lideranças indígenas que protestavam contra a operação, que o mais importante no momento era parar “de fazer de conta que os indígenas não querem garimpar, produzir lavoura, ou não querem em certos casos ter atividades no setor madeireiro florestal, como se isso fosse uma verdade absoluta” (G1, 05/08/2020).

No dia seguinte, Salles ainda mobilizou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) para levar garimpeiros da região ao seu encontro em Brasília. Logo depois, o MPF abriu uma investigação para apurar o vazamento da operação em questão, isto é, como a ida do ministro a Jacareacanga impossibilitou o flagrante das atividades ilegais e a apreensão de equipamentos. Os procuradores também solicitaram a apuração do transporte de garimpeiros ilegais ao Distrito Federal (Reginatto & Wanderley, 2022, p.41).

O próprio presidente Jair Bolsonaro recebeu lideranças em seu gabinete. Em março de 2021, por exemplo, reuniu-se com uma comitiva liderada por João Sidnei Gessi. O empresário, ligado ao ramo madeireiro, também é sócio do cantor sertanejo e ex-deputado federal, Sérgio Reis, na Cooperativa Kayapó Ltda., criada para explorar e comercializar recursos minerais dentro da reserva indígena Kayapó. Alguns dias antes da reunião, a empresa foi alvo de um manifesto de lideranças Kayapó que solicitaram sua extinção por visar apenas a exploração das terras indígenas, “com grande extração, exploração agroindustrial, produção e comercialização comum de essências nativas” da reserva.

Ao final do encontro, o presidente gravou um vídeo para o “amigo” Sérgio Reis, elogiando a “parceria” com os indígenas e defendeu que os territórios dos povos originários devem ser usados “pelo bem deles e do Brasil para a exploração mineral e de recursos hídricos” (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 43).

Em maio de 2021, Bolsonaro também fez sua primeira visita oficial a uma terra indígena. Na ocasião, ao vistoriar o 5º Pelotão de Fronteira do Exército, que fica dentro do território Yanomami, o presidente recebeu uma carta de algumas lideranças e afirmou que respeita a decisão das comunidades contra o garimpo, mas que trabalha para aprovar a mineração em terras indígenas, porque essa é, segundo ele, uma demanda “dos índios” (*ibidem*, p. 44). Alguns meses depois, em outubro do mesmo ano, Bolsonaro foi o primeiro mandatário da República a visitar uma área de garimpo ilegal, localizada na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Diante de algumas dezenas de garimpeiros, o chefe do Executivo Federal defendeu o PL 191, declarando que a proposta não é impositiva, mas diz apenas que “se vocês quiserem plantar, vão plantar. Se vão garimpar, vão garimpar, vão garimpar. Se quiserem fazer algumas barragens no vale do rio Cotingo, vão poder fazer” (Maisonave & Carvalho, 2021).

Nos últimos quatro anos, o discurso de que a liberação da exploração mineral em terras indígenas trará o progresso e é uma demanda dos próprios indígenas uniu o presidente, membros do alto escalão do governo e garimpeiros, trazendo péssimas con-

sequências para os povos originários. Para conferir maior legitimidade à estratégia, lideranças ou mesmo associações indígenas inteiras foram arregimentadas para militar em prol do PL 191 e da abertura desses territórios à iniciativa privada.

Desde o início de seu mandato, Bolsonaro esteve envolvido na formação de supostas lideranças do movimento indígena. Recém-eleito, o presidente nomeou a tenente do Exército, Silvia Nobre Waiãpi, para integrar sua equipe de transição. Longe da comunidade indígena em que nasceu no Amapá desde os 13 anos, a militar chegou a ser secretária nacional de saúde indígena, mas foi obrigada a deixar o cargo após o MPF denunciar que sua gestão estava dificultando uma ordem judicial para a contratação de novos profissionais para a área. Em seguida, foi nomeada conselheira de promoção da igualdade racial do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Desde então, Nobre Waiãpi se aproximou da chefe da pasta, Damares Alves. A ex-ministra, recém-eleita senadora (Republicanos-DF), foi uma das grandes divulgadoras da atuação da militar no governo Bolsonaro (Gabriel, 2022).

Logo no primeiro mês de seu mandato, em janeiro de 2019, o presidente também recebeu Irisnaide de Souza Silva para discutir a regulamentação da mineração em terras indígenas. Evangélica, Silva é neta e filha de antigos garimpeiros da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e defende abertamente que os indígenas têm direito a explorar suas terras e recursos. Paralelamente à chegada de Bolsonaro ao poder, Silva tornou-se presidente da Sociedade de Defesa dos Índios Unidos de Roraima (Sodiurr). Nos últimos quatro anos, a liderança intensificou a mensagem pró-integração via abertura dos territórios às atividades econômicas, alinhando seu discurso e a atuação da Sodiurr ao Executivo Federal e aos governos estaduais bolsonaristas na região amazônica (Eisenhammer, 2021)².

Outra entidade que também atuou na mesma direção foi a Associação Indígena Pusuru (AIP). Presidida por Francenildo Kaba, a AIP conta com a assessoria de Edward Luz e Fernando Brandão. O primeiro é conhecido como o “antropólogo dos ruralistas”, por sua atuação em processos que tentam reverter a demarcação de terras. O segundo é proprietário do Brandão e Pedroza Advogados Associados, maior escritório de advocacia de Itaituba (PA), uma das regiões com mais garimpos ilegais do país (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 46).

Em 2021, diante dos ataques constantes de garimpeiros às terras dos povos Munduruku e Yanomami, os três participaram da mobilização “Abril Indígena” em Brasília, articulada pelo governo federal e por empresários do segmento para demonstrar um suposto apoio indígena à garimpagem e à liberação de outras atividades nesses territórios (CIMI, 2022, p. 14). Na ocasião também foi organizada uma “vaquinha do garimpo” para transportar cerca de 130 indígenas Munduruku até a capital para protestarem a favor do PL 191 (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 46).

Para além do discurso, muitos indígenas que atuam na militância pró-garimpo também se envolveram na repressão às lideranças que lutam contra a atividade. De acordo com o MPF, membros da AIP foram responsáveis pelo incêndio e pela destruição da sede da Associação de Mulheres Wakoborün, em março de 2021. Alguns meses depois, no final de maio, Valmar Kaba, indígena eleito vice-prefeito de Jacareacanga (PA), também esteve envolvido nos ataques às lideranças Munduruku, capitaneados

² Para uma retrospectiva da atuação de Silva ver: <<https://www.instagram.com/irisnaidedesouza>>. Acesso em 17 set. 2022.

por garimpeiros da região. Depois de fugir, o vice-prefeito acabou preso no dia 9 de julho (*ibidem*, p. 47).

Forjado a partir do desprezo a qualquer processo de seleção representativa pelas comunidades, o aliciamento de indígenas por garimpeiros é fomentado não só em virtude das promessas de enriquecimento econômico, mas do oferecimento de possibilidades de ascensão política dentro de associações, como a AIP, ou em cargos eletivos. Foi o que ocorreu no caso de Valmar Kaba, por exemplo. Nas eleições de 2022, algumas dessas lideranças também concorreram a cadeiras no Legislativo Federal.

Irisnaide Silva foi candidata pelo Republicanos de Roraima, mas não conseguiu se eleger. Já Silvia Waiãpi conquistou uma vaga na Câmara dos Deputados pelo Partido Liberal do Amapá. No início do segundo turno, a deputada eleita assumiu a coordenação da campanha de Bolsonaro à reeleição. Sua posse, no entanto, está em risco já que o Ministério Público Eleitoral a denunciou por ter utilizado recursos de sua campanha para pagar um procedimento estético (Gabriel, 2022).

A relação do governo com os garimpeiros rendeu benefícios concretos à atividade, incluindo os garimpos ilegais. Tanto o Executivo Federal, quanto os governos estaduais chefiados por políticos bolsonaristas editaram medidas nessa direção. Nos primeiros meses de 2021, os governadores de Rondônia e Roraima tentaram regulamentar o licenciamento ambiental da atividade garimpeira, permitindo, no caso de Roraima, até mesmo o uso de mercúrio. As decisões de Marcos Rocha (União Brasil-RO) e Antonio Denarium (PP-RR), no entanto, foram suspensas por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 42). Para contornar a situação, em julho de 2022, Denarium sancionou uma lei proibindo a destruição de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização, um atalho para a manutenção das atividades dos garimpeiros ilegais que o ajudaram a se reeleger ainda no primeiro turno (Amaral, 2022).

No final de 2021, através da Medida Provisória nº 1.089, Bolsonaro retirou a exigência de autorização prévia pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para a construção de pistas de pouso, facilitando com uma canetada a construção de espaços clandestinos para o garimpo ilegal na Amazônia (Ridart, 2022).

Já no começo de 2022, a pretexto de beneficiar a mineração de pequeno porte, o presidente assinou dois decretos. O primeiro, publicado em fevereiro, autoriza a Agência Nacional de Mineração (ANM) a simplificar os atos processuais e os procedimentos de outorga mineral para empreendimentos de pequeno porte, favorecendo diretamente o garimpo (De olho nos ruralistas, 2022a). De acordo com relatório recente da Controladoria-Geral da União (CGU), o órgão responsável pela regulação de todo o setor mineral do país ainda tem concedido permissões para garimpeiros sem uma checagem mínima de licenças ambientais (Angelo, 2022a).

O segundo decreto de Bolsonaro, promulgado em março, criou o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala (Pró-Mape). A medida define a atividade a ser impulsionada pelo governo como a “extração de substâncias minerais garimpáveis”, priorizando a região da Amazônia Legal (Brasil, 2022). Diante da proximidade explícita do governo com o garimpo ilegal, o decreto parece mais uma tentativa de favorecer, conferindo um viés de legalidade, a atividade que atua à margem da própria lei.

Para os povos indígenas, o alinhamento entre a administração de Jair Bolsonaro e os garimpeiros promoveu um aumento exponencial da garimpagem em seus territórios. Entre 2018-2022, a atividade avançou mais de 300% nas terras dos povos Mundurucu e Yanomami, 475% no território Apyterewa, 150% na Terra Indígena Las Casas e 80% na área Kayapó (De olho nos ruralistas, 2022a).

Tal avanço territorial foi acompanhado pela escalada da violência aberta contra as lideranças que lutam para barrar o garimpo em suas terras. Somente em 2021, foram contabilizados 355 episódios de violência contra pessoas indígenas, maior número registrado desde 2013. Esse aumento quantitativo foi marcado pela intensificação da truculência, incluindo relatos de envenenamento, esfaqueamento, enforcamento e afogamento (Cimi, 2022). Dessa forma, enquanto a ação unificada do governo com garimpeiros trazia benefícios concretos para a atividade ilegal, uma “tempestade perfeita” atingiu os direitos dos povos indígenas e suas condições de vida.

A “boiada” das mineradoras

Na fatídica reunião ministerial do dia 22 de abril de 2020, o então titular da pasta do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou aos seus colegas de governo que era preciso aproveitar o destaque conferido pela mídia à pandemia de covid-19 para acelerar a execução da agenda de devastação do Executivo Federal. Nas palavras do ministro, era possível “ir passando a boiada” e ir mudando todo o regramento infralegal através do “parecer, caneta, parecer, caneta”³.

Em dois anos, a “boiada” descrita por Salles percorreu diversos ministérios para a satisfação dos interesses do agronegócio, de madeireiras e de mineradoras. Nesse último caso, os “bois” foram guiados por agentes do governo em diálogo constante com os APHs do empresariado da mineração industrial, passando por cima de marcos regulatórios e tendo os territórios indígenas como uma “terra prometida”.

A entidade mais importante do segmento é, sem dúvida, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Criado em 1976, ao final da última ditadura, o Ibram representou um salto qualitativo no processo de organização dos mineradores enquanto fração de classe. Naquela quadra histórica, a fundação do Instituto partiu da consciência de alguns empresários de que era preciso unificar a ação política dos mineradores em uma só entidade representativa de todo o setor, superando a fragmentação de associações vinculadas à exploração de minerais específicos – consolidada desde meados da década de 1930 (Reginatto, 2019, p. 139-148). Atualmente, o Ibram reúne as maiores mineradoras que atuam no país, como a Vale, Alcoa, Votorantim, Kinross, Anglo American, entre outras (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 49).

Outro APH fundamental é a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração (ABPM), fundada em 2012. Entre suas associadas estão subsidiárias dos grupos Votorantim e Orinoco. Seus principais diretores e conselheiros possuem extensa trajetória por outras entidades empresariais, como o Ibram, além de já terem atuado em grandes conglomerados mineradores e de investimentos, tais como: Gold Fields, Nexa Resources, AngloGold Ashanti, Rio Tinto & Alcan, Vale e Warburg Pincus. O

³ A íntegra da fala do ministro está disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=2odt6e1L-Xc&feature=youtu.be>>. Acesso em 22 abr. 2020.

presidente da Associação é Luis Mauricio Ferraiuoli Azevedo, sócio do escritório de consultoria FFA Legal & Support Mining Companies (*ibidem*, p. 53).

O canal mais importante de articulação entre o empresariado da mineração e seus APHs com o Estado (restrito) se desenvolveu no âmbito do MME. Com destaque para a atuação do ministro Bento Albuquerque e de Alexandre Vidigal, chefe da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral (SGM). Os dois eram relativamente desconhecidos do setor até a chegada de Bolsonaro ao poder e, para os parâmetros de alta rotatividade do governo, permaneceram bastante tempo em seus postos. Vidigal pediu dispensa em meados de 2021 e Albuquerque em maio do ano seguinte (G1, 11/05/2022). Entre janeiro de 2019 e agosto de 2022, somente a Secretaria se reuniu 26 vezes com executivos do Ibram. Na prática, esse volume de encontros representou uma reunião a cada dois meses (De olho nos ruralistas, 2022a).

Albuquerque e Vidigal também marcaram presença nos eventos nacionais e internacionais mais importantes do setor, liderando comitivas com APHs empresariais para divulgar e debater os “avanços” regulatórios e novas possibilidades de investimentos na mineração do país (Reginatto & Wanderley, 2022).

Na convenção anual do *Prospectors & Developers Association of Canada* (PDAC) de 2019, Albuquerque garantiu que o governo recém-eleito pretendia “ampliar o acesso aos recursos minerais existentes em áreas restritivas à mineração, como terras indígenas e faixas de fronteira” (*Folha S. Paulo*, 05/03/2019). No evento do ano seguinte, Alexandre Vidigal reafirmou o “profundo compromisso” da administração Bolsonaro em “promover avanços regulatórios, legais e ambientais” para trazer maiores investimentos para o setor. À época, o presidente do Ibram elogiou a intenção do governo em abrir quase 40% do território brasileiro que se encontrava indisponível para a atividade. Em 2021, o lema da comitiva brasileira na convenção foi: “o amanhecer de novas oportunidades de exploração” (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 42).

Além disso, a partir de 2019, a SGM passou a montar um escritório no maior evento da mineração brasileira, a Exposibram, organizada pelo Ibram anualmente desde a década de 1980. No estande do órgão, os participantes da exposição podem agendar reuniões diretamente com o Secretário e demais diretores da SGM (*ibidem*).

Sob a capitania do MME e da Secretaria, foi lançado em setembro de 2020 o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD), uma espécie de síntese da política mineral do governo Bolsonaro com metas para o setor até 2023. A elaboração do Programa contou com a participação de uma expressiva rede de entidades empresariais, que se reuniram entre julho e agosto daquele ano para redigir o PMD dentro do Ministério. Entre as mais importantes estavam a ABPM, o Conselho de Mineração da Confederação Nacional das Indústrias (Comin-CNI), a Agência para o Desenvolvimento e Inovação do Setor Mineral Brasileiro (Adimb), a Associação Brasileira do Alumínio (Abal), a Associação Brasileira do Carvão Mineral (ABCM), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (ABM) e a Associação dos Municípios Mineradores do Brasil (Amig), além do escritório FFA Legal (Angelo, 2020b).

Sob o *slogan* “Brasil: uma mina de oportunidades”, o PMD prevê uma reestruturação da ANM para acelerar a tramitação dos processos minerários e “aprimorar” o licenciamento ambiental, como uma das metas do projeto “Mineração de resultados”⁴.

Ao longo do governo Bolsonaro, a chefia da Agência ficou a cargo de Victor Hugo Froner Bicca, um nome bastante familiarizado com os representantes políticos das grandes mineradoras. Funcionário do antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Bicca foi nomeado ainda em 2018, tendo como padrinho Leonardo Quintão, mais conhecido como o “deputado da mineração”. Em 2015, quando exercia o mandato pelo PMDB-MG, Quintão era o relator do projeto do novo Código de Mineração e apresentou um substitutivo cujo conteúdo havia sido criado em um laptop do escritório de advocacia Pinheiro Neto, representante das controladoras da mineradora Samarco – a Vale e a BHP (Reginato & Wanderley, 2022, p. 31-32).

Desde o lançamento do PMD, a execução de suas metas contou com a parceria da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entidade internacional conhecida como o “clube dos países ricos”, por reunir entre seus membros mais importantes cerca de 80% do comércio e dos investimentos mundiais (UOL, 26/01/2022). Em meados de 2020, a ANM firmou um acordo de assessoria com a Organização para identificar barreiras regulatórias que afetassem o setor mineral. À época, o diretor da Agência, Tomás Albuquerque, declarou que a parceria previa a implementação de uma “guilhotina regulatória” para “cortar, desobstruir e tocar para frente” uma reforma infralegal dos marcos que regulam a mineração brasileira, considerados como “entraves” para o mercado (Angelo, 2020c)⁵.

A partir de então, através da implementação do Sistema de Oferta Pública e Leilão de Áreas, a ANM aumentou consideravelmente a disponibilidade de novas áreas para a atividade mineral, liberadas de forma mais rápida por rodadas online. Somente no biênio 2020-2021, foram quase 16.500 áreas ofertadas pelo órgão (De olho nos ruralistas, 2022a).

A Agência também instituiu um limite máximo de 120 dias para o anúncio da liberação ou do veto de requerimentos de pesquisa mineral. Esse limite não existia anteriormente e agora, se até o final do prazo o órgão não se pronunciar, o pedido será aprovado automaticamente. Além disso, foi criado um sistema online para o recebimento dos pedidos e implementado um esquema de autodeclaração, isto é, as próprias empresas devem definir os limites das áreas que desejam pesquisar e garantir que não existirá interferências em terras indígenas ou unidades de conservação, por exemplo. Ao mesmo tempo, sob o pretexto da pandemia, a Agência regularizou a concessão da Guia de Utilização para o minerador em fase de pesquisa sem vistoria presencial e antes do licenciamento ambiental (Angelo, 2020c).

⁴ O PMD está disponível em <<https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/publicacoes-1/programa-mineracao-e-desenvolvimento/programa-mineracao-e-desenvolvimento-pmd-2020-2023.pdf/view>>. Acesso em 20 mar. 2021.

⁵ Ver também uma série de reuniões virtuais entre empresários e diretores da ANM, promovida pelo escritório de consultoria FFA Legal. Disponível no canal do escritório no Youtube <<https://www.youtube.com/c/FFALegalSupportForMiningCompanies/videos>>. Acesso em 27 nov. 2020.

Todas essas medidas, com destaque para a adoção de limites de prazo com aprovação automática e mecanismos de autodeclaração para a iniciativa privada, estão respaldadas pela Lei de Liberdade Econômica e seus decretos regulamentadores, editados ainda em 2019 (Reginatto, 2021). Paralelamente, a Agência que deveria regular o setor vem passando por um processo de sucateamento, com falta de pessoal e desmonte da área de arrecadação financeira, denunciado por seus próprios servidores (Angelo, 2020d).

Em relatório publicado no começo deste ano, fruto da parceria com a ANM, a OCDE elogia abertamente a Lei de Liberdade Econômica, destacando o instrumento de aprovação automática e as medidas de desregulamentação já adotadas pela Agência no âmbito do PMD⁶. A Organização recomenda ainda a continuidade da implementação dessa agenda de modificações infralegais, enaltecendo a importância da simplificação do licenciamento ambiental. A publicação do documento se deu logo após o anúncio do convite oficial da Organização para que o Brasil negocie sua entrada na entidade, o que foi pedido formalmente pelo país em 2017 (Angelo, 2022b).

Em relação ao licenciamento, ainda em 2021, o governo Bolsonaro editou o Decreto nº 10.657, instituindo a política de “apoio ao licenciamento ambiental” para projetos de investimentos na produção de minerais considerados “estratégicos”. Em síntese, a medida simplifica os trâmites para a permissão do licenciamento, concedendo a um comitê interministerial a tarefa de coordenar a execução da nova política. Comitê que não contará com a participação da pasta diretamente envolvida na questão, a do Meio Ambiente (Angelo, 2021).

Essa ausência do Ministério contrasta com seu intenso ativismo junto às mineradoras e entidades empresariais do setor para a formulação de políticas públicas. De acordo com levantamento realizado pela organização *De olho nos ruralistas*, a pasta recebeu 95 agentes, sendo 88 empresas e sete organizações representativas, entre janeiro de 2019 e agosto de 2022. Só a Vale, campeã de multas ambientais, participou de 53 reuniões no Ministério (De olho nos ruralistas, 2022b).

No que diz respeito à regulamentação da mineração em terras indígenas, a pauta está prevista como uma das metas do projeto “Minera Brasil” do PMD. De acordo com o jornalista Maurício Angelo, a matéria foi incluída por sugestão da ABPM, tendo como prioridade inicial a disponibilização de oito terras indígenas para a exploração mineral, em até quatro anos (Angelo, 2020c).

O Ibram, por seu turno, desde o começo do governo Bolsonaro, tem alternado seu posicionamento sobre a questão no âmbito público. Em agosto de 2019, quando o tema era propagandeado como um horizonte concreto por Bento Albuquerque no PDAC daquele ano, o Instituto declarou que a exploração em terras indígenas estava fora de sua agenda de reivindicações há décadas (Reginatto & Wanderley, 2022, p. 50).

Contudo, no mês seguinte, o diretor de Assuntos Ambientais da entidade, Rinaldo Mancin, afirmou para a pesquisa do CNDTFM que o Ibram era a favor apenas da regulamentação da mineração industrial, sendo contrário à liberação do garimpo. Nas

⁶ O relatório está disponível em <https://www.oecd-ilibrary.org/sites/df9252dc-pt/index.html?itemId=/content/publication/df9252dc-pt&_csp_=587f50ec2173b87c962eeeb21bf0d931&itemIGO=oecd&itemContentType=book>. Acesso em 01 out. 2022.

palavras do diretor, dada a sensibilidade social que o tema suscita, “somente a atividade mineral legalizada, de natureza empresarial, poderia ter o perfil adequado para fazer frente à demanda de tamanha complexidade”. Além disso, o Instituto também defendeu que os indígenas não deveriam ter direito a vetar projetos em seus territórios e que não deveria haver limite de área a ser explorada nas terras indígenas, nem comunidades totalmente preservadas (*ibidem*, p. 61).

Quando a proposta do governo foi divulgada em 2020, o então diretor-presidente da entidade, Flávio Penido, declarou que o Instituto não estava “defendendo, nem propondo” a mineração em terras indígenas e que se não estivesse tudo “apaziguado” entre o governo, o Congresso e os povos indígenas, “nenhuma mineradora ligada ao Ibram” entraria nesses territórios para minerar (*ibidem*, p. 51).

Logo em seguida, no entanto, a entidade emitiu uma nota a seus associados afirmando que considera “factível” a regulamentação da mineração em terras indígenas “desde que haja plena segurança jurídica para a realização dos investimentos”. Na mesma época, Penido foi às páginas do jornal *Folha de S. Paulo* defender que a proposta do governo é merecedora do apoio de todos os brasileiros e do respaldo do setor produtivo (*ibidem*, p. 52).

Em março de 2022, o discurso mudou novamente e o Ibram divulgou outra nota declarando que o PL “não é adequado” e que é preciso observar a Convenção n° 169, estabelecendo a consulta dos povos afetados. O documento também ressaltou que a entidade condena o garimpo ilegal “em terras indígenas, na Amazônia ou em qualquer parte do território nacional, e acredita que esta atividade deve ser rigorosamente combatida e seus promotores responsabilizados penalmente” (Amaral, 2022).

Essa polifonia de posicionamentos não condiz com a própria trajetória do Instituto, já que a defesa da mineração em terras indígenas é uma agenda histórica da entidade. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte (1987-1988), o presidente do Ibram à época defendeu que o “índio brasileiro” já era bastante “aculturado” e que as “tribos” seriam beneficiadas pelos *royalties* decorrentes da exploração mineral em seus territórios. No mesmo período, o APH também fez parte da coalizão empresarial midiática que buscou deslegitimar a atuação das associações indígenas junto aos deputados constituintes (Reginatto, 2019, p. 388-404).

Além disso, mineradoras associadas ao Ibram e com interesses em terras indígenas receberam um volume significativo de investimentos de fundos internacionais nos últimos cinco anos. Somente a Capital Group, a BlackRock e a Vanguard, investiram 14,8 bilhões de dólares em empresas que possuem um histórico de violações socioambientais e investidas sobre os territórios dos povos originários, como a Vale e a Anglo American. Ao lado de outras multinacionais, as duas mineradoras possuem 225 requerimentos minerários ativos junto à ANM que se sobrepõem a 34 terras indígenas (Angelo, 2022c).

Para completar a falácia do Ibram, em julho de 2022, a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) enviou um ofício ao presidente Bolsonaro solicitando que o Brasil abandone a Convenção n° 169. Entre as entidades que fazem parte da FIEPA está o Simineral, que tem como associadas a Vale e a Alcoa, membros do Instituto (Angelo, 2022d).

A tentativa de se desvencilhar publicamente do apoio à regulamentação da mineração em terras indígenas veio somente no último ano do governo Bolsonaro, depois

de quatro anos de lutas intensas dos povos originários contra a matéria. A suposta preocupação com as comunidades afetadas vem mascarada pelo véu dos compromissos socioambientais que as grandes mineradoras costumam propagandear como suas diretrizes, sob o lema da ESG – abreviatura em inglês para *environmental, social and governance* (ambiental, social e governança) (Angelo, 2022e). Por dentro do aparelho do Estado, no entanto, os APHs da mineração industrial trataram de passar a “boiada” da “guilhotina regulatória”, fragilizando a política ambiental ao mesmo tempo em que asseguraram direitos minerários sobre as terras indígenas.

Considerações finais

Em quatro anos de mandato, a política mineral do governo Bolsonaro foi formulada com a participação ativa dos APHs das grandes mineradoras, aprofundando o processo de desregulamentação do setor iniciado durante o governo de Michel Temer (2016-2018). Naquela conjuntura, depois do golpe que derrubou a presidente eleita Dilma Rousseff, pontos específicos do Código de Mineração foram modificados através de medidas promulgadas diretamente pelo Executivo, sem passar por qualquer discussão no Congresso. A própria criação da ANM foi consolidada nesse momento (Reginato, 2021 e Milanez *et al*, 2022).

O *modus operandi* institucionalizado a partir de 2016 foi ampliado desde que Bolsonaro chegou ao poder, com a edição de novas “canetadas” do Executivo. Os APHs da mineração industrial mantiveram seus canais tradicionais de acesso ao Estado (restrito), formulando a política para o setor através do MME, da SGM e da ANM. Dessa forma, foi possível aprofundar a “limpeza” dos marcos que regulavam a mineração, com enfoque principal nas questões de licenciamento ambiental e abertura de novas frentes para exploração. Agenda elaborada pelos APHs dentro do MME, com o respaldo e supervisão da OCDE. Tal movimentação, aliada ao enorme aporte de investimentos em mineradoras com interesses em terras indígenas, evidencia como o Brasil é um dos principais pilares para o avanço da fronteira mineral no mundo e para a rapinagem de direitos que normalmente acompanha esses processos.

Ao mesmo tempo, a administração de Bolsonaro fez o garimpo e seus empresários ressurgirem no debate público nacional, conferindo grande importância a participação desses agentes nos espaços de formulação de políticas para a mineração dentro do aparelho de Estado. Através da militância pessoal do presidente e do contato direto entre os empresários do garimpo e figuras de proa do alto escalão do governo, foi possível unificar discursos e estratégias para facilitar a atividade ilegal garimpeira.

As demandas do garimpo e da mineração industrial possuíram pontos em comum nos últimos quatro anos, principalmente, no que diz respeito à abertura de novas áreas para a exploração, ao desmantelamento da legislação ambiental e ao sucateamento dos órgãos de fiscalização. Nesse sentido, as terras indígenas tornaram-se alvo primordial dos dois segmentos. No entanto, o processo de elaboração da proposta do governo e o texto final do PL 191 evidenciam as tensões e a quem coube a direção do projeto.

Como vimos ao longo do artigo, a formulação do PL não contou com a participação de lideranças ou entidades indígenas. O MME ditou a concessão de amplas garantias somente à iniciativa privada e os pontos mais importantes defendidos pelo principal APH da mineração industrial foram incorporados. Assim, conforme a pauta do

Ibram, não existe limite de área a ser explorada nas terras indígenas, nem a possibilidade de veto aos empreendimentos de exploração industrial. Até mesmo as garantias de preservação das comunidades isoladas foram fragilizadas. O que evidencia a hegemonia dos interesses das grandes mineradoras sobre a matéria. Tal fato, foi percebido por José Altino Machado em sua crítica ao projeto do governo. De acordo com a liderança do garimpo, o PL só fala de “mineradoras, empresas”, e não da garimpagem (Reginatto; Wanderley, 2022, p. 58).

Por outro lado, a proposta abriu brechas para a Funai editar flexibilizações normativas para a realização de atividades econômicas e para a entrada de terceiros nas terras indígenas, o que favorece a abertura e a manutenção do garimpo nesses territórios. Ao fim e ao cabo, a política mineral permaneceu hegemônica pelas grandes mineradoras, mas o governo buscou atender às demandas dos garimpeiros através de decretos executivos, flexibilizações de normas e do sucateamento das agências fiscalizadoras, o que favoreceu sobremaneira o exercício do garimpo ilegal.

Nos dois casos, a administração Bolsonaro representou um momento de aprofundamento do processo iniciado após o golpe de 2016, interditando os canais de debate público sobre a política mineral e ampliando a institucionalização de toda uma devassa das normas infralegais de regulamentação, através do “parecer, caneta” respaldado pela Lei de Liberdade Econômica. Simultaneamente, também foi responsável por elevar a um outro patamar o sucateamento dos órgãos de fiscalização e das agências regulamentadoras, sem falar no incentivo à brutalidade aberta contra os povos indígenas.

Dessa forma, ainda que por caminhos diferentes – um mais explícito e barulhento, o outro mais discreto – tanto o garimpo quanto a mineração industrial, compuseram a base de sustentação do governo ao longo de seus quatro anos.

Com o término das eleições de 2022, Bolsonaro terá que deixar o poder. O presidente eleito pelas urnas, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), prometeu durante a campanha que voltaria a demarcar terras indígenas, a reprimir o garimpo ilegal e que criaria um ministério voltado exclusivamente aos povos originários (Angelo, 2022f). Terá, no entanto, um enorme desafio para lidar com a herança bolsonarista.

Além do legado das reformas instituídas, os principais líderes que atuam simultaneamente na Frente Parlamentar da Mineração e na bancada ruralista (Reginatto, 2022, p. 66-70), defendendo essa agenda da destruição, ganharam novos mandatos, com a companhia de nomes como Ricardo Salles – eleito deputado federal por São Paulo (Angelo, 2022g). Políticos ligados ao garimpo também se reelegeram no âmbito estadual, com destaque para o caso do governo de Roraima. A região amazônica, palco da escalada de violência de garimpeiros contra as comunidades indígenas, ainda se encontra bastante militarizada depois da política armamentista implementada por Bolsonaro (Castro, 2022).

Contudo, a intensa mobilização indígena antibolsonarista deverá permanecer ativa, incluindo representantes na Câmara, com as recém-eleitas deputadas Sonia Guajajara (Psol-SP) e Célia Xakriabá (Psol-MG). De qualquer maneira, um novo ciclo de lutas está por vir.

Referências

- AMARAL, Marina. “Dobradinha Denarium/Bolsonaro em Roraima mantém garimpo em Terra Yanomami”. *Pública*, 28 set. 2022. Disponível em: <<https://apublica.org/2022/09/dobradinha-denarium-bolsonaro-em-roraima-mantem-garimpo-em-terra-yanomami/>>.
- AGOSTINE, Cristiane. “Mourão diz que indígena quer celular e TV a cabo e não ‘ficar segregado do mundo moderno’”. *Valor Econômico*, 7 ago. 2020. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/08/07/mourao-diz-que-indigena-quer-celular-e-tv-a-cabo-e-nao-ficar-segregado--do-mundo-moderno.ghtml>>.
- ANGELO, Maurício. “Como lobby da mineração e do garimpo é recebido com prioridade dentro do Ministério de Minas e Energia”. *Observatório da Mineração*, 27 fev. 2020a. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/como-o-lobby-da-mineracao-e-do-garimpo-e-recebido-com-prioridade-dentro-do-ministerio-de-minas-e-energia>>.
- _____. “Metas do governo federal para a mineração foram ditadas pelo mercado, revelam documentos”. *Observatório da Mineração*, 30 dez. 2020b. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/metas-do-governo-federal-para-a-mineracao-foram-ditadas-pelo-mercado-revelam-documentos>>.
- _____. “Diretor da Agência Nacional de Mineração defende ‘guilhotina regulatória’ para setor mineral em parceria com a OCDE”. *Observatório da Mineração*, 11 jun. 2020c. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/diretor-da-agencia-nacional-de-mineracao-defende-guilhotina-regulatoria-para-o-setor-mineral-em-parceria-com-a-ocde>>.
- _____. “Sem fiscais e responsável por gerenciar bilhões, Agência Nacional de Mineração passa por “desmonte estrutural”. *Observatório da Mineração*, 21 out. 2020d. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/sem-fiscais-e-responsavel-por-gerenciar-bilhoes-agencia-nacional-de-mineracao-passa-por-desmonte-estrutural/>>.
- _____. “Política de minerais estratégicos acelera licenciamento e ignora órgãos ambientais”. *Observatório da Mineração*, 25 mar. 2021. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/politica-de-minerais-estrategicos-acelera-licenciamento-e-ignora-orgaos-ambientais/>>.
- _____. “Permissões para garimpeiros são concedidas pela ANM sem checagem mínima, aponta CGU”. *Observatório da Mineração*, 25 ago. 2022a. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/permissoes-para-garimpeiros-sao-concedidas-pela-anm-sem-checagem-minima-aponta-cgu/>>.
- _____. “OCDE defende simplificação do licenciamento e concessão automática para o setor mineral em relatório”. *Observatório da Mineração*, 9 fev. 2022b. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/ocde-defende-simplificacao-do-licenciamento-e-concessao-automatica-para-o-setor-mineral-em-relatorio/>>.
- _____. “Instituições financeiras investiram R\$ 270 bilhões em mineradoras com interesses em terras indígenas na Amazônia”. *Observatório da Mineração*, 22 fev. 2022c. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/instituicoes>>.

financeiras-investiram-r-270-bilhoes-em-mineradoras-com-interesses-em-terras-indigenas-na-amazonia/>.

_____. “Empresários pedem fim de consulta prévia a indígenas, sociedade pressiona e mineradoras recuam”. *Observatório da Mineração*, 4 ago. 2022d. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/empresarios-pedem-fim-de-consulta-previa-a-indigenas-sociedade-pressiona-e-mineradoras-recuam/>>.

_____. “‘É mentira que o mercado olha para o meio ambiente’, diz especialista em ESG, nova obsessão de mineradoras”. *Observatório da Mineração*, 15 set. 2022e. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/e-mentira-que-o-mercado-olha-para-o-meio-ambiente-diz-especialista-em-esg-nova-obses-sao-de-mineradoras/>>.

_____. “Eleito, Lula faz promessas para a mineração, o clima e a Amazônia e terá trabalho árduo para cumprir”. *Observatório da Mineração*, 31 out. 2022f. Disponível em: <<https://observatoriodamineracao.com.br/eleito-lula-faz-promessas-para-a-mineracao-o-clima-e-a-amazonia-e-tera-trabalho-arduo-para-cumprir/>>.

_____. “Parlamentares alinhados a mineradoras reforçam presença no Congresso e setor mineral deve manter privilégios”. *Observatório da Mineração*, 3 out. 2022g. Disponível em <<https://observatoriodamineracao.com.br/parlamentares-alinhados-a-mineradoras-reforcam-presenca-no-congresso-e-setor-mineral-deve-manter-privilegios/>>.

BENSUSAN, Nurit. “PL da devastação ameaça alimentação dos índios ao liberar transgênicos em Terras Indígenas”. *Instituto Socioambiental*, 21 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-isa/pl-da-devastacao-ameaca-alimentacao-dos-indios-ao-liberar-transgenicos-em-terras-indigenas>>.

BRASIL. Projeto de Lei nº 191 de fevereiro de 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node090ita6uu1r0f6ewhwils2lyo2432683.node0?codteor=1855498&filename=Tramitacao-PL+191/2020> .

BRASIL. Constituição da República do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

BRASIL. Decreto nº 5.051 de 19 de abril de 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-006/2004/decreto/d5051.htm>

CANDIDO, Marcos. “O que é o Marco Temporal e como ele impacta os povos indígenas”. *Ecoa*, 2 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/06/02/o-que-e-o-marco-temporal-e-como-ele-impacta-indigenas-brasileiros.htm>>.

CASTRO, Carol. “Amazônia sitiada”. *The Intercept*, 9 nov. 2022. Disponível em: <<https://theintercept.com/2022/11/09/sob-bolsonaro-clubes-de-tiro-explodem-em-areas-de-conflito-da-amazonia-legal/>>.

CIMI. “Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil”. Cimi, 2022. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>>.

DE OLHO NOS RURALISTAS. “As veias abertas”. *De olho nos ruralistas*, 2022a.

_____. “Ambiente S/A”. *De olho nos ruralistas*, 2022b.

- COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório: textos temáticos*. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, v. 2, 2014.
- EISENHAMMER, Stephen. “Mineração em reservas opõe indígenas alinhados a Bolsonaro a outros povos da Amazônia”. *Reuters*, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/politica-mineracao-indigenas-idL-TAKBN2AO1NO>>.
- GABRIEL, João. “Promotora acusa líder indígena bolsonarista de usar fundo eleitoral para harmonização facial”. *Folha de S. Paulo*, 7 out. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/promotora-acusa-lider-indigena-bolsonarista-de-usar-fundo-eleitoral-para-harmonizacao-facial.shtml>>.
- GRAMSCI, Antonio. *Os cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2016.
- GUSSEN, Ana Flávia. “Garimpeiros ilegais circulam livremente pelos gabinetes de Brasília”. *Carta Capital*, 13 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/garimpeiros-ilegais-circulam-livremente-pelos-gabinetes-de-brasilia>>.
- LE TOURNEAU, F. M. “O governo Bolsonaro contra os povos indígenas: as garantias constitucionais postas à prova”. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie*, n. 501, 2019. Disponível em <<https://journals.openedition.org/confins/22413#bodyftn16>>.
- LIGUORI, Guido. *Roteiros para Gramsci*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.
- MAISONNAVE, Fabiano. “Bolsonaro prepara visita a comunidade yanomami e líderes indígenas publicam carta de repúdio”. *Folha de S. Paulo*, 24 mai. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/bolsonaro-prepara-visita-a-comunidade-yanomami-e-lideres-indigenas-publicam-carta-de-repudio.shtml>>.
- MAISONNAVE, Fabiano; CARVALHO, Rosiene. “Bolsonaro é criticado após visitar área de garimpo ilegal em terra indígena que prometeu anular”. *Folha de S. Paulo*, 28 out. 2021. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/10/bolsonaro-e-criticado-apos-visitar-area-de-garimpo-ilegal-em-terra-indigena-que-prometeu-anular.shtml>>
- MILANEZ, Bruno; WANDERLEY, Luiz Jardim; MAGNO, Lucas. “Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral”, *Revista Anpege*. Dourados, v. 18, n. 36, 2022.
- REGINATTO, Ana Carolina; WANDERLEY, Luiz Jardim. *Quem é quem no debate sobre terras indígenas*. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2022.
- REGINATTO, Ana Carolina. *A ditadura empresarial-militar e as mineradoras (1964-1988)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2019.
- _____. “O governo Bolsonaro e a agenda de mineradores e garimpeiros (2019-2021)”. In: *Anais do Marx e o Marxismo 2021*. Niterói, 2021.

- RIDART, Ananda. “‘Boiada’ da mineração marca os quatro anos do governo Bolsonaro”. *MAM*, 30 set. 2022. Disponível em: <<https://www.mamnacional.org.br/2022/09/30/boiada-da-mineracao-marca-os-quatro-anos-do-governo-bolsonaro/>>.
- RODAS, Sergio. “Alexandre Vidigal de Oliveira é o novo sócio do Caputo, Bastos e Serra Advogados”. *Conjur*, 12 ago. 2021. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2021-ago-12/alexandre-vidigal-socio-caputo-bastos-serra>>.
- WANDERLEY, Luiz Jardim; GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes; MILANEZ, Bruno. “O interesse é no minério: o neoextrativismo ultraliberal marginal e a ameaça de expansão da fronteira mineral pelo governo Bolsonaro”, *Revista Anpege*. Dourados, v. 16, n. 29, 2020.
- WANDERLEY, Luiz Jardim. *Geografia do ouro na Amazônia brasileira: uma análise a partir da porção meridional*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, 2015.

Recebido em 11 de outubro de 2022
Aprovado em 18 de outubro de 2022

Os trabalhadores e a cidade: desigualdade socioespacial e a luta por moradia em Florianópolis

*Workers and the city: socio-spatial inequality and
the struggle for housing in Florianópolis*

Carmen Susana Tornquist*

Resumo

O artigo procura contribuir com a reflexão sobre as lutas urbanas recentes no Brasil tendo por base o caso de Florianópolis. Tem como recorte temporal o período de democratização institucional até 2016 e como foco a questão da moradia, tal como postulada por Friedrich Engels, ou seja, como expressão da luta de classes. A partir da particularidade desta cidade, pretende-se analisar os limites dos movimentos sociais urbanos que foram se descolando da perspectiva da luta de classes, em um processo recente que envolve transformações no próprio campo da esquerda brasileira.

Palavras-chave: classe trabalhadora; Florianópolis; movimentos sociais

Abstract

The article seeks to reflect upon recent urban struggles in Brazil, based on the case of Florianópolis. It considers the period of institutional democratization until 2016, focusing on the issue of housing, as postulated by Friedrich Engels, that is, as an expression of class struggle. Considering the particularity of this city, the paper intends to analyze the limits of urban social movements that have been gradually detaching themselves from the perspective of class struggle, in a recent ongoing process that involves transformations in the field of the Brazilian left.

Keywords: working class; Florianópolis; social movements

* Professora do Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-ambiental da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Doutora em Antropologia, Mestre em Sociologia Política e licenciada em História.

Nunca fomos tão participativos é o título do texto de Ermínia Maricato publicado no Jornal dos Sem Terra em 2008 (Maricato, 2008, p. 2) e incluído no livro *O impasse da política urbana brasileira*, de 2011 (Maricato, 2011, p. 89). Esta constatação, reiterada por ela em várias outras ocasiões, reveste-se de grande significado na medida em que a autora é uma das principais referências na análise da questão urbana no Brasil. Sua vasta produção teórica se articula com longa práxis junto aos movimentos de luta pela moradia¹ e pela Reforma Urbana no Brasil. O fato de ter tido participação em dois governos petistas² torna mais pungente a sua crítica. O artigo – tanto no jornal do MST quanto no livro – tem como epígrafe uma frase de Perry Anderson, que tomamos como orientação neste texto: “O único ponto de partida para uma possível esquerda realista nos dias atuais é um registro lúcido de sua derrota histórica” (Maricato, 2011, p. 89).

Por outro lado, desde fora do campo da *nebulosa petista*, termo que utilizo aqui para designar a hegemonia do Partido dos Trabalhadores³ no campo dos movimentos sociais, deve-se destacar o esforço feito por intelectuais e organizações políticas que, mesmo reconhecendo a importância deste partido na história recente do país, têm feito críticas bastante substantivas aos governos por ele capitaneados. Alguns destes autores trazem elementos cruciais para compreender o avanço do processo de acumulação do capital na América Latina nas primeiras décadas do século XX nas quais, paradoxalmente, forças progressistas ocuparam alguns governos da região, como os da Bolívia, do Equador, da Argentina e do Brasil. Nesta via, o questionamento às vias institucionais e aos pactos feitos por estas forças com setores da classe dominante e das burguesias nacionais⁴ levou a sua caracterização como governos de conciliação de classes. Apesar das diferenças entre estes países, o caso brasileiro se destaca, a um só tempo, por ser a maior economia da região e aquele em que este pacto foi o mais desfavorável para o povo. Estas considerações têm como chave analítica, na maior parte dos casos, a perspectiva materialista e a convicção de que ainda é possível, no século XXI, superar o capitalismo, como Engels menciona em seus “*Notáveis artigos sobre a moradia*”, para usar a expressão de Lenin, ainda no final do século XIX:

Pela primeira vez desde que existem seres humanos está dada a possibilidade de produzir, com uma distribuição sensata do trabalho entre todos, não só o necessário para o consumo farto de todos os membros da sociedade, e para juntar um fundo de reserva polpudo, como também para proporcionar a cada qual um tempo de lazer suficiente não só para preservar aquilo que merece ser preservado da cultura historicamente transmitida, como também

¹ Utilizo o termo movimentos sociais na primeira parte do texto de forma meramente descritiva, indicando tanto lutas e mobilizações organizadas e, ainda, restringindo o seu uso àqueles que se situam no campo progressista.

² Ermínia Maricato atuou na Prefeitura de São Paulo entre 1989 e 1992, como Secretária da Habitação e do Desenvolvimento Urbano, e como secretária adjunta no Ministério das Cidades, que ajudou a criar, entre 2003 e 2005.

³ Ou seja, setores que, mesmo sem fazer parte do e dos demais partidos, compartilham de seu projeto. Não me refiro, portanto, apenas ao conjunto de militantes que atuam em suas fileiras, mas a este grande grupo – expressão da hegemonia petista na esquerda brasileira.

⁴ Um dos pontos de divergência entre intelectuais é, justamente, a questão da existência – ou não – de burguesias nacionalistas, capazes de romper com o imperialismo. Esta polêmica não é nova, está presente em obras de fundadores na região, como as de Mariátegui, e faz parte das constatações feitas, mais recentemente, pela Teoria Marxista da Dependência e por Fontes (2012).

para convertê-lo de monopólio da classe dominante em bem comum de toda a sociedade, aprimorando-o cada vez mais (Engels, 2015, p. 48)

O foco da reflexão é a cidade de Florianópolis e as reflexões aqui compartilhadas estão ancoradas no meu envolvimento com movimentos urbanos da região, bem como em leituras, pesquisas e incursões de campo junto às ocupações organizadas em busca de moradia. Tenho como recorte temporal o período de outubro de 1988 até julho de 2016, anterior, portanto, ao *impeachment* de Dilma Rousseff, deixando de fora o período que corresponde aos subseqüentes governos ultraliberais e de cortes fascistas, que trazem complicadores e rearranjos das forças políticas que não conseguirei analisar aqui.

1. Construindo uma cidade com qualidade de vida

Pequena, com menos de 200 mil habitantes até os anos 80; *bonita*, por suas características ambientais⁵; e *próxima*, com relação aos centros urbanos do sul do Brasil. Assim foi vista a cidade que passou a fazer parte das rotas hippies dos anos 70, atraindo grupos identificados com valores da contracultura, entre os quais a valorização de uma determinada representação de natureza – crítica – às expressões predatórias do capitalismo e da racionalidade moderna (Souza, 1997). Esta ideia e este modo de vida, visto pela classe dominante inicialmente como passadista e romântico, contavam ainda com uma valorização das neoespiritualidades, que se articulavam com elementos da cultura popular.

Desde os anos 80, estes elementos foram sendo ardilosamente apropriados pela classe dominante que os articulou com aspectos da tradição açoriana⁶ prevalente na cidade justamente no momento em que se aprofundava o processo de expropriação das terras onde viviam a população camponesa (lavradores e pescadores) sobretudo de origem açoriana. Esta seleção, arbitrária, ideológica, envolveu conflitos abertos – como o caso dramático da perseguição à prática popular da “Farra do Boi”, que ocorria em terras comunais em moldes bakhtinianos⁷ – e celebrações consensuais, como o Prêmio Manezinho da Ilha, na década de 1990. Nesta via, ocorre a captura do apelido atual – “Ilha da Magia”.

Deste grupo de migrantes de ideário contracultural advém, também, a consolidação de uma *movida ambientalista* da cidade, que se espraia também em movimentos *comunitários ou de bairros*⁸, sujeitos políticos importantes nos conflitos urbanos das

⁵ Inserido no bioma Mata Atlântica, o município conta com 12 Unidades de Conservação, segundo critérios do SNUC.

⁶ A narrativa oficial acerca da formação cultural da cidade é atribuída aos migrantes oriundos do arquipélago de Açores, que vieram, a partir da política estatal, para o litoral de Santa Catarina em meados do século XVIII.

⁷ Considerada como uma festa popular similar a outras tauromaquias comuns no Brasil, a prática, que ocorria sobretudo no período da Páscoa em diversos territórios do litoral catarinense, foi criminalizada e proibida em 1991. O processo esteve fortemente articulado a conflitos territoriais, conforme destaca Bastos (1992).

⁸ Utilizo com cautela aqui a expressão êmica “movimento comunitário”, quando o mais adequado seria classificar como movimentos de bairros ou vicinal. O qualificativo comunitário traz implicações que, a meu ver, não condizem com uma boa parte do que é vivido nas cidades mesmo tendo por lócus os bairros, e advém de um ideário religioso que está longe de indicar os

três últimas décadas. Não por acaso, a classe dominante local atribuiu-lhes o apelido pejorativo de “os contra” – os que almejavam deter o progresso e impedir o acesso da cidade à modernidade e à riqueza. Este é apenas um traço de um processo que envolveu a construção de empresas públicas de infraestrutura, como a Eletrosul, estratégica no projeto econômico capitaneado pelos governos militares e expressão do lugar que o Brasil ocupa na expansão do capitalismo na América Latina (Zibecchi, 2012; Fontes, 2012).

Neste período também se consolidaram as universidades e empresas estatais de grande porte, como a Eletrosul, e com essas a migração de profissionais (e estudantes) com maior escolaridade, com salários muito mais polpudos e padrões de consumo mais elevados que a média da população local. Esta, em sua maioria, vivia até recentemente em áreas rurais e de pesca, hoje transformadas em bairros e balneários. Além destes nativos – lavradores-pescadores –, encontra-se na cidade uma população negra, tanto em áreas rurais (inclusive com alguns territórios recentemente identificados como quilombolas) quanto em áreas urbanas.

Estas presenças demográficas se expressam em diversas e distintas práticas culturais, artísticas e religiosas, que têm sido alvo de inúmeros trabalhos – de pesquisa, de divulgação e de valorização – nos últimos anos, não obstante ocorram justamente em momentos em que estes modos de vida entram em declínio por conta dos processos de intensificação das expropriações de diversos tipos, inclusive as de primeira ordem que afetaram aquele que ainda mantinha suas terras e nelas produziam suas condições de sobrevivência.

2. Crescimento demográfico, migrações e trabalho

A condição do trabalhador migrante pode se apresentar de diversas formas no capitalismo, na qual os ricos que migram são vistos como estrangeiros, e os trabalhadores que viajam em busca de trabalho são vistos como “de fora”, intrusos e perigosos. A base concreta da sua condição de mobilidade e da assim chamada *vulnerabilidade*, bem como de preconceitos mobilizados com frequência contra determinados grupos sociais supostamente *de fora*, segue repousando na condição de *sujeito trabalhador* e, portanto, a condição de classe segue sendo prioritária para a compreensão dos processos (Vendramini, 2018). Nesta via, entendemos que não é o preconceito que aciona as políticas segregacionistas na cidade, mas, antes, é a lógica da produção desigual do espaço que aciona e se articula a preconceitos preexistentes.

O crescimento da capital e dos municípios ao seu redor expressa a dinamicidade da economia local e a atração que exerce sobre outras regiões do país, decorrente dos desequilíbrios internos da economia. Entre 1991 e 2010, a população de Florianópolis cresceu 63,9%, ao mesmo tempo em que cresceram, nesta via, municípios contíguos: São José, 50,40%; Biguaçu, 70,88% e Palhoça, 100,69% (Magalhães e Tonin, 2015, p. 233). A atração de migrantes de outras unidades da federação para Florianópolis e dela para a região se expressa no número de nascidos fora do município: 61,05% de moradores de São José; 42,38% de Biguaçu e 52,18% de Florianópolis, e está relacionada também a características do próprio estado de Santa Catarina. Este, de forma geral, cresceu

conflitos e as heterogeneidades vividos nos bairros populares, embora, em algumas situações, possa ser adequado do ponto de vista explicativo.

37,57% em termos populacionais nesse mesmo período, (Magalhães e Tonin, 2015, p. 236) e suas taxas de crescimento econômico superiores tem se apresentando como superiores às médias nacionais, bem como dos outros dois estados da região Sul. Observou-se também, que, entre 2011 e 2014, houve um crescimento de 5,6 % no mercado formal de empregos em toda a mesorregião da Grande Florianópolis, o que coloca esta mesorregião como um polo de atração para a classe trabalhadora.

Deve-se destacar que, nas duas primeiras décadas do século atual, o estado catarinense apresentou taxas significativas de formalização dos empregos – uma das maiores do Brasil, o que contribuiu, mais ainda, para a atração de trabalhadores de outras regiões, inclusive dos estados do sul, onde o processo de expropriação seguiu seu curso. Na região da Grande Florianópolis, em 2014, os dados revelavam que 62,32% dos trabalhadores atuavam na área de serviços e comércio, e 21,22% na área de administração pública. Os índices de escolaridade mais altos do que as médias nacionais não levaram a um aumento do nível salarial nesta região (Mattei, 2016, p.17). Porém, uma situação aparentemente melhor do que outras regiões não se sustenta se inserimos na análise outros elementos necessários à reprodução da força de trabalho, como habitação, transporte, alimentação, saúde, educação, compondo o fundo de consumo do trabalhador que, juntamente com o fundo de vida e de trabalho, indicam a presença da superexploração da força de trabalho, típica dos países dependentes e que caracteriza, também, o mercado de trabalho e a vida da classe trabalhadora nesta região. (Heinen, 2019, p. 3)

No que tange à moradia, um estudo da Prefeitura Municipal da cidade registrou a existência de 67 “áreas de interesse social” (AIS) – favelas – quando a população total era, ainda, de cerca de 325 mil pessoas. Ou seja, naquele momento, 14 % da população total da cidade estaria vivendo em favelas, o que equivaleria à cerca de 65 mil pessoas (Miranda e Lorenzi, 2000). Já em 2010, quando a capital catarinense registrava 421.240 habitantes, nota-se uma distribuição desigual: 15% desta população na área continental (3% do município) e 85% na área insular (97% do território)⁹. Esta rápida transformação expressa a vinda de levas de migrantes em busca de trabalho, de várias regiões do país, especialmente do interior do estado (a mesorregião oeste merecendo destaque), nas quais o processo de expropriação primária e secundária avançou violentamente nas últimas décadas, não sem gerar resistências, que se aglutinam em torno do MST e outros movimentos rurais. A maior parte destes trabalhadores-migrantes não consegue residir nesta cidade, devido ao maior valor do custo de vida na região, buscando abrigo na área metropolitana, mesmo que o emprego se situe na *Ilha*. Assim, o mercado contou com políticas estatais que viabilizaram ao longo de décadas a elevação do valor do solo na área insular, pressionando a própria população local a vender suas terras, ou parte delas, motivo pelo qual encontramos membros desses grupos vivendo nas áreas mais pobres do município e na área conurbada de Florianópolis.

Como sabemos, a distribuição socioespacial dos moradores de uma cidade no capitalismo – a segregação socioespacial – é expressão das diferentes classes que se estrutura na produção propriamente dita, à qual se adicionam outras explorações¹⁰. Estes

⁹ Os dados referenciados neste texto, à exceção do estudo dos técnicos da Prefeitura sobre as AIS, reportam-se ao censo do IBGE realizado em 2010.

¹⁰ Refiro-me aqui às dificuldades de classificar as frações mais bem-remuneradas da classe trabalhadora e a pequena burguesia, os servidores públicos e trabalhadores não produtivos,

outros processos de exploração que se sobrepõem e se articulam com a extração do mais-valor foram percebidos precocemente por Engels, em 1845, e foram analisados por autores no Brasil, como Lúcio Kowarick (1979), que cunhou esta sobreposição de explorações com o conceito espoliação urbana. Junto a outros autores, nos anos de 1970, este autor dedicou-se a analisar como a classe trabalhadora vivia fora dos espaços de trabalho quando o crescimento vertiginoso de cidades como São Paulo e Rio Janeiro colocou holofotes na questão urbana, desde a economia política marxista (Arantes, 2009).

A dimensão intraurbana, que tipicamente articula as cidades grandes com os municípios ao redor, coincide, no caso de Florianópolis, com a divisão natural feita pelo mar entre o Continente e a Ilha, interligada pelas pontes. A migração pendular de massas de pessoas e de mercadorias entre municípios vizinhos e a parte insular esconde e ofusca a centralidade do trabalho dos que moram fora dela – ou em seus interstícios mais pobres – para a reprodução da vida dos que nela habitam. A referência recorrente ao simbolismo da “ponte” que une e separa, a um só tempo, dois universos segregados é, talvez, a melhor expressão da interdependência das classes antagônicas na região frágil (a única ligação no modal rodoviário), não podendo comportar o peso que a classe impõe ao mundo real¹¹. Assim, a *Ilha da Magia* é o resultado desta construção recente e planejada de uma cidade claramente burguesa e segregada, paradigmática do que muitos autores chamam de “cidade-mercadoria”¹². Este conceito foi analisado por Maria Inês Sugai (2015a), e expressa um processo no qual a classe dominante faz planejamento urbano e que ele corresponde, em linhas gerais (mas não sem contradições), ao que costuma ser chamado de *caos urbano*.

A década de 90 se coloca como um marco histórico, com a construção de rodovias estaduais, que atravessam a cidade em diferentes dimensões e assumem contornos de ruas e avenidas, e de grandes avenidas propriamente ditas, interligando bairros e área central, e o subsequente aprofundamento das modificações no uso do solo, aumentando fortemente seu valor. Para tanto, alterações de zoneamento no Plano Diretor da cidade foram feitas a toque de caixa, pela Câmara, no sentido da sua flexibilização. Como exemplo, em 2000 foram feitas cerca de 400 alterações na cidade. Tratava-se de fazer deslanchar um processo já em curso no sentido de aumentar o valor da terra, atraindo investimentos imobiliários de luxo e, ao mesmo tempo, deslocar a classe trabalhadora para a parte continental e área conurbada.

Além da distribuição desigual de recursos públicos na construção e manutenção de equipamentos coletivos, ocorre uma intensificação de alterações de zoneamento

entre outros, que complexificam a análise, sem, todavia, eliminar o antagonismo estrutural do capitalismo (Antunes, 2009).

¹¹ Trata-se de três pontes: a Ponte Hercílio Luz reaberta, após décadas de reformas; a Colombo Sales e a Pedro Ivo, pelas quais circulam milhares de veículos e pessoas por dia. Eventos como o apagão, ocorrido em 2003, que deixou a cidade quase quatro dias sem energia elétrica e as dificuldades cotidianas da mobilidade intraurbana, centradas nestas vias, expressam a fragilidade da infraestrutura da “ilha”, bem como.

¹² A expressão, refere-se a elementos do folclore local, à presença de bruxas e enigmas da dinâmica do ambiente marítimo. Mas também pode ser lida – o que nos parece adequado – pelo conceito de mercadoria: “a mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho” (Marx, 1988, p. 160).

nesse período, viabilizando construções de grande porte e condomínios, junto da qual foi se expandindo toda uma rede de serviços de luxo (desde escolas privadas até shopping centers). Ao mesmo tempo, fomentava-se por toda parte o discurso apologético do turismo, visto como fonte de empregos e de renda “salvadora” para a população nativa pobre. A *vocação natural* para o turismo foi a narrativa construída tendo por suporte uma determinada ideia de “natureza”, reduzida à paisagem de forma glamourizada, contradizendo o processo cotidiano de ataque aos recursos naturais e de inobservância de cuidados no que tange ao saneamento básico, à mobilidade, à preservação da biodiversidade. A pressão sobre áreas onde grassava a pequena propriedade aumentou, avançando sobre áreas de preservação e espaços de uso comum. Acessos livres ao mar e às lagoas foram cercados, contrariando a legislação, e territórios de pesca foram rapidamente virando áreas de lazer e de esporte de luxo. Esse processo não ocorreu sem protestos: movimentos sociais estiveram sempre à frente de denúncias, contando com apoio frequente de setores do Ministério Público Federal e da Polícia Federal, em alguns casos de escândalos de corrupção.

A fetichização do turismo serviu para legitimar o setor imobiliário como vetor da acumulação de capital na região e atribuir a ele o chamado “progresso” – alçado ao posto de gerador de empregos e entronizado como *tábua de salvação* para os desempregados e subempregados da região, quando, de fato, reitera padrões similares de dependência e extração de mais-valia, avançando ainda sobre territórios e recursos de forma inaudita (Ouriques, 2005, p.59).

3. Moradia

A ausência de ações estatais consistentes para moradia social se alastra por décadas, na cidade, expressando, em boa medida, a tendência nacional. As pequenas iniciativas que ocorreram nas últimas décadas, neste sentido, estão longe de caracterizar uma política habitacional, como analisa Pimenta (2009). A ação da Secretaria de Habitação neste período, com a inscrição de pessoas em um cadastro para a moradia popular poderia ser vista como cômica, se não fosse, antes, trágica, e costuma ser acionada discursivamente pela prefeitura como expressão de direitos dos que estão na fila (o conhecido “cadastro”) quando ocorrem ocupações organizadas e conflitos. A permanente degradação das poucas habitações sociais que existem na cidade também deve ser considerada, colocando provavelmente as unidades ofertadas pelo estado no rol das moradias sem condições de habitabilidade (e, portanto, compondo os índices de déficit), apesar de expressarem também o esforço feito por seus moradores para promover reparos e uso de criatividade (fazendo adaptações de projetos altamente massificados às suas necessidades e singularidades).

Os dados oficiais apontam para a existência de 20 mil imóveis ociosos, ao passo que as moradias sem condições de habitabilidade chegariam perto de 17 mil, segundo os critérios da Fundação João Pinheiro, o que expressa bem a legitimidade local da palavra de ordem *muita gente sem casa e muita casa sem gente*, dos movimentos de luta pela moradia, ao mesmo tempo que não dá conta de mensurar a desigualdade de acesso à moradia se tomamos em consideração justamente o entrelaçamento intraurbano da área conurbada – ou seja, estamos tratando de dados extremamente distantes da realidade, isso sem falar dos limites inerentes à própria metodologia de cálculo uti-

lizada, bem distante do que poderia compor um cálculo razoavelmente digno de escassez de moradia, à altura da riqueza acumulada no país (Tornquist e Maier, 2021). A prefeitura não se movimentou para captar os recursos viabilizados pelo governo federal ainda nos governos petistas, quando foi elaborado o Programa *Minha casa, minha vida*, dos quais 7,75% dos empreendimentos estavam na área insular – e se destinavam para as faixas salariais mais elevadas. Os restantes 92% estavam situados na área conurbada (Souza e Sugai, 2018), contemplando as famílias que recebiam de 1 a 3 salários mínimos. E os trabalhadores com ganhos mais baixos, que poderiam ser beneficiados pelo recurso, não se organizaram para pressionar a prefeitura neste sentido, como comentaremos depois. Apesar de não garantir o acesso à terra urbanizada, com acesso e equipamentos urbanos, sendo sobretudo um programa de financiamento habitacional, o acesso ao *Minha casa, minha vida* poderia, talvez, ter mitigado o déficit habitacional oficial do município sem ofender os exigentes olhares da burguesia local com sua presença nas áreas mais nobres, já que uma das características deste programa foi construir conjuntos habitacionais longe dos centros urbanos. Na área conurbada de Florianópolis não foi diferente: a maior parte das construções propiciadas por esse programa aconteceu nas regiões onde a terra tinha baixo valor, distantes dos serviços, com alto custo (tanto em tempo quando em dinheiro) referente a transportes e exigindo, em tese, ações do Estado para compensar as debilidades decorrentes dessas características.

Mas não são apenas as dificuldades de morar na parte insular de Florianópolis que sustentam a chamada segregação espacial, promovida pelos Governos e pela burguesia nas últimas décadas: uma série de outras medidas, de caráter repressivo ou supressivo, vem sendo tomada nesta via, buscando expulsar esta população trabalhadora (aí incluídos os moradores de rua) para fora da Ilha, ainda que a migração pendular–necessária – seja “permitida”. A modernização do sistema de transporte feita na década de 1990 expressa claramente a segregação deliberada, mas adquire contornos específicos decorrentes da insularidade e outros detalhes, não sem gerar resistências: o surgimento do Movimento Passe Livre (MPL) na cidade, em 2004, é o melhor exemplo.

Os processos de segregação repressivas, via despejos, reintegração de posse e penalizações ambientais –têm sido constantes na cidade, mesmo no período anterior à pandemia, ainda que durante este período as forças reacionárias tenham se sentido mais livres para promover suas políticas neo-higienistas. A presença da FLORAM (órgão ambiental municipal) tem sido uma constante nas ações repressivas. Este órgão tem assumido, lamentavelmente, o protagonismo na expulsão de pobres em áreas supostamente de risco ou de preservação, a partir da legislação ambiental. A mesma que é olímpicamente esquecida quando se trata de empreendimentos imobiliários de alto valor e que não é lembrada face a demolições e incêndios criminosos de trapiches, barcos e ranchos de pesca, que não são investigados a contento. Um cotidiano de privatização de áreas públicas, acessos ao mar e às lagoas, cercamentos de servidões, avenidas e ruas por todos os lados naturaliza *a lei do mais forte* de forma ostensiva na cidade, não obstante a classe dominante não cesse de recorrer à imagem do invasor como exclusiva dos pobres que ocupam áreas para sobreviver, como em outras partes do país (Boulos, 2015, p.34).

Ademais, à polpuda conta da segregação explícita, deve-se incluir o fechamento de escolas públicas na área central (5 escolas em 10 anos), a criminalização de cultos de matriz africana, de artesãos indígenas, de malabaristas de rua, de moradores de rua e a

violência policial promovida diuturnamente pelo Estado contra a população pobre, sob o alibi da guerra às drogas e do combate ao crime.

4. Persistências, resistências

A realidade, que é dialética, nos mostra que a dinâmica acelerada da segregação avança trazendo consigo contradições e resistências. Um estudo de técnicos da prefeitura apontou a existência de 67 Áreas de interesse social(AIS) – favelas – na cidade, no ano de 2000, quando 14 % da população total da cidade estaria vivendo em favelas o que equivaleria à cerca de 65 mil pessoas. Em 2015, seguindo a tendência anterior, observa-se a ampliação dos assentamentos informais, que continuaram se adensando: a equipe local do projeto Infosolo registrou 62 assentamentos informais pobres, de um montante de 171 situados na área conurbada (Sugai, 2015b).

A maior parte das favelas se concentra no Maciço Central– correspondendo aos territórios historicamente ocupados após a abolição das relações escravistas e das políticas *haussmanianas* e higienistas do século XX–, mas também em novas áreas de adensamento populacional, como Ingleses, no norte da ilha, e seus arredores. Foi nesta região que ocorreu a Ocupação Amarildo de Souza em 2014, reveladora da luta de classes e do rentismo que comanda as decisões políticas locais (Filomeno, 2014) bem como do desejo de permanência da classe trabalhadora da cidade: em menos de 30 dias, a Ocupação, que começou com cerca de 20 pessoas, chegou a cadastrar 700 famílias¹³ interessadas em nela permanecer (e só parou de receber adeptos porque foi forçada pelo poder público, e já em negociações, a fazê-lo) e a contar com mais de 200 barracos, nas bordas da *SC 401*, rodovia estadual que liga o centro da cidade ao Norte da Ilha, e onde o valor da terra por metro quadrado é considerado dos mais altos do Brasil.

Pesquisas qualitativas realizadas com os moradores destas periferias, como as de Eippel, Pimenta e Pimenta (2006), e as que eu mesma pude realizar com moradores das ocupações organizadas¹⁴, demonstram que os trabalhadores fazem de tudo para permanecer na área insular, fazendo cuidadosos cálculos, economias e a realização de um conjunto simultâneo e sucessivo de empregos e *bicos* para dar conta de pagar o aluguel ou construir sua própria casa. Estes trabalhadores e trabalhadoras refletem permanentemente sobre o preço do transporte, o tempo dispendido nele e o acesso a outros equipamentos, como escola, postos de saúde, hospitais, lazer. Os estudos são unânimes em mostrar que preferem permanecer em áreas vulneráveis do ponto de vista ambiental – áreas de risco e sujeitas a desastres – a buscar morada fora da ilha, mesmo tendo atravessado experiências de destruição total de suas casas em momentos de tempestades e ciclones.

Não se trata apenas do desejo manifesto dos trabalhadores de permanecer nas áreas com maior acesso a serviços e com menos custo a dispendido nos transportes. É que esta proximidade dos locais de trabalho pode, por vezes, interessar também à classe dominante: o rebaixamento do valor médio dos salários, que precisa forçosamente in-

¹³ Utilizo aqui o termo família a partir dos critérios elaborados pela própria ocupação, podendo ela incluir também apenas uma pessoa.

¹⁴ Tornquist, Andrade e Monteiro (2010); Tornquist e Olívio (2015); Canella, Tornquist e Silva (2014)

cluir os custos econômicos da reprodução da força de trabalho, não é algo desimportante para o planejamento do capital. Nos contextos em que há um conjunto muito grande de trabalhadores disponíveis para vender seu trabalho ao capital, o *exército industrial de reserva*, a superexploração da força de trabalho é uma realidade.

Mas ela encontra limites, que se relacionam, entre outros aspectos, à necessidade de qualificação desta mão de obra para atender às necessidades da produção, conforme as especificidades de cada localidade. Chamamos atenção para a necessidade de pensar sobre os processos urbanos envolvendo sua relação com o fenômeno da superexploração da força de trabalho, típico dos países dependentes e periféricos.

Nesta via é que se pode compreender por que o Estado é ambíguo em suas políticas higienistas, recorrendo à expulsão violenta de *comunidades*¹⁵, ora permitindo que ocupações informais sejam até mesmo regularizadas, em algum momento. Sem recursos para promover reformas e melhoras nas habitações – inclusive aquelas fornecidas pelos programas estatais –, as moradias rapidamente se deterioram e expressam as contradições decorrentes da exploração incessante da classe no âmbito de produção. Assim, as condições de permanente vulnerabilidade da classe trabalhadora no campo da moradia é contínua. Por outro lado, a permanência nas ocupações informais e de forma desorganizada nestes assentamentos precários é expressão, ainda que tênue e titubeante, da luta de classes, que se potencializa quando se transforma em organizada, seja para ocupar uma área de forma planejada (como ocorreu com as Ocupações do Bairro Monte Cristo, em 1990 e com a Amarildo de Souza, em 2013), seja a partir de uma organização posterior à ocupação do território (caso das Ocupações Marielle, Fabiano de Cristo, Palmares, Contestado e outras). Em todas estas deve-se destacar a presença de organizações políticas e, em menor grau, de “redes de apoio”, das quais fazem parte instituições como as universidades, sindicatos, Igrejas e outros “movimentos sociais”.

5. Reforma urbana e moradia

A primeira proposta de Reforma urbana no Brasil advém do início dos anos 1960, tendo como marco o Congresso de Quitandinha. Ela esteve relacionada ao programa de reformas de base do governo João Goulart, interrompido pelo golpe de 64. A ideia volta nos anos de 1980, quando foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que capitaneará a luta pelos artigos 182 e 183 na Constituição Federal, em 1988 e pelo Estatuto da Cidade. Mas, antes, nos anos de 1970, um importante grupo de intelectuais marxistas tomou a cidade de São Paulo como objeto de análise, produzindo um conjunto de reflexões bastante originais que ultrapassaram, evidentemente, as suas “especificidades” paulistas e à luz do debate de certa forma inaugurado por Manuel Castells, na Europa (Arantes, 2009). Assim, alguns pontos da proposta esboçada anteriormente ao Golpe de 1964 –cunhada, justamente, de reforma urbana – foram recuperados nos anos de 1980: gestão democrática das cidades, função social e ambiental da propriedade, direito à cidade e à cidadania (Pereira, 2018).

Esses aspectos compõem o diapasão das lutas pela moradia no Brasil, desde então, embora existam organizações e movimentos com compreensões diferentes. De

¹⁵ Utilizo o termo comunidade, em todo o texto, no sentido corrente, de “população residente em um território comum”, partilhando, supostamente, uma mesma experiência cotidiana, apesar de considerá-lo um tanto problemático.

toda forma, vemos que a proposta de restringir a propriedade privada (cláusula chave da sociedade capitalista) via uso social e ambiental tem feito com que a maioria das ocupações urbanas aconteça respeitando a lei: os terrenos ocupados via de regra são áreas que deveriam, pela mão do Estado, ser alvo de desapropriação, não havendo praticamente casos de ocupações organizadas em propriedades que estejam ocupadas, nesse sentido. Assim como o movimento indígena e o MST, entre outros, os movimentos de luta pela moradia têm tido como pautas principais lutas pela legalidade, não obstante a classe dominante vocalize, via aparelhos de ideologia, que se trata de movimentos contra a ordem.

6. Movimentos sociais no plano local

Florianópolis conta com um tipo de ativismo social que pode parecer, a uma primeira vista, descolado da luta de classes: demandas relacionadas à preservação de mananciais hídricos, de parques públicos, de áreas de preservação, de lutas contra a construção de grandes empreendimentos privados e contra privatizações de forma geral. Destas fazem parte também as mobilizações feitas por associações de pescadores, que têm tido conflitos de grande monta com os moradores burgueses e empresários e com os usuários dos esportes de luxo, que concorrem com as atividades de pesca tradicional. Um extenso rol de lutas – e várias vitoriosas – nesta via, faz parte da história recente da cidade. Destacam-se aqui tanto o assim chamado movimento ambientalista propriamente dito quanto o movimento vicinal. Um movimento social bastante importante na cidade foi o MPL/tarifa zero, que, depois de ter contribuído com a politização do transporte coletivo na cidade, contribuiu para colocá-lo no centro dos protestos iniciais de junho de 2013. Protagonizado por estudantes de escolas e faculdades públicas, mas com apoio de diversas organizações, inclusive partidárias, foram realizadas diversas temporadas de protestos massivos, com apoio amplo da população trabalhadora, o que é expresso pelos *catracaços* feitos nos terminais urbanos.

O fervilhar desses movimentos contou, nas últimas décadas, com a entrada em cena de um outro “ator político”, que precisa ser analisada com cautela. São as ONGs (e suas versões atuais), que muitas vezes ocupam o lugar de entidades representativas da classe trabalhadora, como sindicatos e centrais, para a alegria da classe dominante. Muitas ONGs não representam senão os interesses de meia dúzia de pessoas ou um punhado de empresários antenados com a popularidade de causas como as ambientais, das mulheres, da infância, da raça/etnia *etc.*¹⁶ Outras expressaram, contraditoriamente, o engajamento de muitos (jovens, em particular, em busca de trabalhos dignos, mesmo que precariamente remunerados) comprometidos com causas filantrópicas, porém, também enredados no campo nebuloso do assim – e ideologicamente – chamado “terceiro setor” (Vitullo, 2011). Do *terceiro setor* passaram a fazer parte várias das iniciativas progressivamente tomam o lugar dos movimentos sociais da capital e área conurbada, muitas vezes apoiado na legitimidade adquirida junto às comunidades e

¹⁶ Um bom exemplo nesta via, foi o papel proeminente de Oded Grajew nos Fóruns Sociais Mundiais e no cenário político, sobretudo na década de 2000: coordenador da Abrinq, associação empresarial das indústrias de brinquedos infantis e do Instituto Ethos. O voto deste senhor tinha o mesmo peso que, por exemplo, o voto do MST (organizado democraticamente, em diversas e rigorosas instâncias, e representando milhares de camponeses no país: cerca de 250 mil famílias em 2005).

ocupações, mas aderindo à uma vaga conciliatória da esquerda com setores da classe dominante local. O caso do Instituto Vilson Groh, em Florianópolis, é paradigmático do processo de paralisia em moldes locais: advindo da Teologia da Libertação e das lutas por terra urbana dos anos 1990, esta importante e carismática liderança passa a gerenciar um crescente número de projetos sociais nas comunidades organizadas e ocupações, estando na liderança do processo de fechamento de uma das principais escolas públicas que atendia filhos da classe trabalhadora, que, a partir de então, passa para uma ordem religiosa (à qual pertence esta liderança) da Igreja Católica, subtraindo do poder público a responsabilidade pela educação dos jovens e crianças desta comunidade.

Além da problemática da representatividade das ONG, Oscips e correlatas, que não raro operam em moldes personalistas e empresariais, a própria natureza destes autoproclamados atores “não-governamentais” obscurece as raízes objetivas das classes representadas, fundamental para que ocorra o que Virgínia Fontes chamará de conversão mercantil-filantrópica da esquerda brasileira, que ocorreu concomitantemente ao processo de redemocratização das últimas décadas (Fontes, 2012, p. 255). A autora mostra como os aparelhos privados de hegemonia (que fazem parte do Estado, e, evidentemente, aos interesses das classes) se ajustaram a este formato para construir uma cândida imagem associada à filantropia que floresceu junto ao capitalismo, ainda que de forma contraditória. A partir de Gramsci, a autora coloca a questão em uma chave contrária à que tem predominado em muitas análises sobre movimentos sociais: a sociedade civil é parte do Estado, e não sua antítese, e a análise precisa articular os discursos antiestatistas com elementos de uma totalidade, da qual Estado e relações sociais de produção forçosamente fazem parte. Contígua e articuladamente, o processo dos movimentos populares ocorreu no campo do sindicalismo, onde esta conversão ocorreu com contornos ainda mais trágicos, uma vez que desarmou a classe trabalhadora, que havia se reorganizado em um projeto autônomo e classista nos anos de 1980 (Antunes, 2018; Fontes, 2012; Iasi, 2006). O que estes autores analisam, de uma forma geral, pode ser percebido claramente no caso de Florianópolis; a presença destes grupos – representando a sociedade civil – aparece tanto no viés popular, junto às associações vicinais e aos movimentos ambientalistas, como no campo das entidades explicitamente ligadas à burguesia local (CDLs, FIESC, Floripa Amanhã *etc.*).

7. O processo do Plano Diretor

O Plano Diretor Participativo (PDP), tão esperado pelos entusiastas da reforma urbana, iniciou-se na cidade a partir de mobilizações sociais que exigiram da Prefeitura a operacionalização do Estatuto da Cidade, que exigia que Planos diretores das cidades com mais de 20 mil habitantes fossem feitos de forma participativa, levando em consideração as especificidades municipais. Algumas associações comunitárias e profissionais promoveram mobilizações obrigando o órgão de planejamento local a viabilizar a participação popular, ancorada, sobretudo nas organizações dos bairros (distritos). Assim, entre 2006 e 2009 a agenda política da cidade foi tomada por um intenso calendário de assembleias e debates em diversos bairros articulados em uma coordenação geral, que sistematizava as leituras comunitárias (correspondente às assembleias de bairros) mobilizando centenas de pessoas e organizações para refletir sobre seus problemas cotidianos e elaborar proposições para a prefeitura incluir em seus planos.

O PDP se estendeu por anos, tendo sido judicializado em diferentes momentos, não sem antes contar com protestos e enfrentamentos significativos, amplas manifestações de rua e pressão popular sobre a Câmara de Vereadores e Prefeitura. Seus resultados não são muito diversos dos que ocorreram em outras cidades do estado e do país, como analisa Elson Pereira (2018), sobretudo nos momentos em que os debates envolviam diretamente o uso e a ocupação do solo e envolviam o valor da terra urbana.

Pode-se constatar que um amplo conjunto de entidades e associações, e indivíduos isoladamente, envolveram-se nos debates e embates urbanos neste período, expressando um entusiasmo democratizante na cidade (Peres *et al.*, 2013). A radicalização que marcou o segundo momento deste processo, em 2010, advinda da efervescência participativista, levou à eventos de repressão policial e criminalização de lideranças propiciando o que Maricato chama de *alfabetização urbanística*, além de uma conscientização acerca dos interesses econômicos e suas formas de operar no aparato estatal da cidade. Não obstante a capilarização do processo em importantes bairros da cidade e o envolvimento por vezes até direto de trabalhadores que moravam nestes bairros, predominaram as camadas médias e os setores menos empobrecidos da classe trabalhadora na construção das *leituras comunitárias*, uma das etapas mais instigantes em termos de organização popular.

Este processo não chegou a contar, de fato, com os trabalhadores, apesar de ocorrer no momento em que a questão da moradia se agravava na cidade, e não obstante o fato de que predominou nas *leituras* o viés socializante e universalista de pensar a cidade que caracteriza o campo progressista. Bairros da periferia ou *comunidades* que contavam com um histórico de organização popular (alguns citados antes e outras, como *as comunidades Mont Serrat, Chico Mendes*), que estavam à época, envolvidos com o gerenciamento dos projetos sociais e deixaram que a participação no plano ficasse a cargo de setores organizados das camadas médias da cidade. As poucas lideranças que participaram do processo lamentavam-se, justamente, das dificuldades encontradas em disputar, em suas bases, os trabalhadores que vinham “aderindo” – via conversão mercantil filantrópica – ao ideário do empreendedorismo e da participação institucional, sem promover enfrentamentos. Os sindicatos, a seu turno, tiveram participação diminuta no processo, apesar de muitos terem relação direta com a cidade, como por exemplo, o sindicato dos servidores municipais, que congrega serviços de limpeza, transporte público, assistência social, educação, saúde *etc.*

8. Lutas pela moradia

Como vimos antes, no início dos anos 1990, na área continental, as ocupações organizadas já fizeram parte do cenário político mais recente da cidade, assim como do restante do país. Influenciadas pela Teologia da Libertação e por organizações que orbitavam ao redor do PT, elas convocavam trabalhadores pobres a ocupar vazios urbanos – terras públicas ou privadas sem função social – e obtiveram relativo sucesso, no sentido da conquista da terra propriamente dita. Mas, se observamos o que aconteceu com esses espaços, vemos não apenas o declínio da consciência de classe (que se expressa na adesão às parcerias público-privadas e ao discurso da inclusão e do empreendedorismo, de forma geral), como a decadência material, propriamente dita, das habitações, rapidamente degradadas pela ação do tempo, das intempéries e dos limites originais com os quais foram, mesmo, projetadas (Pimenta, 2009). Afinal, não é possível manter uma moradia digna sem constantes reformas, ampliações e reparos se os recursos dos trabalhadores são tão escassos quanto os permanentes empuxos para que troquem de moradia, considerando os fatores que envolvem a reprodução da força de trabalho.

Há um conjunto importante de análises sobre as três últimas décadas, assinalando lutas em torno da moradia e mobilidade que instigaram pesquisadores a se debruçar sobre estes grupos e processos. No que tange às lutas das periferias urbanas, pode-se perceber, a uma primeira mirada, a existência de “ciclos”, sendo o primeiro o dos anos 90 e outro já no século XXI. Esta é a argumentação de Canella (2016), estudioso do tema na região. Ele considera que o lapso de organização e de lutas pela moradia durante mais de 15 anos teria a ver com a mudança nas formas de organização nestas lutas e que a entrada em cena de ONGs, projetos sociais de entidades filantrópicas, parcerias público-privadas, entre outras, marcaria o período intermediário, sem enfrentamentos, mas com participação na institucionalidade. Nesta perspectiva, a retomada de Ocupações, em 2011, na área conurbada, seria tributária sobretudo do agravamento do déficit habitacional, do aumento das migrações e da entrada em cena de novas organizações políticas, com um perfil bastante diferente daquele que interpelava os trabalhadores organizados nas suas lutas, e que, foram pouco a pouco, ficando para trás junto às memórias de um passado remoto, como, inclusive atestam antigas lideranças populares em testemunhos coletados a posteriori (Tornquist, Andrade e Monteiro, 2010). Porém, se por um lado a classificação das lutas em *ciclos* nos ajuda a contextualizar e descrever o processo recente, envolvendo estes estratos superexplorados da classe trabalhadora local, por outro lado esta não chega a problematizar as mudanças operadas ao nível das direções das organizações políticas que, justamente, ao longo do período, foram modificando suas pautas e estratégias, como veremos a seguir, a nível nacional.

Assim, nos quedamos diante de uma importante lacuna no sentido de explicar as razões dos momentos de paralisia – fundamental para compreender os *ciclos*, que ocorre justamente entre os anos de 1990 e 2010, mesmo quando as condições objetivas de moradia se agravaram na região, e mesmo com a o processo de redemocratização em curso, à exemplo da aprovação do Estatuto da Cidade, em 2001. Nesta via, a nosso juízo, o apassivamento das lutas da classe trabalhadora na cidade, em especial as ligadas à moradia, precisam ser pensadas sob uma perspectiva mais ampla, transcendendo o plano local e a perspectiva politicista e culturalista, ou seja, pela chave materialista.

9. Alguns elementos conceituais

Movimentos sociais têm sido um conceito usado comumente para indicar grupos, entidades, associações que, tendo o Estado como interlocutor, trazem à cena pública demandas relacionadas a temas urbanos, ambientais *etc.* e que não estariam vinculados ao mundo da produção e das relações de trabalho¹⁷. Trata-se de uma perspectiva entusiasta e entusiasmante de ideias como *novas formas de política* e de *participativismo*, voltado a aprofundar a democracia, e que sublinha a importância do associativismo cidadão e da *onguização* dos movimentos, ou seja, a substituição das organizações pautadas por formatos representativos e de massa, baseados na livre e voluntária associação dos companheiros (forma organizativa historicamente criada pela classe

¹⁷ Destaco a noção de NIMBY (*Not In My Back Yardgarden*), que se refere a lutas localizadas, de caráter vicinal, geralmente empreendidos por elementos e frações da burguesia, em prol da manutenção da valorização de suas áreas de moradia, para os quais o valor da paisagem e de outros itens da *qualidade de vida* fazem parte. Atuam pontualmente à luz deste interesse específico, acionando valores próximos ao ambientalismo, como aconteceu no caso das lutas contra o Estaleiro OSX, em 2011, na região.

trabalhadora) por pequenos grupos, associações ditas *sem fins lucrativos* e outras, de formato empresarial, que seriam, todavia, pautadas por “fins públicos e sociais”. Muitas destas contam com a atuação de profissionais – em geral de camadas médias e com qualificação técnica – que passaram a substituir as entidades populares de outrora a partir de financiamentos, seja de organizações externas ou fundações privadas, seja do próprio Estado, em formatos privatistas (parcerias público-privadas), por meio de editais para projetos sociais. Este corresponde à *conversão mercantil-filantrópica da militância*, que vai acontecendo ao lado da reconfiguração da classe trabalhadora, junto ao processo de acumulação dita primitiva, que não cessou de ocorrer no país e região (Marx, 2017; Fontes, 2012).

A expressão *movimentos sociais* passou a ser bastante utilizada na esquerda brasileira, sobretudo nos anos de 1980, processo concomitante ao que ocorre junto às agências internacionais, como a ONU, UnHabitat, *etc.* adquirindo legitimidade crescente junto aos Estados e às burguesias. Organizações populares e da esquerda socialista também aderiram a esta vaga aparentemente libertária, expressando o que Mike Davis chamou de “ilusões da autoajuda” (Davis, 2006), diapasão no pelo qual foram os pequenos grupos e as ações locais foram substituindo as referências históricas da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que passou a celebrar a capacidade dos trabalhadores de trabalharem em suas horas “vagas”, de forma coletiva, buscando melhorias sem esperar pela ação do estado. O debate no Brasil sobre os limites da autoajuda já esteve presente, passando pelo debate sobre o recurso dos mutirões e pela autoconstrução da moradia popular, nos anos 80, quando os marxistas começaram a se debruçar com maior rigor sobre os problemas urbanos (Arantes, 2009). Por seu turno, os sindicatos de trabalhadores vinham sofrendo revezes – e isto a nível mundial – e o apassivamento e a conciliação vinha tornando-se a regra (Antunes, 2009). Estes teriam desaparecido, ou perdido seu sentido, devido às transformações no mundo do trabalho e à derrocada do socialismo da URSS, gerando a ideia de que capitalismo como única forma de produção e sociabilidade, porém, passível de ajustes.

Os movimentos sociais seriam, assim, peças- ou atores-chave na promoção de melhorias, instrumentos de pressão e de aperfeiçoamento da vida social, descentradas do mundo do trabalho. Colocariam em cena o exercício permanente da participação e da democracia – tendo como contraponto à crítica à experiência soviética do período stalinista e acrescida da dura experiência das ditaduras latino-americanas dos anos 70, com seu elevado passivo de crimes e violências contra os direitos humanos. Nesta via, uma certa reificação da *democracia* acabou sendo feita, destituída de sua historicidade e de sua imbricação com o Estado capitalista. Ainda, leituras excessivamente politicistas têm se afastado de uma constatação fundamental: a de que o Estado – e a democracia que este prefere viabilizar – é a *forma política* do capitalismo. Esta forma política é complexa, composta de relações sociais contraditórias, e guarda uma autonomia por ocupar um lugar de “ente terceiro” entre capital e trabalho (Mascaro, 2013, p.63), podendo se expressar de diferentes maneiras, nenhuma delas, todavia, estando descolada da totalidade:

Na totalidade social, o primado econômico não se faz à custa do político, mas, pelo contrário, é realizado em conjunto, constituindo uma unidade na multiplicidade. Tampouco esta totalidade é de vetores causais aleatórios, como se o político não gerasse o econômico ou vice-versa. Trata-se de uma totalidade estruturada [...] O político se apresenta anelado ao econômico,

guardando nesta específica união de tipo capitalista, justamente sua unidade (Mascaro, 2013, p.27, grifos adicionados)

Na linha inversa a esta reflexão, observou-se uma inflexão à direita – na rubrica das demandas *democráticas* – que foi sendo incluída como pauta cada vez mais importante das lutas sociais, substituindo as demandas substantivas de acesso aos bens e às riquezas propriamente ditas. Que estas ações contribuem para a melhoria da vida urbana; e que permitem que os seus habitantes adquiram uma série de saberes outrora monopolizados por profissionais, não há dúvida. Elas superam o paroquialismo e o individualismo, pensando para além do seu bairro e vendo a cidade como uma totalidade dinâmica, o que é inegável e positivo. Que tenha predominado nestas lutas a perspectiva universalista, expressão do *direto à cidade*¹⁸, por terem sido protagonizadas por setores médios da classe trabalhadora, também é muito interessante. Porém, também parece ser fato que um dos resultados dessas vitórias pontuais, em particular as relacionadas à preservação de áreas verdes, tem servido para atribuir maior valor ao solo e, contraditoriamente, promover mais segregação de concentração de capitais em novo formato. O PT exerceu um papel preponderante neste deslizamento de uma *esquerda para o capital*, apesar de, em sua origem, ter, sem dúvida, expressado a síntese dos mais importantes setores da classe trabalhadora e da esquerda socialista.

Este processo pode ser caracterizado com o que Gramsci chamou de *transformismo* (Fontes, 2012 p.256), e que está relacionada a passagem de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa (Iasi, 2006, p.558). É neste contexto que lutas e mobilizações cujo foco é a cidade, e a moradia, em especial, deixam de ser vistas como parte de um processo organizativo cujo objetivo não é o mero acesso à habitação, mas à construção de uma consciência de classe e a sua organização, que estiveram presentes nos anos 1990, e alimentavam os diversos trabalhos de base desenvolvidos junto àquelas ocupações.

Já a categoria *classe trabalhadora*¹⁹, que venho utilizando ao longo do texto, remete à centralidade que essa categoria tem na análise das relações sociais no capitalismo, reportando à teoria do valor de Marx. O seu desaparecimento ou secundarização na produção científica – e no léxico da esquerda hegemônica – é significativo e grave, ainda que seja necessário, obviamente, articulá-la com outras dimensões sociológicas (como gênero, idade, raça/etnia, religião) que estiveram e estão sempre presentes nas particularidades históricas. Aliás, o próprio Engels faz isso, quando descreve, com densidade etnográfica e elementos de teorização incrivelmente acurados, a heterogeneidade do proletariado na Inglaterra no século XIX (migrantes, mulheres, mendigos, frações de classe mais e menos pobres *etc.*). Heterogeneidades que se acirraram no contexto da nova morfologia do trabalho, como analisa Antunes (2009; 2018), em suas diferentes expressões, nas últimas décadas – e sem encontrar reverberação em sindicatos ou outros órgãos representativos, de maneira geral.

¹⁸ Utilizo a expressão no sentido relacionado aos movimentos sociais em 2005, no Fórum Social Mundial, e não exatamente no sentido lefebvriano, que serviu de orientação a estes grupos (FSM, 2005).

¹⁹ Insistir nesta categoria significa abrir mão de uma série de denominações para os pobres no mundo capitalista: excluídos, mais humildes, carentes, população de baixa renda, vulneráveis *etc.*

Nesta via, é importante ressaltar que, entre os movimentos urbanos – e que participaram, por exemplo, do Plano Diretor Participativo em Florianópolis, foram pouco expressivos aqueles protagonizados pelos trabalhadores de mais baixa renda ou desempregados, justamente os setores majoritários da população que viviam na própria pele a superexploração, o impacto dos problemas de mobilidade urbana e de déficit habitacional, além do processo de fechamento de escolas públicas, até mesmo em bairros tradicionalmente mobilizados da cidade. E, notemos, estes setores não estavam totalmente desorganizados, mas, antes, organizados e comprometidos com novos formatos de “associativismo” urbano, via projetos e parcerias público-privadas em áreas como educação (já nos moldes da chamada “inclusão social” e “geração de renda”, nos termos do empreendedorismo popular que compunha o terceiro setor na região.

Considerações finais

Quando nos debruçamos sobre as lutas pela moradia, consideramos fundamental recuperar alguns elementos das reflexões originais de Engels. Elas estão presentes em *artigos publicados na Alemanha e reunidos na obra, “Sobre a questão da moradia”, em 1872 – Os “notáveis artigos...”*, de que falava Lenin. (Engels, 2015) nos quais Engels defende a tese de que o problema da moradia – a moradia dos trabalhadores, densamente descrita em *A situação da classe operária na Inglaterra*, em 1845 – não teria solução nos marcos do capitalismo, a partir da incorporação das descobertas de Marx acerca do funcionamento da lei de valor para compreender a questão. Também defende que sejam superados os limites das soluções burguesas – inspiradas em Proudhon - que ficam resumidas a fixar os pobres em uma *propriedade* para que possam ser donos de “uma casinha, uma horta e um jardim” (Engels, 2015, p. 31) Ou seja, alimentando a ilusão de que seria possível estender a propriedade privada – cerne do capitalismo – à classe trabalhadora.

As explicações sobre o que passou com os partidos, sindicatos e demais forças socialistas nas últimas décadas – e que resultou no apassivamento das lutas, não apenas motivadas inexoravelmente pela dinâmica social e pela crise mais recente do capitalismo, mas também pela escolha de suas direções – são muito convincentes. O que observei no plano local coincide e expressa, com cores locais, este processo de *conversão e/ou transformismo*, no qual saem de cena a consciência e a organização de classe, e entram – na via das parcerias e dos projetos – as alianças com setores da burguesia local, seja com a mediação do Estado, seja na via direta da filantropia empresarial.

Muitas organizações políticas e intelectuais debruçados sobre a questão habitacional e urbana têm como paradigma os exemplos dos chamados *Estados de bem-estar social* da Europa, onde em um determinado período (após a Segunda Guerra Mundial) alguns estados nacionais estenderam o acesso à moradia e à terra urbanizada a um amplo conjunto de trabalhadores. Esses exemplos, sobretudo à luz das condições de moradia de países como o Brasil, apresentam-se até hoje como bem-sucedidos, pois mitigaram desigualdades sociais que se relacionam com a reprodução da força de trabalho. A pressão da classe operária organizada, a experiência (e ameaça) soviética com seus exemplos socializadores e estatizantes, bem como um lugar privilegiado na divisão internacional do trabalho, e uma acumulação de capitais expressiva no período do pós-guerra permitiram, de fato, que políticas sociais de grande alcance existissem, deixando até hoje um rastro de esperança e encantamento na periferia do capitalismo. Migrantes

dos países do sul, em massa, acorrem a estes países em busca do acesso a programas que, comparados com suas realidades locais, se colocam como salvadores – e, do ponto de vista da singularidade e imediatismo, de fato são. Mas será possível que esse modelo seja aplicável nos países capitalistas dependentes? Será possível estender aquela experiência reformista – e também em declínio hoje em seus territórios – para as condições históricas concretas de países como o Brasil, garantindo que os trabalhadores tenham também eles *sua casa, sua horta e seu jardim*? Mais, ainda: será que devemos ter este modelo – que é desigual – como o “máximo” que podemos almejar nesta quadra da história?

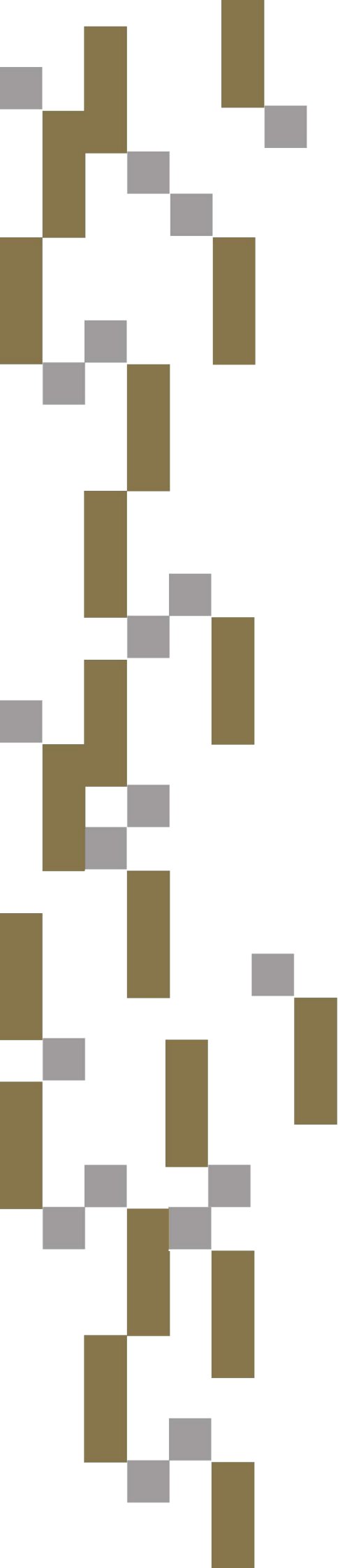
Descolar os processos urbanos dos processos mais amplos – nacionais e internacionais – não tem trazido bons resultados nem no plano da análise (ficamos sem entender, por exemplo, por que os trabalhadores mais pobres não participam dos espaços democráticos, como buscamos mostrar aqui), nem no plano da ação (desorganizados, ficamos apegados a calendários eleitorais e a um imobilismo generalizado, que é esperadamente capturado pela classe dominante). E, neste sentido, o caso de Florianópolis se assemelha a muitas outras cidades, sendo a qualidade de vida e a imagem da Ilha da Magia apenas componentes ideológicos cujo sentido é obscurecer a desigualdade econômica e a desigualdade espacial. Face à premência do *fazer uma autocrítica*, como provoca – sem resolver – Ermínia Maricato, sobretudo à luz do legado de impasses gigantescos no âmbito da cidade, desafios de todo o tipo se colocam àqueles que estão verdadeiramente empenhados com as lutas da classe trabalhadora, em suas diversas dimensões.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho*. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.
- _____. *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Editora Boitempo 2018.
- ARANTES, Pedro F. Em busca do urbano: os marxistas e a cidade de São Paulo nos anos de 1970. *Novos estudos Cebrap*. São Paulo, n. 83, março de 2009, pp. 103-27.
- BOULOS, Guilherme. *De que lado você está?* São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- BASTOS, Rafael M. *Dionísio em Santa Catarina*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1992.
- CANELLA, Francisco. Movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2013). *Revista Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 50,n.2, 2016, pp. 268-88.
- CANELLA, Francisco; TORNQUIST, Carmen S.; SILVA, Mariléia M. *Reconfigurações da segregação urbana: trabalho, moradia e pobreza na Grande Florianópolis*. Relatório final de pesquisa, UDESC, CNPq, 2014.
- DAVIS, Mike. “As ilusões da auto-ajuda”. In: _____. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- EIPPEL, Susan; PIMENTA, Margareth de C.; e PIMENTA, Luís F. “Processo de ocupação e serviços urbanos no Maciço Central – Alto da Caieira e Serrinha”. *Extensio: Revista de extensão*. Florianópolis, v.3, n.4, pp. 1-10, 2006.
- ENGELS, Friedrich. *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.
- FILOMENO, Felipe. A. “Florianópolis já encara quem a captura”, *Outras palavras*, São Paulo, 5/02/ 2014.
- FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo*. Rio de Janeiro: Editora da Fio-cruz/UFRJ, 2012, 3ªedição.
- IASI, Mauro. *As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- HEINEN, Vicente L. *Superexploração da força de trabalho em SC: evolução recente e tendências nacionais*. Florianópolis: UFSC. Comunicação apresentada no III Seminário de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais, out. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/202641>. Acesso pela última vez em: 08/12/2022.
- KOWARICK, Lúcio. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- MAGALHÃES, Luis Felipe; TONIN, Victor Hugo. “Segregação socioespacial e luta por moradia na Grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado”. In: CANELLA, Francisco e TORNQUIST, Carmen S. (org.). “Dossiê Ocupações urbanas”, *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 49, n. 2, pp. 234-56, 2015.
- MASCARO, Alysson. *Estado e forma política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MARICATO, Ermínia. *Impasses da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. Nunca fomos tão participativos. *Revista Sem Terra*. São Paulo, ano X, n. 43, p.17-20, 2008.
- MARX, Karl. “Fetichismo e reificação”. In: IANNI, Octávio. (org.) *Marx, coleção grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, pp. 159-76,1988.

- _____. A assim chamada acumulação primitiva. In: _____. *O capital: crítica da Economia Política*, Livro I. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo, Boitempo Editorial, 2013.
- MIRANDA, Rogério; LORENZI, Cibele A. *Diagnóstico de áreas de interesse social de Florianópolis*. Florianópolis: Prefeitura Municipal, mimeografado, 2006.
- MATTEI, Lauro. Distribuição espacial dos postos formais de trabalho no estado de Santa Catarina entre 2001 e 2014. *X Encontro Catarinense de Economia*, Blumenau: FURB, 2016.
- OURIQUES, Helton R. “Um breve panorama do desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo”, *Caderno Prudentino de Geografia*. UNESP, Presidente Prudente, n. 29, pp. 55- 67, 2005.
- PEREIRA, Elson M. “A política urbana e o ideário crítico da reforma urbana introduzido na Constituição de 1988”, *Confluências: Revista de Sociologia e Direito*, v. 20, n. 2, pp. 73-87, 2018.
- PIMENTA, Margareth de C.; PERES, Arlis, TORNQUIST, Carmen. S.; PERES, Lino F. B.; SILVEIRA, Luis R.; DIAS, Vera L.N. (orgs.). *Reconstruindo paisagens: desafios sócioespaciais para a Grande Florianópolis*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.
- PIMENTA, Luís F. “Habitação popular e espaço urbano na Região metropolitana de Florianópolis”. *12º Encuentro de Geógrafos de América Latina*. Montevideo, Universidad de la República, 2009.
- SOUZA, Almir A. *Mãos da magia nas malhas do poder: a feira de artesanato da Praça XV – Lutas e resistência (1970-1997)*. Monografia de Especialização em História. UDESC, 1997.
- SOUZA, Eduardo L e SUGAI, Maria I. “Minha casa, minha vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis”, *Cadernos da metrópole*. São Paulo, v. 20, n. 41, Dossiê Mobilidade especial, 2018.
- SUGAI, Maria I. *Segregação silenciosa*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2015a.
- _____. *Há favelas em Florianópolis?* São Paulo: Infosolo, 2015b.
- TORNQUIST, Carmen S.; ANDRADE, Ana P. M.; MONTEIRO, Marina. “Velhas histórias, novas esperanças”. In: MALUF, Sônia W. e TORNQUIST, Carmen S.(org.). *Gênero e aflições*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2010, p. 69-132.
- TORNQUIST, Carmen S. e MAIER, Jefferson A. A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de Engels e o conceito de déficit habitacional”, *Novos Rumos*, v. 58, n. 1, 2021, pp. 89-103.
- TORNQUIST, Carmen S; OLÍVIO, Maria Cecília. “As mulheres e a Ocupação Contestado”. *Encontro da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS)*, São José da Costa Rica, 2015.
- VENDRAMINI, Célia. “A categoria migração na perspectiva materialista”, *Katalisys*. Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 239-60, 2018.
- VITULLO, G. *A ideologia do terceiro setor*. Natal: Editora da UFRN, 2011.
- ZIBECCHI, R. *Brasil potência*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

NOTAS CRÍTICAS



A desumanidade neoliberal não tem vacina:

o vínculo entre negacionismo e neoliberalismo no governo Bolsonaro

César Bolaño*

Fabrizio Zanghelini**

Introdução

O fracasso das “novas formas capitalistas de dominação” do pós-II Guerra (Bihar, 1999, p. 37), nos anos 1970 do século passado, evidencia o esgotamento do pacto social que presidira o período do chamado *Welfare State* e inaugura a fase de dominação do projeto neoliberal, nos 80. Mais do que isso, a partir do final do século, as conquistas sociais históricas da classe trabalhadora passaram a ser ainda mais atacadas pelos governos legatários da chamada nova direita. Tais governos, sob o véu da defesa de pautas nacionalistas, conservadoras e antissistêmicas, brandiam um discurso crítico às políticas ditas de esquerda praticadas pelos governos neoliberais de tradição moderada, apesar de, na prática, radicalizarem o próprio receituário neoliberal.

Atualmente, no caso brasileiro, essa tendência se intensificou diante da realidade pandêmica da Covid-19, pois o governo Bolsonaro, que tem o apoio de parte expressiva dos militares, do empresariado e das igrejas neopentecostais, trava amplo combate às políticas sociais, bem como uma guerra anticientífica e de costumes, o que fica nitidamente explicitado nas suas atitudes frente à grave crise sanitária. Assim sendo, este texto busca evidenciar, tendo como exemplo representativo o projeto privatista da Saúde, o vínculo entre o neoliberalismo e o extremismo ideológico do governo brasileiro no contexto pandêmico, mostrando que o discurso negacionista adotado, que é aparentemente irracional, na realidade faz parte de uma estratégia política funcional do radical projeto neoliberal implementado no país.

O negacionismo (e o neoliberalismo) frente à pandemia da Covid-19

As medidas adotadas pelo presidente Jair Bolsonaro no que diz respeito à contenção do vírus da Covid-19 seguiram a cartilha do então presidente estadunidense Donald Trump: abertamente negacionistas e anticientíficas, minimizando a gravidade da situação, deslegitimando as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e, portanto, na contramão do resto do mundo. Por estratégia política, o presidente brasileiro opôs-se às medidas de distanciamento social, as quais foram adotadas e

* Professor titular aposentado da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Diretor da Revista EPTIC e coordenador do grupo Obscom/Cepos, do CNPq, e do grupo de Economia Política da Informação e da Comunicação da CLACSO.

** Doutorando em Economia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Membro dos grupos de pesquisas Obscom/Cepos e Niep-Marx.

mantidas por prefeitos e governadores após autorização do Supremo Tribunal Federal (STF), visto que, até aquele momento, quando as vacinas ainda estavam sendo desenvolvidas, eram as únicas formas de prevenção contra a disseminação do vírus. Além disso, Bolsonaro se engajou em uma campanha sistemática contra o uso de máscaras e defendeu a imunidade coletiva por contágio e o uso de medicamentos sem eficácia científica comprovada – os quais inclusive levaram pessoas “a abandonar o isolamento social, criando uma falsa sensação de segurança, configurando o [...] uso político da medicação [...] pelo governo brasileiro” (Caponi et al., 2021, p. 79).¹

Chama também a atenção o fato de o governo Bolsonaro defender, de forma bastante empenhada, os interesses patronais de manutenção das taxas de lucro contra as necessárias restrições ao comércio e aos serviços não essenciais, assim como fazer de tudo para manter mobilizada sua base ideológica de extrema-direita, difundindo até mesmo a falsa ideia de que o coronavírus seria uma criação comunista e que as liberdades individuais estariam sendo tolhidas por meio das medidas de isolamento social e de obrigatoriedade do uso de máscaras. É imprescindível dizer que os ministros Paulo Guedes (Economia) e Ernesto Araújo (Relações Exteriores) estimularam essa mesma narrativa anticientífica e conspiracionista, afirmando que o SARS-CoV-2 havia sido desenvolvido em laboratório pela China, o que acarretou em problemas diplomáticos com o gigante asiático.

De forma acertada, Caponi et al (2021, p. 97) aplicaram o conceito de necropolítica de Achille Mbembe para classificar o conjunto de ações e inações aparentemente irracionais de Bolsonaro em relação à pandemia, uma vez que o governo, a todo o momento, “reforça e reivindica a lógica neoliberal centrada na ideia de assumir os próprios riscos e expor as populações à morte”. Dessa forma, o importante a destacar é que a necropolítica do governo Bolsonaro, diante da grave crise sanitária brasileira, significa a soma de “negacionismo científico, autoritarismo e discurso neoliberal” (*ibidem*).

Observando mais de perto o campo da saúde, que é o exemplo de maior interesse deste texto, o neoliberalismo sempre teve como objetivo fortalecer o sistema das operadoras de planos privados em detrimento do Sistema Único de Saúde (SUS). É por isso que o governo Bolsonaro indicou inicialmente Luiz Henrique Mandetta para o Ministério da Saúde. Mandetta é médico ortopedista e tradicional político de direita e, por conseguinte, defensor dos interesses das operadoras de planos de saúde, tendo sido inclusive presidente da Unimed Campo Grande entre 2001 e 2004, além de crítico feroz do Programa Mais Médicos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Vale salientar que o Mais Médicos, lançado em 2013, garantiu atendimento de saúde aos cidadãos mais pobres do Brasil em diversas regiões do interior do país, cuja carência de profissionais de saúde é gigantesca, por meio da contratação de médicos estrangeiros, especialmente cubanos, que acabaram deixando o país quando Bolsonaro foi eleito em 2018, pois, antes mesmo de assumir o cargo, ele prometera expulsar esses profissionais, sem que nenhuma medida sequer tivesse sido planejada para preencher tais vagas.

¹ A pesquisadora Elaine Bortone (2021) demonstra como a defesa dos medicamentos sem eficácia científica comprovada contra a doença favoreceram diversas indústrias farmacêuticas de apoiadores de Bolsonaro.

A pandemia da Covid-19, no entanto, obrigou o ministro a vestir o avental do SUS, única forma de atender massivamente os enfermos, bem como realizar com eficiência o processo de vacinação da população brasileira. Além disso, Mandetta não aceitou a política de Bolsonaro em favor do uso de medicamentos comprovadamente ineficientes contra a Covid-19 e com graves efeitos colaterais, o que lhe custou a cabeça à frente da pasta. Importa destacar, nesse contexto, que duas alternativas em relação ao problema sanitário ficaram expostas no interior da extrema-direita: uma puramente neoliberal, mas não necessariamente anticientífica diante do fato contingente da pandemia, e outra claramente vinculada à necropolítica. Não obstante, o projeto privatista para o setor de saúde é comum a ambas e já vinha sendo defendido desde o início da década de 1990, o que é “diametralmente oposto ao projeto de reforma sanitária” (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018, p. 11).

A partir do golpe de 2016, aprofundou-se o ataque à Saúde e ao SUS, com destaque para a diminuição dos recursos financeiros após a aprovação da Emenda Constitucional nº 95, que estabeleceu o chamado Teto dos Gastos. Consoante Santos (2020, p. 4):

É certo que a desventura do Brasil com o neoliberalismo tem seus capítulos anteriores, como atestam a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, a liberação de Organizações Sociais para realizar atividades-fim do Estado e a aprovação da Lei nº 13.097/15, que autoriza o capital estrangeiro a investir no setor privado da saúde nacional. Mas com o golpe de 2016, entramos decisivamente em outro tempo, de franca “apartação social fortemente vinculada aos valores mercantis, de legitimação das desigualdades e de culturas do ódio”. Um tempo em que foram “alterados os próprios procedimentos de funcionamento da democracia [...] em prol de uma autarquização do exercício do poder” (Guimarães e Santos, 2019, p. 223).

O documento intitulado *Travessia social*, que é a “expressão da política social do programa *Uma Ponte para o Futuro*” (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018, p. 13), oferece, antes mesmo do afastamento da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), as principais diretrizes do futuro governo Temer contra o SUS, a saber: “a ênfase no gerencialismo, considerando como problema do SUS a má gestão; a necessidade de focalização na parcela que não pode pagar planos privados de saúde; e o estímulo ao aumento de cobertura dos planos privados” (*ibidem*). Segue-se daí que o projeto foi efetivamente colocado em prática pelo então ministro da Saúde Ricardo Barros, o qual, inclusive, “teve seu financiamento de campanha para deputado federal vinculado a um consórcio de planos de saúde privados” e, portanto, à frente do Ministério, apresentou como um dos pilares da sua gestão “a proposta de Planos de Saúde Populares” (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018, p. 14). É importante deixar claro, no entanto, que esses planos privados mais acessíveis à população exibem uma série de limitações aos serviços médicos, além de serem de baixa qualidade, o que exige, ao fim e ao cabo, que o próprio sistema público complemente tais carências do sistema privado.²

² Outras articulações do governo Temer com o setor empresarial podem ser observadas na elaboração, pelo Instituto Coalizão Brasil, do documento *Coalizão Saúde Brasil: uma agenda para transformar o sistema de saúde*, divulgado em 2017: “Este documento [...] formado por representantes da cadeia produtiva do setor de saúde [...] tem como objetivo enfrentar e construir um novo sistema de saúde para o Brasil [...] A tese defendida pelo grupo é a de que os setores público e privado precisam construir uma rede integrada de cuidados contínuos [...]. Outras medidas do Ministério da Saúde neste governo são as propostas de Alterações na Lei dos Planos de Saúde. Em setembro de 2017, o relator da Comissão Especial sobre Planos

Retornando ao caso do governo Bolsonaro, o projeto privatista foi apresentado tanto no “plano de Paulo Guedes para a construção de um novo pacto federativo”, cujo objetivo era a “desconstitucionalização dos gastos em saúde” (Santos, 2020, p. 1), quanto na proposta de Mandetta, de desvinculação dos recursos da saúde e do “questionamento [da] gratuidade e [do] caráter universal do SUS, chegando a afirmar, em uma entrevista, que gostaria de levar essa pauta ao Congresso Nacional” (Correia, Santos e Alves, 2021, p. 74). Em que pese, como foi visto, a diferença entre as duas posições a respeito do enfrentamento à Covid-19, o que mais chama a atenção é que a tendência de reduzir o papel do Estado não cessou com o início da pandemia, antes pelo contrário, pois as respostas dadas pelo governo Bolsonaro à crise sanitária causada pelo novo coronavírus foram efetivamente “em direção de fortalecer a mercantilização da saúde” (Correia, Santos e Alves, 2021, p. 76), o que ficou constatado pelos próprios movimentos que beneficiaram planos e seguros privados:

[i] seja com as formas de captura do fundo público da saúde pelo setor privado, quando o Estado adquire serviços hospitalares desse setor, por meio da contratualização de leitos para atendimento à Covid-19, mesmo sem adotar a fila única de acesso a esses leitos; [ii] seja com a entrega da gestão dos serviços públicos, como os hospitais de campanha, para serem geridos por OSS [Organizações Sociais de Saúde] (Correia, Santos e Alves, 2021, p. 82).

Vale destacar que, mesmo com o país enfrentando altas taxas de mortalidade, o governo Bolsonaro, dando sequência às políticas neoliberais na saúde, publicou o polêmico Decreto nº 10.530 em outubro de 2020, que “previa a privatização da atenção básica”, o que causaria grande dano à sociedade brasileira, mas, diante das “inúmeras pressões de entidades, movimentos sociais e da sociedade, de modo geral” (Correia, Santos e Alves, 2021, p. 74), o presidente foi obrigado a revogar. Segundo Cislighi:

O decreto qualificava a política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parceria de Investimentos (PPI) para a elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) com a construção de projetos piloto. A repercussão negativa da proposta fez o governo recuar do decreto, mas prometer uma reedição do mesmo nas semanas seguintes (Cislighi, 2021, p. 21-22).

As referidas pressões obrigando à revogação do decreto, cabe lembrar, davam-se no contexto de uma crise sanitária descontrolada em que as duas posições citadas se enfrentavam, manifestando inclusive um intenso debate entre o Governo Federal, os governadores, prefeitos, além do Supremo Tribunal Federal (STF), que foi chamado a intervir com frequência no caso, diante do caos instalado. Tudo isso foi acompanhado de perto pela mídia corporativa, que também ficou dividida entre as duas posições. Nada disso abalava, no entanto, o consenso privatista, embora prevalecesse no deba-

de Saúde da Câmara dos Deputados, Rogério Marinho (PSDB/RN), apresentou os principais pontos que pretende inserir no seu relatório, quais sejam: - Revogação da Lei dos Planos de Saúde [...] - Segmentação de Cobertura Assistencial [...] - Reajuste após 60 anos de idade [...] - Diminuição do valor do Ressarcimento ao SUS” (Bravo, Pelaez e Pinheiro, 2018, p. 16-17).

te, contra a posição do governo, a cautela em não promover mudanças intempestivas em meio à conjuntura pandêmica.

Após o desligamento de Mandetta, o cargo de ministro da Saúde foi entregue a Nelson Teich, um oncologista ligado aos interesses empresariais. No entanto, ele se demitiu em menos de um mês no cargo, em virtude da obrigação que lhe foi dada de assinar um protocolo de recomendação do uso precoce de medicamentos sem eficácia comprovada para casos leve e moderado de Covid-19 (Ventura e Bueno, 2021). Logo em seguida, assumiu, então, o general Eduardo Pazuello, o qual não tinha nenhuma formação na área da saúde, chegando a admitir publicamente que “antes de ser ministro ‘nem sequer sabia o que era o SUS’” (Ventura e Bueno, 2021, p. 452). A rigor, estando fortemente alinhado às estratégias institucionais de negacionismo científico, o novo ministro defendeu obstinadamente o uso da cloroquina e da ivermectina, fármacos que compunham o chamado “Kit Covid”, além de criar, no ministério, o portal eletrônico TrateCov, o qual recomendava, a despeito dos diferentes casos e sintomas, o tratamento por meio de uma lista idêntica de medicamentos ineficazes.

Na verdade, Pazuello já havia assumido uma posição de destaque no ministério quando da indicação de Teich, sob o argumento de que se tratava de um militar especializado na área de logística. O que advém sob o seu comando, com efeito, é um amplo processo de militarização do Ministério, questão representativa do que ocorre no governo Bolsonaro como um todo, incluindo militares sem o conhecimento técnico necessário para os mais diversos cargos, até mesmo no alto-escalão.³ Ademais, nem sequer a suposta competência na área de logística ficou demonstrada, como atestou a negligência em relação ao fornecimento de oxigênio para o tratamento da Covid-19, especialmente no caso emblemático no Amazonas.

A composição de ministérios encabeçados por militares nada mais é que uma prática fortalecedora das políticas neoliberais, trazendo diversas complicações até mesmo fora do contexto da saúde, dado que a militarização controverte a própria perspectiva republicana, uma vez que a “formação militar não é orientada para a gestão democrática de conflitos, mas pela lógica da guerra” (Silva, 2021). Não obstante, diante da realidade pandêmica, os prejuízos decorrentes da militarização dos órgãos de governo são ainda maiores, principalmente quando o responsável da Saúde, operando numa dinâmica hierárquica de submissão às ordens do Presidente, segue rigorosamente uma estratégia ideológica de contenção da doença através de políticas genocidas e anticientíficas (Silva, 2021). Assim, “o processo de militarização do Ministério da Saúde correspondeu à subjugação ideológica de uma tradicional instituição estatal brasileira, cujas políticas públicas deixaram de ser pautadas pela expertise e pela ciência” (Ventura e Bueno, 2021, p. 456).

O fato é que o projeto neoliberal de privatizações, que se aproveita “do sucateamento histórico produzido pelo desfinanciamento [...] e da precarização dos trabalhadores para reduzir as resistências políticas a essas medidas” (Cislaghi, 2021, p. 23), segue forte durante todo o governo Bolsonaro. O atual – quarto – Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, é cardiologista e, até sua nomeação para o ministério, era sócio-gerente da empresa Cardiocenter. O ministro, que também procura seguir com disci-

³ Como explicam Ventura e Bueno (2021, p. 451), “até o final do primeiro semestre de 2020, já existiam 25 cargos de direção ou técnicos de alto nível no Ministério da Saúde ocupados por militares, 21 dos quais sem qualquer experiência anterior em saúde”.

plina as orientações negacionistas do chefe do Planalto, anunciou recentemente e sem grande contestação por parte da mídia corporativa, sob o pretexto de aumentar a competição entre as empresas privadas de planos de saúde, a criação de um sistema aberto chamado *open health* o qual seria, a exemplo do *open banking*, “um repositório de dados assistenciais e de saúde de todos os brasileiros, coletados a partir de um prontuário eletrônico; e um ‘cadastro positivo da saúde’, com dados financeiros sobre os beneficiários de planos” (Fraga e Rocha, 2022). Tal iniciativa busca incentivar as pessoas a migrar do SUS para os planos de saúde privados, permitindo às empresas “selecionar pacientes, de acordo com a doença e a gravidade do caso. Isto é, vender planos mais baratos para as pessoas saudáveis e mais caros para pessoas com algum tipo de enfermidade. Se puderem pagar” (Castro e Castro, 2022).

A extensa citação de Caponi et al. (2021) a seguir é importante, pois resume enfaticamente os vínculos entre o negacionismo científico e o projeto neoliberal do governo Bolsonaro e como esse vínculo está colocando em risco a vida dos brasileiros:

Os defensores do neoliberalismo acreditam que se beneficiarão com menos Estado, com menos impostos, com menos investimentos em educação e saúde pública, transformados em espaços de disputa de mercado. Cabe a cada um de nós gerir e antecipar os riscos, pagar um plano de saúde, uma aposentadoria, ter um capital de reserva. Quando essa lógica neoliberal se depara com um fenômeno dramático como a pandemia de Covid-19, ficam em evidência as fragilidades de um modelo de saúde regulado pelo mercado. Com a aparição da pandemia, diversos países começaram a fazer grandes investimentos em saúde pública, em ciência e tecnologia. Porém, mesmo no contexto de precarização do SUS e do aumento de contágios e mortes por Covid-19, o governo brasileiro executou menos de 40% do orçamento destinado a combater a pandemia. Essa subexecução de recursos é um dos elementos que, junto com a defesa da cloroquina, com a crítica ao distanciamento social e ao uso de máscaras, e com a desconsideração da compra de uma vacina eficaz, configuram uma verdadeira gestão necropolítica (Mbembe, 2011) da pandemia, onde já não se trata de fazer viver e diminuir as taxas de mortalidade, mas de fazer morrer, expondo os cidadãos sistematicamente ao perigo do contágio e à morte (Caponi et al., 2021, p. 82-83).

A título de conclusão: CPI e sistema de patentes

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada no Senado Federal em 27 de abril de 2021, teve importante papel na investigação e registro do negacionismo e obscurantismo do presidente Bolsonaro, além de provocar o Governo Federal a tomar algumas iniciativas de combate à pandemia. As investigações seguiram duas linhas principais:

[...] [i] a adoção da estratégia de imunidade de rebanho adotada pelo governo Bolsonaro e seu suposto “gabinete paralelo” para combater a pandemia [ii] e as supostas infrações de corrupção e prevaricação em utensílios hospitalares e aquisição de vacinas pelo governo e empresas privadas (Alves, Oliveira e Silva, 2021, p. 81-82).

É importante enumerar aqui as principais questões contidas no robusto relatório final da CPI sobre o governo Bolsonaro: (a) recusou seguidamente as ofertas iniciais de vacina feitas pela empresa *Pfizer*, a qual estava de olho no grande mercado bra-

sileiro e no exitoso desempenho histórico das campanhas de vacinação no país, dadas as reconhecidas capacidades técnicas e organizativas do SUS, (b) decidiu adquirir apenas a cota mínima de vacinas oferecida pelo consórcio internacional *Covax Facility*, (c) consentiu com o esquema de corrupção engendrado no processo de aquisição da vacina Covaxin, do laboratório indiano Bharat Biotech, (d) promoveu sistemática campanha contra as vacinas, especialmente a CoronaVac, desenvolvida com tecnologia chinesa pelo Instituto Butantã, e, finalmente, (e) não apresentou nenhuma ação efetiva para viabilizar a produção de uma vacina nacional, tendo em vista a capacidade existente no país para tal, o que exigiria recursos financeiros, organização e apoio institucional às universidades públicas, as quais, ao contrário, durante todo o período do seu governo, vêm sofrendo radicais cortes de verbas e ingerência política, inclusive com a nomeação de reitores interventores.⁴

Por fim, vale ainda ressaltar um importante aspecto da posição do governo Bolsonaro nas disputas de poder internacionais que rompeu com posições tradicionais do país na matéria. Consoante Daibert et al. (2022, p. 88), existe um *apartheid* das vacinas, o que significa que, enquanto nos países centrais “os desafios são para aumentar a confiança na vacina, combater notícias enganosas e a politização”, no continente africano a escassez dos imunizantes “sequer permite a vacinação entre profissionais da saúde”. Esse fato é resultado do sistema de patentes, cujo objetivo principal é a lucratividade do negócio de oligopólio extremamente concentrado da indústria farmacêutica global, relegando a segundo plano a proteção sanitária de grande parte da população mundial. Nesse contexto, houve um marcante pedido de suspensão de propriedades intelectuais relacionadas aos tratamentos da Covid-19 pelos governos da África do Sul e da Índia à Organização Mundial do Comércio (OMC), em outubro de 2020.

Embora o acordo de quebra das patentes proporcionasse o aumento do abastecimento global de vacinas, possibilitando uma resposta de interesse internacional ao vírus SARS-Cov-2 ainda em curso e às novas cepas, “a ideia teve o apoio de cerca de cem países em desenvolvimento, mas não conseguiu contrariar a posição das nações mais ricas do mundo” (Marques, 2022, p. 1688). O Brasil foi o único dos chamados países em desenvolvimento que se posicionou contrário à suspensão de patentes, posto que o governo Bolsonaro sempre seguiu de forma submissa os passos do governo Trump. No entanto, o presidente estadunidense mudou de opinião no final do seu

⁴ A partir das provas produzidas durante os cinco meses de inquérito, a CPI efetuou o indiciamento de diversos agentes políticos, servidores públicos e empresas privadas, os quais deliberadamente não tomaram as decisões que deveriam ter sido tomadas ou tiveram ligações com práticas delituosas. Em síntese, a CPI “[...] indiciou 65 pessoas e 2 empresas privadas, Prevent Senior e a empresa de logística VTC. Entre os investigados estão o último e o atual ministro da Saúde, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga, respectivamente; o ex-ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo; o ex-assessor da Presidência, Arthur Weintraub; dois filhos de Bolsonaro, o deputado Eduardo Bolsonaro e o senador Flávio Bolsonaro; e o próprio presidente Jair Bolsonaro. Os crimes atribuídos ao Presidente totalizaram 29 tipos como crime epidemiológico; charlatanismo; medida sanitária violação; corrupção ativa; falsidade ideológica; incitação ao crime; fraude de documentos particulares; emprego irregular de fundos públicos; prevaricação; crimes contra a humanidade como extermínio, perseguição e atos desumanos para causar sofrimento intencional; e crimes de responsabilidade” (Alves, Oliveira e Silva, 2021, p. 82-83).

mandato, fazendo com que o governo brasileiro também flexibilizasse sua posição, ainda que não passasse a apoiar a correta iniciativa da África do Sul e da Índia (Chade, 2022). O fato é que, cerca de um ano e meio depois do pedido de suspensão, a matéria ainda não foi definida; há apenas um indício de um entendimento inicial entre os principais países da OMC, com a ressalva de que “para ativistas, a proposta nem sequer pode ser chamada de um ‘acordo de suspensão’ de patentes, diante das exigências impostas e que vão tornar o acordo inócuo” (Chade, 2022).

Concluindo, importa sublinhar que o presidente Bolsonaro transformou a crise pandêmica em um campo de disputa política e que foi somente na iminência da vacinação ser realizada diretamente por cada estado brasileiro, principalmente pelo estado de São Paulo, o qual havia desenvolvido a CoronaVac, que o Governo Federal finalmente efetuou a compra das primeiras doses de vacina, mesmo não tendo ainda um cronograma definido de aplicação, o que comprova que essa ação não estava sendo planejada. Além disso, mesmo com a vacinação em curso e a boa aceitação da população brasileira, Bolsonaro continuou apostando numa guerra de narrativas que iam desde a defesa do chamado tratamento precoce até a propagação de notícias falsas sobre a eficácia e os efeitos colaterais das vacinas, principalmente em crianças. Como enfatiza Marcelo Badaró Mattos, o compromisso do governo com o “extermínio”

não pode mais ser colocado em dúvida, não só pela exaltação das chacinas policiais dirigidas à população negra das periferias e favelas, como também pelo estímulo ao etnocídio indígena e a política consciente de não-combate à pandemia, que já gerou mais de 650 mil mortes no país (Mattos, 2022, p. 43).

Referências

- ALVES, Gleisse; OLIVEIRA, Fernanda; SILVA, Leticia. “Parliamentary Inquiry Committee (CPI) on Covid-19 pandemic in Brazil and the defense of democracy in crisis”. In: ALVES, Gleisse et al. *A crise da Covid-19 no Brasil e seus reflexos*. Brasília: CEUB, pp. 73-84, 2021.
- BIHR, Alain. *Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BORTONE, Eliane de Almeida. “O governo Jair Bolsonaro e os empresários da indústria farmacêutica”. *Marx e o Marxismo*, v. 9, n. 17, pp. 246-270, 2021.
- BRAVO, Maria; PELAEZ, Elaine; PINHEIRO, Wladimir. “As contrarreformas na política de saúde do governo Temer”. *Argum*, v. 10, n. 1, pp. 9-23, 2018.
- CAPONI, Sandra et al. “O uso político da cloroquina: COVID-19, negacionismo e neoliberalismo”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 9, n. 21, pp. 78-102, 2021.
- CASTRO, Ana; CASTRO, Cosette. *A quem interessa o Open Health?* 2022. Disponível em: <[https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/03/17/acordo-de-patentes-de-vacinas-contra-covid-exclui-brasil.htm](https://blogs.correiobrasiliense.com.br/coletivo-filhas-da-mae/2022/01/31/a-quem-interessa-o-open-health/#:~:text=A%20verdade%20%C3%A9%20que%20vai,com%20algum%20tipo%20de%20enfermidade7>”. Acesso em: 15 abr. 2022.</p>
<p>CHADE, Jamil. <i>Acordo mundial de patentes de vacinas contra covid exclui Brasil</i>. 2022. Disponível em: <. Acesso em: 20 jul. 2022.
- CISLAGHI, Juliana. “Financiamento e privatização da saúde no Brasil em tempos ultraneoliberais”. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 35, pp. 15-24, 2021.
- CORREIA, Maria; SANTOS, Viviane; ALVES, Pâmela. “A mercantilização da saúde no enfrentamento da covid-19: o fortalecimento do setor privado”. *Revista Humanidades e Inovação*, v. 8, n. 35, pp. 71-85, 2021.
- DAIBERT, Lara et al. Mais de um ano após o início da vacinação, a exigência de equidade na distribuição de vacinas é destaque nas manifestações da sociedade civil. *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre saúde global e diplomacia da saúde*, 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/51334/Cadernos%20Cris-Fiocruz%20-%20Informe%2022%20sobre%20Sa%FAde%20Global%20e%20Diplomacia%20da%20Sa%FAde.pdf;jsessionid=EDB4B45672343A739A9C44AC1CD2339E?sequence=2>>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- FRAGA, Armínio; ROCHA, Rudi. *Por que o ‘open health’?* 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2022/03/por-que-o-open-health.shtml>>. Acesso em: 16 abr. 2022.
- MARQUES, Inês. “A (des)razoabilidade da concessão de patentes em face da proteção da saúde pública?”. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, n. 2, pp. 1663-1706, 2022.
- MATTOS, Marcelo Badaró. “Neofascismo e bolsonarismo”. *Resistência*, ano 1, n. 1, pp. 40-43, 2022.

SANTOS, Ronaldo Teodoro dos. “O neoliberalismo como linguagem política da pandemia: a Saúde Coletiva e a resposta aos impactos sociais”. *Physis*, v. 30, n. 2, pp. 1-9, 2020.

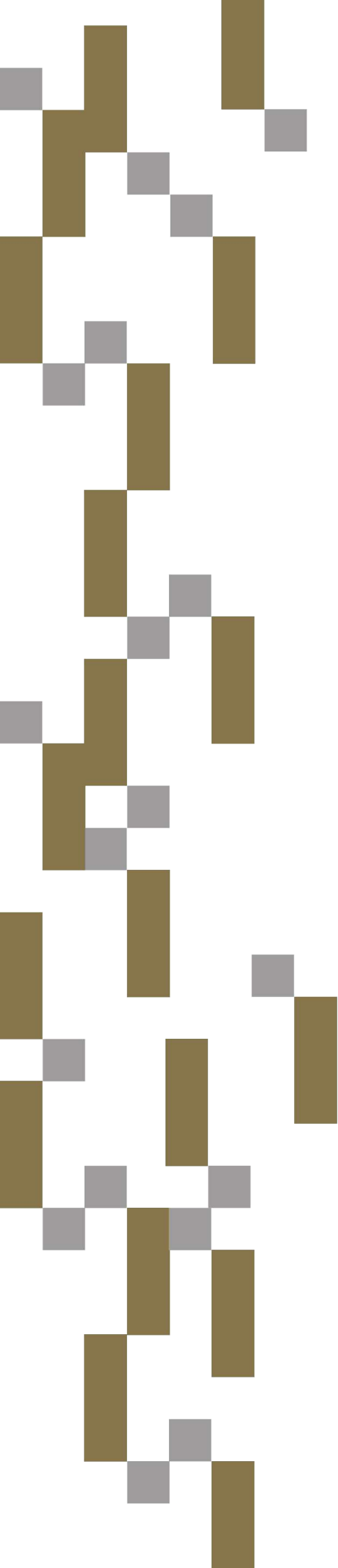
SILVA, Julia Almeida da. *A militarização do Ministério da Saúde e a “missão cumprida” de Pazuello*. 2021. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/a-militarizacao-do-ministerio-da-saude-e-a-missao-cumprida-de-pazuello/>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

VENTURA, Deisy; BUENO, Flávia. “De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratório del ‘neoliberalismo epidemiológico’ ante la Covid-19”. *Foro Internacional*, v. LXI, n. 2, pp. 427-467, 2021.

Recebido em 07 de setembro de 2022

Aprovado em 26 de outubro de 2022

LUTA e MEMÓRIA



Lukács, um Galileu no século XX

Ricardo Antunes*

A comemoração dos 50 anos da morte do filósofo György Lukács é mais uma justa e bela iniciativa de *Eszmélet*.¹ Nesta *era das trevas* em que estamos vivendo, na qual o *sistema de reprodução sociometamórfico do capital*, além de *destrutivo*², tornou-se abertamente *letal*, imaginar que a pandemia do coronavírus seja resultado de um “desvio” da natureza ou da “invenção” de laboratórios da China, só pode germinar na cabeça do negacionismo abjeto que se esparrama como praga em nossos dias.

A obra de Lukács, pela sua abrangência, densidade, originalidade e polêmica, por si só o coloca entre os grandes do marxismo do século XX. Marxismo que encontrou suas formulações mais vigorosas em Lenin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, na fase mais abertamente revolucionária, e também em Gramsci e no próprio Lukács, só para mencionar os mais destacados.

Seria impossível, neste pequeno espaço, tratar de tantas dimensões da imensa obra de Lukács. Por isso, vamos tão somente indicar alguns de seus momentos mais expressivos.

Nosso autor aderiu ao marxismo e ao comunismo no bojo da Revolução Húngara. Oriundo do idealismo filosófico romântico em sua juventude, passando pela estética e pela ética, o jovem Lukács ingressou de *corpo e alma* na política revolucionária na jovem República dos Conselhos, sob os influxos da Revolução Russa, das leituras de Marx e especialmente da obra de Lênin, que o influenciou profundamente, como se constata, por exemplo, em sua entrevista publicada sob o título *Pensamento vivido [Gelebtes Denken]*: “O que fazer?”. este sempre foi o principal problema para mim e esta pergunta uniu a problemática ética à política”. (Lukács, 1999, p. 55)

A respeito de um de seus textos mais emblemáticos desta fase, *Tática e ética*, de janeiro de 1919, afirmou: “Era um acerto de contas comigo mesmo, que me possibilitou o ingresso no Partido Comunista”, em meados de dezembro de 1918. (*ibidem*, p. 56) Articulando um forte postulado *ético* em defesa da humanidade, frente às mazelas do capitalismo, sob o impacto *político* das duas revoluções, o jovem Lukács enfeixava aquela que talvez tenha sua *única verdadeira ruptura*: começava a abraçar definitivamente o materialismo e a revolução.

O mais expressivo resultado intelectual e político deste período encontramos em sua obra seminal *História e consciência de classe* [1923], na qual elaborou uma ra-

* Professor Titular de Sociologia do Trabalho no IFCH/Unicamp. Autor de *Capitalismo pandêmico; Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0* (org.); *O privilégio da servidão; Os sentidos do trabalho* (todos pela Boitempo) e *Adeus ao trabalho?* (Cortez). Coorganizador de *Lukács: um Galileu no século XX* (Boitempo). Vários deles foram publicados na Itália, Argentina, EUA, Inglaterra/Holanda, Portugal, Índia, Espanha, Venezuela e Colômbia). Coordena a coleção *Mundo do trabalho* (Boitempo).

¹ Este pequeno artigo foi originalmente escrito a convite da revista húngara *Eszmélet*, para um encarte especial dedicado à obra de Lukács. (Antunes, 2021)

² Cf.: Mészáros (2002).

dical crítica ao marxismo dominante herdeiro da Segunda Internacional e seu conhecido esquematismo e mecanicismo, que tanto estrago fez no movimento comunista.

Em particular, sua teoria da *coisificação* e da *reificação*, antes mesmo do conhecimento e da publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de Marx, exemplifica a originalidade e a força analítica de Lukács, cuja obra é, até hoje, a mais rica tematização marxista acerca da *consciência de classe* do proletariado.

Já desde meados da década de 1920, seus estudos procuravam combinar um rigor analítico acrescido de aberta contestação ao dogmatismo nascente que acabou gerando o *marxismo soviético da era stalinista*. Sem poder entrar aqui nesta complexa controvérsia, é bom recordar que em *O jovem Hegel* (concluído em 1938), em plena *contrarrevolução* de Stalin e em meio aos Processos de Moscou, Lukács desenvolveu a tese que concebia Hegel como mestre da dialética, recusando a dogmática staliniana que chegou a conceber o filósofo alemão como precursor do nazismo³.

Essa temática de fundo esteve presente também no livro *A destruição da razão* (concluído em 1952), que apresentava a disjuntiva *razão e irracionalismo* como a dilemática crucial para a renovação do marxismo, uma vez mais contra o “marxismo” positivista da era stalinista.

Deixando aqui de lado sua monumental *Estética*, é imperioso recordar a força de sua última (e em nossa opinião, mais densa obra) que Lukács não pôde finalizar. Sua *Para uma ontologia do ser social* (2012; 2013) enfeixa a riqueza da formulação e originalidade do autor. Em poucas palavras, a ela devemos a descoberta de que Marx foi não somente o criador da dialética materialista, mas também o primeiro a desenvolver uma *ontologia materialista*, o que permitiu que Lukács começasse a descortinar as categorias vitais presentes em sua *ontologia do ser social: trabalho, reprodução, ideologia e estranhamento*.

Ao assim proceder, os positivismos, tanto o ocidental, quanto o stalinista, foram demolidos teoricamente, abrindo-se um expressivo caminho para o renascimento do marxismo, tanto no Ocidente, quanto no Oriente, tanto no Norte quanto no Sul do mundo. A publicação de sua *Para uma ontologia do ser social* em vários países parece demonstrar a vitalidade da obra, ao mesmo tempo magistral e inconclusa; fértil, mas carregando algumas limitações que Lukács não foi capaz de superar.

A maior delas, que István Mészáros procurou demonstrar em *Para além do capital* (2002), foi o aprisionamento teórico de Lukács à equivocada tese (staliniana) do *socialismo em um só país*, concepção que esteve presente em grande parte do marxismo da era da Revolução Russa, com a principal exceção de Trotsky.

Se é verdade que em *Para uma ontologia do ser social* Lukács desenvolveu a crítica à tese (também stalinista) que converteu a Revolução Russa em um “modelo clássico” de Revolução, que se “universalizou” a partir da consolidação da concepção staliniana na IIIa. Internacional, também é preciso mencionar que este foi o limite máximo que sua proposição crítica conseguiu atingir, o que maculou algumas de suas formulações teóricas e políticas.

³ Recordo aqui dois grandes estudiosos de Lukács que têm concepções bastante distintas: Nicolas Tertulian e István Mészáros. Cada um ao seu modo, entretanto, demonstra a fragilidade dos críticos de Lukács que tentam associá-lo ao stalinismo.

Mas, pelo conjunto de sua obra, e também por sua enorme originalidade visando à construção de uma ontologia materialista, Lukács se converteu em um verdadeiro *Galileu no século XX*.

Referências

- ANTUNES, Ricardo. “Lukács 50, Örökség, viták és értelmezések”, *Eszmelét*, n. 131, 2021. Disponível em: <http://www.eszmelet.hu/131-szam-2021-osz/#more-16154>.
- LUKÁCS, György. *Pensamento vivido: autobiografia em diálogo de Georg Lukács, entrevista a István Eörsi e Erzsébet Vezér*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem; Viçosa, MG: Editora da UFV, 1999.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social – volume I*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social – volume I*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Artigo encomendado pelo Comitê Editorial

Marx e o Marxismo v.10, n.19, jul/dez 2022

nlep  marx

uff Universidade
Federal
Fluminense